

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em Memória Social  
Mestrado em Memória Social



E por falar em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963 - 1993) - memória e história oral

Eladir Fátima Nascimento dos Santos

Rio de Janeiro, janeiro de 2009

E por falar em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963 – 1993) - memória e história oral



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

**Por**

**Eladir Fátima Nascimento dos Santos**

Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Maria Marteleto

Rio de Janeiro, janeiro de 2009

Eladir Fátima Nascimento dos.

S237

E por falar em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963 – 1993) – memória e história oral / Eladir Fátima Nascimento dos Santos, 2009.

xv, 231f. + CD-ROM

Orientador: Regina Maria Marteleto.

Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

1. Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. 2. Favelas – Rio de Janeiro (RJ) – Aspectos sociais. 3. Comunidades urbanas – Desenvolvimento. 4. Transferência de favelados (Habitação) Rio de Janeiro. 5. Memória – Aspectos sociais. 6. Política de habitação – Rio de Janeiro. I. Marteleto, Regina Maria. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003-). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 307.76098153

E por falar em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Estado do  
Rio de Janeiro – memória e história oral (1963 – 1993)

BANCA EXAMINADORA

---

Profª Drª Icléia Thiesen (UNIRIO)

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (UFRJ)

---

Profª Drª Marize Cunha (FIOCRUZ)

---

Profª Drª Regina Maria Marteleto (UNIRIO)

Aos meus pais Edmundo (*in memoriam*) e Eunice (*in memoriam*) meus primeiros Mestres na vida e que sempre me incentivaram na busca de conhecimentos e realização de sonhos.

Ao Arnaldo José dos Santos, marido e companheiro, aquele que me apresentou, há mais de três décadas atrás, a importância das nossas ações políticas e engajadas para construção de um mundo mais justo. Foi ele que acompanhou e colaborou muito em todas as etapas da pesquisa, perdoando-me pelas longas horas roubadas da convivência familiar para que essa dissertação se tornasse uma realidade.

Aos meus filhos José Luiz e Pedro Henrique que sempre me incentivaram, cedo me liberaram das rotinas caseiras e possibilitaram meios para que eu descobrisse novos caminhos.

A minha irmã Eliete que pacientemente acompanhou a pesquisa, teceu críticas, sugeriu leituras e apresentou inúmeras sugestões.

Aos companheiros ex-diretores da FAFERJ que se dispuseram a me contar suas memórias para que eu pudesse ouvi-las, analisá-las e, depois recontá-las.

## AGRADECIMENTOS

A todos os entrevistados que disponibilizaram documentos e fotografias indispensáveis a esta pesquisa, especialmente a Irineu Guimarães, companheiro, incansável lutador e liderança singular do movimento dos favelados do Rio de Janeiro e da luta dos trabalhadores por uma sociedade socialista.

A Lucio de Paula Bispo, (*in memoriam*), um dos fundadores da FAFERJ, precursor da luta organizada contra os despejos nas favelas e lutador constante contra a exclusão econômica e social de imensas camadas da população.

Às demais lideranças entrevistadas, diretores da Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, Nilton Gomes Diquinho da Favela da Grota, Arnaldo José dos Santos da Favela do Parque Proletário da Penha, Duque da Favela do Vidigal, Agamenon da Favela do Timbau, João Pedro Silva Cabo Verde da Favela de Manguinhos, José Ivan da Favela do Borel, José de Arimatéa da Favela Jorge Turco e o membro do Conselho de Representantes da entidade organizativa, Sr. Jair Caldas da Favela de Mata Machado.

A minha sobrinha Bruna, pelo apoio nas primeiras entrevistas e revisão dos primeiros textos.

A estagiária Mariana que tanto me ajudou nas gravações e transcrições das entrevistas e também com as atentas observações que fazia sobre o que contavam os entrevistados.

A minha amiga professora Luciane que foi fundamental auxiliando-me, várias vezes, nos manejos com a língua inglesa.

A minha amiga professora Denise que pacientemente revisou várias partes do texto e dos artigos que publiquei a partir desta pesquisa.

Aos atuais diretores da Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro que nos cederam, algumas vezes, o espaço da sede da organização para que entrevistássemos ex-diretores.

A minha amiga Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anita Handfas, companheira de militância política, nos idos anos 1980, e que muito me incentivou desde os primeiros momentos de organização do anteprojeto desta pesquisa.

Ao amigo Irapuan Santos, assessor da FAFERJ que me disponibilizou o arquivo construído por ele para auxiliar a organização do IV Congresso de Favelas de 1984.

A Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Regina Marteleto, minha competente orientadora que com sua experiência acadêmica, conhecimento e organização, soube, de forma exigente e carinhosa, me conduzir neste processo fascinante que é a pesquisa.

A Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Icléia Thiesen que me incentivou e ensinou, nos primeiros momentos, quando ainda me candidatava ao curso de Mestrado; durante as aulas da disciplina Memória e Espaço e, especialmente, durante a banca de qualificação com suas sugestões que foram fundamentais para a conclusão desta parte da pesquisa.

A Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marize Cunha, grande amiga e incentivadora, cuja contribuição foi sempre tão valiosa, especialmente, nas propostas de caminhos a seguir no campo da memória das favelas do Rio de Janeiro.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO que, além dos valiosos conhecimentos que me possibilitaram construir, sempre me estimularam a prosseguir na busca dos objetivos centrais de minha pesquisa.

Aos colegas do PPGMS pelas observações que fizeram e, dessa forma, colaboraram para a construção dessa dissertação.

O Tempo é o Senhor das histórias.  
O Tempo guarda muitas histórias  
para sempre.  
As histórias ficam guardadas para  
sempre no reino do Tempo,  
quando não são contadas.  
As histórias não são contadas quando  
não existe voz que as conte,  
quando as vozes não são ouvidas,  
quando as vozes são caladas,  
quando ouvidos não conseguem escutá-  
las,  
quando ouvidos não entendem o que  
escutam.  
Temos muitas histórias pra contar.  
Temos então que restaurar nossa voz.  
Temos que acostumar os ouvidos ao  
som dessa voz restaurada.  
Temos. Que tirar as histórias do reino  
do Tempo.  
(texto de abertura da peça “Candaces –  
a Reconstrução do Fogo” de Marcio  
Meirelles – 2003)



## RESUMO

Esta pesquisa visa, primordialmente, caracterizar e analisar as memórias construídas por lideranças do movimento de favelas do estado do Rio de Janeiro, a partir das experiências por elas vivenciadas, relativas à Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ), antiga Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Realiza também a análise de fontes documentais que possam complementar e dar apoio às lembranças encontradas nas narrativas dos atores possibilitando que obtenhamos um melhor conhecimento sobre as atuações de uma das mais antigas organizações do movimento popular da cidade. Os resultados obtidos nos mostram os impasses, tensões e desafios que definiram o desenho político da organização federativa dos favelados da cidade, nas três primeiras décadas de sua existência, especialmente, no que se refere ao papel desempenhado na construção de estratégias de resistência e luta contra as remoções e pela urbanização.

Palavras-chave: FAFERJ, memória, favela, relações de poder, movimentos sociais.

## ABSTRACT

This research is primarily aimed at characterizing and analyzing the memories built by leaders of the movement of slums in the State of Rio de Janeiro, from the experience they had at the Federation of State of Rio de Janeiro Slums Associations (FAFERJ), previously Federation of State of Guanabara Slums Associations (FAFEG). It also performs the analysis of documentary sources that complement and support the memories found in the actors' narratives allowing us to get a better knowledge of one of the oldest city popular movement organization. The results show us the impasse, tensions and challenges that defined people from slums federative organization political outline in the first three decades of its existence, mainly concerning to the role developed in the building of resistance strategies and the struggle against the removals by urbanization.

Key words: FAFERJ, memory, slums, power relations, social movements

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	viii
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	x
<b>LISTA DE ANEXOS</b>	xv
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	16
<b>2. DELIMITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA</b>	
2.1 Construindo o objeto de pesquisa	23
2.2 Revendo a literatura	33
<b>.3. REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS</b>	
3.1 Os conceitos empregados e suas inscrições teóricas	37
3.1.1 Memória	44
3.1.2 Espaço	54
3.1.3 Ação Coletiva	58
3.1.4 As Redes Sociais e a informação	63
3.1.5 Favela	71
3.2 Referências Metodológicas	76
3.2.1 Análise de documentos	77
3.2.2 História Oral	79
3.2.2 Análise de Fotografias	82
<b>4. PRIMEIRO EIXO TEMPORAL (1963 – 1972)</b>	
4.1 Primeiras lutas contra as remoções	93
4.2 Congressos de Favelas (1964, 1968 e 1972)	112
<b>5. SEGUNDO EIXO TEMPORAL (1973 – 1979)</b>	
5.1 Resistências à Ditadura Militar	120
5.2 A FAFERJ e a máquina chaguista	124
<b>6. TERCEIRO EIXO TEMPORAL (1979 – 1993)</b>	
6.1 Reorganização da FAFERJ	132
6.1.1 Encontros de Favelas (1981-1982) e IV Congresso (1984)	148
6. 1.2 Departamentos (Médico, Jurídico, Feminino e Cultural)	156
6.1.3 Políticas sociais urbanizadoras e fim da autonomia	164
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	176
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	180
<b>9. ANEXOS</b>	186

## LISTA DE FIGURAS \*

1. Autor desconhecido, fotografia, *Lacerda na Guanabara* sem data, digitalizada a partir do livro de PEREZ, Maurício Domingues 26
2. Autor desconhecido, fotografia, *Bica d'água*, 1960, Arquivo Associação de Moradores do Borel 27
3. Autor desconhecido, fotografia, *Vicente Ferreira Mariano*, 1968, Arquivo pessoal, a partir de [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br) 28
4. Autor desconhecido, fotografia, *Remoção na favela*, sem data, digitalizada a partir da Revista do 4º Congresso de 1984 29
5. Mônica Leme, fotografia, *Encontro Estadual de Favelas no Sindicato dos Metalúrgicos*, 1980, Arquivo da FAFERJ 30
6. Mônica Leme, fotografia, *4º Congresso de Favelas na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa)*, 1984. Arquivo da FAFERJ 31
7. Mônica Leite, fotografia, *Prefeito Marcelo Alencar no 4º Congresso de Favelas*, 1984, Arquivo da FAFERJ 32
8. Domingos Peixoto, fotografia, fotografia, *Morro de São Carlos*, sem data, Arquivo Agência O Globo. 33
9. Mônica Leme, fotografia, *Benedita Campos no 1º Encontro de Favelas*, 1980, Coleção Irineu Guimarães 47
10. Eladir Santos, fotografia, *Lúcio de Paula Bispo*, 2007, Arquivo da FAFERJ 48
11. Kaoan /Fleury, fotografia, *Remoção da Favela da Ilha das Dragas no Leblon*, 22.02.1969, Arquivo Jornal do Brasil 56
12. Autor desconhecido. fotografia, *Favela Piraquê dentro d'água na Lagoa*, década de 1950. Acervo da família de Aloysio Penna 57
13. Autor desconhecido, fotografia, *Barracos de madeira na Avenida Borges de Medeiros na favela Piraquê*. Década de 1950. Acervo da família de Aloysio Penna 58
14. Autor desconhecido, fotografia, *Favelas da Curva do Calombo até o Sacopã*, década de 1950, Acervo da família de Aloysio Penna 58

---

\* Todos os esforços foram feitos para determinar a origem e a autoria das fotos utilizadas nesta dissertação, mas nem sempre isso foi possível. Tenho interesse em informar esses fotógrafos caso se manifestem.

15. Autor desconhecido, fotografia, <i>Favela Joaquim de Queiroz em Ramos, zona da Leopoldina</i> . 1970. Coleção Irineu Guimarães	58
16. Autor desconhecido, fotografia, <i>Manifestação organizada pela FAFERJ e Movimento Amigos do Bairro (MAB) em Nova Iguaçu</i> , 1980. Arquivo FAFERJ	60
17. Autor desconhecido, fotografia, <i>Manifestação dos moradores da Fazenda Cantagalo</i> , sem data, Arquivo Jornal Hora do Povo	61
18. Autor desconhecido, fotografia, <i>Manifestação na zona oeste</i> , 1985, Arquivo da FAFERJ	62
19. Julano, fotografia, <i>Ato contra o aumento do custo de vida</i> . 26.08.1979. Arquivo da FAFERJ	62
20. Eladir Santos, ilustração, <i>Rede social de contatos da FAFERJ</i> , 2008	67
21. Eladir Santos, ilustração, <i>Rede social de contatos da FAFERJ</i> , 2008	69
22. Autor desconhecido, fotografia, <i>Praia do Pinto</i> , 1967, Arquivo Correio da Manhã.	73
23. Autor desconhecido, fotografia, <i>Favela do Jacarezinho, Beira do Rio na altura da Rua Zélia</i> , 1975, Arquivo da FAFERJ	74
24. Autor desconhecido, fotografia, <i>Construção de Vala na Favela</i> , sem data, Arquivo Jornal do Brasil	75
25. Autor desconhecido, fotografia, <i>Camaradagem das lideranças da FAFERJ, na favela da Grotá.</i> , 1980. Coleção Irineu Guimarães	85
26. Autor desconhecido, fotografia, <i>Manifestação organizada pela Delegacia da Leopoldina da FAFERJ</i> , 1980, Coleção Irineu Guimarães	86
27. Autor desconhecido, fotografia, <i>Manifestação no Palácio Guanabara</i> , 1985. Coleção Irineu Guimarães	87
28. Idem	87
29. Autor desconhecido, fotografia, <i>Manifestação reivindicando urbanização das favelas</i> , sem data, Coleção Irineu Guimarães	88
30. Idem	88
31. Mônica Leme, fotografia, <i>Manifestação organizada na porta da CEDAE</i> , 1981, Coleção Irineu Guimarães.	89
32. Autor desconhecido, fotografia, <i>Comemoração dos 20 anos da FAFERJ na escadaria da Câmara de Vereadores</i> , 1983, Coleção Irineu Guimarães	89

33. Autor desconhecido, fotografia, *Reunião da Diretoria da FAFERJ com o Diretor do Hospital Getúlio Vargas*. 1983. Coleção Irineu Guimarães 90
34. Autor desconhecido, fotografia, *Manifestação da FAFERJ nas galerias da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, 1983, Coleção Irineu Guimarães 90
35. Mônica Leme, fotografia, *1º Encontro de Favelas, no Sindicato dos Metalúrgicos*, 1981. Coleção Irineu Guimarães 91
36. Idem 91
37. Autor desconhecido, fotografia, *Reunião na Delegacia de Niterói*, 1983. Arquivo da FAFERJ 92
38. Autor desconhecido, fotografia, *Assembléia de Prestação de Contas*, 1988, Coleção Irineu Guimarães 92
39. Autor desconhecido, fotografia, *Edifícios da Cruzada São Sebastião*, 1965, digitalizada a partir da Revista Vida Doméstica nº 549-550 de 1965 que informa a cessão da foto pela Revista <<O Cruzeiro>> 99
40. Silvio Ferraz, fotografia, *Morro do Pasmado*, 1963, Arquivo Correio da Manhã, a partir de [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br). 103
41. Silvio Ferraz, fotografia, *Remoção do Pasmado*, 1963, Arquivo Correio da Manhã, a partir de [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br) 103
42. Idem 103
43. Idem 103
44. Silvio Ferraz, fotografia, *Incêndio no Pasmado*, 1963. Arquivo Correio da Manhã 105
45. Autor desconhecido, fotografia, *Sandra Cavalcanti é expulsa da Praia do Pinto*, Arquivo Correio da Manhã, à partir de [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br) 106
46. Autor desconhecido, fotografia, *Favela do Esqueleto*, 1965, a partir de [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br) 106
47. Idem 107
48. Autor desconhecido, fotografia, *Remoção da Favela do Esqueleto*, 1965, a partir de [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br) 107
49. Autor desconhecido, fotografia, *Remoção da Praia do Pinto*, 1968, Arquivo Correio da Manhã 108
50. Idem 108

51. Autor desconhecido, fotografia, *Incêndio na Praia do Pinto*, 1968, Arquivo Correio da Manhã 109
52. Autor desconhecido, fotografia, *Favela da Catacumba*, década de 1950, Arquivo O Globo 109
53. Odyr, fotografia, *Remoção da Favela da Ilha das Dragas na Lagoa*, 24.02.1969, Arquivo Jornal do Brasil 110
54. Autor desconhecido, fotografia, *Favela da Praia do Pinto*, 1967, Arquivo Correio da Manhã 111
55. Autor desconhecido, fotografia, *Irineu Guimarães no II Congresso de Favelas*, 1968, Coleção Irineu Guimarães 116
56. Autor desconhecido, fotografia, *Senhor Abilio da Favela Vila São Miguel*, 1982. Coleção Irineu Guimarães 137
57. Autor desconhecido, fotografia, *Senhor Milton da Favela de Acari*, 1983, Coleção Irineu Guimarães 143
58. Autor desconhecido, fotografia, *Ivanzinho e Moisés no Morro da Baiana*, 1981, Coleção Irineu Guimarães 144
59. Autor desconhecido, *4º Congresso Nacional das Associações de Moradores em São Paulo – 4º CONAM*, 1989, Coleção Irineu Guimarães 151
60. Autor desconhecido, fotografia, *Reunião da FAFERJ com a Federação de Moradores de Salvador*, 1989, Coleção Irineu Guimarães. 153
61. Autor desconhecido, fotografia, *Posse da diretoria da Federação das Associações de Favelas do Ceará*, 1989, Coleção Irineu Guimarães 154
62. Autor desconhecido, fotografia, *Assembléia de criação da Federação de Favelas de Pernambuco - Município de Jaboatão*, 1989, Coleção Irineu Guimarães 154
63. Autor desconhecido, fotografia, *Reunião da Federação das Associações de Favelas de Natal, no Rio Grande do Norte*, 1989, Coleção Irineu Guimarães 155
64. Autor desconhecido, fotografia, *Assembléia da FRACAB (Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Moradores de Bairros)*, 1989, Coleção Irineu Guimarães 155
65. Autor desconhecido, fotografia, *Reunião na sede da FAFERJ com os representantes de outros estados para a organização do 4º CONAM*, 1989, Coleção Irineu Guimarães 156

66. Idem	156
67. Autor desconhecido, fotografia, <i>Campeonato de Sueca organizado pela FAFERJ na favela do Jacarezinho</i> , 1989, Coleção Irineu Guimarães	159
68. Autor desconhecido, fotografia, <i>Solenidade de entrega da faixa da Rainha da FAFERJ</i> , 1989, Coleção Irineu Guimarães	159
69. Autor desconhecido, fotografia, <i>Árbitros do Torneio de Futebol</i> , 1989, Coleção Irineu Guimarães	160
70. Idem	160
71. Idem	160
72. Autor desconhecido, fotografia, <i>Reunião com representantes das Associações de Moradores para organização do Campeonato de Futebol da FAFERJ</i> , 1989, Coleção Irineu Guimarães	160
73. Autor desconhecido, fotografia, <i>Apresentação dos Troféus do Campeonato de Futebol</i> , 1989, Coleção Irineu Guimarães	161
74. Autor desconhecido, fotografia, <i>Encontro do presidente da FAFERJ com o sub-secretário estadual de Esporte e Laser</i> , 1989, Coleção Irineu Guimarães	161
75. Autor desconhecido, fotografia, <i>Time da Favela Braz de Pina</i> , 1989, Coleção Irineu Guimarães	162
76. Autor desconhecido, fotografia, <i>Time da Favela Joaquim de Queiroz</i> , 1989, Coleção Irineu Guimarães	162
77. Autor desconhecido, fotografia, <i>Time da Associação de Moradores Vila Indiana</i> , 1989, Coleção Irineu Guimarães	162
78. Álvaro Rezende, fotografia, <i>Festival de Música da FAFERJ</i> , 1989, Arquivo da FAFERJ	163
79. Custódio Coimbra, fotografia, <i>Parque da Catacumba depois da remoção, área de preservação</i> , 2005, digitalizada a partir do Jornal <i>O Globo</i> de 30.10.2005	165
80. Jorge Lima de Almeida, fotografia, <i>Visita à Fábrica de Manilhas</i> . 10.08.1984, Arquivo da Coordenação de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro	170
81. Arlindo de Carvalho, fotografia, <i>Reunião mensal na Prefeitura</i> , 1984, Arquivo da Coordenação de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro	172

## LISTA DE ANEXOS

Anexo I	Cronologia	185
Anexo II	Tabelas e Gráficos	189
Anexo III	Quadro de entrevistados	192
Anexo IV	Roteiro das entrevistas	193
Anexo V	Associações criadoras e primeira diretoria da FAFEG	194
Anexo VI	Primeiro Estatuto da FAFEG	198
Anexo VII	Acórdão da 8ª. Câmara Cível	204
Anexo VIII	Certidão de dados existentes em dossiês do SNI	206
Anexo IX	Manifesto da FAFERJ contra saques e invasões	212
Anexo X	Discurso do vereador Antonio Carlos de Carvalho	214
Anexo XI	Manifesto da FAFERJ no 1º Encontro de Favelas	216
Anexo XII	Poesia de Drummond para cartaz do 1º Encontro de Favelas	218
Anexo XIII	Modelo de Ficha de Filiação da FAFERJ	219
Anexo XIV	Cartilha do 1º Encontro Estadual de Favelas de 1980	219
Anexo XV	Capa da Revista do 4º Congresso da FAFERJ	236
Anexo XVI	Logotipo da FAFERJ	237
Anexo V	Galeria de Fotos	238



## 1. INTRODUÇÃO

Nesta introdução, além de apresentar o surgimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro, em meio ao sentimento de que elas eram algo provisório no cenário urbano, procurarei apresentar também as conseqüências desse sentimento de provisoriedade para o tardio processo de organização política dos favelados da cidade, já que este somente teve lugar a partir do final dos anos 1940.

Surgidas no Rio de Janeiro, então capital da república, no final do século XIX, as favelas sempre foram consideradas pelas autoridades constituídas como “aglomerados invasores” e por isso, passíveis de ações que procuravam soluções para sua erradicação. Essas ações, logo, se apresentavam ineficazes e até, em algumas situações, colaboradoras para a construção de outras favelas e expansão das que já existiam. Isso ocorria, em grande parte, porque a questão da habitação era concebida pelas instituições como algo eminentemente privado, estando a cargo somente dos indivíduos a viabilização de meios para suprirem suas necessidades de moradia. Ao Estado, somente cabia a regulamentação e fiscalização da utilização do espaço urbano.

A população pobre que não tinha condições de adquirir a propriedade ou a posse de habitações adequadas e servidas de infra-estrutura urbana via-se obrigada a ocupar os sopés, as encostas ou o alto dos morros que circundavam a cidade. De forma criativa, construíam suas moradias com toda sorte de materiais improvisados ou restos de demolições que ocorriam nas áreas centrais da cidade. Esse tipo de habitação espalhou-se rapidamente no meio urbano e, contraditoriamente, tinha até certo amparo legal. Constava da letra da lei, por descuido do legislador ou, ao contrário, talvez em atenção à necessidade e importância da mão-de-obra dos pobres para o funcionamento da cidade, a determinação do Decreto 391 de 10 de fevereiro de 1903 de que “os barracões toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto de que lance mão para obtenção de licença, salvo nos morros que ainda não tiverem habitações, e mediante licença”. Este decreto regulava a construção, reconstrução, acréscimos e consertos de prédios na área do Distrito Federal. Fazia parte de um conjunto de decretos e leis promulgadas no período entre janeiro de 1903 e outubro de 1904 e tinha como objetivo redefinir as atribuições municipais e discriminar as proibições na nova era que se inaugurava com as reformas urbana de Pereira Passos e sanitária de Oswaldo Cruz.

Pode-se dizer que o espírito de tal norma que colocava passível de licenciamento a posse de barracos toscos nos morros era legalizar a complacência das autoridades. Diante da incapacidade do Estado de fornecer meios para que todos os cidadãos tivessem suas moradias, fazia-se “vistas grossas” à proliferação das favelas.

Marins, em *Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*, ao analisar as relações criadas, as estratégias e as formas de moradia dos pobres da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, atenta para o fato de que os morros estavam por toda parte, e quase todos eram desabitados; “quanto às licenças... essas puderam ser facilmente esquecidas, ou mesmo contornadas.” O autor afirma que quando “morar nas habitações coletivas superlotadas alcançava um custo impossível, ou as condições de moradia ficavam insuportáveis, umas poucas madeiras e a complacência das autoridades abriam novas – e panorâmicas – perspectivas de habitação.”

As favelas cresciam a olhos vistos e, bem próximas das avenidas afrancesadas abertas no início do século. Suas presenças incomodavam os setores médios e ricos da sociedade que, se não sabiam as soluções para a erradicação das mesmas, constantemente, reclamavam da má vizinhança. Os jornais, porta-vozes desses setores, apresentavam em seus editoriais a inconformismo com a presença das favelas, como mostra o trecho a seguir.

O ano que findou trouxe novos problemas ao Rio e agravou, de maneira insuspeitada, alguns dos antigos. Entre estes, o das favelas parece ter sido o mais afetado. Basta, efetivamente, dar um balanço nas favelas existentes ao iniciar-se o ano e nas que ora aparecem para ver, de um lado, como surgiram novas, e, do outro, como se ampliaram as antigas. Sem desconhecer as causas profundas da proliferação dos barracos, não há como fechar os olhos à responsabilidade da fiscalização municipal. É evidente haver muito mais facilidade em impedir a construção de um barraco que na sua destruição. Não obstante, os fiscais fecham os olhos à realidade e não agem, como deviam, para evitar o surgimento de novas favelas. No ano que se inicia é preciso mudar esta situação. É indispensável obter das autoridades uma ação mais drástica a respeito. Sobretudo é necessário que a fiscalização atue como deve, não só fiscalizando para evitar o aparecimento de novas construções, mas igualmente agindo para impedir que estas cheguem a termo. Também os particulares precisam ser mais atentos ao assunto, clamando das autoridades providências capazes de evitar que a cidade se transforme num imenso pátio dos milagres<sup>1</sup>.

O chamado para que todos clamem por fiscalização é a única proposta efetiva do editorial que, mesmo afirmando não desconhecer as causas profundas da proliferação das favelas, não as expõe e muito menos se propõe discuti-las.

---

<sup>1</sup> Editorial do Jornal O Globo de 31 de dezembro de 1957, republicado em O Globo de 22 de setembro de 2007, na série de reportagens “ILEGAL...E DAÍ ?” p 19, 1º Caderno.

Porém, interessa aqui observar que a solução de habitar nos morros, nos primeiros momentos, sempre esteve envolta em um sentimento de provisoriedade. Tanto para o morador quanto para as autoridades, aquela solução de moradia era provisória. Para o morador porque esse era constantemente alertado para o fato de que não detinha a propriedade do lugar e que ali se estabelecera por uma “boa vontade” dos poderes constituídos, enquanto não conseguia coisa melhor. Para as autoridades porque acreditavam que, em breve, regulamentariam o espaço urbano, despejariam os moradores indesejáveis, derrubariam os barracos toscos e restabeleceriam a ordem na cidade.

Tal sentimento de provisoriedade está claro desde a criação da primeira favela, no Morro da Favela localizado na área atrás do prédio do Quartel General do antigo Ministério da Guerra. O aglomerado que ali se estabelecera, e que terminou servindo de nome para designar outros aglomerados semelhantes, criou-se a partir das construções feitas pelos soldados chegados da Guerra de Canudos que obtiveram a permissão do Exército para se estabelecerem provisoriamente na região.

Procuró, nesta introdução discutir essa questão das primeiras habitações em favelas como uma situação provisória porque acredito que ela pode, em parte, explicar a ausência de uma identidade espacial dos favelados da cidade até meados do século XX. Quando essa identidade ocorria, ela era bastante tênue e não suficiente para acarretar a organização de ações coletivas que visassem à permanência no lugar ou a melhoria das condições de vida no território da favela.

Os moradores das favelas, nos primeiros anos do século XX, introjetaram a idéia inculcada pelos setores dominantes, regra contida no direito civil, que separa a propriedade da posse. Regra essa somente aplicada para os segmentos pobres da sociedade, haja vista, o fato de que a constância na posse sempre foi a origem histórica da propriedade de terras em nosso país.

Os moradores de favelas somente iniciaram um processo de organização local, em meados dos anos 1940, com a formação das primeiras Comissões de Moradores nas favelas do Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia, para resistir à remoção forçada para os Parques Proletários. Depois de 1946, sob orientação da Igreja Católica, várias favelas criaram Associações de Moradores e, dessa forma, os moradores mostravam para os demais setores da sociedade que, não só estavam construindo a sua identidade espacial como, estavam dispostos

a lutar pelo seu território. Deixavam de lado a idéia de que ali estavam instalados provisoriamente.

Num claro prosseguimento desse processo, nos anos 1954 e 1959 os favelados criaram respectivamente a União dos Trabalhadores Favelados (UTF) e a Coligação dos Trabalhadores Favelados (CTF), demonstrando sua capacidade autônoma de organização, e procurando expandir para outras regiões a organização que até aquele momento ainda se dava de forma muito localizada.

Essas duas entidades, UTF e CTF, iniciadoras do movimento favelado regionalizado na cidade procuravam ainda requalificar a categoria “favelado”, identificando-a com a categoria “trabalhador”, e, portanto, no contexto dos anos 50, capaz de exigir direitos (Burgos,2004:30). No entanto, suas propostas organizativas autônomas para as favelas foram interrompidas por ações do Estado com o auxílio da Igreja, que atuava através da Fundação Leão XIII e Cruzada São Sebastião, incentivando a criação de Associações de Moradores, entidades que não representavam uma política interna independente. Esses dois braços da Igreja Católica, Fundação Leão XIII e Cruzada São Sebastião, foram efetivos, durante certo tempo, no papel de procurar evitar os conflitos sociais, uma vez que disciplinavam os favelados para obter um clima de harmonia na cidade.

No início da década de 1960, com dados não muito precisos, a despeito de ter ocorrido um censo oficial em 1960, os órgãos do governo tinham em conta que a população residente em favelas, no antigo estado da Guanabara, estava na ordem de trezentos e trinta e cinco mil moradores, compondo cerca de dez por cento dos habitantes da cidade-estado que possuía um total de três milhões trezentos e seis mil habitantes. Esse dado mostrava que a favela, uma das formas de moradia que restaram para a população pobre da cidade, e que vinha sendo combatida, em vários momentos, através de ações governamentais, estabelecera-se no espaço urbano de forma incontestável.

Ocorre que os anos 1960 foram peculiares para a cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes. A capital federal transferira-se para Brasília, em 1959, e neste mesmo ano criara-se a cidade-estado da Guanabara. O Brasil vivia ainda a euforia iniciada nos primeiros momentos do governo do presidente Juscelino Kubitschek que havia construído Brasília e criado a Guanabara. Também o movimento popular se organizava e as lideranças sindicais reivindicavam melhores condições de vida e trabalho.

Nas eleições de 1960, Carlos Lacerda foi eleito primeiro governador do Estado da Guanabara, com um total de 35,7 por cento dos votos válidos. Em sua campanha prometera acabar com o que chamava de “desordem urbana” e realizar uma verdadeira ruptura com o atraso que impedia o desenvolvimento da cidade-estado. Constava de seu conceito de desordem urbana a presença das favelas no cenário da cidade. Portanto, era necessário erradicá-las. Para isso as articulações do governador deram-se no sentido de controlar instituições e organizações que tratavam da questão favela. Suas preocupações eram captar poderes locais e tornar eficaz sua pretensão ligada ao remocionismo.

Arguindo as antigas noções da ilegalidade e da transgressão ao ordenamento que a favela representava, o governador organizou todo um processo para reprimi-la. Criou órgãos e encampou os já existentes, colocando todos aqueles que tratavam do assunto favela, sob seu controle.

Após todas as articulações políticas e administrativas realizadas pelo governador, uma das coisas mais inesperadas, no cenário político da Guanabara, seria o surgimento de uma alternativa de organização autônoma dos favelados para resistir ao remocionismo. Porém, foi exatamente o que ocorreu. Durante o processo de remoção da favela do Pasmado, vinte e oito associações surpreenderam os poderes públicos num processo de disputa pelo espaço urbano, quando resolveram se organizar em federação e empreender uma luta contra o remocionismo. Dessa forma foi criada, em junho de 1963, a Federação das Associações de Moradores do Estado da Guanabara (FAFEG)<sup>2</sup> com o objetivo de organizar a luta contra as remoções de favelas.

Por ser uma organização federativa, a FAFEG tinha como suas filiadas, as Associações de Moradores, cujos presidentes formavam o Conselho de Representantes, órgão deliberativo da entidade. O órgão executivo era a Diretoria, eleita pelo Conselho e formada por lideranças que já possuíam uma certa militância no movimento popular ou no movimento sindical.

A remoção da favela do Pasmado, na zona sul da cidade, havia atraído a atenção da imprensa e dos políticos de oposição ao governador Carlos Lacerda. Foi uma remoção, realizada de forma bastante truculenta. Ela atendia a interesses dos que ansiavam

---

<sup>2</sup> Utilizarei a sigla FAFEG quando estiver me referindo à entidade e suas atuações no período anterior a abril de 1975, ano da fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, ato que acarretou o desaparecimento da Guanabara como estado da federação. Utilizarei, quando me referir à entidade e suas ações a partir de abril de 1975, a sigla FAFERJ.

pelo embelezamento da cidade, construção de prédios de luxo e a expulsão da vizinhança indesejável. Após a remoção ateou-se fogo aos despojos.

Todos esses aspectos dessa remoção bastante emblemática que, inclusive simbolizava o que viria a seguir em termos de remoções de comunidades faveladas conscientizaram as lideranças, presidentes de Associações de Moradores da necessidade de organização para deter a concentração de poderes nas instituições que tratavam da questão favela. A FAFEG resistiu organizando manifestações nas áreas ameaçadas de remoção e apresentou-se como única organização a defender os reais interesses dos favelados.

Mais uma vez quero atentar para a questão de que a criação de uma organização federativa como a FAFEG somente foi possível a partir do momento em que se dissipou o sentimento de provisoriedade da favela. A luta contra as remoções ou despejos organizou-se sob a ação das lideranças e tornou-se viável pela anterior construção de uma territorialidade, e com ela uma necessidade de defesa do espaço que servia de moradia. Com a criação da FAFEG os favelados tiveram grande visibilidade na imprensa, denunciaram a violência e a repressão e, sobretudo, deixavam claro para a sociedade que o espaço urbano estava mal distribuído.

O ano de 1963 correspondeu ao momento em que o presidente João Goulart procurava implementar o Plano Trienal e adoção de reformas de base como a reforma agrária, reforma tributária, reforma administrativa, reforma bancária, eleitoral e educacional. Tal clima de reformas era resultante da reação de setores populares que passavam a entender seu poder eleitoral e exigir direitos sociais. Embora as reformas estruturais nunca tenham saído do papel, naqueles momentos que antecederam o golpe civil-militar de 1964 e a implantação da ditadura militar no país, esteve claro, tanto para os setores dominantes quanto para os setores populares, neste último incluídos os favelados da Guanabara, que estava em jogo uma grande alteração das forças políticas. Com a implementação da reforma agrária, concessão do direito de voto aos analfabetos, ampliação dos beneficiários do ensino público e a extensão dos direitos trabalhistas ao campo, emergiria uma nova realidade social no país. O poder dos setores dominantes seria atingido em cheio. Tal constatação cada vez mais animava o nível de organização dos setores populares e o poder na sua circularidade, transitava até os favelados da mais cosmopolita e politizada das cidades do país.

Estas observações iniciais me levaram à formulação do principal objetivo desta dissertação que é procurar identificar e analisar as memórias construídas sobre as atuações da

organização FAFEG, atual FAFERJ. Busquei as narrativas de antigos diretores da entidade organizativa e outros documentos que tratam da organização do movimento dos favelados da cidade e das remoções de favelas.

Nos momentos iniciais da pesquisa, procurei artigos, livros, dissertações, teses e relatórios institucionais que citam a entidade. Verificou-se que esses trabalhos têm analisado, primordialmente, aspectos como o associativismo, o movimento popular, as propostas ou experiências de urbanização ou as políticas públicas para as favelas.<sup>3</sup> Os trabalhos que citam as atuações da FAFEG ou FAFERJ fazem-no com o objetivo de apresentá-las como fatores explicativos do assunto estudado. Este é o caso das referências feitas a FAFEG por Lícia do Prado Valladares em *Passa-se uma Casa*, de 1978 e de Janice Perlman em *O Mito da Marginalidade*, de 1977. A primeira autora analisa o surgimento da FAFEG no momento político em que era implementada a primeira fase das remoções de favelas a partir de 1963 e depois o programa de remoção de favelas de 1968. Janice Perlman trata da FAFEG como um fator importante no conjunto de resistências às remoções de populações faveladas da cidade, remoções que, segundo a autora, ocorriam devido ao poder da ideologia que associava a favela à marginalidade (1977:146).

A partir dessas constatações verifiquei que muito havia ainda para se pesquisar e analisar nos relatos, nas **”falas”**<sup>4</sup> dos favelados e de suas lideranças, a fim de que se acrescentassem dados novos aos conhecimentos obtidos e, dessa forma, se pudesse refletir sobre o processo de criação e atuação da organização para melhor entender como se distribuíram e atuaram os moradores das favelas do Rio de Janeiro, no tempo e no espaço da cidade.

Com este trabalho, não pretendi somente analisar as atuações da FAFERJ. Pretendi também inferir sobre o papel que a FAFERJ teve e tem, no sentido de “não permitir” a “naturalização” do espaço favela. Isto é importante porque a inscrição das realidades sociais no mundo natural acarreta a idéia de que as diferenças produzidas pela história pareçam terem sido produzidas pela natureza das coisas e que, por isso, passam a ser aceitas como normalidades. As atuações políticas da FAFERJ, mesmo ora transitando entre uma intensa

---

<sup>3</sup> Para fazer essa afirmação tive como referências o trabalho *Pensando as Favelas do Rio de Janeiro*, resultante da pesquisa analítica realizada sob a coordenação de Lícia do Prado Valladares com as equipes do IUPERJ (Instituto Universitário do Rio de Janeiro) do URBANDATA-Brasil (Banco de Dados Bibliográficos sobre a Pesquisa Urbana no Brasil) e também a pesquisa que realizei em banco de dados dos programas de pós-graduação em ciências humanas e sociais da UFRJ, UFF, IUPERJ, UNIRIO e UERJ.

<sup>4</sup> O título escolhido: E por falar em FAFERJ... se deve à alusão feita às análises das **”falas”** obtidas com a metodologia da história oral.

politização e ora entre uma aparente cooperação com o estado; ao longo de toda a sua existência, procurou, a cada momento, mostrar, por vezes, somente com a sua própria existência, que ocorre na cidade um conflito, uma luta pelo espaço físico e social contra os interesses de setores dominantes representados na estrutura das instituições do estado e da sociedade hierarquizada.

## **2. DELIMITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA**

### **2.1 Construindo o objeto de pesquisa**

Mesmo tendo sido a favelização um tema muito presente em pesquisas de ciências sociais, principalmente a partir de meados do século passado, quando muitos pesquisadores passaram a se preocupar com a pobreza e a desigualdade, há de se acrescentar novos estudos, pois, muitas das teses, então defendidas, como afirma Valladares, levaram à criação de mitos e conceitos relacionados ao espaço favela, tais como: considerar a favela um espaço absolutamente específico, singular e território da pobreza ou apresentar a favela como “*locus*” do não-trabalho (2005:149-152). Mais recentemente, como nos mostra Campos, devido à questão da violência urbana passou-se a simplificar e reafirmar a favela somente como um “espaço criminalizado” (2005:87). Os estudos sobre as favelas e a organização das populações faveladas muito ainda devem ser complementados, principalmente, por pesquisas que procurem apresentar as lembranças de quem atuou coletivamente no espaço favela. Os resultados obtidos pretendem colaborar para deixar claro o relativismo dos conceitos acima citados e para a desconstrução dos saberes que estão presentes no senso comum, na imagem construída pela mídia e também em alguns conhecimentos anteriormente produzidos na universidade.

A FAFEG, como o exposto na introdução deste trabalho, organizou-se em meio dos embates advindos dos conflitos presentes nas relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico<sup>5</sup> da cidade do Rio de Janeiro. Esses embates resultavam, ora na vitória dos poderosos setores que se encontravam representados nas instituições do estado que realizava remoções de amplas parcelas da população para áreas distantes do centro

---

<sup>5</sup> Sobre espaço físico e espaço social, foi visto em Bourdieu: “Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos *confusa*: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos”. (1991:160).



do Rio de Janeiro e, ora na vitória obtida com a resistência empreendida e conquista de direitos.

Percebi, em alguns relatos informais, em algumas citações de autores que tratam do tema da favelização e, ainda, nas informações políticas e sociais resultantes de observações efetuadas quando realizei as minhas funções de assessora jurídica da FAFERJ, nos anos de 1980 a 1986, que havia a presença de dois tipos de memórias sobre as experiências da organização. Essas memórias se relacionavam com diferentes períodos da vida da entidade organizativa. Memórias de uma entidade de luta, com confrontos radicais contra instituições governamentais que não reconheciam os interesses dos favelados e memórias de uma entidade colaboracionista, mera executora de políticas públicas para as favelas. Com o desenvolvimento da pesquisa, após ouvir e analisar as narrativas obtidas nas entrevistas realizadas e nos documentos aos quais tive acesso, tal situação se confirmou.

No entanto, verifiquei que é mais forte a presença da memória de uma entidade de luta, ou seja, de uma organização politizada, autônoma, combativa e representativa do conjunto de favelados do Rio de Janeiro. Uma memória de embates e disputas com os órgãos públicos pelos reais interesses dos favelados, uma memória que apresenta o conjunto de ações mais radicais da organização, como elemento fundamental de sua identidade política. Pode-se dizer que esse passado de lutas é uma memória muito presente e que o mesmo transformou-se na tradição de reconhecer-se a organização como entidade singular, exclusiva e destacada entre outras, suas congêneres surgidas no movimento dos favelados, antes e depois da sua criação.

Mesmo assim, algumas vezes, nos trinta anos da vida da organização que foram analisados por mim (1963-1993), encontrei memórias de momentos, em que as ações da entidade organizativa estiveram marcadas pela falta de autonomia e pela dependência dos governos, fatos que teriam atuado no sentido de que ela abandonasse o seu caráter de luta e deixasse de cobrar direitos. São memórias de uma entidade despolitizada, afeita a servir, ao clientelismo, dependente do estado e colocando-se como braço do governo para que este implementasse a sua política para as favelas da cidade.

O objetivo deste trabalho não será provar qual dessas memórias representa o que foi melhor para o conjunto de favelados, nem de constatar as ambigüidades advindas da superposição das funções administrativas de colaboração com o governo e as funções do espaço de representação política. Trata-se sim, de compreender o processo de construção e

desenvolvimento da entidade organizativa dos favelados na realidade da cidade do Rio de Janeiro, com todas as implicações existentes. A idéia é, a partir das análises das entrevistas com antigas lideranças e da análise de outros materiais, mostrar os impasses, tensões e desafios que definiram o desenho político da organização federativa, em vários períodos de sua existência.

A pesquisa se organiza em torno de três eixos temporais e espaciais principais, determinados pelas memórias resultantes, tanto da organização do espaço de atuação da organização, como das instituições que atuaram sobre as favelas da cidade. Neste ponto cabe esclarecer que a periodização para o estudo das favelas do Rio de Janeiro tem variado entre os vários autores que estudaram o tema. Procurei, quando as memórias colhidas permitiam, apoiar-me, um pouco, nos recortes temporais estabelecidos e utilizados por Valla<sup>6</sup>.

O primeiro eixo em torno do qual a pesquisa gravitou foi o da criação da FAFEG. Além de apresentar a conjuntura política do momento de criação da entidade, tive como objetivo traçar um quadro dos primeiros dez anos de atuação da FAFEG, na cidade-estado da Guanabara (1963-1973). Nessa parte da pesquisa procurou-se demonstrar que as diversas propostas então apresentadas para a solução da questão favela, especialmente a remoção, ligavam-se aos interesses antigos de uma metrópole nos trópicos e aos interesses imediatos da conjuntura política e administrativa da Guanabara dos anos 1960. A partir dessa hipótese verifica-se que a FAFEG surgiu no momento de pico das tensões entre o passado e aquele presente; entre as continuidades e as rupturas que o governo de então procurava realizar. As continuidades desejadas eram com uma cidade que fora a capital do país, cidade com um passado transformado em tradição<sup>7</sup> que lhe conferia o *status* de continuar sendo centro político e caixa de ressonância das questões nacionais. As rupturas que se buscava

---

<sup>6</sup> Sobre a periodização da história das favelas do Rio de Janeiro, construída a partir de marcos políticos, foi visto em Valla (1996). De 1882 a 1938: dos cortiços às favelas; de 1938 a 1945: os Parques Proletários; 1945 a 1954: consolidação do fenômeno favela; de 1955 a 1962: populismo desenvolvimentista e as favelas; de 1962 a 1973: período autoritário das remoções; de 1974 a 1980: novo período de redemocratização e política de urbanização do BNH. A periodização que utilizei serve-se dos dois últimos períodos estabelecidos por Valla e acrescento mais um outro: de 1979 a 1993. Atentando-se para o fato de que o ponto de vista de Valla é o das políticas públicas para as favelas e o meu é o da ação coletiva desenvolvida pela organização FAFERJ. Portanto, de 1973 a 1979, identifiquei como período de desorganização dos favelados pela inexistência de democracia e silenciamento das suas principais lideranças.

<sup>7</sup> Sobre a transformação do passado em tradição, foi visto em Hobsbawm Na “tradição inventada”, “sempre que possível tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. (1984 :9.). A “tradição inventada”, afirma ainda o autor, “corresponde àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado”.(1984:21).

eram com o atraso, os problemas urbanos como a falta d'água e o que o governador Carlos Lacerda chamava de “desordem urbana”, na qual estava incluída a presença das favelas.

Nos primeiros anos de sua existência, as ações básicas da FAFEG eram no sentido de impedir remoções<sup>8</sup> e se opor ao feixe de poderes concentrados nas mãos do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda.



**1. O candidato ao governo do estado da Guanabara, jornalista Carlos Lacerda, no primeiro plano, em visita a uma favela. Lacerda demonstrava grande conhecimento sobre as condições das favelas do estado e as razões da crescente favelização. Em 1948, na coluna Tribuna da Imprensa do Jornal Última Hora, propôs o que chamou de “Batalha das Favelas” ou “Batalha do Rio” para combater o Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra e sua insipiente política para as favelas. Durante a campanha defendeu a permanência dos favelados nos lugares em que estes organizavam suas estratégias de sobrevivência. Depois de eleito, passou a defender os interesses dos setores imobiliários que desejavam os terrenos da zona sul da cidade para incorporação de prédios de moradias para as classes média e média alta. (Lacerda na favela. 1960)**

Nesse ponto são analisadas as relações de poder entre as instituições estatais, semi-estatais ou religiosas e a FAFEG, atentando para as cinco precauções metodológicas ressaltadas por Michel Foucault: captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais corporificadas em técnicas e intervenções eventualmente violentas; estudar o poder em sua face externa, isto é, onde ele se relaciona com seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação; analisar o poder como algo que circula e só funciona em cadeia e se exerce em

<sup>8</sup> Neste período o termo “remoção” passou a ser utilizado pelo governo do estado em substituição ao termo “despejo”, utilizado pelos moradores das favelas que sofriam essa intervenção. As instituições do Estado e a Igreja passaram a usar o termo para afirmar o fato de que se estava oferecendo um novo lugar para os despejados.

rede; fazer uma análise ascendente do poder; entender que o poder para exercer-se necessita da acumulação do saber.<sup>9</sup>

Nesta parte da pesquisa, foram observados os vários elementos que estruturaram, ao longo desses dez primeiros anos, o campo político da FAFEG, onde estiveram presentes a politização das relações e os enfrentamentos radicalizados. Procurei observar a relação de identidade que se estabeleceu entre a organização federativa e os favelados, assim como também os principais elementos que sustentaram essa relação. Percebe-se que esses elementos estão bastante cristalizados nas memórias das antigas lideranças. .

A FAFEG, sob as lideranças de Vicente Ferreira Mariano e Lucio de Paula Bispo, realizou o 1º e o 2º Congressos de favelados (1964 e 1968). Em 1972 realizou o 3º Congresso. Esses eventos tiveram como principal objetivo a união das associações contra as remoções. Após o 2º. Congresso vários diretores da FAFEG foram presos, inclusive sua maior liderança que era Vicente Ferreira Mariano que veio a falecer em 1971, após sua saída de uma das prisões das várias a que fora submetido.



*2. Uma única bica d'água para atender a vários moradores; falta de esgotamento sanitário; barracos de madeira e uns poucos de alvenaria; becos e ruelas mal traçados; uma população pobre formada, na sua maioria, por negros e pardos e muitas crianças eram os cenários da maioria das favelas da cidade do Rio de Janeiro. Esse quadro era um dos fatores que o governo da Guanabara chamava de "desordem urbana" e que considerava necessário combater para que a cidade pudesse se apresentar como modelo de administração e continuação de um passado da capital que desejara, no início do século, tornar-se a Paris dos trópicos. (Bica d'água na favela do Borel, na Tijuca, zona norte do Rio)*

No segundo eixo procurei gravitar em torno do período em que a FAFEG é calada e impedida de se fazer presente no cenário político da cidade do Rio de Janeiro. O recorte temporal localiza-se entre 1973 e 1979, período iniciado após a realização do 3º.

<sup>9</sup> Sobre as precauções metodológicas, foi visto em Foucault (1979).

Congresso de Favelados de 1972, passando pela intensificação da perseguição política e pelo silenciamento das lideranças faveladas por ação dos organismos de repressão da ditadura militar; terminando com a reorganização da FAFERJ, nos primeiros meses de 1979. O objetivo principal dessa parte foi observar os limites e as especificidades da luta dos favelados através de sua entidade organizativa. Luta marcada por tensões entre a autonomia e as relações que geraram dependência das instituições governamentais.



*3. Vicente Ferreira Mariano (primeiro à esquerda, usando óculos), presidente da Associação de Moradores da Favela do Morro de São Carlos foi um dos iniciadores do movimento dos favelados contra as remoções colocadas em curso pelo governo da Guanabara no início da década de 1960. Foi presidente da FAFEG e organizou, junto com lideranças como Lucio de Paula Bispo, os dois primeiros Congressos de favelados da cidade. (Vicente Ferreira Mariano. 1968).*

Tais limites e especificidades originaram a atividade rotineira e cotidiana de atuar praticamente como parte da estrutura administrativa do estado. Foram verificados as composições de interesses, alianças políticas e o peso da atuação das instituições do estado sobre a entidade organizativa e, foram também observadas as atuações frustradas contra as muitas remoções do período. Nessa parte, observaram-se as posições tomadas pela organização, através de seus diretores, num campo em que se preteriu os enfrentamentos em favor da cooptação e cooperação, atitudes que fizeram predominar, no período, a posição das favelas do Rio de Janeiro como *locus* privilegiado de práticas eleitoreiras que estabeleciam uma relação de troca entre o voto e os favores obtidos.

Uma terceira parte da pesquisa gravita em torno do eixo do ressurgimento e reorganização da FAFERJ, em 1979, chegando até 1993. Neste período de quase quinze anos, a FAFERJ foi presidida, durante onze anos por Irineu Guimarães, detentor de um grande carisma político na condução da entidade.

A literatura sobre as favelas apresenta a reestruturação da FAFERJ <sup>10</sup> em 1979 como um marco, uma alternativa de organização autônoma dos favelados.



*4. As remoções das favelas do eixo Tijuca-Méier, durante o governo Carlos Lacerda e o governo Negrão de Lima, tornaram comuns cenas de móveis, colchões e utensílios domésticos espalhados em ruelas e becos das favelas para que os moradores os carregassem para os novos conjuntos habitacionais ou para outros locais que pudessem lhes servir de moradia. (Revista do 4º Congresso da FAFERJ. 1984:11). Reprodução de Foto Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro.*

O ressurgimento da FAFERJ na cena política ocorre num momento de enorme expansão dos movimentos urbanos e a organização ganha grande visibilidade juntando-se a outras organizações do movimento popular. O objetivo comum dessas organizações era por um fim à ditadura militar e ao grande arrocho salarial da política econômica em vigor. Vivia-se o governo do general João Figueiredo e estava em curso a chamada “abertura política” iniciada desde o governo anterior do general Ernesto Geisel. A forte urbanização ocorrida no período dos governos militares e a ausência de uma política de habitação para as classes populares levaram à formação de cidades com grande concentração de populações marginalizadas e no Rio de Janeiro cresceu a população residente em favelas

Foram observadas as ações da FAFERJ organizando novas Associações de Moradores e colaborando para a construção de um novo caráter para essas Associações, suas filiadas, um caráter de luta e de efetiva representação dos favelados. A FAFERJ, neste

<sup>10</sup> Sobre reorganização da FAFERJ em 1980, foi visto em Burgos (2004) e Valla (1986).

período, organizou dois Encontros Estaduais de Favelas e o 4º. Congresso de Favelas em 1984. Foram espaços de demonstração de força organizativa e de apresentação de reivindicações. Foram também momentos de comemorações<sup>11</sup> que tinham como objetivo reafirmar a identidade política da FAFERJ, como a entidade que esteve sempre presente nos momentos de luta e pela garantia dos direitos. O 4º. Congresso foi em homenagem àquele que se tornara o símbolo da luta dos favelados do Rio de Janeiro: Vicente Ferreira Mariano, morto em 1971, poucos meses depois de ter saído da prisão que lhe fora imposta pelos organismos de repressão da ditadura militar.



**5. Da esquerda para a direita: Duque, presidente da Associação de Moradores da favela do Vidigal, Irineu Guimarães, presidente da FAFERJ e Arnaldo José dos Santos, da favela do Parque Proletário da Penha compondo a mesa do 1º Encontro Estadual de Favelas, em 1980, realizado na sede do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, na rua Ana Néri, local que já havia sido palco de lutas no período anterior à instalação da Ditadura Militar, em 1964, e que permanecia como espaço aberto para as manifestações e ações coletivas que levavam à reorganização do movimento popular, no início dos anos 1980. ( 1º Encontro Estadual de Favelas. 1980)**

A prática política da FAFERJ, nesses anos, foi pautada pela construção de redes sociais que procuravam dinamizar as ações da entidade no sentido de obter-se o atendimento das reivindicações. Esse período foi marcado por uma intensa atuação política

<sup>11</sup> Sobre comemoração e sua relação com a memória e a identidade social, foi visto em Pollak (1992) no seu estudo sobre o “enquadramento de memória” e nas suas análises sobre os investimentos que alguns membros de um grupo fazem, ao longo do tempo, em um trabalho de destacar pessoas e eventos que devem ser comemorados para dar a cada membro do grupo o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência.

em que todo o movimento popular se reorganizava, nos momentos finais da ditadura militar. A FAFERJ passou a ter grande projeção e ampliou o seu espaço físico de atuação para todo o estado do Rio de Janeiro e seu espaço político projetando-se nacionalmente no movimento de Associações de Moradores. Participou ativamente da organização da CONAM<sup>12</sup>. Caravanas de favelados do Rio de Janeiro, coordenadas pela FAFERJ participam de encontros organizativos em outras cidades brasileiras como São Paulo e Brasília, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre com a finalidade de nacionalizar a luta dos favelados pela apropriação do espaço urbano e dos moradores das cidades por melhores condições de vida, todos unidos contra a ditadura militar.



*6. O 4º Congresso de Favelas ocorreu em 1984, na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa). A utilização deste local para realização do evento demonstra as características das ações da organização – a construção de redes com outras entidades com as quais tinha um interesse comum – o fim da ditadura. (4º Congresso, 1984, na sede da ABI).*

A partir de 1984, se abrandou um pouco a ameaça constante das remoções de favelas e ressurgiram as práticas de cooperação com os órgãos estatais em atitudes semelhantes às do período 1973 - 1979. Resulta dessas práticas a facilidade com que as intervenções do estado ocorreram nas favelas do estado principalmente como espaço para implementação de projetos como o *Mutirão*.

Já no início dos anos 1990, as práticas da FAFERJ ficaram bastante prejudicadas por um conjunto de fatores antigos e novos que abalaram sua representatividade. Fatores antigos como a falta de autonomia diante do governo e cooptação das lideranças. Fatores novos como os problemas surgidos a partir da entrada de um novo elemento

<sup>12</sup> CONAM- (Confederação Nacional de Associações de Moradores) Organização criada no Encontro Nacional de Associações e Federações de Moradores realizado em novembro de 1981 na cidade de São Paulo, no auge da atuação dos chamados novos movimentos sociais urbanos, que além de reivindicarem o direito à cidade, lutavam pelo fim da ditadura militar



complicador nas favelas da cidade: o tráfico de drogas e sua principal consequência que é a violência urbana. A FAFERJ, assim como as demais organizações dos setores mais desprivilegiados da sociedade, passou a viver os momentos de crise da ação coletiva e dos movimentos populares tendo pouco espaço de atuação para o cumprimento das suas finalidades iniciais.



**7. A demonstração do tipo de relação de cordialidade e cooperação que a FAFERJ manteria com os órgãos do governo, nos anos que se seguiriam ao 4º Congresso de 1984, foi a presença do então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, no evento para receber das mãos do presidente da FAFERJ Irineu Guimarães as reivindicações do conjunto de favelados da cidade, que se resumiam no lema do Congresso: “Transformar as favelas em bairros populares”. (Prefeito Marcelo Alencar no 4º Congresso. 1984).**

A FAFERJ, já nos primeiros anos da década de 1990, posiciona-se, sentindo a instabilidade das organizações sociais que viam ameaçadas sua memória e seu espaço pelas novas condições de um novo espaço-tempo incompatível com o das organizações posto que, cada vez mais, esses novos tempos propõem um alisamento na busca de soluções individuais e sem resistências organizadas.



*8. Policial com arma direcionada para a favela do Morro de São Carlos, onde mira um determinado alvo. No final dos anos 1980 e início da década de 1990, a entrada do tráfico de drogas nas favelas da cidade, as ações do crime organizado e a intensificação da repressão policial, foram fatores que contribuíram para que a favela passasse a ser considerada como um “espaço criminalizado”, situação que, cada vez mais, dificultou o desenvolvimento das ações da FAFERJ. (Morro de São Carlos, sem data).*

## **2.2 Revendo a literatura**

Como já foi afirmado anteriormente, a criação e as atuações da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro não foram, especificamente, objeto de pesquisa até hoje. No entanto, este trabalho, tem extensa árvore genealógica formada por imenso número de trabalhos que citaram a FAFERJ para exemplificar aspectos como o associativismo, o movimento popular, as propostas e experiências de urbanização e as políticas públicas para as favelas. Outros trabalhos apresentam a FAFERJ como exemplos, entre outros, de momentos em que ocorreu a organização dos movimentos sociais urbanos dentro do paradigma da ação coletiva. Após uma revisão das evidências disponíveis no campo por pesquisas anteriores que tiveram relação com o tema e pretendendo colaborar para a sedimentação dos conhecimentos anteriormente construídos, procurei elaborar um resumo de alguns desses trabalhos com o objetivo de verificar pontos de contato e as necessidades de aprofundamento do tema.

O trabalho de Vânia Bambirra “*Favelas e Movimento de Favelados no Estado do Rio de Janeiro*” analisa as políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro nos anos 1960 e 1970, principalmente no que diz respeito à remoção de favelas e a evolução política das Associações de Moradores. Além de analisar o crescimento da população favelada no Estado do Rio de Janeiro, cita a FAFERJ como exemplo do associativismo característico do período.

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito da disciplina Sociologia Urbana e publicada no periódico *Política & Administração*, v1, n.2, jul/set, 1985. pp.239-254 e está localizada na Biblioteca Central da Fundação Getulio Vargas e na Biblioteca Central de Gragoatá na Universidade Federal Fluminense.

Celso Simões Bredariol no artigo “*Urbanização integrada, um Compromisso Democrático*” onde relata os diferentes processos de urbanização das favelas, a repressão contra o movimento de favelados e a luta comunitária de resistência. Apresenta um quadro dos modelos de urbanização das favelas e a remoção como objeto de uma política de governo em grande escala. Cita a FAFERJ como exemplo do movimento de moradores e associativismo. Foi publicado na divulgação institucional da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) “*Pensar e Fazer*”, Rio de Janeiro, Assessoria de Comunicação Social da Secretaria de Desenvolvimento Social em 1988. pp. 18-27 e encontra-se na Biblioteca do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) e na Biblioteca do IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O artigo de Marcus de Lontra Costa “*Favelas, Rio: a terceira cidade do Brasil*” relata um debate sobre a situação das favelas do Rio de Janeiro, suas causas e as possíveis melhorias na vida dos moradores, no qual participaram entre outros, o Presidente, o Secretário de Divulgação, o Presidente do Conselho Fiscal da FAFERJ e o arquiteto Oscar Niemeyer. Foram discutidas as atuações da FAFERJ, seu trabalho no Morro do Borel e sua integração junto às associações de moradores nos bairros operários, chamando atenção para a necessidade de doar terras aos favelados, com destaque para a experiência da CODESCO (Companhia para o Desenvolvimento da Comunidade) nesse sentido. Foi publicado no periódico *Módulo*, Rio de Janeiro, n. 57, fev.1980, pp.18-27. Encontra-se na Biblioteca da Caixa Econômica Federal e na Biblioteca Nacional.

O artigo “*FAFERJ. Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. História da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro*” foi uma produção institucional, publicada na *Coleção Temas Sociais*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 172, 1982, pp. 31-39. Descreve uma conferência de diretores da FAFERJ que conta a história da federação fundada em 1963. Avalia e detalha a elaboração de metas contra a remoção de favelas, favoráveis à sua urbanização, ao acesso à propriedade da terra, e à reforma agrária no país. Relata as lutas passadas e as atividades realizadas, avalia a situação presente, em 1982 e elabora metas futuras. Encontra-se na Biblioteca do Centro Brasileiro de

Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, situado a Rua Santa Luzia 685/2º andar, Centro do Rio de Janeiro.

A pesquisa de Nisia Verônica Trindade Lima que gerou a dissertação de mestrado em Ciência Política defendida no IUPERJ em 1989, “*O Movimento de Favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*”, reconstituiu as lutas sociais ocorridas em favelas do Rio de Janeiro, entre a criação da União dos Trabalhadores Favelados em 1954, e as mobilizações organizadas pela FAFEG – Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara, contra a política de remoções adotada pelo Estado de 1962 a 1973. Encontra-se na Biblioteca do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro).

O artigo de Lídice Aparecida Maduro intitulado “*Participação e Movimentos Populares*”, publicado na Revista Ciência Política, Rio de Janeiro, v.29.n.4, out/dez, 1986. pp. 49-66, observa o funcionamento dos movimentos formados pelas Associações de Moradores, tanto representativas da classe média quanto defensoras dos interesses de moradores das favelas, através de suas federações representadas pela FAMERJ e FAFERJ. Faz um levantamento dos principais temas que são objeto de suas reivindicações e das conquistas obtidas junto aos órgãos do governo, verificando de que forma essas associações de interesses estão inseridas nas Constituições modernas. O artigo considera que os movimentos sociais de bairro, apesar de sua organização e mobilização cada vez mais intensa, não têm poder suficiente para influir de maneira mais objetiva junto ao poder público a fim de desenvolver uma gestão mais eficaz em prol dos anseios populares. E conclui pela necessidade de buscar formas legais de representação e também modernizar as instituições na nova Carta Constitucional de 1988 para corresponder a esses anseios. Encontra-se na Biblioteca do IUPERJ.

O artigo de Ana Maria Noronha intitulado “*Pastoral de Favelas*” foi publicado em 1985, na Coleção Temas Sociais, Rio de Janeiro, ano 17, n.193, pp.110-111. Relata o surgimento da Pastoral de Favelas que permitiu a abertura de espaços para os favelados discutirem seus problemas dentro das paróquias. O artigo faz referência ao apoio prestado pela Pastoral às Associações de Moradores e à FAFERJ, além de discorrer sobre as atividades desenvolvidas, na época, entre elas a implantação de um serviço jurídico de assistência ao favelado. Encontra-se na Biblioteca do CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais).

O associativismo, a remoção e as habitações provisórias são discutidos na dissertação de mestrado defendida por Cláudia Peçanha da Trindade, na Universidade Federal Fluminense no ano de 2006, cujo título é *“Entre a Favela e o Conjunto Habitacional: programa de remoção e habitação provisória”*. O trabalho teve como objetivo discutir o Programa de Remoções de Favelas, no Rio de Janeiro, e a constituição de espaços de habitação provisória dentro desta política, com ênfase no Centro de Habitação Provisória de Nova Holanda, durante as décadas 1960 e 1970, período de grande atuação da FAFERJ contra as remoções. Encontra-se na Biblioteca de Gragoatá na Universidade Federal Fluminense.

A dissertação de mestrado defendida por Mario Sérgio Ignácio Brum, em 2006, na Universidade Federal Fluminense cujo título é *“O povo acredita na gente: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990”*. Nela o autor conclui que nas décadas de 1980 e 1990 o movimento comunitário urbano na cidade do Rio de Janeiro passou por uma redefinição, marcada pelo processo de redemocratização política que marcou este período da história do Brasil. Surgem lideranças identificadas com um novo associativismo, em luta pela urbanização de favelas e consolidação de suas organizações, garantindo um maior investimento em obras e serviços. Inclusive, ocorre a entrada de muitas lideranças no aparelho de Estado. Ocorre também a entrada de novos atores políticos na favela, como as Ongs (Organizações não-governamentais) e o tráfico de drogas. Neste contexto, verifica-se a ocorrência de mudanças na posição do movimento comunitário, que podem ser percebidas na ocorrência de um associativismo de resistência e um associativismo de serviço. Brum mostra como essas duas categorias se apresentam na entidade federativa FAFERJ.

Por último, foi visto o artigo de 2005 *“Favelas e Democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas”* dos professores e sociólogos Luiz Antonio Machado da Silva e Márcia Pereira Leite, o qual tem como proposta dar continuidade à discussão do “problema favela” iniciada por Machado em artigo *A Política na Favela* de 1967, e observar os efeitos desse problema tanto para formulações de políticas públicas quanto para a organização de base dos favelados. Tem como objetivo analisar os limites e as possibilidades da ação coletiva nas favelas num quadro em que a favela cada vez mais se fragmenta. As inferências apresentadas são baseadas nas observações feitas no acompanhamento de alguns fóruns e movimentos, em especial a Agenda Social Rio e o

Movimento Popular de Favelas. Cita a Federação FAFERJ como um exemplo de formas institucionais de agregação dos moradores de favelas da cidade.

### **3. REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Os conceitos empregados e suas inscrições teóricas**

Apresentando a mesma metáfora utilizada pela professora Myrian Sepúlveda dos Santos em *Memória Coletiva e Teoria Social* (2003:13), utilizarei, ao longo do trabalho, abordagens teóricas que serão como “lentes de aumento” que me ajudarão a compreender melhor certos aspectos da realidade. As lentes serão escolhidas de acordo com o andamento da pesquisa e ainda concordando com a referida autora, entendo que elas, à medida que forem sendo usadas, deixarão marcas no objeto observado.

A pesquisa realizada para a presente dissertação girou em torno de algumas questões básicas que estiveram reunidas num quadro teórico que concentra atenção em fatores como o poder, a desigualdade e a luta. Procurei, como referências, autores que observam que a sociedade é composta de grupos sociais distintos que perseguem seus próprios interesses e que certos grupos beneficiam-se das riquezas produzidas coletivamente mais do que outros. Essa situação dá lugar ao surgimento do conflito que traduz a maneira pela qual os homens ou os grupos sociais expressam seu inconformismo diante dos fatos. Procurei utilizar as lentes de aumento que não aceitam a concepção natural e naturalizante das relações sociais que faz derivar a sociedade da natureza humana, ignorando que tais relações são resultantes de um processo histórico e social.

No entanto, por tratar-se este trabalho de uma pesquisa realizada no campo da Memória Social, não poderei, de forma alguma, deixar de apoiar-me, também, nas reflexões dos teóricos que, embora tenham tido uma perspectiva que somente concebia os aspectos da vida social em que há harmonia e concordância, abordaram a questão da memória de forma bastante abrangente. Este é o caso do filósofo francês Henry Bergson (1859-1941) e do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945). Esses autores, com as suas teorias me ajudaram a pensar e formular questões acerca das situações presentes nas memórias narradas sobre as atuações da organização federativa dos favelados.

Ao observar os fatos que as fontes relativas às primeiras ações da FAFERJ que se concentravam no sentido de reagir contra os despejos e remoções, procurei analisá-los,

seguindo os passos percorridos por teóricos das ciências sociais que analisam o poder, a forma como ele se distribui na sociedade e as mudanças que são inerentes a essas distribuições. Verifiquei, empiricamente, que qualquer forma de organização pode ser usada como recurso de poder, além daqueles que residem na produção e que conseqüentemente geram o poder sobre os meios de informação e controle sobre os pontos decisivos de tomada de decisões. Comprovou-se que a mobilização dos setores populares e a institucionalização de suas organizações são também fontes de poder. Para analisar a questão do poder e as relações de poder existentes no processo de criação da FAFEG e ao longo do período que vai de 1963 a 1993, estive atenta às reflexões de Foucault de que o Estado não pode ser entendido como aparelho detentor do poder. O que há é uma articulação com poderes locais específicos, circunscritos a uma pequena área de ação analisada em termos de instituição. O poder não está cristalizado em nenhum ponto específico da estrutura social, pois ele funciona em rede de aparelhos dispersos e mecanismos em que estão envolvidos os vários atores sociais. Esses pressupostos me auxiliaram na compreensão do surgimento da FAFEG em 1963, desarticulando os poderes públicos que através de instituições estatais, semi-estatais e religiosas, procuravam concentrar poderes e atuar no sentido de remover os favelados da zona sul da cidade. Procuravam disciplinar o conjunto de favelados de forma que estes não incomodassem a ordem instituída.

Aproveitei também as sistematizações e formulações feitas por Bourdieu em *“O Poder Simbólico”* composto de escritos da década de 1970, que, embora tenham rejeitado o método genealógico de Foucault para o entendimento do poder e das relações de poder, me favoreceram com sínteses que possibilitaram o entendimento das produções ou instrumentos simbólicos como estruturas estruturantes, como estruturas estruturadas ou como instrumentos de dominação. A primeira compreendendo os instrumentos simbólicos como construtores de realidades e a segunda entendendo-os como meios de comunicação e a terceira como instrumentos de dominação e poder. Para Bourdieu o poder simbólico se define numa relação entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz. O sociólogo nos leva a compreender que o poder simbólico é uma forma transformada, irreconhecível e legitimada das outras formas de poder.

No primeiro caso foi analisada a criação da FAFEG, em 1963, como uma organização defensiva e representativa dos favelados da cidade organizados em ação coletiva de forma autônoma e inovadora rejeitando as formas tradicionais de atuação política e criando

alternativas ao nível das próprias coletividades. Porém não pude deixar de perceber uma clara contradição quando a organização FAFEG procura as instituições do Estado para o atendimento de suas reivindicações. Como ficava sua autonomia diante das instituições? Para melhor compreender tal questão procurei focalizar alguns problemas teóricos que estão presentes nas análises sobre os movimentos sociais e as complexas relações desses movimentos com a estrutura institucional dominante. Para isso foram fundamentais as observações feitas pelo professor Renato Raul Boschi em *A Arte da Associação* de 1987. Neste trabalho o autor além de concluir sobre a importância de contextualização dos movimentos sociais, analisa aspectos da teoria disponível sobre ação coletiva, institucionalização e participação. Mesmo suas análises tendo sido feitas com base em um trabalho empírico por ele realizado sobre os “novos movimentos sociais”, assim chamados aqueles que tiveram lugar após os anos 1980, delas pude retirar as reflexões sobre a institucionalização, no sentido amplo, da ação coletiva, independente do momento político em que esta ocorra. Boschi afirma que

A práxis política exige das coletividades o enfrentamento cotidiano com o Estado e, para tanto, mais do que as demonstrações ou a participação errática das massas, torna-se essencial algum mecanismo institucional que assegurasse autonomia e eficácia na representação de interesses. E precisamente aquele meio-termo parecia difícil de atingir, já que a manutenção da autonomia levava a um provável insucesso, enquanto um êxito relativo caracterizava o envolvimento pela lógica do Estado.(1987:14)

Boschi não se sentindo satisfeito com as constatações acima foi bem mais adiante e procurou responder a questão seguinte: “Em que medida as coletividades seriam capazes de remodelar instituições e consolidar canais duradouros de participação e representação de interesses?”.(1987:15) No estudo do caso que realizei - “a criação da FAFEG”- cheguei até este ponto questionado por Boschi, e verifiquei que as ações da entidade postas em prática por seus diretores não procuravam ignorar o Estado e outras instituições como os partidos políticos ou o processo eleitoral. Pelo contrário, buscavam instituir-se como uma organização sob as condições legais exigidas pelo aparelho burocrático. Era uma das formas práticas de procurar igualar-se às instâncias do poder burocratizado do Estado. Uma das primeiras providências das lideranças que criaram a FAFEG foi a inscrição da organização no Cartório de Pessoas Jurídicas do Estado. Além disso, havia o encaminhamento para que todas as suas filiadas, as Associações de Moradores, se instituissem como pessoas jurídicas, registradas em cartório próprio. A FAFEG buscava, sobretudo,



remodelar as instituições exigindo direitos e em várias situações logrou êxito, fazendo-se ouvir sempre que reagia a programas e projetos que não eram do interesse dos favelados da cidade.

No segundo caso estudado, o 1º Congresso, verifica-se que os participantes do evento promovido pela organização recém-criada discutiram problemas bastante específicos das favelas como a luta pela permanência no lugar, urbanização, fornecimento de água e eletricidade, etc. Ficou para mim evidenciado que a ação coletiva, narrada na entrevista de Lucio de Paula Bispo, dava-se ainda, naqueles primeiros momentos, em função da premência dos recursos para sobrevivência no meio urbano e das dificuldades de obter os serviços públicos controlados pelas elites da sociedade. No terceiro caso estudado, o 2º Congresso de 1968, verifica-se, ainda com base na análise de documentos e na literatura existente que o caráter da ação coletiva mudara imensamente quando comparado ao do 1º Congresso. Os documentos e discursos expressam-se em termos de classe e em termos de problemas nacionais como carestia, inflação, questão salarial, exploração da classe trabalhadora etc., a despeito do fato de que, naquele momento, o país vivia o silenciamento imposto pelos organismos de repressão da ditadura militar. Os sociólogos Anthony Leeds e Elizabeth Leeds ao comentarem sobre o conteúdo das discussões ocorridas no 2º Congresso de Favelas afirmam que “Emergira uma clara concepção de solidariedade de classe, indo muito mais além dos interesses das fragmentárias áreas de moradia...” (1978:165)

O Terceiro Congresso em meio à repressão e constantes prisões de seus dirigentes, foi analisado como um exemplo da capacidade de resistência dos moradores das favelas e das lideranças da FAFEG. Percebe-se a presença da mobilização de redes de comunicação e constância de discussões de questões de política geral. As lideranças que se estabeleciam no movimento de favelas estavam mais amadurecidas politicamente, pois, a maioria delas, era organizada politicamente<sup>13</sup> e procurava, a cada momento, articular o movimento de favelas com os demais movimentos populares. Para analisar esses aspectos baseei-me nos estudos do sociólogo espanhol Manuel Castells concernentes às características das ações coletivas e o papel de suas lideranças no processo de organização política nos meios urbanos. A observação desses aspectos me possibilitou concluir que, nos meios urbanos, o processo de organização política e ideológica dos grupos sociais desprivilegiados, é formado em função das estratégias de vida, das decisões tomadas diante das restrições que lhes são

---

<sup>13</sup> A maioria da Diretoria da FAFERJ era formada por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), colocado na clandestinidade pela ditadura militar.

impostas e, sobretudo, pelos encaminhamentos e ações organizativas de suas lideranças. Isso permite que se rejeite, junto com a socióloga Alba Zaluar, algumas idéias normalmente aceitas, segundo as quais as populações faveladas estão sempre distanciadas dos debates políticos, devido ao fato de que todas as suas energias são canalizadas para a luta diária contra as adversidades que lhes são impostas pela vida na cidade; tornando-se, dessa forma, presas fáceis das manobras políticas, da cooptação e da manipulação das elites. Zaluar, em seu livro *A máquina e a Revolta* de 1985, apresenta os resultados de suas pesquisas realizadas no conjunto habitacional da Cidade de Deus, para onde foram removidos muitos favelados da cidade. A autora faz um estudo sobre as organizações populares e o significado da pobreza e rejeita as teorias apresentadas pelos pensadores sobre a categoria dos “trabalhadores pobres”. Afirma que estes atores sociais, embora tenham sido colocados no centro das atenções de muitos teóricos, não foram compreendidos como agentes de renovação ou transformação social.

Ao contrário, sobre eles caiu grande parte da culpa pela ausência de mudanças significativas e pela conseqüente estagnação política e econômica nessas sociedades. Sua consciência foi dissecada e qualificada em nome dos anseios por uma sociedade melhor. E a conclusão, salvo variações menores, tem sido a de que sua pobreza coloca obstáculos grandes à sua ação coletiva e autônoma, enquanto grupo social organizado, e à visão crítica da sociedade, cujos grupos dominantes empreendem em relação a eles inúmeras estratégias de dominação. Daí, os “pobres” serem presas usuais do próprio imediatismo de suas reivindicações, da fragmentação de seus interesses em demandas paroquiais e das crenças irracionais na sorte ou em lideranças carismáticas como solução de seus problemas. Nas dicotomias presentes nos estudos sobre o seu papel político, aos “pobres” urbanos coube carregar o peso do fisiológico em oposição ao ideológico, do tradicional em oposição ao moderno, do atraso em oposição ao avanço, do pessoal particularista em oposição ao impessoal universal e, acima de tudo, do material imediato em oposição aos ideais mais amplos, gerais e prementes da sociedade nacional. (1999:35)

No segundo eixo temporal (1973-1979), observei as conseqüências das ações dos organismos da ditadura militar sobre a organização. Foram objeto de análise as perseguições e as estratégias de resistência dos favelados. Os casos estudados foram o papel que a favela do Morro de São Carlos teve naqueles momentos como “um verdadeiro quartel general da resistência”<sup>14</sup>, o papel desempenhado pelas Associações de Moradores tuteladas pela Fundação Leão XIII e as alianças das Associações de Moradores e da FAFERJ com o chaguismo<sup>15</sup>. No primeiro caso, o da Favela do Morro de São Carlos, observamos que o

---

<sup>14</sup> Expressão utilizada por Lúcio de Paula Bispo em entrevista concedida em 15.10.2007

<sup>15</sup> Chaguismo: Diz-se do conjunto de ações dos partidários do governador do estado do Rio de Janeiro Chagas Freitas que empreendia uma política clientelista nas favelas e formou uma bancada de deputados do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com votos dos setores populares. O MDB era o partido de oposição consentida

espaço que fora formador de identidades ligadas ao aspecto de sociabilidades criadas a partir da música, do samba; no início dos anos 1970, torna-se espaço formador de novas identidades ligadas à participação política. O morador da favela do Morro de São Carlos, cuja Associação de Moradores era presidida pelo também presidente da FAFEG, Vicente Ferreira Mariano, identifica-se como o morador de um lugar de resistência, de discussões políticas e organizador da luta contra a ditadura militar. Com este caso procurei propor uma reflexão sobre a construção de identidades a partir das referências do lugar e o papel da memória na construção dessas identidades. Para essas análises apoiei-me nos estudos do sociólogo Pierre Bourdieu sobre o funcionamento do espaço social e a vontade de distinção dos indivíduos e dos grupos como elemento fundamental na construção das identidades.

Na maior parte dos anos 1970 as Associações de Moradores filiadas da FAFERJ, cujos presidentes compunham o Conselho de Representantes da organização estiveram tuteladas pela Fundação Leão XIII órgão que antes pertencera à Igreja Católica, tendo sido incorporada pelo governo da Guanabara. Procurei analisar os interesses do governo do estado que agia no sentido de anular toda e qualquer iniciativa mais autônoma das Associações de Moradores procurando torná-las braços que agissem implementando a política clientelista que estava em curso. Neste período, a maioria dos diretores da organização foi cooptada e muitos passaram a ocupar cargos administrativos na Fundação Leão XIII.

O terceiro eixo inicia-se no ano de 1979, quando foi reorganizada a FAFERJ como entidade autônoma e representativa dos favelados do Rio de Janeiro. Com base nas entrevistas temáticas e também no que posso considerar um trabalho etnográfico, pois estive presente em vários momentos do processo estudado quando então desempenhava atividades de assessora jurídica da FAFERJ, foi observado o processo de reorganização da FAFERJ. Ocorria um interesse generalizado pelos valores democráticos perpassando as barreiras de classe. Vivia-se no nível político-institucional o processo de abertura política, que tentava reprimir o que considerava radicalismos de esquerda. A luta anti-regime ganhava amplitude. Os diretores da chamada “Nova FAFERJ”, na sua maioria pertenciam à organização de esquerda MR-8 e defendiam a necessidade de construção de uma frente popular e democrática para a derrubada da ditadura. A orientação das lideranças era no sentido da construção de redes sociais como estratégias para efetivação das ações coletivas que encontraram

---

criado pelo Ato Adicional N° 2 de 1965 que extinguiu os partidos políticos existentes, criando a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), o governo e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), a oposição. A questão do “chaguismo” será retomada, mais adiante, nesta dissertação.

culminância na organização dos Encontros Estaduais de Favelas em 1981 e 1982 e do IV Congresso de 1984.

Neste eixo procurei também apresentar as observações sobre o papel dos estudantes como assessores da diretoria da FAFERJ. É a partir da participação dos estudantes de Medicina e de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro que se organizarão os Departamentos Médico e Jurídico da entidade. Aqui, foram aproveitadas as conclusões de Castells para analisar a aliança entre os estudantes pertencentes às classes médias e altas e os moradores de favelas. O autor, ao analisar as ações coletivas nos meios urbanos, conclui que os problemas urbanos favorecem a construção da aliança de classes. Os estudantes tinham em comum com o conjunto de favelados, além da luta pelo fim da ditadura militar, a luta pelo direito à cidade. “Os problemas urbanos desempenham, então, um papel privilegiado na construção da aliança de classes sobre bases reivindicatórias (e não somente políticas), devido ao seu pluralismo e ao seu caráter de contradição secundária, mais diretamente ligadas ao aparelho de Estado” (Castells, 1983:580).

O processo de expansão da área de atuação da FAFERJ para todo o Estado do Rio de Janeiro com a criação das Delegacias de Campos, de Niterói, Duque de Caxias e de Nova Iguaçu e de expansão de poder organizando o movimento dos favelados num nível nacional são apresentados com o apoio nas análises sociológicas da política urbana realizadas pelo mesmo Castells em a *Questão Urbana* de 1983. O autor faz um estudo do espaço físico urbano e apresenta uma delimitação teórica que o entende como o desdobramento das relações de poder. Esses estudos de Castells serviram, também, de base para as análises que fiz do conteúdo das entrevistas e do material relativo ao Quarto Congresso de 1984. Foi possível perceber o nível de organização política da FAFERJ e o reconhecimento por parte dos órgãos do estado e por políticos interessados em votos ou outros interessados em mudanças sociais. A entidade acumulara grande poder por representar, de forma autônoma e independente, até certo ponto, o numeroso segmento dos favelados da cidade.

São também apresentadas as relações da FAFERJ com o brizolismo<sup>16</sup> e suas políticas sociais e urbanizadoras. Procurei analisar essas relações a luz das reflexões de Machado Silva em *A Política na Favela*” de 1967. O autor tece considerações sobre a atuação política do favelado no nível local e supra-local e mostra algumas características dessas atuações:

---

<sup>16</sup> Brizolismo: Práticas políticas dos partidários do Governador Leonel Brizola que governou o Rio de Janeiro no período de 1983 a 1986.

De fato, além de alguns políticos favelados conseguirem atuar acima do nível meramente local (embora poucos), a atividade cotidiana do político tende sempre a ampliar-lhe a rede de relações e influências, fazendo-o transcender o nível anterior de atuação. Nesse sentido, todo e qualquer político favelado – tanto como o não favelado – teria potencialmente condições de superar sua referência local, o que realmente acontece com alguns. Entretanto, na medida em que se amplia sua área de atuação, maior a vinculação do político com grupos partidários, e maior a dependência deles. Desse modo, quanto mais transcende o nível local, cada vez mais amplos e profundos compromissos com as “panelinhas” político-partidárias supralocais, de modo que as ações são cada vez menos orientadas e referidas especificamente às favelas. (Silva,1967:46)

Nas eleições gerais de 1982, vários diretores da FAFERJ, muitos presidentes das Associações de Moradores e membros do Conselho de Representantes concorreram a cargos eletivos, a maioria deles filiados ao Partido Democrático Trabalhista – o PDT de Leonel Brizola. Mesmo poucos desses candidatos tenham sido eleitos, pode-se observar a ampliação da rede de relações e influências dos mesmos, o que, em certa medida, colaborou para a implantação dos projetos políticos e sociais do governo de Leonel Brizola nas favelas da cidade. Nota-se também o comprometimento da diretoria da entidade e da maioria dos membros do Conselho de Representantes com o governo do PDT.

Nesta fase da FAFERJ também foram organizados torneios de futebol, de sueca, festivais de música e concurso da rainha da FAFERJ. As preocupações culturais da entidade foram analisadas à luz das reflexões que as entende como formas de aglutinação, espaços de conagração, de criação de sociabilidades e também como estratégias para que se realizassem transformações nos grupos sociais. Procurei analisar essas atuações da FAFERJ dentro da categoria das atividades festivas consideradas pelo antropólogo Roberto DaMatta, como “ritos de reforço”, uma vez que as mesmas procuravam celebrar e reafirmar os valores existentes, jamais contestar a ordem estabelecida. A FAFERJ queria, com essas atividades, ora destacar a beleza da Rainha das Favelas, ora o talento musical ou para o futebol do morador da favela, ou seja, mostrar para todos os valores do grupo social dos favelados da cidade. Com isso, a entidade procurava minorar preconceitos e integrar a favela ao restante da cidade.

### 3.1.1 A Memória

As relações entre memória e sociedade têm se intensificado ao longo do tempo, porém essas relações que se apresentam de forma bastante indiscutíveis, para nós, somente

foram abordadas no final do século XIX. Até então, a memória era entendida como um fenômeno estritamente individual e subjetivo ou como uma simples função mecânica do corpo.

O filósofo francês Henri-Lois Bergson, numa primeira tentativa de retirar a memória do campo das atividades meramente físicas e mensuráveis em laboratório, relaciona-a ao espírito e identifica-a com a consciência humana.

Quem diz espírito diz, antes de tudo, consciência. Mas o que é a consciência? É claro que não vou definir algo tão concreto, tão constantemente presente à experiência de cada um de nós. Mas, sem dar da consciência uma definição que seria menos clara do que ela própria, posso caracterizá-la pelo seu traço mais aparente: consciência significa primeiramente memória. À memória pode faltar amplitude; ela pode abarcar apenas uma parte ínfima do passado; ela pode reter apenas o que acaba de acontecer; mas a memória existe, ou então não existe consciência. (Bergson, 1979:71)

Foi o sociólogo francês Maurice Halbwachs, seguidor de Emile Durkheim, autor de *“Les cadres sociaux de la mémoire”* (1925) que, inegavelmente, foi um dos teóricos que mais contribuiu para a compreensão do significado da memória coletiva. Enfatizou que tudo que nós lembramos do passado faz parte de construções sociais que são realizadas no presente. Sua teoria sobre a memória está articulada a uma abordagem epistemológica que fazia do estudo da estrutura material dos grupos o seu ponto de partida. Procurou lidar com a memória como fato social. Todas as lembranças que temos, para Halbwachs, fazem parte de um contexto social e o indivíduo quando relembra, isto acontece porque teve algum envolvimento com os fatos vivenciados em grupo.

Para Halbwachs não existe uma memória estritamente individual na sua origem, posto que o homem está inserido nos grupos sociais, sempre se relacionando com outros indivíduos, ainda que possa não ter consciência desse fato. Até as lembranças mais pessoais, mais íntimas onde apenas a pessoa que se lembra esteve presente, têm influência do grupo. Mostrou, dessa forma, a importância das estruturas coletivas e dos processos interativos nas formas individuais de lembrar. Antes das formulações de Halbwachs, a memória era apresentada como mais um atributo da condição humana que possibilitava o vínculo com o passado.

(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, na realidade, nunca estamos sós. “Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós:

porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs,1990:26)

As lembranças são sempre relacionadas a quadros sociais a partir de referências de um determinado ambiente coletivo. Nas entrevistas realizadas, todas relacionadas ao tema das atuações da Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, até mesmo a primeira delas concedida por Irineu Guimarães e que teve ainda um caráter exploratório, verifica-se que a intensidade das lembranças se dá na medida da importância que os fatos tiveram para cada entrevistado. As lembranças são intensas porque ainda mantêm um sentimento de ligação com o movimento dos favelados, ainda mantêm certo engajamento. Tal situação ficou bastante clara na análise da entrevista concedida pelo antigo tesoureiro da FAFERJ, no início dos anos 1980. Filho de dona Benedita, uma mulher que sempre lutou por melhorias coletivas na favela do Morro Jorge Turco, em Coelho Neto, Arimatéia destacava-se como liderança. Visitava várias favelas criando associações onde elas não existiam, organizava passeatas e outros movimentos que levassem as reivindicações dos favelados até as autoridades. Todas essas ações foram narradas por outros diretores como Irineu Guimarães e Arnaldo José dos Santos. Já no início de 1983, Arimatéia nos informou, em sua entrevista, se afastara do trabalho comunitário de favelas para dedicar-se ao trabalho sindical, pois, era metalúrgico. Candidatou-se para um cargo da chapa da diretoria do sindicato e não mais desenvolveu trabalho nas favelas. Sua entrevista foi bastante curta, a menor de todas as coletadas para a pesquisa. Durou cerca de trinta minutos e, embora, dela constem lembranças importantes das ações da FAFERJ, o entrevistado, constantemente desculpa-se por não estar se lembrando de muita coisa. Analiso tal situação tendo em vista o fato de que Arimatéia não mais possui um sentimento de ligação com o movimento de favelados. Por não se sentir mais engajado ao mesmo, tem imensa dificuldade de lembrar.

Foram selecionados para as entrevistas realizadas, antigos diretores da FAFERJ ou presidentes de Associações de Moradores que efetivamente, como membros ordinários do Conselho de Representantes, tiveram atuações ligadas à entidade organizativa FAFERJ. No ato de lembrar, referiram-se, constantemente, a outros membros do movimento de favelados com os quais participaram, e às ações que realizaram em conjunto. Isso pode ser visto na entrevista com Irineu Guimarães onde ele narra encontros com Vicente Ferreira Mariano; na entrevista de Lucio Paula Bispo que relembra a prisão de Vicente Ferreira Mariano e os

momentos em que, fugindo da repressão, esteve ao lado dos companheiros no Morro do Catumbi e São Carlos.



**9. Benedita Campos, mãe do diretor da FAFERJ José de Arimatéia, discursa no 1º Encontro de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Ela era uma antiga liderança que organizava os moradores da favela do Morro Jorge Turco, em Coelho Neto e que muito influenciou o seu filho na organização do movimento dos favelados da cidade. (1º Encontro Estadual de Favelas. 1980)**

O esquecimento para Halbwachs ocorre pelo desapego ao grupo, pois, não basta que se tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens estiveram para, mais tarde, quando esses outros homens a evocarem e até a reconstituam peça por peça, para que ela seja rememorada. Isso acontece porque, de acordo com Halbwachs, ocorreu o esquecimento devido ao desapego ao grupo. O esquecimento dá-se por efeito de uma descontinuidade dos relacionamentos sociais, situação que ocorre quando o grupo já não existe materialmente e nele não mais pensamos. Por isso não temos mais meios de reconstruir. Como o grupo de entrevistados selecionados manteve uma continuidade e apego às atuações da FAFERJ, foram obtidas narrativas carregadas de lembranças bastante vivas. Lucio de Paula Bispo, 80 anos, é um exemplo disso. Com a saúde bastante abalada, com algumas dificuldades, uma fala pausada, foi capaz de rememorar episódios ocorridos em 1963, relatando-me sobre as primeiras atuações da FAFERJ.

*Lembro que nós criamos a FAFEG para ajudar as favelas que tinham muita dificuldade para se organizar e impedir a remoção. Naquela época para criar uma Associação de Moradores não era fácil não. Era preciso ter doze companheiros*



*residentes naquela favela, quantidade grande, com documentos, folha corrida policial, atestado de bons antecedentes, carteira de trabalho assinada e outros documentos. Isso era difícil e a FAFEG era procurada pelos companheiros. Como a situação era, quase sempre, de urgência por causa da ameaça da remoção, nós ajudávamos na documentação e fazíamos, geralmente, a eleição por aclamação. Pois o despejo estava marcado para tal dia e nós precisávamos ter uma Associação constituída juridicamente. Às vezes as assistentes sociais estavam cadastrando prá remover e nós estávamos também lá na favela discutindo o estatuto da Associação de Moradores...*<sup>17</sup>



**10. Lúcio de Paula Bispo, presidente da Associação de Moradores da Favela Chapéu Mangueira, um dos organizadores da FAFEG, em 1963, juntamente com Vicente Ferreira Mariano, auxiliou na criação de várias associações nas favelas da zona sul da cidade para combater as remoções implementadas pela Secretaria de Serviço Social do governo Carlos Lacerda (Lúcio de Paula Bispo. 15.10.2007).**

Halbwachs atenta para o que chama de “pontos de contato” responsáveis pela estruturação da memória e de sua inserção na memória coletiva do grupo do qual o indivíduo fez parte. Esses pontos são lugares, datas, pessoas. Durante a pesquisa observei que os entrevistados referiam-se a momentos, períodos, pessoas que são comuns ao grupo. A reorganização da FAFERJ em 1979, o Encontro de Favelas, os Congressos de Favelas são pontos que podemos identificar como sua adesão efetiva ao grupo. Esses fatos funcionam como pontos de contato, momentos de um processo de negociação entre memórias individuais e a memória coletiva.

Embora tenha identificado a seletividade de toda a memória e o processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais, Halbwachs não tratou do trabalho de constituição e de formalização das memórias concorrentes nos grupos sociais, isto porque entendeu a memória como fator que tinha como função manter a sociedade unida e coerente.

---

<sup>17</sup> Entrevista n° 03. 15.10.2007:3

No entanto a grande contribuição teórica de Halbwachs em defesa da memória como fenômeno coletivo, mesmo com os limites de sua análise que se restringia ao funcionamento da memória, torna-se cada vez mais importante no mundo contemporâneo. A defesa da memória ou de memórias coletivas torna-se fator de fundamental importância nos conflitos sociais e políticos de nossos dias porque grupos sociais e movimentos sociais diversos têm procurado se apropriar de memórias coletivas apresentando-as como construção coletiva resultante da luta que empreenderam no espaço social. “Cada grupo, aliás, se divide e se restringe, no tempo e no espaço. É no interior dessas sociedades que se desenvolvem tantas memórias coletivas originais que mantêm por algum tempo a lembrança de acontecimentos.” (Halbwachs,1990:79)

Foi somente a partir das novas dinâmicas da sociedade contemporânea que outros autores, que dedicaram uma parte de suas obras ao tema da memória, puderam ir mais além e analisar que as “tantas memórias coletivas existentes para quantos grupos que existem” de que falava Halbwachs, podem também gerar várias memórias coletivas relativas de um mesmo acontecimento dando lugar a um processo de “memórias em disputa”.

Michel Pollak, sociólogo austríaco radicado na França, em seu artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio* de 1989, ao analisar a memória coletiva, tratou mais especificamente das memórias em disputa. Ele reporta-se às análises de Halbwachs para afirmar que o autor em sua obra não apenas já insinuava a seletividade de toda memória, mas também um processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais. Destaca o texto de Halbwachs que afirma: “Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum.” (Halbwachs,1990:34)

A memória, por ser um objeto que está em permanente construção, se alimenta e se produz constantemente, possibilitando o surgimento de muitas memórias locais, regionais ou nacionais, produzidas nos diversos espaços da vida coletiva. Essas memórias passam a ser então disputadas em conflitos sociais e delas se apropriam instituições, organizações, grupos sociais e movimentos sociais.

Nas disputas que ocorrem, a memória selecionada ou desejável por um grupo ou um movimento social, sempre se consolida a partir do silenciamento das outras memórias.

Para que não se prejudique a versão que se quer perpetuar, outras lembranças são esquecidas, escondem-se conflitos, segredos são guardados. Trata-se de uma construção que ocorre numa relação dialética de luta dos contrários, de ações e reações, de lembranças e esquecimentos. A memória que emerge é resultado de operações seletivas.

Nessa pesquisa, são vários os momentos em que se percebe a ocorrência de memórias em disputa e tentativas de enquadramento de memórias. A questão da remoção de populações faveladas é um exemplo disso. O grupo político ativo nos anos 1960, liderado por Carlos Lacerda e que empreendeu um programa de remoção das favelas da zona sul da cidade e do eixo Tijuca-Méier, para regiões da zona oeste da cidade conseguiu enquadrar em setores das classes médias e altas residentes na zona sul da cidade uma memória dos fatos relativos à remoção. Tratou de apresentar o programa de remoções como necessária e imprescindível para uma cidade que deveria mostrar-se moderna, limpa, saudável.

A remoção e demolição da favela do morro do Pasmado foi uma das mais programadas do ano de 1963.(...) O destino proposto, no entanto, não estava dentro do eixo programado, mas para a Vila Kennedy que fica no lado oposto da cidade. Começaram então as viagens de ônibus com as mulheres e crianças (...) Elas voltavam entusiasmadas. (...) No Pasmado, após a remoção, o secretário de saúde Marcelo Garcia, ao ver o estado dos barracos, o lixo acumulado e a quantidade de ratos, achou melhor por fogo em tudo para higienizar o local. Com a repercussão que o caso teve e as versões que os anos constroem, há quem pense que foi incêndio criminoso, com os favelados retirando-se às pressas para não morrerem queimados. (Perez. 2007:268)

Um depoimento colhido com a metodologia da história oral, de um representante da FAFEG, a entidade organizativa que mais combateu o remocionismo de populações faveladas nos anos 1960 apresenta outra memória. Sua versão sobre o incêndio, no morro do Pasmado, após a expulsão dos moradores, é a que está presente na memória dos favelados que viveram os fatos ou dos que o viveram por tabela, isto é, por ouvir dizer ou porque seus parentes ou amigos que os viveram lhes contaram.

*Ela (Sandra Cavalcanti, secretária de serviço social do governo Carlos Lacerda) chegou ao cúmulo de divulgar nos jornais os detalhes da operação que removeria os moradores do Pasmado. E ainda convidou a imprensa para acompanhar aquele absurdo. Os moradores foram simplesmente expulsos de suas casas. Depois os soldados colocaram fogo nos barracos. (lembranças de José Maria Galdeano, o Juca, secretário-geral da antiga FAFEG (Federação de Favelas do Estado da Guanabara) <sup>18</sup>*

---

<sup>18</sup> Foi visto no site <http://www.favelatemmemoria.com.br>. Acesso em 26.07.2007.

Essa memória foi tão bem “enquadrada”, que até hoje, a antiga secretária de serviços sociais do governo Lacerda, Sandra Cavalcanti, e o próprio governador Carlos Lacerda são identificados como “removedores” de favelados e autores de incêndios criminosos em favelas. Tal enquadramento somente foi possível a partir do momento em que foram colhidos relatos dos que sofriam a violência da remoção.

Esses dois textos, além de ilustrarem o quanto às memórias de um determinado fato social podem divergir, e apresentar diferentes versões, para uma mesma situação, neste caso, a remoção dos moradores do morro do Pasmado, em 1963, ilustram também o fato de que ao se privilegiar análise dos excluídos, a história oral colabora para o afloramento de memórias que antes estiveram silenciadas.

A análise do conteúdo das entrevistas também me possibilitou compreender as observações de Pollak, ainda em *Memória Esquecimento, Silêncio*, sobre as preocupações dos indivíduos que falam pelas organizações ou associações de realizarem um trabalho de enquadramentos de memória. O autor ao estudar as memórias coletivas fortemente constituídas destaca a preocupação dos protagonistas dos grupos sociais em consolidar memórias satisfatórias para seus grupos e seus personagens mais importantes porque percebem a importância das relações entre memória e sociedade. Compreendem a potência produtiva da memória para a construção do futuro e por isso disputam-na e procuram enquadrá-la, mantendo um discurso organizado em torno de acontecimentos e de personagens.

Algumas das lideranças entrevistadas procuravam, inclusive, utilizar o conteúdo das entrevistas que estavam concedendo como mais um instrumento que facilitaria a reafirmação das versões sobre as atuações da FAFERJ que consideravam necessárias preservar e das memórias das quais se consideram verdadeiros guardiões. Essa preocupação foi identificada, especialmente, nas entrevistas concedidas por Lúcio de Paula Bispo, Irineu Guimarães e José Ivan Dias Brito. Lúcio falou da necessidade de que se registrasse a luta que a FAFERJ desenvolveu, nas suas primeiras atuações, contra as remoções das favelas da zona sul da cidade e, “que se registrasse no papel” – essas foram suas palavras - que a FAFERJ foi fundamental para a organização das amplas camadas de favelados da cidade, não só para as reivindicações relativas especificamente às favelas, como para a construção de uma sociedade socialista. Irineu Guimarães, em vários momentos de sua entrevista procurou falar do quanto considerava importante o registro da memória da luta dos favelados da cidade e do trabalho organizativo desenvolvido sob sua liderança e dos que o apoiavam e assessoravam na busca

da transformação das favelas em bairros populares e na construção de uma sociedade mais justa e socialista. José Ivan falou da necessidade de se publicar a história da FAFERJ.

Pollak reafirma o caráter de operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar em tentativas, mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento. Constata que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem a sociedade, em torno daquilo que o grupo tem em comum. Reporta-se ao conceito de memória enquadrada e de enquadramento de memória de Henry Rousso, como movimentos de controles de memórias por pessoas autorizadas, ou seja, os protagonistas das ações sociais. São atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros. Observa que o trabalho de enquadramento de memória se alimenta do material fornecido pela história e que esse material pode ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas. A produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, neste trabalho de enquadramento, pode gerar objetos materiais como monumentos, museus, bibliotecas etc.<sup>19</sup> que solidificam a memória.

Foram encontradas também versões discordantes acerca da memória das atuações da FAFERJ. Os entrevistados Jair Caldas e Agamenon, o primeiro membro do Conselho de Representantes e o segundo diretor da FAFERJ no período de 1970 a 1979, ambos não apresentaram a memória das ações da entidade como importante organizadora do movimento de favelados da cidade. Em suas “falas” afirmaram que o movimento foi verdadeiramente organizado e encontrou vitórias a partir da aliança das Associações de Moradores com a Fundação Leão XIII quando esta passou a ser um órgão do governo do estado. Negaram a memória de luta da organização e apresentaram a FAFERJ até como desnecessária em vários momentos do movimento dos favelados. Para eles, a mediação dos políticos é que efetivamente trazia benefícios para as favelas.

Pollak afirma que o reconhecimento do caráter potencialmente problemático da memória coletiva anuncia novas interpretações e análises que marcam os trabalhos do período em que escreveu seu artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio*, no final da década de 1980. Explica que numa perspectiva construtivista os estudos sobre a memória coletiva devem se

---

<sup>19</sup> É interessante a observação feita por Irineu Guimarães durante uma visita sua, na qual o acompanhei, em 04.10.2007, ao Museu da Maré. Na ocasião ele observou como falha a ausência de referências, naquele lugar de memória, de material que retratasse a luta desenvolvida pela FAFERJ para a organização política dos moradores da Maré.

interessar pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias.

Antes de Pollak e já em meados do século XX, intelectuais que participaram do grupo da Escola de Frankfurt, entre eles o filósofo alemão Walter Benjamin, colaboraram para as análises mais recentes da questão da memória. Observaram alguns elementos que levam ao entendimento da memória como algo mais do que uma pura construção social e sim como uma forma de conhecimento do mundo que a constitui. Os frankfurtianos apresentaram, em suas obras, atitudes críticas em relação a uma história política calcada em eventos ou fatos de curta duração. Para eles, a memória deixa de ser objeto para tornar-se sujeito do conhecimento. Como sujeito de conhecimento, ela é analisada criticamente, deixando aparente os conflitos e os processos de dominação em que se constitui. As alusões à memória feitas por Benjamin foram várias, porém, elas não estão sistematizadas e apresentam-se de forma esporádica em seus escritos. Na sua crítica aos treze volumes de *A la recherche du temps perdu*, de Marcel Proust, ele remete-se, mais uma vez a exemplo de como já havia feito na sua crítica a Baudelaire no texto *Die Moderne* à questão da memória voluntária e da memória involuntária. O que pretende é analisar as memórias apresentadas pelo autor da obra autobiográfica para destacar que não há consenso ou coerência de memórias e que onde há memória há esquecimentos e silenciamentos.

Sabemos que Proust não descreveu em sua obra uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu. Porém esse comentário ainda é difuso, e demasiadamente grosseiro. Pois o importante, para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope na reminiscência. Ou seria preferível falar do trabalho de Penélope do esquecimento? A memória involuntária, de Proust, não está mais próxima do esquecimento daquilo que em geral chamamos de reminiscência? Não seria esse trabalho de rememoração espontânea, em que a recordação é a trama e o esquecimento a urdidura, o oposto do trabalho de Penélope, mais que sua cópia? (Benjamin,1994:37)

Esta pesquisa por ter como objetivo buscar memórias ouvindo narrativas, muito se apoiará nas reflexões de Benjamin contidas no trecho acima e, especialmente em dois de seus textos “*Experiência e Pobreza*” de 1933 e “*O Narrador*” de 1936. Neles encontramos a sua “teoria da narração” na qual, além de relacionar a “experiência” e a “memória” à capacidade de “contar histórias”, o autor estabelece também uma relação entre a morte da arte de narrar e a ascensão do mundo capitalista. O filósofo observa que a narratividade espontânea é fruto de uma organização social comunitária centrada no

artesanato, com ritmos lentos e orgânicos, quando as pessoas ainda tinham tempo para contar histórias, situação incompatível com as atividades capitalistas da Modernidade que exigem rapidez e isolamento do trabalhador durante a produção. O declínio do tempo de contar histórias acarreta, segundo Benjamin, o declínio da tradição e da memória coletiva que, por sua vez, garantiam a experiência coletiva.

A professora Marize Cunha, no artigo “*Mortos, adubos, esperas e sonhos: Histórias de favelas do Rio de Janeiro e as batalhas dos Condutores de Memórias*” de 2007, atenta para o lugar que a memória tem ocupado nas iniciativas sociais que vêm sendo desenvolvidas nas favelas. Para a autora essas iniciativas podem “reconstruir as tessituras perdidas, relações que foram se esgarçando ou que se encontram partidas, por várias razões” (2007:85). A respeito dessa capacidade da memória, a autora ainda discorre sobre o que chama de “batalha de memória” ou “valorização da memória das favelas”:

E através dela (memória) é possível também revisitar os limites do chamado movimento comunitário e os conflitos presentes na relação das favelas com o poder público, que aumenta a presença nessas localidades de forma diferenciada, atuando também com o propósito de criar concorrência entre elas. Ou seja, a memória, assim como temas ligados à cultura produzidas nas favelas, é um elemento que promove elos, num território em que se multiplicam divisões (Cunha,2007:85).

As observações da autora atentam para a importância, nos dias de hoje das iniciativas sociais que busquem memórias das favelas, pois, a memória é um elemento que promove os elos tão necessários para a organização e união dos moradores das favelas. A presente pesquisa que buscou as memórias de três décadas da vida de uma organização que atuava em um espaço de antigas sociabilidades pretende também colaborar, no espaço acadêmico, com a construção de conhecimentos que possam ser aproveitados por essas iniciativas sociais que promovem elos e trabalham na busca de dias mais promissores para as favelas da cidade.

### 3.1.2 Espaço

Em minhas análises não considerei, logicamente, a favela como simplesmente a projeção de um grupo social no espaço físico. Embora reconheça que tal consideração é um ponto de partida, logo percebi que ele não era suficiente quando se pretende algo mais do que ficar somente nas descrições geográficas. Dessa forma eu estaria correndo o risco de imaginar

a favela como um espaço que já fora vazio de inscrições sociais e que tais inscrições somente ocorreram após a ocupação desses espaços pelo grupo social desprovido de possuir outro tipo de moradia. Procurei analisar o espaço favela como espaço que não foi construído ao acaso e sim o relacionando a processos históricos determinados. Entre esses processos dois deles relaciono-os como os principais. O primeiro está ligado às formas de acesso à propriedade da terra em nosso país. Elas têm suas origens na estrutura fundiária estabelecida desde o período imperial com uma legislação discricionária, elaborada pelas elites, favorecendo a concentração da propriedade e impedindo o acesso pelas camadas desprivilegiadas. O segundo deles está ligado ao processo de urbanização e industrialização baseado em baixos salários. O preço da moradia nunca foi levado em consideração para composição dos salários. Sobre essa questão a professora Ermínia Maricato, em seu livro *Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana*, afirma que: “no Brasil, onde jamais o salário foi regulado pelo preço da moradia, mesmo no período desenvolvimentista a favela ou o lote ilegal combinado à autoconstrução da moradia foram partes integrantes do crescimento urbano (2008:156).

O processo de construção espacial da cidade do Rio de Janeiro é resultante da ação de grupos dominantes que impediram uma divisão mais igualitária do espaço urbano e colaboraram para que uma grande parcela da sociedade passasse a habitar regiões que foram privadas de urbanização. O espaço e os processos de sua apropriação, a territorialização e a desterritorialização que geraram as ações da Federação das Associações de Favelas foram objetos de análise na presente pesquisa, assim como os estudos sobre as relações entre espaço, memória, identidade e alteridade.

As diferenciações feitas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu entre as estruturas do “espaço físico” e as estruturas do “espaço social” permitem que melhor se compreenda o contexto em que ocorreu o processo de remoções das favelas da zona sul da cidade. O espaço físico é definido, como se apreende nos textos de Bourdieu, a partir de uma exterioridade mútua das partes e o espaço social é definido pela exclusão mútua de posições, isto é, como estrutura da justaposição de posições sociais. Tais formulações ajudam a entender a distribuição dos moradores da cidade, a ocupação do espaço físico e suas relações com o espaço social de seus ocupantes. O conceito de “espaço hierarquizado” formulado por Bourdieu me auxiliou na compreensão de que não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja também hierarquizado. Esse espaço hierarquizado apresenta as distâncias sociais sob uma forma mais ou menos deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito da



“naturalização”. O processo de remoções de favelas da zona sul da cidade para lugares distantes deve ser analisado sob o aspecto da hierarquização do espaço. Os terrenos antes ocupados pelas favelas possuíam alto valor imobiliário e por isso deveriam “naturalmente” serem ocupados pelos setores privilegiados que pagariam altos valores para residirem em belos lugares, próximos ao mar, com boa infra-estrutura.



**11. Mulher moradora da Ilha das Dragas carregando madeira que resultou da demolição da favela que estava localizada no Leblon, área nobre da cidade do Rio de Janeiro. Ao fundo podem ser vistas as águas da Lagoa Rodrigo de Freitas separadas do local de moradia por cerca irregular de pedaços de madeira. O Leblon, bairro de grande beleza natural, oferta de saneamento e serviços deveria ser habitado somente por gente mais rica. Eram necessários o estabelecimento de fronteiras imaginárias e também físicas que estabelecessem o lugar de cada morador da cidade, e o governo do estado da Guanabara atendia aos reclamos pelo espaço para construções de moradias de luxo. (Demolição de Favela da Ilha das Dragas. 22 de fevereiro de 1969).**

Aos favelados, numa situação desprivilegiada, sem condições econômicas, “naturalmente” lhes restaria o “despejo”, depois também “naturalmente” chamado de “remoção” a partir da construção dos conjuntos habitacionais para serem ocupados pelos oriundos das favelas. Foi apoiada nessas reflexões que analisei as ações da FAFERJ procurando não aceitar o processo de desterritorialização, de desigualdade e de segregação territorial. No início da década de 1950, quatro favelas totalizando mais de 13 mil moradores ocupavam todo o espaço da encosta da Rua Sacopã até a Catacumba e parte da Gávea e do Leblon, local onde hoje fica o Clube de Regatas do Flamengo. As margens da Lagoa, na Avenida Borges de Medeiros eram ocupadas por barracos de madeira, que ficavam perto do clube Piraquê e da Hípica. A favelização desta área nobre da cidade ocorreu a partir da década de 1930 e terminou no final dos anos 1960, com a remoção da favela da Ilha das Dragas.



**12. Até os anos 1950 a orla, na zona sul da cidade ainda não havia sido objeto de especulação imobiliária. Lá existiam os casarões de Copacabana e alguns edifícios na parte da Lagoa. Os terrenos, ainda não valorizados, foram ocupados por mais de 13 mil habitantes da cidade que ali construíram suas habitações precárias, sem água ou esgoto. No final dos anos 1960 e início dos 1970, esse espaço foi reivindicado pela classe média alta que havia sido incluída na segunda etapa das ações do Sistema Financeiro de Habitação. O BNH (Banco Nacional de Habitação) justificou a inclusão desses setores com a necessidade de capitalização do SFH, pois, os favelados removidos tornaram-se, na sua maioria, inadimplentes. (Favela Piraquê. Sem data)**

A favela da Praia do Pinto com cerca de sete mil habitantes era uma das comunidades mais expressivas do espaço da zona sul da cidade. Chegou a ocupar uma área de cerca de 96 mil metros quadrados, numa das regiões mais valorizadas da cidade, o Leblon, onde hoje se localiza o condomínio Selva de Pedras. Seus limites chegavam ao estádio do Flamengo e ao Jardim de Alá. Do outro lado da Lagoa, próximo ao Corte do Cantagalo, ficava a favela da Catacumba, com mais de três mil habitantes. A favela do Morro do Sacopã localizava-se próximo da Curva do Calombo e era formada de barracos de madeiras onde viviam cerca de um mil e oitocentos moradores. Havia ainda as favelas Paula Machado e Jardim Botânico. Todas essas favelas se estabeleceram no espaço da zona sul da cidade porque os operários precisavam morar perto de seus locais de trabalho. A maioria era formada por trabalhadores domésticos, biscateiros, porteiros, operários da construção civil e trabalhadores ligados ao setor de serviços. Além disso, havia quatro fábricas localizadas na região da Gávea, Jardim Botânico e Fonte da Saudade que utilizavam a mão-de-obra dos favelados da Lagoa. No entanto, os interesses imobiliários por um espaço que possuía muitas belezas naturais, que estava na rota do crescimento da cidade e que tinha grandes possibilidades de instalação de infra-estrutura que atendesse às necessidades da classe média alta acarretaram a organização de um programa de remoções de favelas para liberar essas áreas para os interesses dos setores privilegiados da população da cidade. O espaço passou a ser ocupado por prédios de condomínios de luxo e foram apagados todos os vestígios da existência dessas comunidades na região.

Diante das questões acima, que envolvem territorializações, desterritorializações e tensões entre memória e esquecimento, pude perceber claramente as relações entre a memória e espaço. As lutas da organização federativa dos favelados pela permanência no lugar não se resumiram à luta pelo espaço físico e sim, fundamentalmente, por um espaço que só se constitui pelo fato de ter sido habitado, um espaço que continha memórias e subjetividades.



*13 Numa demonstração de que a ocupação do espaço físico da cidade pelos grupos sociais é determinada em função da posição social, não se tolerou a existência das favelas nos espaços bem servidos de infraestrutura, de fácil acesso, de grande beleza natural e por isso tudo, mais valorizados (Barracos de madeira na Avenida Borges de Medeiros na favela Piraquê. Sem data)*



*14 O tratorista aplaina a orla da parte antes ocupada pela Praia do Pinto e ao fundo, está a favela que ocupa toda a encosta da Curva do Calombo até o Sacopã A FAFEG organizou. a resistência contra as remoções das favelas da zona sul. (favelas da Curva do Calombo até o Sacopã. sem data)*



*15. Barracos de madeira, esgoto ao céu aberto, moradias em lugares desprovidas de qualquer urbanização, situações inimagináveis no espaço habitado pelas populações mais abastadas, demonstram que as noções espaciais remetem constantemente às relações de poder econômico e político, à ideologia e aos modos de habitar a cidade. (Favela Joaquim de Queiroz em Ramos, zona da Leopoldina. 1970)*

### 3.1.3 A Ação Coletiva

As reflexões realizadas pelo filósofo polonês Zygmunt Bauman em seus ensaios *Em Busca da Política* de 1998 e *Tempos Líquidos* de 2007, me ajudaram a analisar o objeto pesquisado – as atuações da FAFERJ. O autor procura mostrar a relação entre a estrutura do mundo atual e a maneira como nele vivemos. Considera que as cidades atuais

transformaram-se em verdadeiros campos de batalha onde os poderes globalizantes se chocam com as identidades locais, abandonadas pela desintegração da solidariedade social, gerando violência e insegurança. Ele nos leva a compreender que as “ações coletivas” se tornam cada vez mais difíceis de realizarem-se como empreendimento dos homens do nosso tempo visando obter mais segurança, ou criando estratégias para diminuir as perdas sofridas. São difíceis devido à exigüidade de tempo, cada vez mais rápido e à separação intensa entre poder e a verdadeira política. A retração da segurança comunal desempenhada pelo Estado que cada vez mais se desobriga de suas funções; o colapso do planejamento de longo prazo pelo imediatismo das relações e o fato de a responsabilidade em resolver os dilemas que hoje está sendo totalmente jogada sobre os ombros dos indivíduos, são as características do que Bauman chama de “fase líquida da modernidade”.

(...) a retração ou redução gradual, embora consistente, da segurança comunal, endossada pelo Estado, contra o fracasso e o infortúnio individuais retira da ação coletiva grande parte da atração que esta exercia no passado e solapa os alicerces da solidariedade social (...) Os laços inter-humanos, que antes teciam uma rede de segurança digna de um amplo e contínuo investimento de tempo e esforço, e valiam o sacrifício de interesses individuais imediatos (ou do que poderia ser visto como sendo do interesse de um indivíduo), se tornam cada vez mais frágeis e reconhecidamente temporários. A exposição dos indivíduos aos caprichos dos mercados de mão-de-obra e de mercadorias inspira e promove a divisão e não a unidade. “Incentiva as atitudes competitivas, ao mesmo tempo em que rebaixa a colaboração e o trabalho em equipe à condição de estratégias temporárias que precisam ser suspensas ou concluídas no momento em que se esgotarem seus benefícios. (Bauman,2007:8-9)

Tais reflexões me ajudaram a entender a questão da criação e das atuações da FAFEG como busca de uma “ação coletiva”, assim como também entender melhor as dificuldades encontradas pelos seus dirigentes no desempenho dessas mesmas ações. Tais reflexões facilitaram a análise dos períodos em que a entidade organizativa não esteve tão atuante no sentido de suas finalidades.

Mais especificamente para atentar para o paradigma da “ação coletiva” no Brasil, as abordagens feitas por Renato Raul Boschi em *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil* de 1983 foram uma das melhores contribuições aproveitadas nessa pesquisa. A criação da FAFEG e sua manutenção como organização institucionalizada, por mais de quarenta anos, permite entendê-la como exemplo do que Boschi considera uma das características da ação coletiva em nosso país que é a busca de institucionalização. “A importância da institucionalização entendida em sentido amplo, como parte da lógica

associativa na consecução de objetivos coletivos (...), envolvendo socialização, tradição e durabilidade” (Boschi,1987:15-19) .



**16. Passeata de moradores de favelas de Nova Iguaçu reivindicando a urbanização das favelas da região. Liderados pela FAFERJ e pelo MAB (Movimento dos Amigos do Bairro), os moradores, numa ação coletiva, reivindicavam do Estado o oferecimento de infra-estrutura básica, na região que possuíam para viver. (Manifestação em Nova Iguaçu, 1980).**

A análise de Boschi serve para contrariar os que afirmam que uma das características do movimento popular é a criação de organizações de vida efêmera e que não se institucionalizam, com participações desreguladas e quase sempre espontâneas. Boschi verifica que, pelo contrário, a “ação coletiva” tem buscado a institucionalização que condiciona profundamente tanto a dinâmica interna dos movimentos quanto a sua relação com os poderes públicos e tem se tornado um fator determinante dos ritmos de fluxos e refluxos na participação e na formação de sujeitos coletivos. Afirma também que tais ações coletivas institucionalizadas sempre se constituem e se desenvolvem de forma relacional, em permanente interação com instituições do Estado e da sociedade. Participam de interações que podem variar, ao longo do tempo de duração de um movimento, desde o antagonismo mais radical até as formas mais passivas de subordinação.



17. Trabalhadores da fazenda Cantagalo ameaçados de expulsão de suas terras organizam-se em uma ação coletiva para reivindicar a permanência no lugar. A FAFERJ, em 1980, colocando em prática as propostas de união dos setores populares esteve junto com as lideranças da CONTAG na organização da manifestação. A FAFERJ procurava impedir a fragmentação em dois conjuntos de conflitos: questão agrária e questão urbana, que nos anos 1970 e 1980, apresentavam-se hierarquizadas em termos de intensidade e abrangência. A organização federativa dos favelados da cidade procurava reunificar a questão social (Manifestação na Fazenda Cantagalo, 1983)

A FAFERJ, existente até os dias atuais, tem se apresentado como uma das mais longevas organizações do movimento popular e suas preocupações, desde os primeiros momentos de sua existência, com o tornar-se institucional, com o relacionar-se com as instituições, fato que se manifestava com a preocupação em estabelecer-ser dentro da lei, da burocracia e das exigências institucionais. Ao mesmo tempo em que, os diretores e conselheiros da Federação de Associações de Favelas buscavam a institucionalização dentro da ordem vigente, realizavam um trabalho constante de rejeição a essa ordem propondo novas relações. Para analisar esses aspectos que me pareceram, à primeira vista, inconciliáveis, baseei-me nas análises feitas por Castells, em sua obra de 1980 “*Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri*”, onde o autor analisa os movimentos sociais urbanos aplicando o paradigma estrutural marxista e, também, inicia um estudo histórico do potencial político dos novos movimentos sociais.

Machado da Silva e Márcia Leite ao analisarem as características das ações coletivas, em nosso país, atentam para o fato de que o desenvolvimento histórico da questão social levou à fragmentação em dois grandes conjuntos de conflitos, a questão agrária e a questão urbana, hierarquizando-os em termos de intensidade e abrangência. Os autores consideram que, em tese, as ações coletivas pode reunificar o conflito e gerar uma transformação estrutural radical, porém reconhecem que, devido à falta de condições

objetivas, isso não lhes parece possível acontecer pela ação de base. Nem em curto prazo. (2005:73). Porém essas tentativas, nos anos 1980, foram os objeto das ações da FAFERJ. Em aliança com a CONTAG<sup>20</sup> foram organizadas várias manifestações e idas aos órgãos do governo para reivindicar a permanência do trabalhador nas suas terras localizadas na área rural. Ocorriam mais uma vez a solidariedade de classe e tentativas de unificação do movimento popular contra a ditadura.



*18 Manifestação de moradores de favela da zona oeste do Rio de Janeiro. Em ação coletiva, moradores sob a liderança da FAFERJ – o diretor Boanerges no fundo e ao centro - reivindicam o direito à cidade, à instalação de hospital de qualidade na região. (Manifestação na zona oeste. 1985).*



*19. À esquerda o presidente da CONTAG, Sr. Bráulio, junto com Irineu Guimarães, ao centro, e representante do Movimento Contra a Carestia, à direita, compõem a mesa do ato contra o aumento do custo de vida realizado na sede do MAB (Movimento de Amigos do Bairro), em Nova Iguaçu. As ações coletivas eram caracterizadas pela união dos setores urbanos e rurais (Ato contra o aumento do custo de vida. 26.08.1979)*

<sup>20</sup> CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

### 3.1.4 As redes Sociais e a informação

#### *Tecendo redes sociais*

As palavras de minha mulher abalaram-me... Desconhecida e insignificante, iniciara, em meu favor um trabalho de aranha, estendendo fios em várias direções, e ainda hoje não sei se a impelia o desejo de me ser útil ou o prazer de mexer-se, avançar, recuar, preparando a sua teia. Hospedara-se em casa de uns tios, no Méier. Estivera no Ministério da Guerra, no Ministério da Justiça, no Palácio do Catete, na Chefatura de Polícia, falara a deputados e a generais, largava rápido a língua do nordeste e começava a adotar uma gíria burocrática singular, enganando-se às vezes no sentido de algumas expressões. (Graciliano Ramos em Memórias do Cárcere)

Graciliano Ramos, ao escrever suas memórias do período em que esteve na prisão que lhe foi imposta pela Ditadura do Estado Novo, relata sobre seu abalo e surpresa diante dos contatos realizados por sua mulher com o objetivo de libertá-lo do cárcere. Compara-a com uma aranha tecendo teias, fios ou redes em direção aos órgãos do governo, pois considerava que estes poderiam facilitar-lhe na obtenção de seu objetivo, a libertação de seu marido.

A prática pessoal da criação de conexões para que melhor e mais rápido se obtenham resultados é algo tão antigo na humanidade que poderíamos identificá-la já nas primeiras relações sociais e lutas pela sobrevivência, quando ocorria a construção dos primeiros contatos para organizar a vida no planeta. Em diversos tempos e espaços, a forma da organização social com pontos conectados ou interconectados permitiu dinâmicas que possibilitaram o fluxo de informações, geraram conhecimentos, transformações e desenvolvimento. Porém, somente a partir do século XX, se elaboraram teorias para analisar a sociedade ou as práticas sociais, utilizando-se da metáfora das “redes” ou teias tecidas pelas aranhas e que se sustentam em uma série de nós interconectados.

Castells elaborou um conceito de rede que tem um papel central nos seus estudos sobre a sociedade da era da informação – a Sociedade em Rede. Considera as redes como “estruturas abertas e capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando sempre novos nós desde que estes consigam comunicar-se dentro da rede” (2006:566). Apresenta as vantagens das redes como instrumentos de dinamização e obtenção efetiva de resultados nas organizações e nas instituições do mundo capitalista no qual, devido aos avanços tecnológicos, os fluxos, dentro de determinada rede, não têm distâncias.



Antes e também depois de Castells, outros autores utilizaram o conceito de rede, especificando-o não só como uma teoria da sociedade, mas também como uma teoria do social, que pode ser aplicada em diferentes situações.

Os movimentos sociais, em nossos dias, numa utilização dinâmica, têm explorado a eficácia das redes como estratégias do ativismo para a possibilidade de maior articulação diante dos desafios da hegemonia neoliberal.

Ao analisar o movimento feminista da América do Sul e do Caribe, Alvarez afirma que “as feministas latino-americanas vêm *tramando redes* de militância, tecendo laços políticos pessoais e construindo identidade e solidariedades regionais”. (2003, versão eletrônica. Grifo meu)

Arturo Escobar no seu artigo “*Atores e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências*”, de 2004, observa a eficácia da organização dos movimentos sociais em redes horizontais de contatos para o atendimento das reivindicações. O autor também identifica a importância das redes e malhas como uma forma sustentável de produção de conhecimentos e fluxo de informações nas ações dos movimentos antiglobalização. Afirma que “as lutas antiglobalização podem ser consideradas, preferencialmente, como malhas horizontais e auto-organizadas de lutas e de locais heterogêneos congregados através das interações”.(2004:648).

A professora e pesquisadora Regina Marteleto na introdução de seu artigo, de 2001, *Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação* sistematiza a idéia da canadense Françoise Derooy-Pineau que identificou nas teorias de redes sociais uma dupla aplicação ou “eficácia”: a “utilização estática” e a “utilização dinâmica”

A utilização estática explora a rede estrutura, ou seja, lança mão da idéia de rede para melhor compreender a sociedade ou um grupo social por sua estrutura, seus nós e suas ramificações (...) A utilização dinâmica explicita a rede sistema, o que significa trabalhar as redes como uma estratégia de ação no nível pessoal ou grupal, para gerar instrumentos de mobilização de recursos. (Marteleto, 2001:71).

Aproveitei essas observações para melhor compreender as redes organizadas pela FAFERJ em dois momentos de sua existência. No primeiro momento quando se organizaram as redes clientelistas aceitas pelas diretorias ligadas à máquina política do governador Chagas Freitas e no segundo momento, a partir da reorganização da entidade, em 1979. As redes criadas pela FAFERJ, de uma forma bastante intuitiva, tratavam-se de estratégias de ação, por vezes no nível pessoal, outras vezes no nível dos grupos ou outras

organizações. No caso das redes clientelistas, dos anos 1970, essas tinham como objetivo gerar, formas de sobrevivência num meio indiferente e adverso. Elas buscavam a prestação de alguns serviços ou favores pessoais e seus nós eram representados por funcionários do governo e parlamentares. No caso das redes criadas a partir de 1979, o objetivo era gerar instrumentos de mobilização de recursos que acarretassem o atendimento das reivindicações da entidade organizativa e obter transformações mais consistentes nas questões relativas à favela.

Nas narrativas colhidas e nas análises de documentos do período que se seguiu à reorganização da FAFERJ, no início dos anos 1980, observa-se que as ações da entidade davam-se no sentido de criar redes que facilitassem a instalação de infra-estruturas básicas que viessem a transformar as favelas em bairros populares e também com vistas à conjunção de forças que acarretassem o fim da ditadura militar. Detectei redes de resistência ou de influências que tiveram lugar num conjunto de relações entre pessoas e grupos sociais, no início dos anos 1980. A FAFERJ, naquele momento, tornara-se uma organização baseada em dinâmicas do enredamento cujos nós eram outras organizações e grupos ou pessoas com representatividade política na luta geral contra a ditadura militar.

As redes, construídas com o grupo de estudantes universitários e suas entidades, com outras organizações populares, sindicatos, partidos políticos, ordens de profissionais liberais como a dos advogados, dos médicos ou engenheiros, foram analisadas com base no artigo de Sonia Aguiar “*Formas de organização e enredamento para as ações sociopolíticas*” escrito em 2007. Nele a autora identifica, nos chamados “novos movimentos sociais” a prática de dinâmicas de enredamento que se apresentam sob diferentes denominações: aliança, articulação, coalizão, fórum, rede. São configurações que se apresentam na forma de redes cujos nós são representações coletivas de interesses, necessidades e identidades de grupos, comunidades e populações. Afirma que “suas ações coletivas envolvem processos participativos e colaborativos fortemente apoiados em produção, apropriação e compartilhamento de conhecimento e saberes especializados, que orientam escolhas ideológicas, estratégias discursivas de contra-argumentação e táticas de intervenção nas arenas e agendas das esferas públicas.”(2007:1) Aguiar preocupa-se em reafirmar o que entende por redes sociopolíticas que são as formas de organização e articulação descentralizadas cujo objeto são ações coletivas guiadas por uma racionalidade estratégica.

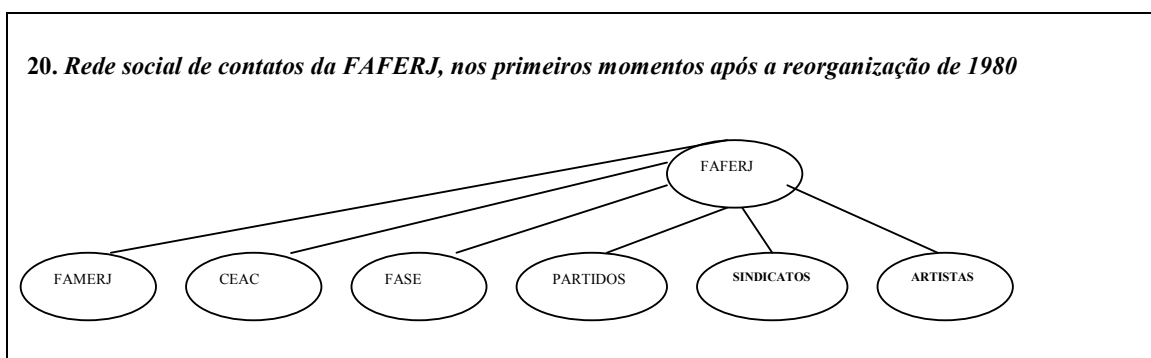
Entende-se, aqui, por ‘redes sociopolíticas’ as formas de organização e articulação descentralizadas entre atores sociais que tenham entre os seus objetivos, explicitamente, intervir nas arenas e agendas de políticas públicas, nos mais variados temas e em quaisquer das suas esferas – local, estadual, nacional, regional ou global (nestes dois últimos casos referindo-se aos espaços institucionais intergovernamentais e multilaterais). Nesse sentido, a noção de rede social na qual se baseia a abordagem proposta implica ações coletivas guiadas por uma racionalidade estratégica, diferenciando-se, assim, das relações interpessoais ou intergrupais que emergem cotidianamente. Ou seja, ainda que mantenham um certo grau de informalidade nas suas interconexões, as redes sociopolíticas são obrigatoriamente regidas por alguma institucionalidade e alguma meta sociohistórica de transformação da realidade presente em torno da qual se articula. (Aguiar,2007:6)

Paralelamente ao processo de reorganização da FAFERJ, ocorria também o Segundo Congresso do Movimento Revolucionário 8 de Outubro que reafirmava os antigos objetivos da organização, analisava a conjuntura nacional e internacional e traçava nova tática para o movimento operário e popular no país. Com relação a essa tática, determinava o MR-8 que, por ser preciso estimular o campo popular na luta contra a ditadura, era preciso realizar composições políticas e ações conjuntas com órgãos do governo e com setores da burguesia nacional que possuíam contradições claras com os interesses do capitalismo internacional e desejavam o fim da ditadura.

É preciso, pois, estimular vigorosamente um crescimento impetuoso do campo popular na luta contra a ditadura. Sabemos que hoje setores da burguesia ainda participam, com vacilações e inseqüências, do campo da luta democrática. Isso deve ser levado em conta em nossa política e, ao mesmo tempo em que denunciemos as ambigüidades da oposição burguesa, devemos estar prontos a concluir com estes setores, no momento atual, todos os acordos que se fizerem necessários e úteis ao crescimento da luta pela derrubada revolucionária da ditadura. (Resoluções do II Congresso do MR-8, 1980:49 grifo é meu).

Logo nas suas primeiras atuações, a “Nova FAFERJ” ou FAFERJ 2, como passou a ser conhecida a entidade presidida por Irineu Guimarães, que tinha na composição de sua diretoria, uma maioria de militantes do MR-8, procurou colocar em prática as determinações táticas do partido. Uma rede de contatos com órgãos do estado, com artistas e intelectuais, com organizações combativas, com políticos foi se organizando. Era uma rede sem estrutura centralizada que tinha como inimigo comum a Ditadura, que embora já abrandada em seus atos, ainda ameaçava os anseios de emancipação da sociedade brasileira.

Para organizar o Primeiro Encontro de Favelas do Rio de Janeiro em 1981, a FAFERJ construiu uma rede que poderíamos chamar de horizontal, pois seus nódulos são formados por entidades congêneres, outras organizações, partidos de oposição e artistas que não detinham, naquele momento, poder político superior ao seu. Na relação de apoios e agradecimentos para a organização do Primeiro Encontro de Favelas, não encontrei a presença de órgãos do estado. Somente há sindicatos como o dos metalúrgicos, rodoviários e professores; da União Nacional dos Estudantes (UNE); do Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB); Conselho União de Bairros (CUB); Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ); Pastoral de Favelas (órgão da Igreja Católica); Partidos Políticos; Centro de Estudos e Ação Comunitária (CEAC); Federação das Associações Educacionais (FASE)<sup>21</sup>. Há ainda o apoio recebido de estabelecimentos comerciais, jornais como Pasquim, Jornal do Brasil e Luta Democrática e artistas como Tonico Pereira, Nelson Xavier, Paulo Moura, Roberto Nascimento e Cacá Diegues.<sup>22</sup> Tratava-se de uma rede social de contatos (figura 20), organizada com o objetivo de criação de um espaço de comunicação e troca e, sobretudo fortalecimento do movimento popular contra um inimigo comum: a ditadura militar.



Considero importante também uma interpretação das outras redes que se construíram nas novas relações da FAFERJ. Rede com o governo do estado, no período estudado. Como já vimos anteriormente, as primeiras redes construídas pela Nova FAFERJ tinham, uma estrutura que se caracterizava por todos os nódulos em uma posição de resistência ou exterioridade às questões de governo. A horizontalidade favorecia a auto-

<sup>21</sup> Dados retirados da capa da Cartilha do 1º. Encontro de Favelas do Rio de Janeiro, organizada e publicada pelo CEAC.

<sup>22</sup> Dados constantes de lista manuscrita de arquivo pessoal de ex-assessor da FAFERJ

organização dos fluxos de informações, conhecimentos e ações integradas. A novas redes, (figura 21), construídas com malhas direcionadas aos órgãos do governo e empresas prestadoras de serviços urbanos, alargaram a complexidade das ações pela entrada de elementos que eram detentores de um *habitus* de classe, (Bourdieu, 2005.) isto é, condicionamentos associados à sua classe, e que por isso, mantinham relações conflituosas, com os favelados. Em muitos momentos, ocorreu um congelamento de fluxos, pois muitos agentes do estado buscavam, na maioria das vezes, somente ganhos político-eleitorais potencialmente contidos nos contatos com a FAFERJ e com os favelados. Exemplo disso foram as relações estabelecidas para colocar em prática o Programa de Favelas da CEDAE (Proface)<sup>23</sup>, o Programa da Comlurb na Favela<sup>24</sup>, o Programa Luz direta da Light<sup>25</sup> e o Programa Cada Família um Lote.<sup>26</sup>

De posse das decisões do 1º. Encontro, os dirigentes da FAFERJ buscaram contatos em órgãos do governo a fim de apresentarem suas reivindicações e mostrar a realização do evento, não como uma luta isolada dos favelados, mas sim como uma manifestação clara de que o movimento anti-ditatorial se fortalecia em ações conjuntas.

Nas relações e contatos nas redes construídas e que resultaram nesses programas, ocorreu a cooptação de lideranças e a inibição da alternativa possível representada pela antiga dissidência da FAFERJ – a Nova FAFERJ - à máquina chaguista. O que se viu foi uma política que muitas vezes envolveu também trocas de favores eleitorais. Isso é percebido por Burgos quando este trata das relações do estado com a FAFERJ para implementação do Proface. O autor observa o retorno de práticas dos anos 1970 e afirma que. “Além disso, (o tipo de relação com o governo) inibiu a alternativa possível representada pela dissidência da FAFERJ, cooptando suas lideranças e dando continuidade à ambígua relação existente com as Associações de Moradores, como ficou claro, por exemplo, na moldura institucional do

---

<sup>23</sup> Programa desenvolvido entre 1983 e 1985 que tinha a proposta de instalar rede de água e esgotamento sanitário para cerca de 60 favelas, incorporando-as à rede de seus bairros (Burgos:1998).

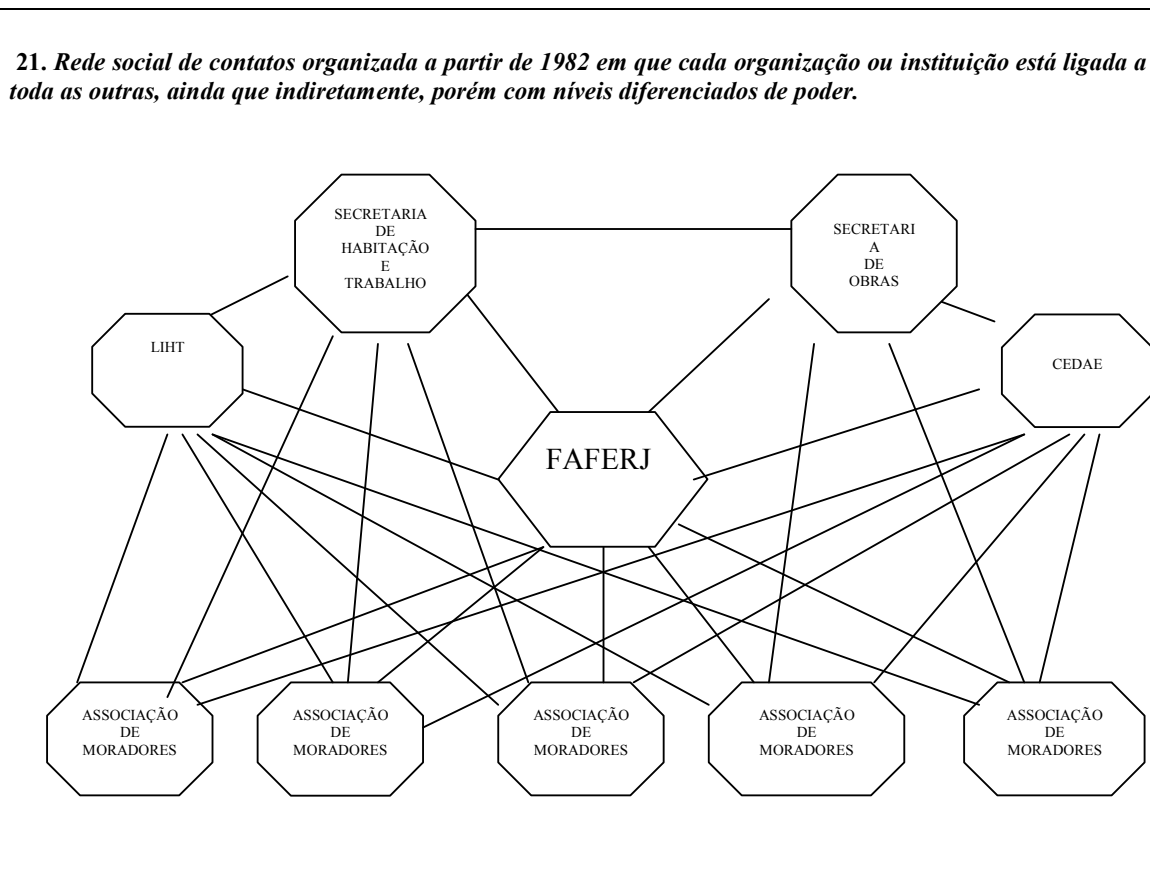
<sup>24</sup> Compra pela Comlurb de microtratores adaptados às condições das favelas, viabilizando assim a coleta de lixo nas mesmas. (Burgos, :1998).

<sup>25</sup> Programa de instalação de relógios medidores de energia em cada residência das favelas eliminando a distribuição anteriormente feita pelas cabines de energia que compravam luz da Light e a distribuíam para os moradores da favela. (informação contida na entrevista fornecida por Irineu Guimarães e Nilton Gomes)

<sup>26</sup> Programa criado pela Secretaria de Trabalho e Habitação que incluía a regularização da propriedade em áreas faveladas, e repassava a preços simbólicos os lotes a seus moradores, que se tornaram proprietários definitivos com todos os direitos legais decorrentes deste fato “(Burgos,1998)”.

Proface.” (Burgos, 1998, p.42). Mais adiante, Burgos ainda apresenta a proposta inicial do Proface que tinha intenções bastante diferentes da realidade que se concretizou.

Em sua definição oficial, esse programa pretende “dar prioridade às áreas faveladas, **sem clientelismos**, buscando transformar essas comunidades em bairros dignos do povo trabalhador (...) E como alternativa à estrutura clientelista tradicional, procura estabelecer uma relação direta com as associações de moradores, sem os intermediários típicos dos anos 70, parlamentares mais conhecidos como “políticos da bica d’água. (Proface, 1984; o grifo é de Burgos).



Em várias partes das narrativas dos entrevistados, pode-se observar que ocorria, algumas vezes, um critério político-partidário para distribuição dos serviços públicos e implementação dos projetos. Tal situação acarretava, muitas vezes, o que identifiquei como um congelamento de fluxos que se manifestava com a seleção, por parte dos agentes do estado, de onde e como alocar bens e serviços. Isso levou a maioria da diretoria da FAFERJ e muitos membros das Associações de Moradores, a se filiarem ao PDT, partido do governo do

estado ou ao PMDB, partido de coligação com o governo<sup>27</sup>. De posse dos processos analíticos formulados por Bourdieu verificamos o quanto estavam cristalizados no campo político as disputas pela oferta de serviços do estado aos cidadãos. As redes construídas, devido ao congelamento dos fluxos ocorridos, não foram capazes de garantir um desenvolvimento autônomo do movimento dos favelados. Membros da diretoria da FAFERJ e das Associações de Moradores aceitaram as funções públicas que envolviam práticas de controle e a atribuição de responsabilidades numa situação análoga ao ocorrido nos anos anteriores a 1979. Atuavam dessa forma como se estivessem conseguindo o resultados de suas reivindicações e isso pode ser verificado no manifesto a seguir

Graças ao incessante trabalho da FAFERJ e à nossa luta hoje os favelados são respeitados por sua longa luta em defesa de seus direitos, por isso hoje não existe no Governo do Estado quem não saiba de cor e salteado nossas reivindicações. Como resultados dessa nossa luta várias favelas hoje têm luz direta da Light, algumas começam a ter manilhamento e até alguns postos de saúde e o título de terra se tornou bandeira do próprio Estado. (Manifesto da chapa Nova República para o 3º. mandato de Irineu Guimarães na FAFERJ).

Coube neste aspecto, refletir acerca da interferência das estruturas de poder sobre as redes construídas pelos movimentos sociais na sua utilização dinâmica, a fim de que se ampliassem os conhecimentos a respeito desse processo social. Com esse material factual coletado pude observar que, embora algumas obras de urbanização tenham sido realizadas e mesmo títulos de propriedade tenham sido entregues para moradores de favelas da cidade, o movimento e a organização autônoma dos favelados interrompeu-se dando lugar à cooptação e ao colaboracionismo. Esta é uma das relações que consegui identificar.

A análise do conteúdo das narrativas levou-me à percepção de que, nos anos 1980, a organização de redes sociais para que fossem atendidas as principais reivindicações da população favelada foi uma prática constante da entidade federativa dos favelados do Rio

---

<sup>27</sup> O historiador José Murilo de Carvalho em seu livro *Cidadania no Brasil – o longo caminho*, ao tratar dos movimentos sociais urbanos e da organização dos favelados, afirma que esta última se caracterizava, no início dos anos 80 do século XX, por estar “*voltada para problemas concretos da vida cotidiana, mas que esses movimentos representaram o despertar da consciência de direitos e serviram para o treinamento de lideranças políticas. Muitos presidentes de associações ingressaram na política partidária.*” (2006:184-5 o grifo é meu). Neste ponto, acrescento, com base em observações feitas no período em que trabalhei como assessora jurídica da FAFERJ, que a maioria das filiações aos partidos, por parte de lideranças faveladas, não se deveu somente ao “despertar de uma consciência política” como afirma Carvalho, deveu-se também ao interesse de estar próximo ou dentro da máquina de estado para facilitar o atendimento de questões coletivas ou até individuais. Foram os casos de Irineu Guimarães, João Gomes, Jonas Rodrigues, João Passos, José Ivan Dias Brito, José de Arimatéia e outras lideranças ligadas ao movimento favelado, todos candidatos a deputado estaduais ou a vereadores, nas eleições de 1982, embora nenhum deles tenha sido eleito.

de Janeiro. Pude também estabelecer relações entre as redes criadas pela FAFERJ e a cooptação de quadros que geraram a falta de autonomia da entidade organizativa dos favelados. Em vários momentos ocorreu um congelamento dos fluxos entre os atores dessas redes sociais e, devido a certa amnésia, as lideranças do movimento dos favelados do Rio de Janeiro não atentavam para as semelhanças entre as situações que vivenciavam nos anos 1980 e as situações de cooptação e falta de autonomia vivenciada no passado por outros diretores da FAFERJ.

Ao analisar as atuações da FAFERJ para organizar ações coletivas observei também a presença da preocupação com as questões da informação, do conhecimento e da comunicação. A FAFERJ procurava divulgar e informar sobre seus projetos, ações e metas, através de boletins, manifestos, cartilhas e jornais. Procurando analisar esses documentos – a cartilha do Encontro de Favelas, a Revista do 4º Congresso e alguns prospectos – obtive a informação de que os mesmos foram organizados sob a coordenação dos alunos da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro que militavam no Movimento Estudantil fazendo parte do CA da ECO-UFRJ<sup>28</sup> e pelas organizações CEAC<sup>29</sup> e FASE<sup>30</sup>. Estiveram acompanhando as atividades organizadas pela FAFERJ estudantes e profissionais da área da comunicação-informação fotógrafos e jornalistas - preocupados com as desigualdades sociais que as favelas representavam. Essas redes criadas favoreceram a divulgação das atuações da FAFERJ, não só para o público interno das favelas, como também para a população que não residia em favelas e ainda para setores do governo.

### 3.1.5 A Favela

Para dar conta mais detalhadamente da questão “favela”, tive como ponto de apoio as pesquisas de Anthony Leeds & Elizabeth Leeds sobre antropologia urbana. Essas pesquisas colaboraram para que, nos anos 70, surgissem inúmeras teses e trabalhos universitários sobre as favelas do Rio de Janeiro. Era a favela surgindo como campo de pesquisa, como afirmou Valladares (2005:121). Sob a orientação desses dois antropólogos a maioria dos estudos realizados discutia e rejeitava a tese da marginalidade social. Tese que,

---

<sup>28</sup> Centro Acadêmico da Escola de Comunicação da UFRJ, reaberto em 1978, após ter sido fechado pelo Decreto 477 de 1968 que colocou na ilegalidade as entidades estudantis

<sup>29</sup> Centro de Estudos e Ação Comunitária

<sup>30</sup> Federação de Associações Educacionais



ironicamente, retorna nesses primeiros anos do nosso século XXI, e sobre a qual verifiquei a não-aceitação por parte dos entrevistados para essa pesquisa..

Os trabalhos dos Leeds e de seus alunos como Luiz Antônio Machado da Silva, já citado anteriormente nesta pesquisa, embora apresentando uma visão dicotômica da sociedade, marcada pela oposição cidade / favela, concluem que a população da favela não era marginal e isolada, e sim inserida na cidade de maneiras diferentes e em diversos mercados: no mercado de trabalho, no mercado político e no mercado cultural.

Os Leeds apresentam a FAFEG como “a única confederação de favelas existente no Estado da Guanabara” que “por volta de 1968, depois de alguns altos e baixos, se tornou um corpo cada vez mais articulado e de peso, representando ao menos 100 favelas do Rio” (1978:244). Referindo-se ainda à FAFEG afirmam que

Enquanto suas declarações (da FAFEG), em seus primeiros anos giravam em torno de objetivos locais e práticos de urbanização de favelas, serviços urbanos, apoio financeiro para reabilitação, etc., seu Congresso Geral de 1968 tratou de temas nacionais fundamentais de longo alcance, como a inflação, a contribuição dos moradores da favela para a economia nacional e seus direitos como contribuintes, níveis salariais nacionais, as falácias das políticas habitacionais, o problema da imagem do “coitado do favelado” sustentada pelo governo.(Leeds & Leeds,1978:244)

Tive também como referência os trabalhos de Janice Perlman. Seguindo tese semelhante à dos Leeds, a antropóloga realiza pesquisas na década de 70 e avança um pouco mais ao rejeitar a visão dual e adversa: “*favela X asfalto*”. Ela observou que, naquele período, era intenso o movimento organizativo dos moradores de comunidades faveladas. Criavam-se Associações de Moradores combativas e era intensa a atuação da FAFEG. Os textos da autora, baseados em um trabalho de campo, antropológico e assessorado pelos moradores de favelas, aprofundaram o estudo das causas sociais do surgimento e manutenção das favelas. Concluindo sobre dados estatísticos, seus trabalhos apresentam o crescimento urbano desordenado e a urbanização desigual como causas da favelização. As suas pesquisas observaram a vida econômica, a incidência de desemprego, a tipicidade das residências e, sobretudo, as experiências associativas e as relações de cooperação existentes nas comunidades para, ao final, rejeitar mais uma vez o mito da marginalidade. Janice Perlman conclui que a situação dos favelados os exclui da cidadania, do acesso às condições necessárias para a vida. Afirma que é preciso incorporar a parcela favelada à sociedade, para fazer parte do grupo democrático e consciente: votar nas eleições, consumir os bens

produzidos e influir culturalmente. Enfim, a antropóloga conclui que é necessário incorporar para que se crie um novo modelo de desenvolvimento que rejeite a visão da “favela-problema” para apresentar a “favela-solução”.

*22. A proximidade física das habitações dos favelados que moravam na área da Lagoa Rodrigo de Freitas com os prédios habitados pelos setores mais abastados não era capaz de destruir as tensões internas que sempre impediram a existência de uma cidade uma cujos espaços fossem mais bem distribuídos. A FAFEG lutava pela permanência no espaço com a urbanização das favelas da região e sua conseqüente integração ao bairro. (Praia do Pinto.1967)*



Procurei ainda referências na professora Alba Zaluar, quando esta alerta, para os maus usos da teoria integracionista proposta pela rejeição ao mito da marginalidade. Zaluar, em 1999, depois de já passadas mais de duas décadas e meia da apresentação das teses de Perlman, afirma que a desconstrução do mito da marginalidade levou, muitas vezes ao outro extremo que é a idéia de que a cidade está una indivisa e disseminada em todas as manifestações da vida social de todas as classes e categorias de pessoas.

Ao se denunciar o processo de estigmatização das populações pobres, especialmente os favelados e habitantes de conjuntos da CEHAB<sup>31</sup>, acaba-se por negar qualquer sinal de alteridade nas concepções e práticas culturais destes, por oposição aos seus outros. Ao apresentar um modelo uno e coerente de sua ideologia, destrói-se a diversidade e tensões internas que marcam qualquer sistema cultural de qualquer sociedade e de qualquer classe social, tornando-nos cegos para as divisões, conflitos e tensões a esta categoria. (Zaluar,1999:43)

Preocupada com os resultados apresentados, “apressadamente”, pelos teóricos que procuraram o desmanche da teoria da marginalidade, entre estes Perlman, a autora considera que esses trabalhos apresentaram uma idéia falsa da identificação positiva dos pobres com a sociedade e os valores da classe dominante.

---

<sup>31</sup> Cooperativa Estadual de Habitação

Por terem recortado o seu objeto de forma a tratar o grupo escolhido e habitantes de favelas ou conjuntos habitacionais no seu meio social, denunciando o processo de estigmatização que sofreram e sofrem, estes estudos acabam por relegar ao segundo plano os mecanismos institucionais que permitem ou entravam o relacionamento entre os trabalhadores pobres e as demais classes sociais e o Estado.(Zaluar,1999:44)

Nas entrevistas realizadas, como já foi afirmado anteriormente, as lideranças rejeitaram veementemente a tese da marginalidade, mas, ao fazer as análises sobre os “ditos” e os “não ditos” quero apresentar algumas considerações. As falas dos entrevistados foram ouvidas por mim, num dado momento, sem constrangimentos de caráter político-ideológico. Não se estava cobrando-lhes uma posição de classe. Não estavam presentes idéias divergentes das suas, diante das quais sentissem a necessidade de posicionamentos mais ideológicos. Rememoraram, isto sim, num momento dos dias atuais, em que no noticiário da cidade a favela e o restante da cidade apresentam-se como duas partes em um duelo constante, fato gerado pelo aumento da violência e territorialização das favelas por quadrilhas ligadas ao tráfico de drogas. Devido a esse aspecto sentiram-se na necessidade de reafirmar a favela e os trabalhadores pobres ali residentes como parte integrante da cidade, pelo fato de serem “ordeiros” e possuírem os mesmos valores dos setores dominantes no que diz respeito à família, à educação, ao trabalho.



**23. Os barracos de madeira à beira do rio mostra a pobreza da favela contra qual se reorganizou e lutou a FAFERJ. Esteve no centro das reivindicações da organização, nos anos 1980, a transformação das favelas em bairros populares, numa clara concepção de que os favelados organizados conheciam a origem da extrema pobreza naquele espaço: a falta de políticas públicas que provocam uma real privação material e uma real exclusão dos pobres nos campos ocupacional, educacional e político. (Favela do Jacarezinho, Beira do Rio na altura da Rua Zélia 1975)**

Os trabalhos de Lícia do Prado Valladares, desde seu artigo sobre “*Associações voluntárias na favela*” de 1977, passando pela análise do programa de remoções de favelas empreendido a partir do final dos anos 60, “*Passa-se uma casa*” e uma intensa produção sobre as favelas cariocas que culmina com seu mais recente trabalho, a “*Invenção da Favela – Do mito de origem a favela. com*” foram de grande importância e

referências fundamentais. Isto porque as atuais preocupações da pesquisadora são com os rumos da pesquisa científica realizada sobre as favelas do Rio de Janeiro. Elas, segundo a autora, têm contribuído para a cristalização de algumas características básicas atribuídas às favelas como a formulação do que ela chama de o “mito de Canudos”: lugar da miséria, lugar sem especificidades, lugar singular. Para Lícia Valladares essas características são cada vez mais desmentidas por uma realidade muito mais complexa e desconcertante. Ela afirma que buscar entender as complexidades atuais do movimento favelado e da própria “nova favela”, é um novo desafio que se coloca para os estudiosos do tema. A nova favela que é hoje habitada pela classe média pauperizada e pelos filhos das classes pobres que ascenderam socialmente foi modernizada e reestruturada, mas também é refém do crime organizado que domina o espaço favela. Todos esses fatores, segundo a autora, impedem a continuidade de análises simplistas e redutoras.



***24 Mulheres, homens e muitas crianças fazem uma imensa vala preparando um terreno ocupado para receber a construção de novos barracos. É mais uma favela que se construía em local sem infra-estrutura urbana, num lugar de carências e com características básicas que deram origem ao “mito de Canudos” de que fala Valladares. A FAFERJ após sua reorganização em 1979, passou a lutar primordialmente, contra essas características. (Construção de vala, sem data)***

As pesquisas realizadas por Marcos Alvito e Alba Zaluar favoreceram a compreensão da entrada em cena de um componente que na década de setenta mantinha sua atividade nos subterrâneos das favelas e que, desde meados dos anos noventa tem tomado a cena: o tráfico de drogas. Esse é, em grande parte, o personagem responsável, como já afirmei, pela volta da visão dualista – favela de um lado, asfalto de outro lado.

Baseei-me também das recentes pesquisas do professor Andreilino Campos, pois elas têm acrescentado novas conclusões, sob o ponto de vista geográfico, ao estudo das favelas, como espaço considerado “criminalizado” no Rio de Janeiro. Para o autor, isso ocorre porque o processo de construção espacial da cidade não vem, ao longo da história, sendo realizados pelos setores populares. “O *fazer* a cidade pertence aos grupos socialmente mais representativos, que participam do processo como sujeitos históricos, enquanto aos demais resta acompanhá-los como *massa*, sem nenhuma determinação, seja qual for as instância analisada: política, econômica ou social.” (Campos,2005:19)

Os trabalhos relativos à favelização do Rio de Janeiro, organizados por Dulce Chaves Pandolfi e Mário Grynspan, pelo fato de serem construídos através de depoimentos, me ajudaram na análise das entrevistas no tocante à observação da visão que o favelado do Rio de Janeiro tem de sua condição social, política, cultural e econômica.

### 3.2 Referenciais Metodológicos

Na pesquisa realizada para a presente dissertação utilizei, preferencialmente, a metodologia da História Oral. Porém além dela a pesquisa não prescindiu da análise de documentos, isto porque para buscar o objeto, as atuações da organização federativa dos favelados, principalmente no período inicial de sua existência, nos anos 1960, já não se conta com um número satisfatório de lideranças, ainda vivas, que pudessem narrar suas experiências. Por isso realizei um trabalho de coleta de documentos que quando foram analisados ajudaram a compor um quadro da memória daqueles acontecimentos.

Durante todo o decorrer da pesquisa, eu procurei dedicar bastante atenção às posturas metodológicas para as pesquisas sociais, propostas por Bourdieu tais como:

(...) o questionamento das formas costumeiras de pensar e agir politicamente”; o “engajamento na busca do entendimento de como se produz e reproduz a divisão entre “agentes políticos passivos” e “agentes políticos ativos”; a “atenção de que as instituições se realizam em dois estados do social: campo político/burocrático e campo das estruturas mentais” e por último; o “dar atenção especial à eficácia específica do poder simbólico e aos truques sociais com que ele nos engana a todos. (Bourdieu,2007:17-23).

Este último princípio para as pesquisas sociais formulado por Bourdieu foi, especialmente, observado quando, no segundo eixo temporal, analisei as relações da FAFERJ com a máquina chaguista e no terceiro eixo, as relações com os governos brizolistas. As disputas, no campo político e burocrático para o oferecimento de serviços aos favelados

tinham, além dos objetivos imediatos de obtenção de vantagens eleitorais, também objetivos ideológicos que visavam a manutenção do *habitus* político e de condicionamentos de classe.

Ainda procurei atentar para as precauções metodológicas que Valladares considera necessárias para que os pesquisadores que se ocupam do tema “favela”. A autora alerta para que não se reproduzam procedimentos baseados em “dogmas” que não atentam para as diferenças e especificidades das favelas (2005:148-52).

De forma semelhante, Valla também reafirma em seus trabalhos sobre as favelas e as políticas públicas a elas direcionadas, a necessidade da percepção de que os moradores de favelas representam uma heterogeneidade, que não são um corpo único, embora tenham entre si uma identificação de interesses proporcionados pelos problemas de infraestrutura urbana, de habitação (1986:26). Ambos chamam atenção para o fato de que a não compreensão dessa questão tem conseqüências metodológicas importantes como, por exemplo, o recurso freqüente de comparações estatísticas entre o conjunto de favelas de um lado e por outro lado o restante da cidade. A partir daí, Valla verifica que “a estratégia de moradia na favela não é uma estratégia pura e simplesmente de habitação, mas sim, uma estratégia muito mais ampla de sobrevivência, da qual a moradia é apenas um aspecto”. (1986:26). O autor mostra que em resposta a essa estratégia de sobrevivência é que as instituições elaboram seus projetos e programas para “conter” e “controlar” os moradores. O processo tem continuidade com a reação dos moradores às propostas das instituições, que, de acordo com o momento histórico e o grau de conscientização dos moradores, pode variar da aceitação à resistência completa. Valla fala ainda de um quarto momento do processo a ser analisado pelos pesquisadores que é a nova resposta das instituições, que também tem suas variações (1986:26).

Com essas precauções, procurei analisar o surgimento da organização FAFEG como reação aos projetos e programas apresentados pelas instituições e as suas ações ao longo das três décadas analisadas, como novas reações ao quarto momento do processo destacado por Valla.

### **3.2.1 Análise de documentos**

Os documentos analisados tiveram, basicamente, três origens: acervo pessoal das lideranças entrevistadas e de assessores da FAFERJ, reportagens de jornais da época

arquivados na Biblioteca Nacional, atas e registros constantes no Cartório de Pessoas Jurídicas do Estado do Rio de Janeiro. Após a seleção dos textos específicos, foi organizado um quadro do material ou fontes a serem analisadas. Neste quadro, foram feitas, ao longo da pesquisa, as observações e as considerações teóricas pertinentes.

Para a análise dos documentos, a pesquisa apoiou-se no texto de Martin W. Bauer *Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão*. Nele o autor chama a atenção dos pesquisadores para o fato de que “os textos, do mesmo modo que as falas referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas e, algumas vezes, nos dizem mais do que seus autores imaginam.” (2002:189). Os textos contêm registros de eventos, valores, atitudes, opiniões, preconceitos, decisões e outras representações da realidade. Dessa forma, a análise de seus conteúdos pode reconstruir “mapas de conhecimento”, pois, as pessoas usam a linguagem para representar o mundo como o conhecem e para se autoconhecerem. (Bauer, 2002:195)

As atas, manifestos, estatutos e discursos analisados são exemplos disso. Nesses documentos, as lideranças que dirigiam a FAFERJ, seus assessores ou parlamentares interessados na causa procuraram expressar e registrar, através dos textos que elaboravam a realidade que conheciam. A análise do conteúdo desses documentos serviu para que se pudesse melhor compreender as relações existentes e as redes construídas naqueles momentos retratados.

Com relação aos textos coletados em jornais, procurou-se realizar uma “análise longitudinal”, na qual foi feita uma comparação empírica entre os textos de oito notícias veiculadas em dois jornais – *Última Hora* e *O Dia*, contendo versões diferentes de um mesmo contexto, ao longo do período de março de 1979 a janeiro de 1982. Neste caso, período que vai desde as primeiras tentativas de reorganização da FAFERJ, passando pela primeira eleição de Irineu Guimarães, chegando até a unificação da FAFERJ 1 com a FAFERJ 2. Pude detectar flutuações, inferir mudanças no conteúdo, especialmente, nos textos do jornal *O Dia*, após a incorporação do Partido Popular ao Movimento Democrático Brasileiro e criação do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Este fato político-partidário teve grandes reflexos nas atuações da FAFERJ, acarretando a unificação dos dois grupos que se mantinham, até então em ferrenha oposição um ao outro.

Os conteúdos de dois outros tipos de textos foram analisados: os das cartilhas, jornais, revistas e boletins da FAFERJ e os dos escritos rotineiros da secretaria da entidade

federativa. Nos primeiros, as análises foram feitas atentando-se para o fato de que aqueles textos foram construídos com o propósito de divulgação das ações da FAFERJ. Por isso foram analisados como um trabalho de “enquadramento de memória” e cujos conteúdos complementam outras memórias. Quanto aos escritos rotineiros da secretaria da entidade como listas e anotações, seus conteúdos foram compreendidos e analisados como um tipo de material especialmente rico, posto que isentos, em sua maioria, da intencionalidade de seus autores, da construção de uma memória da organização. Trata-se de textos escritos com as mais diversas finalidades e que visavam somente o funcionamento da entidade. A riqueza dos mesmos para a presente pesquisa dá-se pelo fato de que os mesmos apresentam as evidências do dia a dia da FAFERJ. Exemplos disso são os conteúdos da lista manuscrita contendo as reivindicações dos favelados nas eleições gerais de 1982, da carta de agradecimento à empresa de transporte que cedeu ônibus para ida de manifestantes ao Palácio Guanabara, da convocação para reunião do Conselho de Representantes, do modelo de ficha de filiação das Associações de Moradores à FAFERJ, dos bilhetes solicitando o pagamento das mensalidades por parte das filiadas ou ainda das listas de tarefas a serem realizadas pela secretaria.

### 3.2.2 História Oral

*Contar é muito dificultoso porque as coisas lembradas se remexem no lugar.*  
(Riobaldo, o personagem narrador do romance de João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: veredas*)

Realizei entrevistas temáticas com antigos diretores da entidade e obtive longas narrativas durante as quais percebi, algumas vezes, relutâncias em realizar afirmações, reticências, silêncios e não ditos, desmentidos e até afirmações sobre as dificuldades de lembrar. Nessas ocasiões, eu me lembrava do personagem Riobaldo criado por João Guimarães Rosa que, em vários momentos do romance-narrativa “*Grande Sertão: veredas*”, afirma o quanto é “dificultoso” “contar” porque “as coisas lembradas se remexem no lugar”. Relembrando o personagem, digo que “ouvir”, “analisar” e “contar de novo”, que são algumas das tarefas do pesquisador, é também muito “dificultoso”, principalmente, quando são contadas versões diferentes sobre um mesmo fato.

As memórias narradas são fontes históricas e como tais devem ser registradas, problematizadas, interpretadas. A memória é a construção no presente de apenas alguns



elementos dos acontecidos, vividos e vistos, sob determinadas condições sociais. Ela não tem necessidade de coerência ou cronologia. Daí porque parece que se “remexem” no lugar.

A pesquisa utiliza, predominantemente, a metodologia da História Oral, analisando entrevistas cujo tema é a FAFERJ e suas atuações ao longo das três primeiras décadas da sua existência. O testemunho oral possibilitou o esclarecimento de vários momentos da trajetória da entidade organizativa e os eventos e processos que não poderiam ser elucidados de outras formas que não fosse a rememoração.

A escolha dessa metodologia deu-se com o objetivo de, não só aprofundar as relações entre Memória e História, como também com o objetivo de demonstrar com as “falas” colhidas, que o saber histórico não é fechado e pronto para que os indivíduos possam nele se reconhecer. Pelo contrário, o saber histórico deve ser visto no sentido de que nele podemos encontrar a heterogeneidade, a luta entre as forças que surgem de todos os lados. A pesquisa procura chegar ao que Foucault chamou de “história efetiva” – a história que trabalha as discontinuidades e que compreende que “As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (Foucault, 1979:28)

A História Oral também me deu a oportunidade de estar mais atenta ao que Bourdieu chama de “personificação mística” que os discursos sobre o mundo social criam para as entidades coletivas ao afirmarem constantemente: o Estado decide, a Igreja combate, o movimento operário decide, etc. Poderíamos aqui acrescentar o quão seria superficial “A FAFERJ decidiu”. Tais discursos, para Bourdieu estão sobrevoando os fatos, realizando generalizações vazias e apressadas que ignoram as lutas internas e as estratégias dos atores individuais das instituições e entidades coletivas dentro de categorias dialéticas, dos conflitos, das constantes transformações, da luta dos contrários. As diferentes narrativas colhidas sobre a FAFERJ mostraram a existência de conflitos internos, de posicionamentos políticos variados, de interesses políticos conflitantes. Tais observações favorecem a compreensão das ações da entidade coletiva FAFERJ como resultantes não da vontade de um indivíduo ou de um grupo, mas sim no campo de forças antagônicas ou complementares definidas em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes. A análise das narrativas colhidas permitiu perceber a existência de divergências relacionadas às concepções sobre mobilização, agitação, organização, órgão de representação, estratégias,

propaganda e objetivos dos diretores, conforme sua filiação aos partidos políticos (oficiais e não-oficiais), ao pertencimento a setores da Igreja ou a instituições do governo, etc.

Busquei narrativas de antigos diretores ou presidentes de Associações que participaram do Conselho de Representantes da FAFERJ e que têm um sentimento de pertença às atuações da entidade organizativa. As histórias que me contaram são construções conscientes e eficientes da memória que colaboraram para que eu pudesse melhor compreender os termos da ação coletiva desenvolvida. Apropriando-me das conclusões de Michael Pollak considero que a coleta de representações por meio de narrativas orais se tornou um instrumento privilegiado como método, pois, pelo fato de apoiar-se na memória, torna-se capaz de produzir reconstituições do real. “As narrativas, elas nos possibilitam ter um ponto de vista privilegiado do ocorrido no passado” (Pollak,1992:207).

A utilização da metodologia da História Oral me permitiu verificar que cabe ao pesquisador a difícil e fascinante tarefa de analisar as reconstituições apresentadas e que para isso é necessário interessar-se pela subjetividade dos narradores. Dessa forma, centrei meus estudos nos processos pelos quais as antigas lideranças de favelas do Rio de Janeiro expressaram o sentido de sua entidade – a FAFERJ - na história do movimento favelado e como se entendiam como atores desses processos. As entrevistas foram entendidas com o valor de documento, e sua interpretação com a função de descobrir o que elas documentam. Elas puderam esclarecer o conteúdo de outras fontes e algumas lacunas de outros materiais pesquisados,

Compartilho da visão dos autores como Marieta de Moraes Ferreira, Janaina Amado, Verena Alberti e Dulce Pandolfi que têm seus estudos ligados às pesquisas de História Oral e a entendem como uma metodologia que, além de estabelecer e ordenar procedimentos de trabalho, amplia o conhecimento sobre o passado, possibilitando que o mesmo se torne mais concreto através da experiência histórica do entrevistado. Nessa pesquisa, na qual me ocupei das memórias sobre a FAFERJ, a metodologia da história oral foi bastante adequada, pois o estudo de representações do passado através da análise de entrevistas me possibilitou a ampliação de conhecimentos sobre o passado vivido e a compreensão de que estudar a memória da FAFERJ é estudar o trabalho de constituição e formalização de memórias, continuamente negociadas.

A pesquisa feita com a metodologia da História Oral exigiu a organização de etapas que puderam se dividir em quatro fases. Na primeira tiveram lugar os procedimentos

iniciais como estabelecimento dos critérios para selecionar os entrevistados, a elaboração de um roteiro para a entrevista, o agendamento da entrevista e o preparo do material necessário para realização da entrevista (gravador, carta de cessão, diário de campo). Primeiramente, foi realizada uma entrevista com Irineu Guimarães que presidiu a FAFERJ na década de 1980. A partir dessa entrevista pude organizar um roteiro para as próximas e também uma relação de nomes das lideranças que deveriam ser entrevistadas. Foram realizadas para essa pesquisa onze entrevistas (Anexo II) com uma duração média de sessenta minutos. Não foram encontradas dificuldades para a obtenção das entrevistas, pois as lideranças contatadas colocavam-se prontamente à disposição para narrar suas memórias sobre a atuação da FAFERJ. Apesar do fato de ter observado algumas atuações da FAFERJ quando elas ocorriam, na década de 1980, as primeiras entrevistas foram cheias de surpresas. Foram encontradas versões diferentes para um mesmo fato.

O roteiro elaborado (Anexo III) esteve bastante flexível, porém, foi bastante eficiente para conduzir a entrevista dentro do tema “atuações da FAFERJ”. O número total de onze entrevistas realizadas deveu-se ao fato de que já não mais estavam aparecendo fatos novos nas narrativas e, percebendo um ponto de saturação, não foram buscados novos entrevistados.

Na segunda fase, já de posse das gravações, foram realizadas as transcrições. Na terceira fase foi feita a análise das entrevistas – as onze realizadas no decorrer da pesquisa e uma realizada pelo *Projeto Versão do Passado* – e do diário de campo no qual constavam as observações que anotei, logo após a realização das entrevistas. Na quarta e última fase procurei promover um diálogo entre as fontes orais e os demais documentos.

### 3.2.3 Análise das Fotografias

*Serendipidades !*

*Momento de serendipidade é aquele em que descobrimos ou encontramos alguma coisa enquanto estávamos procurando outra, mas para a qual já tínhamos que estar um pouco preparados. Ou seja, precisamos ter pelo menos um pouco de conhecimento sobre o que descobrimos para que o feliz momento de serendipidade não passe por nós sem que sequer o notemos. (Ana Maria Gonçalves em *Um Defeito de Cor* referindo-se ao termo criado a partir do romance inglês *Os três príncipes de Serendip*).*

As fotografias surgiram como uma grata surpresa. A intenção era realizar uma pesquisa que tivesse como fontes as narrativas das lideranças do movimento de favelas,

documentos da organização como atas e circulares e jornais da época. No entanto, quando já estava em campo, realizando a décima entrevista do total das doze realizadas, fui convidada pelo entrevistado Irineu Guimarães para ver se me interessava por um pacote de “fotografias velhas” que ele tinha guardado. Como eu estava ali para a entrevista, meu principal objetivo, deixamos para ver as fotos no final. Ainda mais porque pensei se tratassem de fotos pessoais, sem relação com as atividades políticas do entrevistado. Ao final da entrevista ele buscou o pacote e eu assustei-me com o que vi. Era uma grande coleção da qual constavam duzentas e trinta e seis fotografias, todas relacionadas ao tema FAFERJ. Eu que não estava procurando por aquilo vivi um grande momento de “serendipidade”. Percebi também que estava diante de muito trabalho, mas, que não poderia deixar de realizá-lo, pelo menos em parte.

As fotografias retratavam vários momentos das atuações da FAFERJ no período de 1979 a 1993 e procurei organizá-las combinando cronologia e tema retratado. Muitas não estão datadas, porém alguns indícios, tais como o reconhecimento dos integrantes do cenário ou o próprio cenário forneceram elementos para balizar a cronologia. A maioria das fotos é de autoria desconhecida e nelas não há uma ambientação ilusória. Procurou-se retratar o acontecido. Poucas apresentam a imobilidade dos atores, excetuando-se as que retratam os times de futebol representantes das favelas no torneio organizado em 1989. As demais mostram o desenvolvimento de ações e movimentos. Há as fotografias que documentam os momentos solenes outras registram momentos de prazer e descontração. As fotografias possuem um timbre organizacional que considerei intuitivo, ou seja, uma determinação por parte dos fotógrafos de buscar o que deveria ser registrado para contar, posteriormente, a história da organização, porém sem a marca de algo sistemático e com objetivos previamente determinados.

Essas primeiras observações que fiz sobre as fotografias, procurando melhorar a leitura das mesmas, foram importantes para que eu verificasse a melhor forma de utilizá-las como fonte. Eu precisava compreender como aquele material foi produzido e com que intenções foram fotografados determinados momentos, especialmente em uma entidade organizativa com lideranças tão politizadas como é o caso da FAFERJ.

Neste aspecto, foram importantes as observações de Philippe Dubois, em *O ato fotográfico*, mostrando que a fotografia deve ser analisada em sua dimensão pragmática, pois, do contrário, não pode dar conta de toda a complexidade de sua significação. Dubois ainda orienta o pesquisador no sentido de que ele deve rejeitar a fotografia como a imitação mais

perfeita da realidade e ignorar a mão do fotógrafo intervindo diretamente na cena real (Dubois,2004:27). Cuidadoso com essa questão, o autor apresenta algumas considerações sobre o trato com as várias formas de documentar a realidade.

Toda reflexão sobre um meio qualquer de expressão deve se colocar a questão fundamental da relação específica existente entre o referente externo e a mensagem produzida por esse meio. Trata-se da questão dos modos de representação do real ou, se quisermos, da questão do realismo. Ora, caso já se dirija a qualquer produção com pretensão documental – textos escritos (reportagem jornalística, diário de bordo etc.) representações gráficas, cartográficas, picturais etc. -, essa questão de fundo muito geral coloca-se com uma acuidade ainda mais nítida quando essas produções procedem da fotografia (ou do cinema) Existe uma espécie de consenso de princípio que pretende que o verdadeiro documento fotográfico “presta contas do mundo com fidelidade”. Foi-lhe atribuída uma credibilidade, um peso de real bem singular.(Dubois,2004:25)

A maioria das fotos foi tirada por fotógrafos amadores escolhidos aleatoriamente, entre os que estavam presentes na ocasião que se desejava registrar. Também não haviam sido tiradas por orientação de Irineu Guimarães, o dono da coleção, e a grande maioria delas lhe fora entregue por diretores e assessores da entidade e ainda por moradores de favelas e presidentes de Associações de Moradores que fotografavam suas visitas às comunidades faveladas e os eventos organizados pela FAFERJ.

Porém, por saber que não se fotografa todos os momentos, mas sim, aquelas ocasiões propícias ao registro fotográfico, passei, então, a observar as fotografias como as imagens que alguns diretores, alguns assessores, alguns moradores ou alguns presidentes de Associações de Moradores queriam fazer perdurar na recordação das ações da entidade. Baseando-me nas observações de Schapochnik, eu tive claro que o que era retratado nas fotografias eram os “momentos altissonantes em que se confirmava a continuidade e coesão do grupo. O que atesta um desejo e uma ação deliberada de registrar aquilo que deve ser objeto de rememoração pela posteridade”.(Schapochnik,2006:462).

Os vários fotógrafos que registraram eventos e outras ações relacionadas à FAFERJ, valendo-se do nosso sentido da visão, procuraram fixar momentos, congelar imagens compreendendo que “de todas as nossas impressões, as que se fixam mais profundamente na mente são as que nos foram transmitidas pelos sentidos. Ora, de todos os nossos sentidos, o mais sutil é a visão. Recorrer à imagem é, portanto, o meio mais seguro de conservar a lembrança de algo, mesmo se se tratar de uma palavra, ou de um pensamento.”<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> *De oratore II,87,357* citado por Dubois,2004:316.

Diante das considerações que fiz acima, e porque realizava uma pesquisa no campo da Memória Social, procurei analisar as fotografias como resultados de um trabalho de enquadramento de memória. Enquadramento, no tempo passado e fotografado, de uma memória para ser lembrada no futuro. Uma memória que pudesse se apoiar na fotografia para contar e retratar como os fatos “realmente” aconteceram. Fotografava-se para a produção de um material que servisse como prova do acontecido. Eram fotógrafos amadores que ao realizarem o registro buscavam transformar a imagem em prova, com o poder de atestação do ocorrido.

Incluí também nesta dissertação as fotografias de autoria de fotógrafos profissionais e de estudantes de comunicação que assessoravam a FAFERJ, no início da década de 1980. Procurei analisá-las de forma diferenciada das pertencentes à coleção de Irineu Guimarães, uma vez que tinham o caráter de reportagem do acontecido. Os principais objetivos dos fotógrafos profissionais eram a informação, o registro e não o enquadramento de memórias.



*25 Da esquerda para a direita Arnaldo, José de Arimatéia, Irineu Guimarães, um militante da FAFERJ e Diquinho. A fotografia de um momento de descontração evidencia camaradagem, laços de amizade e convivalidade estabelecidos pelos membros do grupo. Ao fundo está a favela da Grota em Ramos. Todos os aqui fotografados além de serem ativistas políticos do movimento de favelas eram, na época, militantes do MR-8 (Foto na favela da Grota. 1980)*

O primeiro problema que encontrei para analisar as fotografias que me foram disponibilizadas surgiu com a constatação de que como investigadora eu, logicamente, estaria

projetando sempre sobre as imagens observadas uma carga importante de idéias feitas e de minhas convicções particulares. Ainda mais pelo fato de ter convivido com as atuações da FAFERJ. Já, desde a escolha das fotografias que incluiria na dissertação, estariam ali presentes as minhas convicções. Porém sabendo ser impossível a realização de escolhas isentas, procurei ver as fotografias como narrativas, como textos visuais nos quais são contadas as sociabilidades da época e se apresentam como vestígios de alguma coisa que realmente existiu, mas, que não pode ser vista como imagem exata dessa coisa retratada.

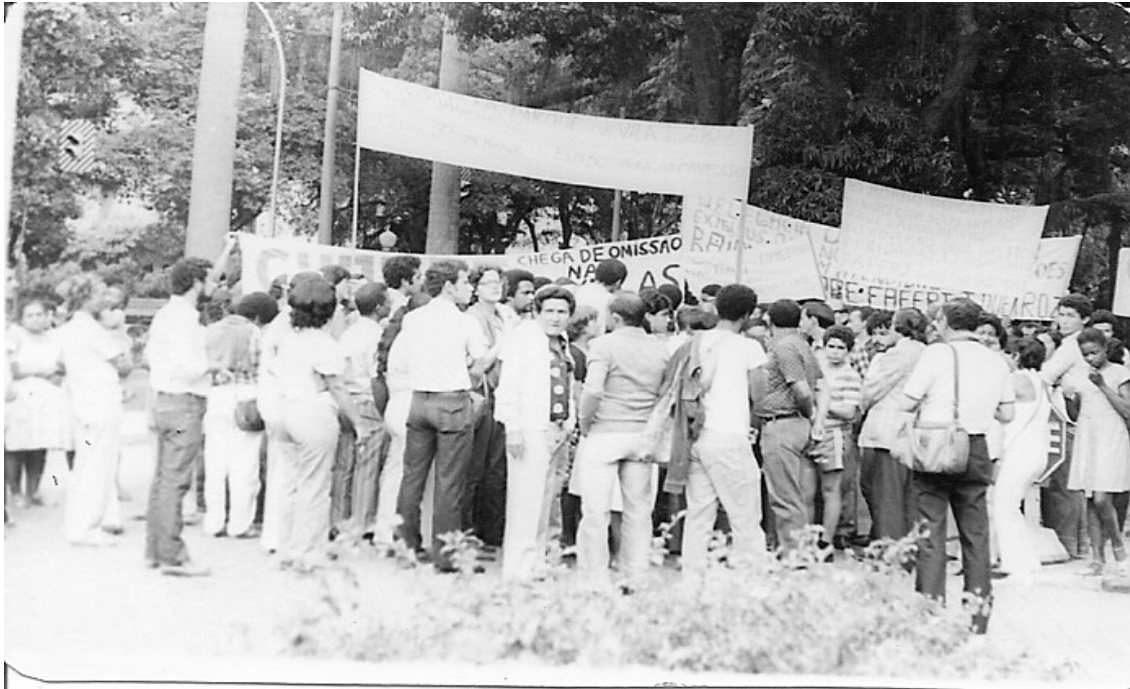
Optei também por utilizá-las compondo o corpo da dissertação, por vezes como elementos ilustrativos dos casos analisados e, outras vezes, como próprios objetos de análise, tendo em vista as fortes narrativas que algumas delas apresentam.

Como não pude fazer aqui conter a totalidade das fotos que me foram apresentadas, selecionei as mais emblemáticas para as opções acima e um terceiro grupo delas foi colocado anexo ao texto. Outras ainda ficaram para análises em pesquisas posteriores.



*26. Irineu, presidente da FAFERJ ao lado de Altamiro, o mais alto, presidente do Morro da Coroa. Ele aglutinava as favelas do centro da cidade, seguia orientações da Pastoral de Favela e foi membro da JOC (Juventude Operária Católica). O fotógrafo procurou captar o movimento e a perspectiva em que seu foco abrangia as principais lideranças do movimento de favelas. (Manifestação da Delegacia da Leopoldina da FAFERJ. 1980).*

27, 28. A FAFERJ organizou uma manifestação nos jardins do Palácio Guanabara, sede do governo do estado do Rio de Janeiro exigindo a continuidade das obras do Projeto Mutirão (1985)







29, 30. Manifestações reivindicando água, luz e esgoto, organizadas pela FAFERJ na luta pela urbanização das favelas e contra as remoções (sem data)



31. Manifestação de moradores das favelas, na porta da CEDAE (1981)



32. Manifestação organizada pelas Delegacias da zona da Leopoldina e da zona Suburbana da FAFERJ em uma comemoração do aniversário de 20 anos de criação da FAFERJ (1983)



*33 Reunião da FAFERJ com o diretor do Hospital Getúlio Vargas na Penha. Na pauta as reivindicações relativas à saúde dos moradores da área da Leopoldina. À esquerda, o Diretor do Hospital, Dr. Mourão Neto, seguido de Irineu Guimarães. À direita, João Pedro, africano, nascido em Cabo Verde, presidente da Associação de Moradores de Manguinhos. (Reunião no Hospital Getúlio Vargas.1983)*



*34. Manifestação da FAFERJ nas galerias da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. (1983)*



35, 36. Participantes do 1º Encontro de Favelas, na entrada do Sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. (1981)



*37. Reunião com moradores na sala de aula de uma escola da cidade de Niterói, organizada pela Delegacia da FAFERJ- Niterói. (1983)*



*38. Assembléia de Prestação de Contas, realizada na sede da entidade, na Rua República do Líbano, Centro da Cidade do Rio de Janeiro, com a presença dos Membros do Conselho de Representantes – os presidentes das Associações de Moradores, as filiadas da FAFERJ. (Assembléia e Prestação de Contas. 1988)*

## 4. PRIMEIRO EIXO TEMPORAL (1963-1973)

### 4.1 Primeiras lutas contra as remoções

*Favela do Pasmado*  
*O fogo no morro alastrou*  
*Entrou no barraco e nada deixou.*  
*As labaredas cresciam, cresciam,*  
*E o inferno de fogo a favela baixou.*  
*Que é da casa do João, brasa virou*  
*João não tem mais lugar pra sonhar*  
*como sonhou*  
*E lá no Pasmado, triste, abandonado*  
*Nem aquela palmeira o fogo deixou*  
(samba de 1965 de autoria de Edith Serra  
retratando a tristeza do episódio do  
incêndio da favela do Pasmado)

Nestes versos de um samba de 1965, a compositora Edith Serra lamenta a remoção da favela do Pasmado, ocorrida em 1963. Esta não era uma situação nova, pois o tema do “despejo” foi recorrente na música popular brasileira, demonstrando que vários compositores estiveram preocupados em retratar essa situação limite muito presente, na história das favelas do Rio de Janeiro e outras cidades do país. As canções populares, como é o caso desta, procuravam registrar, inclusive, as demonstrações de força e poder nos chamados “bota-abaixo” e “incêndios” para erradicar as favelas da cidade. Em muitos desses momentos cantados em versos o favelado aparece desprotegido, sozinho e desorganizado diante de um poder que ele considerava muito superior e que estava determinando sua expulsão do lugar em que vivia. O compositor Adoniran Barbosa em “*Despejo na Favela*”, de 1975, mostra o poder do órgão que chama de “superior”, para determinar o despejo dos moradores de uma favela paulista: “*é uma ordem superior, ô, ô, ô, ô, meu senhor*”. E ainda o mesmo Adoniran Barbosa em “*Saudosa Maloca*”, de 1955, “*O dono mandou derrubá. Peguemos tudas nossas coisas e fumos pro meio da rua preciá a demolição*”. O poeta sambista fala de um “despejo” aceito como um fato incluído na ordem geral das coisas e contra o qual o favelado não podia expressar nenhuma reação a não ser lamentar e apreciar a demolição, já que não possuía poder para atuar contra aqueles atos.

Mas a realidade não foi só do lamento, da apatia e da solidão cantados nesses e em muitos outros versos. Conforme já comentei na introdução dessa dissertação, ocorreram

resistências isoladas e também organizadas, a partir do momento em que as condições objetivas para o surgimento dessas resistências estiveram dadas.

Nesta parte do trabalho, procurei, além de apresentar as relações de poder presentes no momento da criação da FAFEG, em junho de 1963, traçar também um breve quadro dos primeiros anos de atuação da entidade. Relato, nesta parte, as ações relacionadas às favelas realizadas pelo governo do antigo estado da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro após a fusão, proponho uma reflexão que possibilite o entendimento de que o Estado não é o aparelho exclusivo detentor de todo o poder, mas sim uma articulação com poderes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de ação que Foucault analisava em termos de instituição. Observa-se que o poder não está cristalizado em nenhum ponto específico da estrutura social, pois ele funciona em rede de aparelhos dispersos e mecanismos em que estão envolvidos vários atores sociais.

A análise das articulações das Associações de Moradores, quando se organizaram em federação, a FAFEG, me permitiu inferir, junto com os estudos de Foucault, que não existe de um lado os que têm sempre o poder e de outro, aqueles que se encontram sempre aliados do poder. Onde há poder há resistência, pois as práticas ou relações de poder se exercem em rede. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder.

Neste ponto, quero observar as relações das instituições<sup>1</sup> com a população favelada na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, considere importante atentar para a memória construída sobre as favelas sempre definidas como “ocupação ilegal”, “lugar improvisado”, “não-propriedade”, “não-cidade”, “lugar da marginalidade urbana” e, dessa forma, sempre passível de ser removida em qualquer momento. Seus moradores eram perseguidos e o poder público somente se manifestava na favela através da força policial controladora e repressora.

Mary Douglas ao afirmar que as instituições lembram-se e se esquecem, atenta para a seletividade das memórias que são impostas pelas instituições.

Quando observamos mais de perto a construção do passado, verificamos que o processo tem muito pouco a ver com o passado e tudo a ver com o presente. As instituições criam lugares sombrios nos quais nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita. Elas fazem com que outras áreas exibam detalhes muito bem

---

<sup>1</sup> O termo instituição é aqui utilizado na forma como o apresenta DOUGLAS. Mary *Como as Instituições Pensam*, (1966:56) - um agrupamento social legitimado; e como o que Foucault chamou de “instituições modernas” que desempenham um papel cada vez maior no controle e monitoramento da população. (2007:176). Exclui-se nesse caso o conceito de “instituições de seqüestro” formulado pelo autor para designar a clínica, a escola, o hospital, a fábrica, a prisão etc.

discriminados, minuciosamente examinados e ordenados. A história surge sob uma forma não-intencional, como resultado de práticas direcionadas a fins imediatos, práticos. Observar essas práticas estabelecerem princípios seletivos que iluminaram certos tipos de acontecimento e obscureceram outros significa inspecionar a ordem social agindo sobre as mentes individuais (Douglas,1986: 75)

A noção de “ilegalidade” para o espaço favela esteve sempre armazenada na memória pública das instituições pelo fato de estar ligada aos interesses dos que conseguiram obter a propriedade da terra na cidade. Ocorreu o que podemos chamar de amnésia, argüida pelo poder público associado aos setores dominantes e baseada na distribuição sócio-espacial da cidade determinada pelas classes proprietárias. As favelas surgiram no cenário carioca quando os excluídos do espaço urbano, que não tinham possibilidade econômica de adquirir a propriedade de terrenos, passaram a habitar os morros e encostas da cidade. A partir de então, a posse dos espaços dos morros e encostas - as favelas - passou a ser considerada transgressão ao ordenamento urbano, ou seja, uma “ilegalidade” que deveria ser reprimida. E o favelado, aquele que incomodava os habitantes da cidade com a exposição de sua miséria, tornou-se, no imaginário dos setores privilegiados e dominantes, membro de uma classe perigosa, com muitos desempregados e potencialmente capaz de pilhar, roubar, furtar.

Instituições como a Igreja, com uma autoridade difusa, em seu trabalho assistencial, embora também considerando a definição de favela como “ilegalidade”, desenvolvia ações no sentido de melhorar as favelas e seus habitantes propondo a permanência no lugar. Sua preocupação era também de controle da existência dos favelados que eram entendidos como “possuidores de um problema moral”, seres que deveriam ser reformados através de um assistencialismo. Aparentemente, a Igreja apresentava-se como protetora dos favelados, mas visava, em última análise, ao controle dos favelados para que os mesmos, de uma maneira cordial, estivessem disponíveis para as exigências da ordem que deveria ocorrer na cidade de acordo com os interesses dos setores econômica e socialmente dominantes.

Em abril de 1960, a capital federal transferiu-se para Brasília e a cidade-capital do Rio de Janeiro passou a denominar-se estado da Guanabara. A cidade-estado nascia em meio de propostas contraditórias que de um lado procuravam valorizar a tradição e o passado de cidade-capital e por outro lado, valorizar o progresso, a modernidade de uma cidade cosmopolita. O governador eleito Carlos Lacerda procurava implementar projetos de modernização no estado, com grandes obras como túneis, viadutos e embelezamentos nos



quais a pobreza e carências não deveriam ficar em evidência. Sua política para as favelas se constituía na remoção de populações inteiras, especialmente as localizadas na zona sul em terrenos de maior valor imobiliário, para áreas distantes do centro da cidade.

No entanto, durante sua campanha eleitoral, bastante atento ao peso do voto do conjunto de favelados do novo estado, em nenhum momento falou em remoção. Pelo contrário, em um folheto de campanha intitulado “*Lacerda fala, Gonzaga canta*” vemos a seguinte proposta cantada em versos:

Carlos Lacerda quando governador, não vai acabar com as favelas nem prender favelados, nem proibir melhorias em barracos. Ao contrário, Lacerda vai ajudar os favelados da seguinte maneira: criando a escola barraco, formando os parques operários, fornecendo água, limpeza, esgoto e luz, na medida do possível apoiando os clubes e associações recreativas, dando material de construção, proporcionando assistência à mãe favelada.

Carlos Lacerda há muitos anos estuda a situação dos favelados, e agora, governador, vai ajudá-los. Seu lema é este: “ajudar o favelado a melhorar a favela”. (Folheto de campanha eleitoral de 1960. Coleção Carlos Lacerda, UNB, Brasília, visto em Perez,2007:255)

É corrente ouvirem-se afirmações de que Carlos Lacerda foi uma figura bastante contraditória da política brasileira. No entanto, pode-se observar que havia coerência política na perseguição de seus objetivos relativos ao poder. Anos antes de assumir o governo da Guanabara, em 1948, já se preocupava com a questão das favelas do antigo Distrito Federal. Naquela ocasião, demonstrou grande conhecimento do significado da questão social, especialmente a favelização, como ameaça aos interesses capitalistas. Colocando-se em oposição ao governo federal de Eurico Gaspar Dutra, publicou uma série de artigos no jornal *Correio da Manhã*, propondo uma campanha em favor, entre outras questões, da permanência dos favelados nas regiões onde estes tinham construído suas moradias. Chamou a campanha de *Batalha do Rio*. Na campanha que apresentou uma série de ambigüidades, Lacerda fez afirmações relativas à questão favela. Para ele

O problema favela não era uma praga local, mas nacional, embora pudesse ser controlado localmente; era um problema complexo que não admitia soluções simplistas nem podia ser atacado em apenas um aspecto; era resultado de um profundo desequilíbrio na vida do país e da cidade, resultado, acima de tudo, de Administração escandalosamente inepta; requeria a coordenação de órgãos federais, municipais, públicos e privados, sob um único comando. (Leeds & Leeds,1978:203)

O objetivo do jornalista Carlos Lacerda ao interar-se de pesquisas e dados sobre as favelas e seus moradores, era criticar a ação governamental em relação à questão social. “Em vários artigos da Campanha *Batalha do Rio* refere-se às Comissões Interministeriais criadas pelo governo federal de Eurico Gaspar Dutra como inoperante com a finalidade de realizar um estudo extensivo das causas de formação das favelas e suas condições atuais” (Valla,1986:45).

O que estava em jogo com a Batalha do Rio era, na realidade, a luta pelo poder. Carlos Lacerda pretendia colocar-se em oposição ao governo constituído e também uma brilhante carreira política.

Michel Foucault em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, na Conferência II, em que trata do mito do saber e poder na sociedade ocidental, cita Nietzsche e afirma que “Por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é a luta pelo poder. O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber” (2005:51).

Carlos Lacerda procurava deter muitos conhecimentos sobre a complexa questão das favelas. Tentava unir-se, por interesses político-eleitorais, a vários setores da sociedade que tinham motivos econômicos, filantrópicos ou políticos para se oporem à remoção. Ao receber críticas por parte da bancada dos deputados do Partido Comunista, aliado do governo federal, escreve, em resposta, que os comunistas querem é intrigar a Batalha do Rio contra os favelados.

Ora, é precisamente contra a idéia de expulsão e a favor da recuperação, do aproveitamento adequado, da melhoria das condições de habitação dos favelados que nos batemos. Não há dúvida que, entre as autoridades menos habituadas a conhecer as realidades em termos humanos, isto é, a conceber o Estado como um órgão a serviço das ditaduras e não o contrário, existe a impressão de que será possível resolver o problema das favelas... deixando o divã, isto é, arrasando os barracos e tocando o pessoal para o campo (...) Erram aqueles que pensam que o problema se resolveria pela expulsão dos favelados, pela sua remoção para lugares distantes do lugar em que trabalham os membros da família etc. Inicialmente o que se há de fazer é muito menos – e, ao mesmo tempo, muito mais. Muito menos, porque não seria preciso gastar muito nem perder tanto tempo em comissões e subcomissões que acabam sempre pelo inevitável “relatório” propondo medidas que uma vez anunciadas pela imprensa, ficam no papel (...) Ao mesmo tempo é muito mais, porque não visa apenas remover a feiúra de casebres que mantinham a cidade, nem mesmo apenas enquadrar os favelados rigidamente, como se fossem todos uma categoria única de indesejáveis, uma casta de intocáveis que é preciso afastar da cidade. *(No dia em que fossem todos, para o campo, cadê cozinheiras, lavadeiras, mata-mosquitos, condutores, operários da Prefeitura, a gente infinitamente adequada, infinitamente útil, que mora nas*

*favelas*). (Jornal Correio da Manhã, 21 de maio de 1948. Seção Tribuna da Imprensa assinada pelo jornalista Carlos Lacerda)<sup>2</sup>

Afirmava também, naquela ocasião, que a favela era produto de uma distorção gerada pelo crescimento urbano desordenado e que o favelado era uma vítima que, portanto, não poderia ser penalizado com a remoção para lugares distantes de seu local de trabalho. (Perez,2007:248-50).

Além de demonstrar conhecimentos relacionados à grande dependência que o desenvolvimento urbano mantinha da mão-de-obra existente nas favelas, Carlos Lacerda apresentava em exposições consideradas “retóricas e política<sup>3</sup>”, uma posição frontalmente contra o remocionismo e ao lado de propostas trazidas pela Igreja Católica que através da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião promovia uma obra de assistência e contra a remoção dos favelados para regiões distantes do centro da cidade.

Porém, ao ser eleito governador do estado da Guanabara, em 1960, desta vez sem necessidade de retórica, porque já detinha grande poder, após uma vitória bastante satisfatória nas urnas, passou então a implementar suas reais propostas para as favelas. Podia, agora, sem maiores disfarces e com bastante violência, defender os interesses das classes dominantes, dos empresários da construção civil e do mercado imobiliário. E também defender os seus interesses particulares de apresentar sua gestão na cidade-estado da Guanabara como cartão de visitas para pleitear sua candidatura ao cargo de presidente do país em 1964.

O primeiro embate de Carlos Lacerda foi, ainda em 1960, ao se colocar em conflito aberto contra a Cruzada São Sebastião que desde sua criação, em 1956, atuava em várias favelas. A Cruzada São Sebastião que havia construído prédios no Leblon, ao lado da favela da Praia do Pinto, para alocar favelados residentes nas favelas próximas, promovia a integração das populações oriundas das favelas com a dos bairros. O governador e o setor imobiliário consideraram uma afronta alocar favelados em terrenos de tão grande valor imobiliário. Principalmente porque a Cruzada também incentivava e acompanhava trabalhos

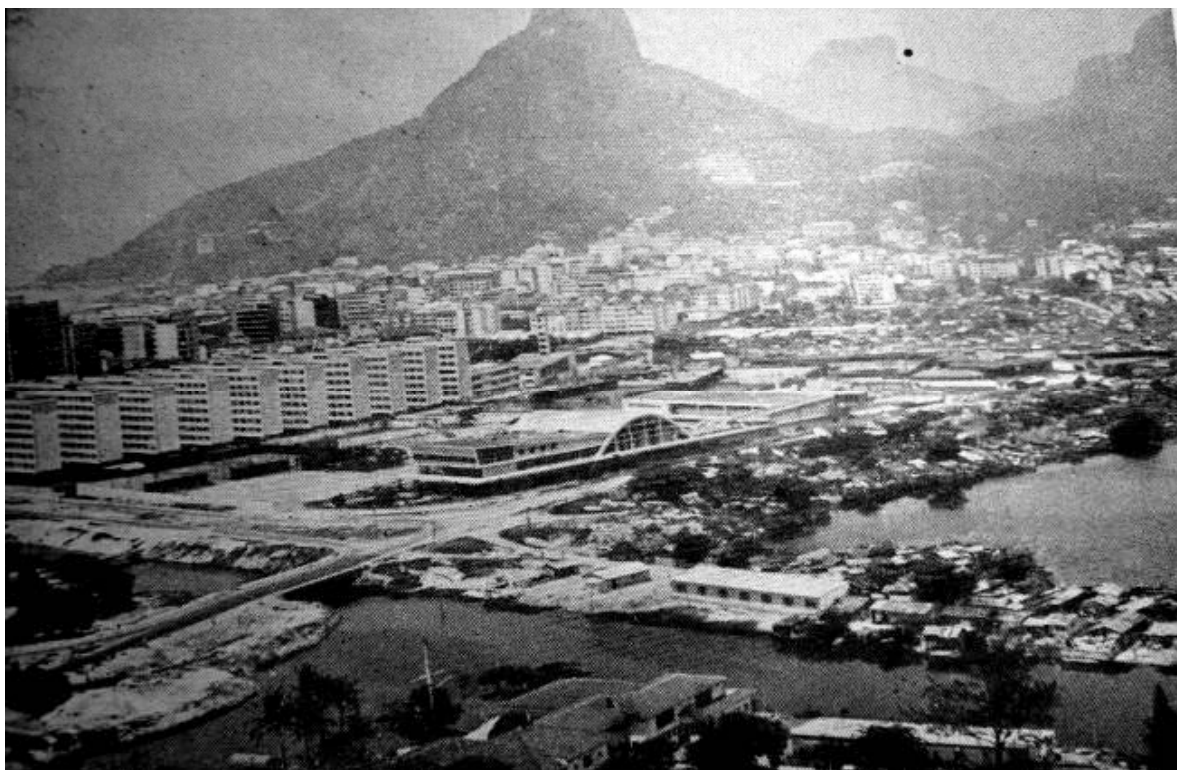
---

<sup>2</sup> Consulta eletrônica ao site [www.armazemdedados.rio.rj.gov](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov). Coleção Estudos da Cidade. Acesso em 18.06.2007. O grifo é meu.

<sup>3</sup> “O prefeito Mendes de Moraes criou uma comissão e 7 subcomissões para o estudo dos pontos constantes da Batalha do Rio. Essa comissão concluiu que a Batalha era uma *atitude retórica e política* que nunca pretendeu produzir mudança significativa. (Leeds & Leeds,1978:203 . O grifo é meu),

cooperativos, construía uma assistência médico-odontológica e, sobretudo, tinha como objetivo a permanência e integração do favelado à cidade.<sup>4</sup>

O conflito entre a Cruzada e o governador levou a Igreja Católica a transferir o presidente da Cruzada, Dom. Helder Câmara, para outra diocese. Desta forma, Lacerda removiu um primeiro e bastante forte empecilho para sua política de remoções.



*1. Contrariando interesses imobiliários a Igreja Católica, proprietária de um terreno bastante valorizado no bairro do Leblon, zona sul do Rio de Janeiro, construiu naquele espaço 11 edifícios para serem ocupados por moradores despejados das favelas da região durante os anos 1960. Essa atitude da Igreja estarreceu os setores da elite por permitir a permanência, naquele espaço, de vizinhos tão indesejáveis. Esta foto foi estampada na revista *Vida Doméstica* comemorativa do IV Centenário da cidade, em 1965. A foto apresentou a seguinte legenda: “Os edifícios da Cruzada São Sebastião. Utopia ou ousadia? Vêm-se também as modernas instalações do Clube Monte Libano. (Foto gentileza de <<O Cruzeiro>>)” (Cruzada São Sebastião, 1965)*

---

<sup>4</sup> Valla (1996) descreve os vários tipos de ações que eram desenvolvidas pela Cruzada São Sebastião

O passo seguinte foi extinguir, em 1962, o SERFHA<sup>5</sup> que vinha colocando em prática a organização de Associações de Moradores, incentivando a formação de lideranças capazes de assumirem tarefas e encargos delegados pela administração pública<sup>6</sup>. A SERFHA logo se tornou mais uma forma de disciplinar o território das favelas. Porém, apesar do rígido controle exercido através das Associações de Moradores, que assinavam acordo com a instituição governamental, ela era contra o remocionismo e a favor da permanência dos favelados nos lugares próximos de suas estratégias de sobrevivência.

Além disso, o SERFHA trazia a marca do governo anterior, tendo sido criado durante a gestão de Negrão de Lima, em sua rápida passagem pela prefeitura da capital federal, nomeado por Kubitschek. (Burgos,2004:33). E sendo assim, a urbanização era concedida em troca do controle político, cooptação de lideranças e, sobretudo, os chamados “votos certos”.

Lacerda exonerou o diretor do SERFHA, Arthur Rios e extinguiu a instituição, transferindo suas funções para dois órgãos: a Secretaria de Serviços Sociais a cargo da Deputada Sandra Cavalcanti, sua grande aliada política, e um novo órgão, subordinado à mesma Secretaria de Serviços Sociais que era o Departamento de Recuperação de Favelas.

Também, em 1962, foi criado por Lacerda, com recursos do Acordo do Trigo<sup>7</sup> a Cooperativa de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB)<sup>8</sup>, companhia de economia mista controlada com 51% de suas ações, pelo governo estadual.

---

<sup>5</sup> A SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas) havia surgido em 1956, sem recursos próprios, apoiando o trabalho assistencial da Igreja Católica realizados pela Cruzada São Sebastião e Fundação Leão XIII. Ganhou autonomia em 1960, quando, após um relatório dos pesquisadores do SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Monográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), passou a ser dirigida por Arthur Rios. Relatório SAGMACS Aspectos Humanos da Favela Carioca. 1958. Publicado no Jornal O Estado de São Paulo em 13 de abril de 1960. Suplemento Especial. (SIBAE- Sistema Bibliográfico Documental do Acervo da Emplasa) [www.emplasa.sp.gov/biblioteca/sibae](http://www.emplasa.sp.gov/biblioteca/sibae) acesso em 25.06.2007.

<sup>6</sup> A SERFHA organizou, entre 1960 e 1962, um total de 15 Associações de Moradores, e atuou em cerca de outras 60, que haviam sido criadas pela Fundação Leão XIII. Cada uma dessas 75 associações assinou um acordo padrão com a instituição governamental, comprometendo-se em cooperar com a Coordenação de Serviços Sociais do estado na realização de programas sociais e na urbanização da área através do recolhimento de contribuições dos moradores. Deveria ainda impedir a construção de novos barracos e solicitar à Coordenação autorização para melhoria das casas. A SERFHA, por sua vez, deveria fortalecer politicamente a Associação, supervisionar a utilização dos recursos recolhidos, coordenar mutirões e prestar assistência técnica para melhorias na favela e ainda, autorizar a melhoria dos barracos. (Leeds & Leeds, 1978:211)

<sup>7</sup> Os termos do Acordo do Trigo, feito entre o governo Lacerda e o USAID (Agência de Desenvolvimento dos EUA), em 1962, foram os seguintes: a quantia de 2 857 000 dólares, obtidos pela venda de cereais dos Estados Unidos ao Brasil, seriam usados para a urbanização completa de uma grande favela e parcial em algumas outras, para a construção de 2250 casas de baixo custo, para a “reacomodação” dos moradores de favelas e para a construção de um grande posto de saúde numa distante região da Guanabara. O governo estadual também contribuiria com 3% de sua renda anual para implementação desses projetos. (Leeds & Leeds,1978:216). No Brasil o Acordo do Trigo dava continuidade aos interesses econômicos e culturais dos EUA que tinham como proposta as mudanças de hábitos alimentares com a paulatina substituição do pão de milho, cujo principal

Neste mesmo ano de 1962, a Fundação Leão XIII foi incorporada pelo governo do estado. A cúpula da Igreja Católica carioca porque representava os interesses de setores conservadores das camadas médias urbanas silenciou-se e até colocou-se em colaboração com o governo do estado.

As Administrações Regionais, criadas por Carlos Lacerda, que implantava um novo modelo administrativo para a cidade-estado da Guanabara, foram orientadas no sentido de exercerem fiscalização e manterem estreitas relações técnicas e administrativas com as Associações de Moradores das favelas localizadas nas áreas de sua abrangência.

A COHAB com as verbas do Acordo do Trigo construiu as Vilas Kennedy em Senador Camará, Aliança em Bangu e Esperança em Vigário Geral, todas situadas muito distantes do centro da cidade.

Depois de efetuar toda essa reengenharia administrativa que aglutinava sob seu controle e poder o conjunto de instituições estatais, semi-estatais como a COHAB e as organizações como as Associações de Moradores, o governador Carlos Lacerda iniciou, então seu programa de remoção de favelas. Uma das coisas mais inesperadas, naquele momento, era o surgimento de uma alternativa de organização autônoma dos favelados para resistir ao programa de remoção. Mas, foi o que aconteceu durante o processo de remoção da favela do Morro do Pasmado, vinte e oito associações de Moradores de Favelas criaram a FAFEG.<sup>9</sup>

O Morro do Pasmado foi a primeira grande favela removida. Situada em um espaço geograficamente privilegiado, entre os bairros de Botafogo e Copacabana, a meio caminho do centro da cidade e próximo das mais belas praias da zona sul, a favela com seus barracos de madeira e desordenados depunha contra o conjunto de obras públicas e de embelezamento da cidade que estavam sendo realizados pelo governo Carlos Lacerda. A remoção do Pasmado deveria dar início a um processo de retirada das favelas das zonas de

---

ingrediente é cultivado no país, pelo pão branco de trigo, cujo ingrediente – o trigo – só tem cultivo satisfatório em regiões de clima temperado, ocorrendo dessa forma, a necessidade de importação do produto. Essa dependência ocorre até hoje e somente teve tentativa de ser minorada em setembro de 2008 quando foi aprovado pelo Senado, em 10.09.2008 o Projeto de Lei 4670 de 2001, de autoria do deputado Aldo Rebelo e a seguir sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, determinando a obrigatoriedade de adição de 3% de farinha de mandioca, produto nacional, a todo o trigo importado para que o mesmo possa ser comercializado no país. No segundo ano de vigência da lei serão acrescentados 6% e no terceiro ano 10%.

<sup>8</sup> Para garantir o total controle público sobre a COHAB, Carlos Lacerda e seu grupo político da UDN, Rafael de Almeida Magalhães e Flexa Ribeiro, possuíam o restante das ações permitidas ao setor privado.(Valla, 1996.90).

<sup>9</sup> O número de 28 Associações de Moradores foi obtido na análise do documento de registro da FAFEG no Cartório de Pessoas Jurídicas do antigo estado da Guanabara, em agosto de 1963. (Consulta realizada pela autora em junho de 2007.Anexo IV).

alta especulação imobiliária. O Censo de 1960 mostrava que as favelas da cidade estavam disputando o espaço com os moradores de classe média e alta.

Sobre as favelas e sua distribuição no espaço da cidade, Valladares relata que

Por representarem áreas invadidas, as favelas constituem transgressão legal. Sua ocupação do solo transgride também a legislação referente à utilização do espaço, o Código de Obras. Por estes dois fatores, as favelas não contam com qualquer forma de respaldo jurídico, cabendo-lhes uma posição marginal dentro da cidade. Sua distribuição no espaço urbano, além disso, revela-se conflitiva, ao ocorrerem em zonas de alta especulação imobiliária e urbanizadas (o Censo de 1960 demonstrou que, de 59 das 147 favelas existentes no Rio de Janeiro, 33 situavam-se na Zona Sul e 26 no Centro e Tijuca), disputando o espaço com populações de classe média e alta. São percebidas como um desequilíbrio quanto ao uso do solo, no sentido de que a grande parte das favelas ocupa áreas cujo valor excede de muitíssimas vezes sua utilização. (Valladares,1978:31)

Havia um projeto autônomo de urbanização do Pasmado que pretendia se realizar com recursos dos próprios moradores e doações que viessem obter para transformar os barracos de madeira em casas de alvenaria. Os moradores criaram uma Associação de Moradores e já haviam construído uma grande caixa d'água no local e uma escadaria que levava até a parte mais alta do morro. Receberam a visita de assistentes sociais da Secretaria de Serviços Sociais que avisaram ao presidente que as obras deveriam parar porque a favela seria demolida e os moradores transferidos para os novos conjuntos habitacionais da Vila Kennedy e Vila Aliança, na zona oeste da cidade.

No dia marcado para a remoção, no início de junho de 1963, os moradores montaram um cordão de isolamento formado por mulheres e crianças. A remoção não ocorreu. No entanto, uma semana depois os moradores foram surpreendidos, nas primeiras horas da manhã, pela chegada de policiais militares, funcionários da limpeza urbana, assistentes sociais e uma ambulância. Não puderam resistir. Aos poucos os moradores foram retirados de suas casas e, levando seus poucos pertences, subiam nos caminhões que os levariam para seus novos locais de moradia. À medida que os barracos eram esvaziados, eram imediatamente derrubados e, ao final, os funcionários da limpeza urbana atearam fogo em toda a madeira resultante da demolição.

A chamada “Operação Pasmado” tinha uma grande importância para o governo Carlos Lacerda. Ela não só seria a representação do que o governo pretendia fazer com as demais favelas da cidade, como também demonstraria aos que lhe faziam oposição, o seu grande poder ao ordenar a cidade. Isso pode ser percebido com a presença da própria

secretária de serviços sociais Sandra Cavalcanti na favela do Pasmado, nos primeiros momentos da remoção. Dias antes ela havia divulgado para a imprensa os detalhes da operação e afirmado, num discurso higienista, que a mesma tratava-se de uma verdadeira revolução social realizada no Brasil, além de uma alternativa de trabalho educacional junto às populações faveladas.

Os aspectos da remoção do Pasmado deixaram muito preocupados os moradores das favelas da zona sul da cidade. As favelas que ainda não estavam organizadas em Associações de Moradores procuravam as lideranças da FAFEG para buscarem orientações de como se constituírem juridicamente, pois, acreditavam que dessa forma poderiam melhor reivindicar o direito de permanecer na favela. As novas Associações, logo, tornavam-se filiadas da FAFEG, cuja sede funcionava no prédio da Associação de Moradores do Morro dos Telégrafos e organizava a resistência às remoções.



**2** *A favela do Morro do Pasmado, localizada no terreno acima do túnel que liga dois bairros da zona sul da cidade, Copacabana e Botafogo, foi uma das mais noticiadas, na época. 3* *A remoção ocorreu a partir das primeiras horas de uma manhã, em junho de 1963. Os moradores após serem acordados por policiais e funcionários do Departamento de Limpeza Urbana que comandavam o despejo começaram a descer o morro com seus poucos pertences. Moradores carregavam seus poucos pertences. (Remoção do Pasmado. 1963).*



**4** *Na retirada de seus móveis, os moradores encontravam dificuldades na descida em terreno irregular e pedregoso. 5.* *Ao lado de uns poucos móveis e outros objetos, a foto apresenta a desolação, sofrimento e impotência da mãe, diante de mais uma situação de adversidade, das muitas prováveis, em sua sobrevivência. (Remoção do Pasmado.1963).*



A Secretaria de Serviços Sociais e a COHAB continuaram planejando a extinção das favelas da zona sul. Davam como justificativa o fato de que a remoção de favelas de áreas valorizadas e posterior venda dos terrenos permitiriam a obtenção de recursos para a continuidade do programa de habitação popular e construção de novos conjuntos habitacionais. Removeram ainda, naquele mesmo ano de 1963, com muita resistência dos moradores e da FAFEG, a favela Getúlio Vargas, na Gávea.

Porém, diante da resistência organizada pela FAFEG, que já contava, em 1964, com 72 Associações de Moradores filiadas, de um total de 132 existentes <sup>10</sup>, o programa de erradicação de favelas do governo Lacerda direcionou-se para o eixo Tijuca-Méier <sup>11</sup>, com a remoção de favelas localizadas em áreas onde estavam previstas obras públicas.

Uma das primeiras, dessa nova investida do governo foi a favela do Esqueleto que ficava situada próximo à estação ferroviária da Mangueira. Ao ser anunciada a remoção, a FAFEG auxiliou na criação da Associação de Moradores e realizou um plebiscito na favela a fim de explicitar a posição dos moradores quanto à remoção para a Vila Kennedy. Ao tomar conhecimento da realização da consulta que se tornara um evento na favela, a Secretaria de Serviços Sociais considerou a atitude uma verdadeira afronta ao poder público. Foram presos, pelo DOPS <sup>12</sup>, os presidentes da FAFEG Vicente Ferreira Mariano e da Associação de Moradores quando ambos organizavam a consulta na favela.

A partir desse episódio tornou-se uma prática do governo Lacerda a prisão dos dirigentes da FAFEG antes das remoções. Foram realizadas, entre os anos de 1963 a 1965, as remoções de vinte e sete favelas, num total de oito mil e setenta e oito barracos nos quais habitavam quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e oito moradores.<sup>13</sup>

Porém constaram também do período os projetos de urbanização parcial, de algumas favelas como Vila da Penha, Jacarezinho, Salgueiro e Rocinha, favelas cujos dirigentes daquele período apoiavam politicamente a UDN e o governo Carlos Lacerda e não participavam das resistências organizadas pela FAFEG.

---

<sup>10</sup> Dados obtidos em Valladares, 1978:30.

<sup>11</sup> Sobre as remoções do eixo Tijuca-Méier foi visto em (Valla,1986:91)

<sup>12</sup> DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, órgão subordinado ao governo do estado, mas que implementava a política ordenada pelo governo federal. Tinha a função de reprimir, organizar inquéritos e prender todos os opositores do regime que estivessem subvertendo a ordem social determinada pelos organismos da ditadura militar.

<sup>13</sup> Dados obtidos em Valladares, 1978:39.



*6. Após o despejo dos moradores do Morro do Pasmado, o secretário de saúde do estado da Guanabara, Marcelo Garcia, ordenou que se atesse fogo às residências para, como ele mesmo afirmou em jornais da época, “higienizar o local”. (Perez,2007:268). A área, posteriormente, foi reflorestada e lá construído o Mirante do Pasmado e o hoje designado Parque Itzak Rabin (Incêndio no Pasmado. 1963).*

A organização da FAFEG, surpreendendo os poderes públicos, levou-me a refletir sobre as considerações de Foucault com relação à “não fixidez” do poder em determinado espaço. É necessário pensar o poder não como uma propriedade do Estado, mas sim como um exercício de forças que produz reações. Segundo Foucault, o poder é um relacionamento de forças, isto é, uma ação que se exerce sobre uma ação, tornando possível um conjunto de atividades. Ele é concebido como uma estratégia e não como uma propriedade. Não é um dispositivo localizado em um aparelho de Estado e nem é somente exercido pela classe dominante cujo efeito é a repressão e a violência. Ele pode também produzir reações por parte dos afetados gerando comportamentos do poder.

Os atos do Governo Carlos Lacerda, com o objetivo de deter total controle sobre as favelas da cidade e, dessa forma, exercer esse poder implementando as remoções, sofreram a reação dos favelados que, ao se organizarem em federação, tiveram grande visibilidade na imprensa, denunciaram a violência e a repressão e, sobretudo, conscientizaram os favelados e uma parcela da população de que era necessário lutar por uma melhor distribuição do espaço urbano. Para as iniciativas da FAFEG, em sua resistência às remoções, Carlos Lacerda reservou as medidas policiais e muita violência física. O governador se

aproveitou do clima de terror instalado desde os primeiros momentos após o golpe civil-militar de 1964, para impedir a organização e a luta dos favelados da cidade. Os líderes da FAFEG foram quase todos presos, no final de 1964, quando, pessoalmente, tentaram resistir às primeiras tentativas de remoção da favela da Ilha das Dragas, no Leblon, que somente se completou no ano de 1969.



*7. A secretária de serviços sociais do governo Lacerda era o braço direito do governador Carlos Lacerda e em visita à favela da Praia do Pinto, em 1964, para anunciar os planos do governo para a favela que, segundo boatos da época, estava na lista de comunidades a serem extintas, é impedida de permanecer no local por causa de uma manifestação organizada por lideranças do Partido Comunista e da FAFEG. (Sandra Cavalcanti sendo expulsa da Praia do Pinto.1964)*



*8 Outra favela de grandes proporções extinta nos anos 60 foi a Favela do Esqueleto, na Tijuca, que chegou a ter quase quatro mil barracos e cerca de doze mil habitantes. Os primeiros moradores se fixaram no local ainda na década de 1950. As casas foram erguidas com restos da estrutura abandonada do que seria o Hospital das Clínicas da Universidade do Brasil cuja construção fora interrompida. Após o golpe de 1964, dizia-se que as obras seriam retomadas, daí a necessidade de remover os habitantes do lugar. A favela do Esqueleto ficava situada na área próxima a estação ferroviária da Mangueira, onde hoje se localiza o campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (Favela do Esqueleto – 1965)*

*9 A remoção da favela do Esqueleto, embora tenha sofrido a resistência organizada pela FAFEG, foi rápida porque a Secretaria de Serviços Sociais já havia feito um cadastramento anterior dos moradores. (Remoção da Favela do Esqueleto. 1965)*



*10 Após a remoção, como estava tornando-se uma prática por parte dos órgãos do governo, ateou-se fogo nas madeiras resultantes do desmonte dos barracos. Na região, foram mais tarde, os prédios da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e parte da Avenida Radial Oeste. (Remoção da Favela do Esqueleto - 1965)*



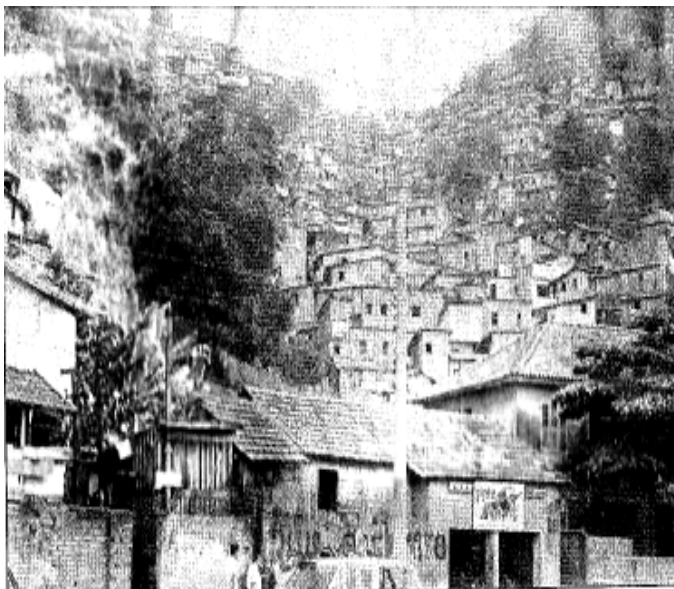
*11. Cenas como essa de moradores com seus móveis e pertences e ainda a presença dos funcionários do Departamento de Limpeza Urbana foram vistas várias vezes na favela da Praia do Pinto, localizada no Leblon. A favela possuía mais de sete mil moradores e sua remoção ocorreu em várias etapas. Um dos mecanismos de resistência dos moradores era ficar por último para ser removido. Isso significava resistir até o último minuto. Ao fundo vê-se a fumaça do incêndio que colaborou para a saída dos últimos moradores (Remoção na Praia do Pinto. 1968)*



*12 A remoção da favela da Praia do Pinto ocorreu em 1968, durante o governo Negrão de Lima e sob a coordenação da CHISAM (Coordenadoria da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro), órgão federal responsável pelas grandes remoções de moradores de favelas até 1973. A FAFEG organizou uma grande resistência que dificultou a remoção da favela de uma só vez. Após a remoção ateou-se fogo nas madeiras resultantes da demolição dos barracos. A maioria dos moradores removidos se distribuiu entre a Cruzada São Sebastião e o conjunto Habitacional de Cordovil. (Remoção da Praia do Pinto.1968)*



*13 Depois de muita resistência individual de cada morador e coletiva organizada pela FAFEG, finalmente a favela da Praia do Pinto estava sendo extinta. Numa atitude recorrente, mais uma vez, e desta feita, antes mesmo da saída dos últimos moradores, ocorreu um incêndio no local. Essa é a mais triste memória de todo o processo. Os bombeiros foram, insistentemente, chamados e não acorreram ao local. Famílias perderam seus haveres, e os líderes da resistência passiva foram vencidos. As autoridades do governo do estado da Guanabara não confirmaram a sua autoria no incêndio que consideravam acidental. Muitos moradores que, na época, ainda resistiam no local, consideraram o incêndio criminoso. (Incêndio na Praia do Pinto.1968)*



*14 A favela da Catacumba sofrera rumores da remoção desde 1968 e resistiu até 1970. O presidente da Associação de Moradores, Sr. Waldevino, era uma das lideranças mais combativas do Conselho de Representantes da FAFEG. A associação possuía um projeto de urbanização que, inclusive, foi publicado pelo jornal O Dia de 15.09.1969. Consistia de duas fileiras de apartamentos e uma fileira de casas para as famílias da parte elevada do morro. Os favelados esperavam construí-los e pagar por eles, se lhes permitissem permanecer no local. Não concordavam com a remoção forçada para a Cidade de Deus. O Sr. Waldevino afirmou que não tinha, em 1970, esperanças de conseguir muita coisa porque os favelados estavam apáticos e os líderes com medo de serem presos, cassados ou até torturados. A FAFERJ*

*tinha sido dissolvida. (Perlman,1977:265) (Catacumba, década de 1950)*



*15 A remoção da favela da Ilha das Dragas no Leblon estava prevista para acontecer no início do Programa de Remoção de favelas. O governo atribuiu o atraso à demora da entrega do conjunto habitacional, porém, a resistência organizada pela FAFERJ fez com que ela fosse uma das últimas favelas da zona sul a ser removida. (Demolição da Favela da Ilha das Dragas. 1969)*



*16 Uma criança próxima ao latão d'água e das bacias utilizadas pelas lavadeiras da favela da Praia do Pinto que lavavam roupa para os moradores da zona sul. Morar próximo de sua freguesia favorecia às lavadeiras a possibilidade de ter seus filhos por perto enquanto desenvolviam suas tarefas. A remoção para áreas do centro da cidade significou a impossibilidade de continuar a trabalhar como lavadeiras. (Praia do Pinto.1967)*

Lacerda governou o estado até 1965 e durante os dois últimos anos de seu governo combateu, reprimiu, sufocou e perseguiu ferozmente a organização FAFEG que ousara se apresentar como empecilho para sua política de remoções. No entanto ao tentar eleger Flexa Ribeiro como seu sucessor, sofreu estrondosa derrota, principalmente dos setores populares e favelados que pregaram, sob orientação da FAFEG, o voto anti-Lacerda, votando em Negrão de Lima do PTB. O voto dos favelados foi fundamental para o resultado eleitoral <sup>14</sup> e pode ser visto como uma indicação da acuidade política dessa parcela da população. Para ilustrar tal situação temos os versos de uma canção entoada por um grupo de meninas da favela do Morro

<sup>14</sup> Os mapas eleitorais das eleições de 1966 apresentam a vitória do candidato Negrão de Lima na totalidade das zonas eleitorais onde votaram a maioria dos residentes nos conjuntos habitacionais ocupados por antigos moradores das favelas da cidade. (Leeds & Leeds, 1978:130)



do Tuiuti, no bairro de São Cristóvão, em suas brincadeiras e colhidos pelos antropólogos Leeds & Leeds:

*Lacerda morreu  
Precisa de um caixão  
Flexa ta de luto  
Negrão é campeão*  
(Leeds & Leeds, 1978:130)

Naquele momento do processo eleitoral, mais uma vez o poder esteve nas mãos dos que foram reprimidos, sofreram a violência das remoções e que haviam construído suas identidades coletivas sob a liderança da organização FAFEG. Lacerda foi derrotado pelos votos das urnas dos bairros pobres, inclusive das favelas e dos favelados transferidos. Os trechos de reportagens do Jornal do Brasil constantes do livro de Perlman, *O mito da marginalidade*, de 1977, p.246, mostram esse fato.

No encerramento dos trabalhos de ontem no Maracanã, as urnas de Vila Kennedy, Aliança e Jaqueline tinham totalizado 4734 votos para Negrão de Lima e apenas 408 para Flexa Ribeiro...A população das três vilas foi brutalmente transferida de Botafogo no ano passado, contra o desejo da maioria das famílias. (“A resposta da Vila Kennedy” 14 de abril de 1965.)

Todos os que viviam na favela do Pasmado e foram transferidos para a Vila Kennedy tiveram que voltar para votar na urna §128 da 3ª. Região eleitoral de Botafogo. Nesta região o candidato de Lacerda supostamente tinha as maiores oportunidades de vencer, mas na realidade foi totalmente derrotado – conseguindo apenas 12 votos na urna inteira... Portanto, a Vila Kennedy não era o sonho dourado dos favelados. (“Por que os favelados da Vila Kennedy derrotaram Carlos Lacerda”, 16 de abril de 1965.)

#### 4.2 Congressos de Favelas (1964, 1968 e 1972)

A FAFEG, com suas atuações e sob a liderança de Vicente Ferreira Mariano, organizou em 1964 o 1º Congresso de Favelados. O Congresso ocorreu em meio ao acirramento das relações entre as instituições estatais e a organização dos favelados. As lideranças organizaram o evento como mais um ato necessário para o fortalecimento da luta contra as remoções.

Mesmo após o golpe civil-militar de 1964, que procurou silenciar e impedir a organização dos setores populares, as lideranças da FAFEG estiveram vigorosas na organização as discussões políticas e na orientação de conscientizar o conjunto de favelados da cidade de

que as suas dificuldades estavam muito além das questões relativas às remoções e urbanização das favelas. Naquele momento, a influência recebida do Partido Comunista Brasileiro fazia-se notar, principalmente com a qualidade das propostas apresentadas no 1º Congresso.

Porém, devido à premência das situações concretas que lhes impedia a permanência nos seus locais de moradia, os participantes do Congresso ainda discutiram problemas bastante específicos como a organização da luta contra as remoções e a distribuição de água e luz para as favelas <sup>15</sup>.

Mas verifiquei nos relatos do vice-presidente da FAFEG, Lúcio de Paula Bispo, sobre as atividades políticas desenvolvidas que as relações eram politizadas e as redes que se construíam, já nos primeiros momentos da vida da entidade federativa, além do imediato, buscavam também mudanças estruturais na sociedade.

*Durante trinta anos eu briguei bastante, eu era assessorado pelo partido comunista, e o representava na Federação. Antes dos Congressos e após os seminários eu recebia as cartilhas para ler, e ver o que eu podia inserir nas pautas que iam ser discutidas. Nós tínhamos o apoio dos estudantes, funcionários públicos, metalúrgicos, todos eles se reuniam conosco na Federação. Nós não tínhamos uma sede, era uma sede itinerante, cada dia a reunião acontecia em um barraco, eles colaboravam bastante. Nós fomos para a Federação de Favelas do Rio de Janeiro, naquela época era FAFEG, uma vez que era estado da Guanabara, e chegando lá eu fui eleito vice-presidente do Vicente Ferreira Mariano, que era o presidente da FAFEG, que foi eleito comigo. Uma vez eleito eu levei o Bola, que exerceu a função de presidente do Conselho de Representante, e levei a Benedita<sup>16</sup> para ser diretora do departamento feminino da FAFERJ. Após a montagem da equipe, tanto a que era representada por nós, como as de outras comunidades, nós começamos a discutir o direito dos indivíduos.<sup>17</sup>*

Ocorre que depois do 1º Congresso a FAFEG obteve algumas vitórias como o retardo das remoções das favelas da Zona Sul. Obteve, no entanto, também muitas derrotas. Uma delas foi a criação, em 1967, da Comissão Estadual de Energia que passou a controlar a distribuição de luz nas favelas, impondo a instalação das Comissões de Luz que tomaram as antigas redes. Sobre a situação Valladares afirma que “Isso representou uma intervenção em um dos serviços básicos da favela, antes geridos exclusivamente, pelos próprios moradores. Estas Comissões deveriam, a partir de então, apresentar prestação de contas à Comissão Estadual de Energia.”(Valladares,1978:28).

<sup>15</sup> Sobre o conteúdo do 1º Congresso de 1964 foi visto em Leeds & Leeds (1978:165) e Valla (1986)

<sup>16</sup> Benedita da Silva, ex-governadora do Estado do Rio de Janeiro e moradora da favela Chapéu Mangueira e diretora do Departamento Feminino da FAFEG.

<sup>17</sup> Entrevista n°12,s/d:4)

Outra derrota foi a intervenção que se deu com o Decreto nº 870<sup>18</sup> que determinava o controle das Associações de Moradores pela Secretaria de Serviços Sociais e pelas Regiões Administrativas de cada área. As diretorias das Associações de Moradores foram dissolvidas e no seu lugar assumiram Juntas Governativas integradas por membros designados pela Secretaria de Serviços Sociais. As Juntas deveriam organizar eleições. Com esse processo as Associações de Moradores, filiadas da FAFEG, passaram por um processo de enfraquecimento. Exigiu-se que dos seus estatutos constasse que aquelas entidades deveriam “colaborar, contribuir e cooperar com os poderes públicos”. Termos que a Secretaria de Serviços Sociais exigiu que constassem, inclusive, no Estatuto da FAFEG. O objetivo de tais intervenções era, em última análise, o enfraquecimento da FAFEG, pois, o potencial de articulação que ela havia apresentado na união dos setores favelados e na luta contra as remoções colocava em perigo a continuidade do Programa de Remoções.

No 2º Congresso de Favelas, ocorrido em 1968, a FAFEG já contava com 100 favelas filiadas a despeito das intervenções feitas pelo governo do estado. Mesmo estando o país a viver o endurecimento do regime e o silenciamento imposto pelos organismos da ditadura militar, numa clara solidariedade de classe, que ia muito mais além dos interesses relativos à área de moradia, as lideranças encaminharam discussões relativas à política nacional. Era visível a concepção de que a solução de seus problemas de moradia no meio urbano dependia da articulação do conjunto de trabalhadores. “Depois dos anos repressivos de 1967 e 1968, a FAFEG mudou drasticamente. Os documentos e discursos expressavam-se em termos de classe e em termos de problemas nacionais e outros problemas gerados pela classe, tais como estrutura salarial, inflação, sistema de lucros, exploração”. (Leeds & Leeds, 1978:165)

O vice-presidente da FAFEG relembra o crescimento do movimento de favelados depois da realização dos dois primeiros congressos e as buscas de entendimento com o governo de Negrão de Lima, com vistas à interrupção do processo de remoções e a possibilidade de urbanização das favelas da zona sul.

*O movimento então crescia como uma bola de neve. Por exemplo, para evitar a remoção da Praia do Pinto, a FAFEG marcou uma audiência com o governador*

---

<sup>18</sup> Decreto 870 de 1967 determinava que as Associações de Moradores estariam sob o controle da Secretaria de Serviços Sociais. Foi regulamentado pela Portaria “E” SSS, nº12 (12-1969), que fixava normas para a organização das Associações de Moradores, estabelecendo o conteúdo de seus estatutos e regimentos internos etc. Entre outras coisas, definia que as associações de favelas do estado “não terão caráter político-partidário”. Previa, ainda, que a associação poderia ser dissolvida quando deixasse de cumprir as determinações do Estado. (visto em Burgos, 1998:54)

*Negrão de Lima. Depois de esperarmos bastante antes de entrarmos na sala, ele nos recebeu, mas, não demonstrou grandes interesses pelas nossas conversas. Inclusive, em boa parte da reunião, enquanto a comissão falava, ele fechou os olhos e eu percebi que ele cochilava. No final da audiência, falou que ia pensar. Disse que ia estudar o caso, mas que o terreno onde era a Praia do Pinto, era valiosíssimo e que os favelados daquela favela estavam, na realidade, “morando em cima de ouro”. E nós havíamos ido bem preparados para aquela audiência. Levamos uma proposta que era a utilização de um terreno, que depois o estado deu para o clube Caiçara dos ricos aterrarem e aumentar seu patrimônio, para que o estado construísse um conjunto de apartamentos com blocos de três andares cada um deles para alocar parte do pessoal da Praia do Pinto e da favela da Ilha das Dragas. Tínhamos já o projeto arquitetônico feito por Lúcio Costa em conjunto com Oscar Niemeyer que era comunista e tinha interesse em resolver a questão de moradia do povo trabalhador.<sup>19</sup>*

A observação desses aspectos permitiu inferir que, nos meios urbanos, o processo de organização política e ideológica dos grupos sociais desprivilegiados, é formado em função das estratégias de vida, das decisões tomadas diante das restrições que lhes são impostas e, sobretudo, pelos encaminhamentos e ações organizativas de suas lideranças. Isso faz com que, ao lado do casal Leeds, se rejeite algumas idéias que estiveram presentes no campo das ciências sociais, segundo as quais, as populações faveladas estão sempre distanciadas dos debates políticos porque todas as suas energias estão canalizadas para a luta diária contra as adversidades que lhes são impostas pela vida na cidade; tornando-se, dessa forma, presas fáceis das manobras políticas, da cooptação e da manipulação por parte das elites (Leeds & Leeds, 1978:244).

Durante e após o 2º Congresso, a FAFEG passou por fortes dissidências internas devido às divergências quanto ao modo de atuar no movimento de favelas. Refletiam-se no trabalho político dos diretores da FAFEG as análises de conjuntura e as propostas de tática e mobilização para atuar no movimento popular propostas pelos partidos políticos a que eles estavam ligados. Os diretores ligados a Igreja consideravam que as investidas da FAFEG estavam se tornando muito radicalizadas e os diretores ligados ao sindicalismo e ao Partido Comunista tinham como proposta o aumento da radicalização. Havia ainda as questões defendidas pelos diretores ligados ao PTB, partido do governador Negrão de Lima, que propunham um acordo com o governo para obter a urbanização das favelas.

---

<sup>19</sup> (Entrevista n° 03, 15.10.2007: 2-3)



*17. Irineu Guimarães acompanhava Vicente Ferreira Mariano, percorrendo favelas ameaçadas de remoção. Esteve em reuniões na favela da Catacumba e na favela do Esqueleto para impedir a remoção. Foi delegado da favela do Jacarezinho no 2º Congresso de 1968. Na época, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), encaminhou propostas relacionadas à política nacional como o fim da carestia, fim da remessa de lucros para os países de origem das multinacionais e fim do arrocho salarial. (Irineu Guimarães no 2º Congresso de Favelas.1968)*

Mesmo assim, a FAFEG promoveu uma intensa e agressiva campanha de imprensa, na qual se mostrava categoricamente contra a remoção e por mudanças estruturais no país. Tinha como *slogan* “Urbanização Sim, Remoção Nunca” e desafiava os poderes públicos em plena ditadura militar. A entidade conseguiu, dessa forma, a promessa, no entanto nunca cumprida, de 3% da arrecadação estadual para melhoria das favelas.

Esse comportamento radicalizado da FAFEG fez com que recaísse sobre a organização uma forte repressão e ocorressem as constantes prisões de seus diretores. Durante a resistência organizada contra a remoção da favela da Ilha das Dragas, na Lagoa, toda a diretoria da FAFEG foi presa e a entidade ficou impedida de funcionar. Ali, mais uma vez, aspectos da conjuntura nacional, passam a dificultar a organização FAFERJ. O autoritarismo militar impede

o processo de organização política das populações faveladas e o poder migra novamente para as mãos das instituições do estado da Guanabara.

O governador Negrão de Lima que fora, nos primeiros momentos após a eleição, objeto das esperanças do conjunto de favelados que queriam ver o fim da política de remoções, decepcionou, em muito, seus eleitores. Acuado entre o governo federal que precisava dar continuidade ao Programa de Remoções de Favelas ligados aos interesses do Banco Nacional de Habitação e os setores populares que o elegeram, preferiu garantir o seu mandato e implementar os projetos sob orientação do governo militar para não ser cassado e manter-se no poder. O governo federal criou, em 1968, a CHISAM <sup>20</sup> para coordenar o programa de remoções a despeito da existência de um órgão estadual criado por Negrão de Lima para tratar da questão favela no estado da Guanabara. Esse órgão era a CODESCO <sup>21</sup>. A CHISAM era uma intervenção do governo federal sobre a política de favelas do governo Negrão de Lima. Aos poucos, este órgão, além de coordenar, passou também a planejar e executar as remoções. Eram muitos os interesses em jogo como afirma Valladares ao analisar o programa de remoção de favelas na fase em que ele foi coordenado, planejado e executado pela CHISAM. Para a autora, não foi por acaso que o programa se iniciou com a remoção das favelas da Zona Sul da cidade, com a remoção das favelas situadas em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas. “A eliminação dessas favelas significaria a liberação de terrenos, propiciando o disciplinamento do uso do solo em muitas áreas da metrópole. Liberar os terrenos por elas ocupados significaria dispor de áreas em que se poderia construir, que se poderia urbanizar ou valorizar para utilização futura” (Valladares,1978:31)

A CHISAM, auxiliada pela Fundação Leão XIII, pretendia controlar a vida associativa da favela e encontrou grandes resistências organizadas pela FAFEG. O professor Marcelo Burgos ao apresentar uma cronologia das políticas públicas e das atuações das instituições sobre as favelas do Rio de Janeiro, observa a resistência da FAFEG ao

---

<sup>20</sup> CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social na Área metropolitana do Grande Rio. Durou de 1968 a 1973. Este órgão governamental coordenou a maior operação antifavela que a cidade já conheceu. (Valladares,1978:18)

<sup>21</sup> CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades. Criada em 1968 por um grupo de jovens arquitetos, planejadores, economistas e sociólogos interessados em viabilizar uma proposta de urbanização democrática das favelas. O órgão surgiu ante a indefinição do governador entre a continuação do programa de remoções executado pela Secretaria de Serviços Sociais e COHAB e as antigas propostas da SHERHA que eram de permanência dos favelados sob total controle do órgão governamental. A CODESCO visava “permanência dos moradores na área; participação dos moradores nos trabalhos e utilização dos investimentos já existentes; implantação de infra-estrutura básica (água, luz, esgotos); financiamentos individuais para melhoria ou reconstrução das casas; loteamento da área e venda de lotes individuais”. Foi visto em (Valladares,1978:25) e (Burgos,1998,:35)

remocionismo implementado pela CHISAM e o significados dos dois primeiros Congressos de Favelas neste processo. Afirma, ainda, o autor que os dois primeiros Congressos foram fatores primordiais que levaram os órgãos estaduais, orientados pela política ditatorial a promoverem o expurgo da FAFEG, logo após os dois eventos. “A magnitude desses eventos (1º e 2º Congressos de Favelas) teria criado a ocasião propícia para a cassação da diretoria da FAFEG, cujo presidente seria preso, morrendo logo depois.” (1998:37).

Ignorando os reclamos da população favelada e as decisões dos dois Congressos da FAFERJ, a CHISAM prosseguia em suas ações que duraram até 1975. Em 1971, após a remoção das principais favelas da zona sul, o órgão publicou um material prestando contas de sua atuação. Dele constam as justificativas, os objetivos e as estratégias do órgão.

A favela, o antro onde conviviam o homem e a ratazana, a favela esconderijo de marginais, é, já agora, algo que vai ficando para trás e deixará de pertencer ao nosso tempo. De problema dito insolúvel passará a problema resolvido. O Governo Federal entrou a ajudar o Estado a equacioná-lo. Muniu-se de poderes e de legislação para levar avante essa obra. Começou a erradicar as favelas e dar nova vida às populações marginalizadas, e eis aí uma política que assinala grandes êxitos na sua execução.<sup>22</sup>

A memória que a CHISAM procurava enquadrar das remoções que havia realizado era bem diferente das apresentadas pela FAFERJ nos documentos analisados e pelas lideranças que foram entrevistadas para esta dissertação. No capítulo I do caderno institucional da CHISAM, referente ao “Histórico e Dimensões do Problema” o órgão procura apresentar o favelado alegre e confiante com sua desterritorialização. Procura também, de forma sub-reptícia apresentar o associativismo e a solidariedade como práticas que somente eram necessárias na favela. Uma vez saindo da favela, o morador não mais necessitaria dessas atuações para viver.

Pode-se afirmar com segurança que, utilizando os métodos atuais, a remoção de uma favela é o *último trabalho de natureza comunitária importante que o homem de favela realiza antes de abandonar o seu antigo reduto*. A tarefa de fazer com que o favelado participe de sua própria remoção e ajude o vizinho a trazer os móveis mais pesados para o local de embarque constitui uma das etapas da remoção (...) Na atualidade, é total a participação do favelado na remoção. Fica ansioso por chegar a sua vez, quando começam a sair os primeiros moradores. Está intranquilo para deixar aquele ambiente, e inicia a arrumação dos seus objetos. Passa a procurar diariamente a equipe da CHISAM, para saber se já foi expedida a sua ordem de mudança. Integrado na operação, em muitos casos, ajuda a conduzir para baixo a mudança do vizinho. (...) A fase seguinte, em que continua a dar expressão ao seu desejo de mudança, é a visita que

<sup>22</sup> Caderno produzido pelo Ministério do Interior, BNH e CHISAM, supervisionado pelo Ministro do Interior General José Costa Cavalcanti (contracapa).

faz ao novo Conjunto, em companhia dos amigos, expandindo a necessidade de comunicação que dele se apossa. Ao receber a ordem de mudança, consulta os funcionários da CHISAM sobre se pode doar a amigos o material do barraco. Se pode oferecer a parentes material que pode ser aproveitado numa construção em outro terreno. Toma conhecimento, por intermédio da CHISAM, de que é proibido sair da área favelada material que possa futuramente servir para a construção de outro barraco em qualquer local, e aprova a idéia. Na véspera da mudança começa a conduzir os seus pertences para a área designada e, assim, às 7 horas da manhã, quando os funcionários das viaturas chegam à favela para dar prosseguimento à remoção, o favelado embarca os seus móveis e utensílios no veículo, *manifestando alegria e confiança que se estende a todos os familiares*. Esta a atitude do favelado no dia auspicioso para a sua vida que assinala a transferência da favela para o apartamento da CHISAM. (CHISAM, 1971:56). Os grifos são meus.

O Terceiro Congresso que ocorreu em 1972, depois de muita perseguição sofrida pela organização federativa dos moradores de favelas. Burgos o considera como mais uma demonstração da capacidade de resistência dos moradores de favelas e afirma que

Apesar de tudo, um dado impressionante na experiência “remocionista” é a capacidade de resistência dos moradores das favelas. Em meio à repressão do início dos anos 70, e em que pese ao expurgo a que fora submetida, a FAFEG organizou, em 1972, o III Congresso de Favelados do Estado da Guanabara, com a participação de 79 Associações, que mais uma vez defendem a necessidade de urbanização de favelas. Tal resistência tornou o programa de remoções bastante custoso politicamente, e se não foi essa a razão determinante para o seu esvaziamento a partir de 1975, é preciso levá-la em conta se, se quer entender como foi possível a permanência de 52 favelas em bairros tipicamente ocupados pelos setores médio e alto da sociedade carioca, como Copacabana e Tijuca, entre outros. (Burgos,1998:37).

Depois do 3º Congresso, as perseguições foram ainda mais intensificadas, acarretando um desmantelamento da organização. Muitas lideranças foram presas e a FAFEG para realizar eleições teve que submeter os nomes dos componentes das chapas a um exame da Secretaria de Segurança. Também as Associações de Moradores, nas eleições de suas diretorias, eram obrigadas a apresentar ao Serviço Social das Regiões Administrativas ou à Fundação Leão XIII um atestado de antecedentes (Burgos,1998:55).



## 5. SEGUNDO EIXO TEMPORAL (1973-1979)

### 5.1 Resistências à Ditadura Militar

*A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar.  
Mas eis que chega a roda viva E carrega o destino  
pra lá  
(...) A gente vai contra a corrente.  
Até não poder resistir...  
(Chico Buarque de Hollanda. 1968)*

*Ele não parava na entrada da favela.  
(Sr. Waldevino, presidente da Associação de  
Moradores e Amigos da Catacumba, em entrevista  
concedida em 1968, referindo-se ao AI-5 <sup>23</sup>)  
(Perlman,1977:265)*

O vice-presidente da FAFEG, em 1968, Lúcio de Paula Bispo, na entrevista que me concedeu, lembrou do período de grande repressão e do significado das redes de solidariedade construídas nas favelas do centro, especialmente o Morro de São Carlos e o Catumbi. Para ele os favelados contavam com uma vantagem na organização da luta contra a ditadura porque “os aparelhos de repressão, por preconceito contra os favelados da cidade, não acreditavam que estes fossem capazes de se organizarem politicamente e lutar contra a ditadura militar”. Embora constatassem que os favelados incomodavam quando faziam manifestações contra as remoções, não os acreditavam capazes de discutirem questões de política nacional. Por isso, como afirmou Lúcio, a favela era um esconderijo seguro para se fugir da repressão.

Lúcio Bispo relata um dos vários episódios vivenciados por ele durante esse período de resistência à ditadura:

*A diretoria (da FAFEG) era coesa e todos falavam a mesma língua. Lembro que numa ocasião, a polícia dos militares estava atrás do Vicente (Vicente Ferreira Mariano) porque ele era comunista e lutava pelo trabalhador. Ele não podia ficar preso. Além de ser ruim para a luta, ele era arquivista, funcionário público do Hospital da Lagoa. Internou-se no Hospital da Lagoa, até porque já andava doente. Deu como infarto. Mas quando ele saiu do Hospital, prenderam ele e toda a diretoria executiva. Prenderam o Murilo, o Vicente, o advogado. Nós que estávamos ainda soltos, nos reunimos no Morro de São Carlos, na casa da Tereza, perto do cemitério e reforçamos o Departamento Feminino para arrecadar alimentos e fazer uma campanha para assistir as famílias dos companheiros presos. Eu também tive, nessa ocasião, que ficar fora de casa por 12 dias. Eles estavam me procurando. Me escondi no morro do Catumbi. E, olha que eu estava com a mulher grávida e uma filha internada. Às vezes eu saía do Catumbi para cumprir uma tarefa, com uma roupa sinistra que me*

<sup>23</sup>(AI-5) Ato Institucional nº 5 de 1968 acentuou o processo de fechamento político, suspendeu todas e quaisquer garantias constitucionais, dando ao presidente, na época o general Costa e Silva, o controle absoluto sobre os destinos da nação. Com base no AI-5, mais lideranças do movimento popular foram presas sem garantia de defesa, torturadas, mortas ou desaparecidas.

*arrumaram, para disfarçar, porque eu precisava fazer contatos com os outros companheiros do Pavãozinho, da Rocinha e do Cantagalo. Arranjaram um chapéu velho para eu não ser reconhecido. Eu comunicava a situação aos companheiros e pedia colaboração na manutenção das famílias dos companheiros presos. A minha família também estava se mantendo com a ajuda do “Socorro Vermelho”.*<sup>24 25</sup>

A localização do Morro de São Carlos, por sua proximidade com o centro da cidade, constituía-se em local privilegiado para moradia de um número considerável de trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, do comércio e da indústria. Muitos desses trabalhadores receberam influências de sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro e, em seus locais de trabalho, participavam de lutas sindicais e de atividades políticas nas quais construía uma consciência de classe e, sobretudo, uma clara concepção de que se vivia um período ditatorial. Foi do Morro de São Carlos que saiu a principal liderança do movimento dos favelados, Vicente Ferreira Mariano, presidente da FAFEG e da Associação de Moradores do Morro de São Carlos de 1963 a 1972. Vicente e outros diretores das entidades que presidia transformaram o Morro de São Carlos em um “verdadeiro quartel general”<sup>26</sup> da resistência à ditadura militar.

O entrevistado Irineu Guimarães também fez observações a respeito do tema. Afirmou que nas favelas sempre existiu discussão política e eleição direta, “mesmo quando o Brasil vivia uma ditadura, nas favelas tinham eleições” e muitas reuniões.

*Nós participávamos de várias reuniões, e o líder era o Vicente Mariano. Eu me lembro que houve uma grande discussão com algumas áreas da zona sul que eram dominadas pelos quartéis. E o pessoal tinha muito medo de debater essa questão nas reuniões. Eu me lembro que a gente até falou que podia ser de quem fosse porque de qualquer forma tínhamos que debater, organizar e defender os moradores. Por exemplo, na Babilônia, ninguém fazia obras em casa se não fosse autorizado pelo quartel, pela área militar e no Timbau era a mesma coisa. Eu fui uma das pessoas que foi contra isso. Eu dizia que isso não estava certo porque era assunto dos moradores, e tínhamos que passar por cima disso. Com isso os companheiros me chamavam atenção, diziam para eu ter cuidado. Ainda mais que já estávamos na ditadura. Mas eu dizia que mesmo assim tínhamos que encarar e organizar o movimento*<sup>27</sup>.

Segue ainda relatando

<sup>24</sup> Sobre o “Socorro Vermelho”, o entrevistado me informou que o mesmo “era uma ajuda financeira que o Partido Comunista dava para as famílias dos companheiros presos e dos perseguidos que estavam fugindo e não podiam trabalhar para obter salário e manter suas famílias”.

<sup>25</sup> (Entrevista nº03, 15.10.2007:3)

<sup>26</sup> Expressão usada por Lúcio de Paula Bispo em entrevista de 15.10.2007.

<sup>27</sup> (Entrevista nº11, 15.05.2008:3)

*Quando veio o golpe militar, essa primeira Associação (refere-se à Associação de Moradores do Jacarezinho) foi fechada porque foi todo mundo dispersando porque o presidente era “lacerdista” e ameaçava as pessoas. A Associação acabou praticamente morrendo. Ele que ameaçava as pessoas chamava-se Hermes, e ameaçava porque estava em moda entregar o camarada, era o AI-5... E aquilo fez com que a Associação morresse. Mas a gente não tinha perdido o contato com o Vicente Mariano. Ai nessas andanças com ele, eu ainda como diretor da Associação participei de várias reuniões. Tinha o morro da Catacumba que era lá na Zona sul, e nós fazíamos reunião lá juntamente com o Mariano, eu andava por aí fazendo essas reuniões, não cheguei a ir nem no Pasmado, mas eu fui à uma reunião onde hoje é a Universidade Estadual, a UERJ, ali era o Esqueleto (...)*<sup>28</sup>

O diretor da FAFEG, nos anos 1970, Agamenon, tem as seguintes memórias do período: “No período da revolução, a FAFERJ foi praticamente fechada, porém nós nos reuníamos escondidos no sindicato dos metalúrgicos. O Vicente me convidou para ser diretor da FAFERJ, eu fui secretário-geral, mas fui um péssimo secretário, porque foi no período em que eu militei como os estudantes no Calabouço, foi muita gente presa.”

O programa de remoção de favelas que fizera parte da proposta de reformas haussmannianas<sup>29</sup> iniciadas em 1960, por Carlos Lacerda, como já apresentei no capítulo anterior, foi absorvido pelo governo ditatorial, através das ações da CHISAM. O professor Marcelo Burgos defende a tese de que a criação do órgão federal CHISAM e todas as suas ações visavam também o desmantelamento da organização política dos excluídos. Como comprovação dessa tese, apresenta o fato de que, em 1975, quando esta missão já podia ser dada como cumprida, começou a ocorrer o refluxo ou esvaziamento do programa de remoções. Burgos afirma ainda que “de modo análogo ao que se fez com as organizações partidárias e sindicais, também as lideranças de favelas foram torturadas e assassinadas. (1998:38) Chama ainda atenção para o fato de o programa de remoções executado pela CHISAM cumpriu a tarefa de fragmentar a identidade coletiva dos excluídos, baseada na condição de *favelado*, criando uma nova categoria, a de *morador de conjunto habitacional*. O *favelado* passava, dessa forma, a pertencer ao mundo da desordem, *habitat* de indivíduos pré-civilizados, lugar do vício e da promiscuidade e o *morador de conjunto habitacional* pertencia ao mundo da ordem. Por isso, qualquer tipo de diálogo com as instituições somente poderiam ocorrer com os moradores dos conjuntos habitacionais ou com as Associações de Moradores<sup>30</sup>

<sup>28</sup> (Entrevista n°11, 15.05.2008:3).

<sup>29</sup> Reformas haussmannianas: categoria utilizada no campo da Arquitetura e da Sociologia Urbana para se referir às ações de mudanças urbanas operadas em cidades, como as que ocorreram durante o governo do prefeito Hausmann em Paris. Caracterizam-se pela realização simultânea de um grande número de obras urbanísticas.

<sup>30</sup> Em 1967, o governo do estado assinou o Decreto 870 que colocava as Associações de Moradores sob o controle da Secretaria de Serviços Sociais, em 1968, assinou o Decreto E, 3330, que revogando o Decreto 870,

que facilitassem as remoções, estas consideradas como a passagem para o mundo da ordem. Sobre essa questão, assim discorre Burgos:

Diante dessa reelaboração da identidade do *favelado*, nem mesmo a lógica de negociação baseada na cooptação de lideranças, experimentada no início dos anos 1960 pelo Serfha, poderia ser implantada; afinal, ela fora desenvolvida tendo em vista uma outra identidade do *favelado*, aquela que vinha sendo politicamente construída e que, inclusive, dera lugar a uma entidade federativa, a FAFEG. A polarização entre o mundo da ordem e o lugar da desordem devolve a representação da favela aos termos da década de 40, da favela como habitat de indivíduos pré-civilizados, e, por isso, não cabe mais o diálogo com as entidades políticas: a discussão sobre o que fazer com as favelas torna-se impermeável à participação de seus moradores. (Burgos,1998:34-5)

As reflexões de Burgos, as considero bastante pertinentes, uma vez que ao remover as favelas, extinguíam-se, de fato, as Associações de Moradores daqueles lugares que eram as filiadas da FAFEG. Em última instância o governo ditatorial conseguia o enfraquecimento da entidade federativa dos favelados que tanta resistência fazia aos atos e organismos do governo. Com as remoções das favelas da zona sul a FAFEG perdeu como filiada a Associação de Moradores mais combativa que era o caso da Catacumba, e outra como as da Praia do Pinto, Ilha das Dragas, Piraquê, Avenida dos Pescadores, Parque do Leblon, Macedo Sobrinho

Valla resume assim os momentos mais cruciais da ditadura em ataque ao direito de associação e organização dos favelados:

(...)o momento político mais geral, de vigência plena do AI-5, era de repressão aberta e as autoridades não hesitaram em intervir nas Associações de Moradores e em fechar a FAFEG em 1968, prendendo vários de seus líderes. Frente a esta situação os moradores não tiveram outra saída senão se submeter às determinações oficiais (ligadas à remoção), agravando ainda mais a situação de ‘dependência’ forçada quando, em 1967, foram atreladas todas as Associações de Moradores às Regiões Administrativas e à Secretaria de Serviço Social (SSS). (Valla, 1986;113).

Os organismos da ditadura exerciam uma vigilância constante às atividades da FAFERJ. O entrevistado Arnaldo José dos Santos, secretário geral da entidade entre 1979 e 1983 me forneceu cópia da certidão de dados existentes nos fundos SNI baseados nos dossiês organizados sobre suas atuações políticas. Esse documento (**Anexo VIII**) apresenta um relatório elaborado pelo III COMAR<sup>31</sup>. O assunto: as ligações do investigado Arnaldo José

---

estabelecia como “finalidade específica das associações de moradores a representação dos interesses comunitários perante o governo do estado”(Burgos,1998:35)

<sup>31</sup> III COMAR – Terceiro Comando da Aeronáutica, com sede no Rio de Janeiro

dos Santos com o que consideravam “processo subversivo”. Do texto consta a seguinte informação:

a liderança na FAFERJ vem sendo dividida entre as organizações MR-8 e PCB. Sua atual direção é composta por: presidente IG, MR8; vice presidente, LPB, PCB; secretário geral, AJS, MR8; primeiro diretor de divulgação, NGP, MR8; segundo diretor de divulgação, RMP, PCB; segundo tesoureiro, JAC; MR8, presidente da mesa, AS, ACO; e, presidente do conselho fiscal JL, PCB <sup>32</sup>

O entrevistado, Irineu Guimarães, informou-me também que ao impetrar um *habeas data*<sup>33</sup> tivera conhecimento da extensa lista de situações de sua vida pessoal e política que foram observadas e fiscalizadas pelos serviços de inteligência da ditadura militar, tudo por conta de suas atividades como presidente da FAFEG.

Todas as organizações populares do período da ditadura sofreram imensas perseguições, muitas delas se extinguíram por conta do seu enquadramento nas proibições determinadas pelo Ato Institucional nº 5. Para essas entidades foi criado um conjunto de normas e regulamentos coercitivos que tinham como objetivo o retraimento da vida associativa. No entanto, a FAFEG, depois FAFERJ mesmo oscilando, entre, ora um enfrentamento mais radical, ora com algumas atitudes de aceitação à nova ordem, conseguiu atuar nos anos 1970 e 1980, com resultados significativos, principalmente no tocante ao impedimento das remoções e luta contra a ditadura.

## 5.2 A FAFERJ e a máquina chaguista

O governador Chagas Freitas foi eleito para o governo do estado da Guanabara, no período 1970-1974, de forma indireta, conforme determinava o AI-3 (Ato Institucional nº3) <sup>34</sup>. Pertencia ao Movimento Democrático Brasileiro – MDB – partido da oposição consentida ao governo dos militares.

Chagas iniciara sua carreira política ingressando na União Democrática Nacional (UDN), compondo a chamada "esquerda democrática" do partido. Em 1954, eleger-

<sup>32</sup> As siglas constantes dos documentos referem-se aos nomes e sobrenomes dos diretores da FAFERJ e das organizações políticas as quais eles pertenciam: IG – Irineu Guimarães, LPB – Lucio de Paula Bispo, AJS – Arnaldo José dos Santos, NGP – Nilton Gomes Pereira, JA – José de Arimatéa Campos AS – Altamiro Silva da ACO – Ação Católica Operária, JL, José Lira.

<sup>33</sup> *Habeas data*: ação constitucional que pode ser impetrada por uma pessoa física para tomar conhecimento ou retificar as informações a seu respeito, constantes nos registros e bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público (Art. 5º, LXXII, "a", Constituição Federal do Brasil de 1988).

<sup>34</sup> Ato Institucional nº 3 de 1966 determinava que governadores seriam eleitos de forma indireta

se à Câmara Federal pelo Partido Republicano Progressista (PRP) que deu origem ao Partido Social Progressista (PSP). Renovou seu mandato pelo partido em 1958. Em 1962, ingressou no Partido Social Democrático (PSD), garantindo novo mandato. Em 1951, Chagas Freitas havia fundado o jornal *A Notícia*, de caráter eminentemente popular. Através dessa publicação e de outra que lhe seguiu, *O Dia*, montou uma máquina política <sup>35</sup> das mais fortes existentes até então no estado.

A demonstração de seu poder fazia-se sentir com a eleição certa dos políticos apoiados nos editoriais e matérias de divulgação dos candidatos a cargos eletivos. Chagas apoiou a eleição de Negrão de Lima, candidato do PTB e franqueou as páginas de seus jornais para políticos daquele partido. Seu objetivo era auxiliar na formação de uma bancada que pudesse favorecer a aprovação de projetos populistas

Após o golpe de 1964, que contou com seu amplo apoio e de seus jornais, e a criação do bipartidarismo, Chagas ingressou no MDB, partido da oposição consentida organizado pela ditadura militar. Queria, dessa forma, estabelecer, no espaço político da metrópole carioca, algumas divisórias entre o poder de sua máquina política e o poder da ditadura. Em 1966, reelegeu-se deputado federal com ampla margem de votos, além de garantir a eleição, para a Assembléia Legislativa do estado da Guanabara, de antigos correligionários do PSP, naquela época, já alocados no MDB. Esses parlamentares seguiam sua liderança, marcando assim o início da "corrente chaguista" do partido.

Com o auxílio da poderosa máquina publicitária representada pelo jornal *O Dia* e *A Notícia*, passou a controlar os diretórios do MDB na Guanabara. Eleito governador do estado em 1970 pela via indireta, devido à existência da maioria chaguista, ampliou o seu controle político sobre a agremiação de oposição consentida, adotando uma postura de apoio ao regime militar.

A máquina chaguista constituía-se num sistema centralizado de prestação de serviços em troca do apoio político e do voto. Esse amplo sistema capilarizava-se por amplos

---

<sup>35</sup> Aqui o conceito de "máquina política" não é somente utilizado da forma identificada pelos sociólogos como o "modelo de Chicago" ao observarem as relações dos políticos locais, nos grandes centros urbanos com os grupos sociais ali presentes, encarnando o "lado perverso da prática política com métodos pouco lícitos quando não abertamente ilegais": suborno, corrupção, fraude eleitoral, coação e manipulação eleitoral. Procurei analisar a máquina chaguista à luz de uma mistura de conceituações. Identifico a presença dos aspectos do "modelo de Chicago", porém aproveito-me da análise que "dá visibilidade a certos pontos não predatórios da máquina, ressaltando seus aspectos integradores numa sociedade relativamente dispersa e desmobilizada" e da que observa as "funções latentes" da máquina que a tornaria "apta a favorecer os interesses específicos de distintos segmentos da população urbana, satisfazendo necessidades que, de outra forma, tenderiam a permanecer relegadas". (Conceitos de "máquina política foram vistos em Diniz, 1982:24-5)

setores da sociedade carioca, mas, foi, preferencialmente, nos setores mais desprivilegiados da sociedade, entre eles os favelados, que o sistema pôde, com mais facilidade, se instalar. Colaborava para isso a grande quantidade de demandas que para os que ofereciam valiam pouco, mas, para os que recebiam valiam muito. As relações que se estabeleciam entre os parlamentares chaguistas e os moradores das favelas e suas lideranças eram marcadas por um grande pragmatismo, no entanto não eram de todo desprovidas de caráter ideológico, uma vez que elas estavam ligadas às relações de dominação e poder que definem o modo de regulamentação do fluxo de recursos do Estado. Além disso, essas relações visavam a manutenção do *status quo*, pois, somente dessa forma se realimentariam as estruturas que permitiam a manutenção da máquina.

Ao assumir o primeiro mandato de governador o processo remocionista ainda se completava em muitas favelas. A maneira como agiam as instituições que tratavam da questão favela no estado da Guanabara ajudou em muito a penetração das idéias e propostas de Chagas e seus correligionários. Foi nas favelas que não foram removidas, nas novas que foram criadas devido ao empobrecimento crescente da população que sofria com o arrocho salarial e ainda nos conjuntos habitacionais, que a política de clientelismo<sup>36</sup> chaguista pôde se estabelecer de forma incontestável.

Chagas assumiu o governo no momento em que os piores ataques à FAFEG já haviam sido desferidos pelos organismos da ditadura. A organização já se encontrava bastante debilitada e sofria com a desarticulação de suas filiadas. Ainda procurou resistir quando organizou o Terceiro Congresso de 1972, porém, os resultados do controle proposto pelo Decreto N 870 faziam-se sentir. Os chaguistas, então, se aproveitaram da estrutura administrativa criada pelos governos anteriores que controlavam a organização dos favelados. As áreas das Regiões Administrativas foram loteadas entre os correligionários de Chagas e todo o serviço de infra-estrutura urbana era controlado por eles. A desarticulação política dos favelados e de sua entidade federativa FAFEG deixou-os, cada vez mais vulneráveis como

---

<sup>36</sup> Clientelismo: categoria que serve para designar a prática política na qual os eleitores são entendidos como “clientes” no sentido da origem do termo no direito romano: aquele plebeu que se colocava sob o patrocínio de um patrício, devendo-lhe obediência em troca dos favores recebidos. O clientelismo nas favelas cariocas serviu para enfraquecer ainda mais a organização de ações coletivas. Ao se privilegiar a obtenção de benefícios obtidos em troca do apoio político ocorria o enfraquecimento das relações horizontais e diminuía a capacidade de colaboração destes indivíduos, de criação de redes de solidariedade e de práticas associativistas. Este processo gerava um ciclo vicioso que ao longo do tempo foi capaz de desmobilizar completamente as comunidades e, por tabela, também a organização federativa FAFEG.

atores políticos e, segundo Burgos, são neste vazio político que têm grande sucesso as investidas clientelistas dos chaguistas.

“A desarticulação da estrutura política dos excluídos, decorrentes do “remocionismo”, destrói os vínculos horizontais que vinham sendo elaborados desde a década de 50 e, ao subverter a natureza representativa das associações de moradores, tornando-as porta-vozes do Estado junto às favelas, acaba impedindo também a democratização das relações infra-locais.” (Burgos,1998:39).

O autor segue observando que

A desfiguração do favelado como ator político era, um dos objetivos presentes no “remocionismo”, e seu relativo sucesso deixa um vazio político. Nesse vazio, duas lógicas distintas, porém complementares se vão impondo: de um lado, o ressentimento gerado pelo “remocionismo” terrorista tende a distanciar a vida social das favelas e dos conjuntos habitacionais, da vida política da cidade, tornando carente de legitimidade o poder público e suas instituições, aí incluídas as associações de moradores, em muitos lugares confundidas com o Estado; de outro lado, desenvolve-se uma dinâmica clientelista, resultante de uma acomodação pragmática dos excluídos às oportunidades existentes num contexto constrangido pelo autoritarismo. (Burgos,1998:30)

Os chaguistas procuraram, desde o início do governo Chagas Freitas, deslegitimar as Associações e a FAFEG do caráter de entidades representativas dos reais interesses dos favelados. Trabalhavam para que essas organizações fossem entendidas como oficiais e confundidas com o Estado. E ainda procuravam inculcar a idéia de que essas entidades, se não estivessem de acordo com as determinações estabelecidas pelo governo do estado e em concordância com o governo ditatorial, tornar-se-iam um perigo para os moradores das favelas. Isto porque os organismos da ditadura não tolerariam manifestações políticas, reivindicações de liberdades e muito menos contestações à ordem estabelecida.

Neste ponto lembro-me que já no ano 1979, ouvi a declaração do Sr. Vicente, presidente da Associação dos Moradores da Vila Cruzeiro afirmando que, em vez da organização de uma assembléia para decidir sobre a organização de uma manifestação na porta da CEDAE, na Praça Mauá, para reivindicar o fornecimento de água para a comunidade, os moradores deveriam ir primeiro até a Fundação Leão XIII, ao administrador regional e aos vereadores Tobias Luís e Aluísio Gama, que, segundo ele, “mandavam na área da Penha”. Deveriam agir dessa forma porque, disse ele, “*não se podia ficar contra o governo porque era perigoso*”.

A política repressiva do estado dava-se no sentido de, cada vez mais controlar as organizações dos favelados, intervindo nas Associações de Moradores e dissolvendo diretorias que não estivessem de acordo com os métodos do governo do estado. As



intervenções eram feitas pela Fundação Leão XIII, autarquia do governo estadual que se constituía no instrumento fundamental para a difusão das práticas clientelistas no relacionamento com as Associações de Moradores. As assistentes sociais do órgão designavam uma Junta Governativa para dirigir temporariamente a Associação sob intervenção e convocar novas eleições, sob orientação da própria Fundação Leão XIII e da Região Administrativa da área.

O mais importante fator dessas relações constituía-se na força representada pelo Movimento Democrático (MDB), no diretório do Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro tinha bem demarcada a linha que separava os chamados parlamentares autênticos do MDB, aqueles que faziam realmente oposição ao governo ditatorial da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), dos chamados parlamentares chaguistas, que não faziam uma real oposição ao governo federal. A bancada dos chaguistas superava, em muito, o número dos parlamentares considerados autênticos. Nesse jogo, as Regiões Administrativas e a Fundação Leão XIII foram espaços partilhados entre os parlamentares chaguistas. Todo o acesso aos meios e alocação de recursos para a melhoria de habitações faveladas tinha sua destinação feita por partidários de Chagas. A cooptação das lideranças tinha como objetivo aumentar a dependência das Associações de Moradores à máquina chaguista.

O conselheiro da FAFERJ, presidente da Associação de Moradores da favela Mata Machado, Jair Caldas, em seu depoimento lembrou as relações que sua comunidade mantinha com um parlamentar chaguista. Essa relação ilustra a forma como as questões coletivas eram resolvidas naquele período. Mostra também o aspecto das funções latentes da máquina política, às quais me referi, no início deste capítulo.

*Nós também temos que agradecer tudo que temos hoje primeiro a Deus, e segundo à Miro Teixeira, pois, ele nos ajudou muito. Ele colocou asfalto em tudo e fez esse prédio que tem aqui. Fez um posto juntamente com a Fundação Leão XIII no primeiro e terceiro andar, e no segundo andar tem a Associação. O governador Negrão de Lima queria tirar todo mundo, era muito ruim, lembro da minha mulher chorando de noite, porco e galinha gritando, era horrível.<sup>37</sup>*

As práticas políticas chaguistas chegaram a contaminar, inclusive, a diretoria da FAFEG que foi eleita, de acordo com as novas determinações do Decreto 3330. Participavam dessa diretoria os presidentes de Associações de Moradores que mantinham estreitas relações com a “máquina chaguista”. Esses diretores procuravam proporcionar aos

---

<sup>37</sup> (Entrevista n°09, 09.10.2007:3)

órgãos encarregados da administração um veículo de acesso às comunidades faveladas. Haviam sido cooptados e, cada vez mais, incorporavam as Associações de Moradores e a própria FAFEG, à estrutura do estado e do partido político. Sobre essas questões a professora Eli Diniz faz as seguintes considerações:

O envolvimento de políticos ligados à corrente chaguista com associações de favelas implicaria, em alguns casos, além das formas citadas, a intervenção na disputa eleitoral por ocasião de mudança de diretoria. Desta forma, os deputados Miro Teixeira e Aluisio Gama teriam apoiado uma das chapas concorrentes às eleições para a direção do Centro Social Joaquim de Queiroz, em Ramos, de acordo com informações divulgadas por um membro da chapa adversária, que se apresentaria como oposição ao chaguismo. Através de seus cabos eleitorais, os referidos parlamentares teriam promovido intensa campanha na favela, utilizando faixas e cartazes, nos quais algumas melhorias, conseguidas pela diretoria então em exercício, seriam atribuídas à mediação dos políticos. (Diniz, 1982:152)

A FAFEG virou, desde o período do primeiro governo de Chagas, passando pelo de Faria Lima, no qual se concretizou a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, e no segundo governo de Chagas, uma fase que se pode considerar “cartorial”. A entidade existia nos documentos, porém, não existia de fato. Inclusive o presidente em 1975 era o Sr. Vicente Francisco de Souza que havia morado 22 anos na favela da Catacumba e que naquela época, por ter sido removido para o conjunto do Quitungo, não mais residia em favela. Toda a documentação da FAFERJ – atas e demais documentos ficavam guardados na sede da Fundação Leão XIII, situada na Rua Senador Dantas, no centro do Rio de Janeiro. Não ocorriam assembleias ordinárias para prestação de contas ou organização do trabalho da entidade, nem eleições regulares. Os Congressos de Favelas que vinham ocorrendo de quatro em quatro anos, desde a fundação da organização – 1964, 1968, 1972 - foram interrompidos. O ano de 1976, no qual deveria ocorrer o Quarto Congresso, passou sem atividades de organização da luta dos favelados.

As memórias do secretário geral da FAFERJ entre 1979 a 1983, Arnaldo José dos Santos são as seguintes:

*A Federação tinha uma diretoria formada. Ela era composta basicamente pelo Jonas Rodrigues e sua esposa, e por duas ou três lideranças da área da Maré. O Jonas e sua esposa eram moradores do Catumbi, a atuação deles era voltada para troca de favores e pedidos junto aos políticos da ala do Chagas Freitas. Não era um trabalho de conscientização dos moradores, não havia praticamente nada em termos de crescimento, de formação e organização, pois era uma diretoria cartorial. Era uma diretoria que não tinha o real objetivo de organizar os trabalhadores, de fortalecer as Associações. Essa diretoria era contrária às anteriores, que eram lideradas pelo Vicente Ferreira Mariano que eram bastante atuantes. Atuaram fortemente nos anos*

*60. A diretoria do Jonas era parasitária, não fazia nada em prol dos favelados, só vivia de conchavos e troca de favores com os políticos, principalmente em época de eleições, fazendo dos moradores de favelas um verdadeiro 'curral' de votos.<sup>38</sup>*

Os moradores das favelas, devido ao clima de pressão sobre suas organizações, cada vez mais se afastam das questões políticas e um clima de apatia se estabeleceu no movimento. As lideranças das favelas e a própria diretoria da entidade federativa, constatando a redução do espaço para obtenção dos interesses dos favelados da cidade através de ações coletivas, e a inexistência de políticas públicas para as favelas, passa então a aceitar as pequenas migalhas que lhes eram oferecidas em troca de votos. Burgos descreve e explica o período da seguinte forma:

(...) o clientelismo dos anos 70 reflete esse momento, substituindo a luta por direitos pela disputa por pequenos favores. Essa dialética é reforçada pela quase completa ausência, nesse período, de políticas públicas mais amplas, voltadas para as favelas. Prevalece, então, o cálculo maximizador das lideranças locais, as quais, como já nos mostrou Eli Diniz (1982:1957), mesmo cientes do alcance limitado dessa dinâmica para a coletividade, entendiam ser possível 'aproveitar as brechas existentes, através de relações pessoais de lealdade, ou através de contatos informais com um determinado político, para obter uma pequena melhoria para o grupo, ou mesmo uma ajuda individual. (Burgos,1998:39)

Ao analisar as entrevistas realizadas em suas pesquisas sobre o clientelismo no Rio de Janeiro e, mais especificamente nas favelas da cidade, a professora Eli Diniz observa que muitas lideranças por ela ouvidas consideram que a mediação feita pelos políticos chaguistas, na forma de carta de apresentação e recomendação, facilitavam o acesso à autoridade competente.

Houve também referência à contribuição que o deputado ou vereador pode dar sob a forma de ajuda no atendimento de demandas específicas, tais como arruamento de uma viela, calçamento de uma rua, canos para água, manilhas para esgoto, cimento para obras, instalação de postes de iluminação pública, entre outras. Finalmente, alguns mencionaram a prestação de serviços ou favores pessoais como uma outra forma de ajuda possível. (Diniz,1982:157)

A autora considera interessante ressaltar que

O desencanto com a política (sentido pelos entrevistados) não exclui a possibilidade de utilizar e até valorizar o recurso eventual ou sistemático a práticas clientelistas. Assim, o papel do político é percebido basicamente através de seu impacto negativo e o apoio a um político ou a um partido não tem eficácia do ponto de vista de alterar a situação dos estratos sociais menos favorecidos. Trata-se antes de um instrumento de alcance

---

<sup>38</sup> (Entrevista nº10,02.05.2008:2).

mais ilusório do que real em termos da possibilidade de introduzir mudanças relevantes. Enfim, a arena política é pouco permeável aos interesses da favela. Porém, apesar de seu fechamento às demandas dos segmentos desprivilegiados, é possível aproveitar as brechas existentes, através das relações pessoais de lealdade, através dos contatos informais com um determinado político para obter uma pequena melhoria para o grupo, ou mesmo uma ajuda individual. Assim, a rede clientelista é aceita por uma parte das lideranças faveladas enquanto uma forma de sobreviver num meio indiferente e até adverso. (Diniz,1992:157)

Em 1978, Chagas foi eleito, novamente, por via indireta, governador do estado do Rio de Janeiro. Governou até 1982, dando continuidade ao clientelismo. Neste período a FAFERJ transformou-se num importante instrumento para o governo do estado. A entidade deixara de lado, definitivamente, o caráter da organização representativa dos favelados da cidade e assumira o papel de legitimar as medidas tomadas pelos organismos do estado.

É neste contexto que surge uma nova alternativa de organização autônoma dos favelados da cidade. Em 1979 começa a ter lugar uma movimentação de algumas Associações de Moradores que desejavam realizar novas eleições para a FAFERJ, orientando para uma busca de autonomia diante dos órgãos de governo. As propostas renovadoras são percebidas pelos chaguistas como um grande perigo para a sobrevivência das práticas que se configuravam na relação de troca entre votos, por um lado, favores e proteção, por outro. O livre acesso de grupos de interesse organizados de forma autônoma, que se constituía na proposta das lideranças reorganizadoras da FAFERJ, dificultaria e até tornaria desnecessária a mediação pelos políticos entre os clientes e os órgãos públicos. Ouso considerar o surgimento dessa alternativa autônoma dos favelados como um efeito inesperado produzido, em parte pela própria máquina chaguista e em parte por fatores externos à mesma. Há de se observar as relações sempre de forma dialética, o que equivale dizer, neste caso, que a máquina chaguista não poderia produzir sempre e continuamente os resultados almejados, perpetuando esse tipo de relação clientelista. Novos elementos, internos ou externos às redes construídas geram sempre um grau de instabilidade das relações levando ao surgimento de novos processos. Isso também aconteceu com o chaguismo presente nas favelas da cidade. Os conflitos mal administrados ou ignorados pelos chaguistas em vários episódios da história das favelas do Rio de Janeiro deixaram claro para as lideranças que propunham a reorganização da entidade federativa que o tratamento tópico com medidas parceladas, individualizadas e de alcance limitado não estavam trazendo ganhos efetivos para a coletividade. A proposta de reorganização da FAFERJ surge como a busca de novas relações que propiciassem mudanças estruturais ao atacar as desigualdades sociais.

## 6. TERCEIRO EIXO TEMPORAL (1979 – 1993)

### 6.1 Reorganização da FAFERJ

*Havia o grupo que lutava com autenticidade em favor dos favelados, e outro grupo que era ligado ao chaguismo, cada um tinha uma forma de liderar. Quando a gente se encontrava na favela o 'coro comia', no entanto, a gente foi assumindo aos poucos a liderança desse movimento que culminou com a realização do Primeiro Encontro Estadual de Favelas. Reunimos doze mil pessoas no Sindicato dos Metalúrgicos. (Nilton Gomes Pereira Diquinho, diretor da FAFERJ em 1979)<sup>39</sup>*

As instituições do governo federal e estadual que tratavam da questão favela conseguiram, relativamente, cumprir a tarefa de reprimir e assegurar a apatia dos moradores de favelas e de suas lideranças, por alguns anos. No entanto, no ano de 1979, o movimento de favelados da cidade do Rio de Janeiro se reorganizou, acompanhando outros setores da sociedade que já haviam iniciado um processo de oposição à ditadura.

Desde o primeiro semestre de 1978 o movimento de oposição ao regime vinha crescendo com passos largos. Ocorriam, em várias capitais do país, atos públicos, manifestos eram distribuídos à imprensa, organizavam-se algumas greves e, dessa forma, crescia a luta por liberdades democráticas. As principais palavras de ordem das manifestações que ocorriam eram pela anistia, pelo fim do arrocho salarial, pelo fim do autoritarismo e pela eleição de uma Constituinte.

Os setores populares e a classe média reabriam suas organizações que haviam sido postas na ilegalidade pela legislação de exceção e, em maio e junho de 1978, tiveram lugar os movimentos grevistas do ABC paulista que obtiveram como saldo, além da politização da categoria, pequenas elevações salariais, em meio à política do arrocho. As entidades estudantis, que haviam sido fechadas pelo decreto 477 se reorganizavam. No Rio de Janeiro, os moradores dos bairros criavam suas Associações de Moradores e, posteriormente, a sua organização federativa – a FAMERJ<sup>40</sup>. Era a retomada do dinamismo da vida associativa no país e com as novas características dos novos movimentos sociais urbanos, no qual as Associações de Moradores têm especial importância, na luta pelo direito à cidade Foi

<sup>39</sup> (Entrevista nº 04,13.09.2007:4).

<sup>40</sup> FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro. Congregava as Associações de Moradores dos vários bairros da cidade do Rio de Janeiro.

neste quadro conjuntural que os favelados da cidade do Rio de Janeiro se reorganizaram para atuar novamente na cena política. Um grupo liderado por Irineu Guimarães, presidente da Associação de Moradores da favela do Jacarezinho reuniu-se para entrar em contato com Francisco Vicente de Souza, presidente da FAFERJ, na época, e exigir a realização de eleições na entidade federativa. Desse grupo participavam lideranças que pertenciam ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro, ao Partido Comunista Brasileiro e às Ação Católica Operária. Referindo-se a esse momento o professor Burgos afirma que

A partir de 1979, (...) ocorre uma retomada do dinamismo da vida associativa no país, e nesse momento as associações de moradores adquirem especial relevância. No caso das favelas do Rio de Janeiro, é de se notar o surgimento de uma dissidência da FAFERJ, sendo os termos do debate estabelecido com a FAFERJ oficial, bastante elucidativos da tensão que começa a se estabelecer entre a lógica clientelista conformada nos anos 70 e as alternativas que começam a ser vislumbradas (...) (Burgos,1998:40)

Eram grandes as divergências entre os partidários de Chagas Freitas que controlavam a FAFERJ e as lideranças que queriam reativar a entidade que, inclusive, por suas estreitas relações com o governo, começou a ser chamada de “FAFERJ oficial”.

Eli Diniz, no trabalho resultante de seus estudos sobre patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro observa que os diretores da FAFERJ 1 (a dita FAFERJ oficial) não vêem como legítimo utilizar a entidade representativa dos interesses de um dado grupo como instrumento de pressão junto ao governo. Para eles, o que cabe à Federação é solicitar ao Estado, que deve conceder, de acordo com o princípio de reciprocidade que deve nortear as relações entre a instância dos interesses e a instância do poder. Diversamente, a dissidência, FAFERJ 2 valoriza os processos de organização e conscientização, encarando a pressão não apenas como legítima, mas, necessária. A diretoria da FAFERJ 2 aposta na autonomia e rejeita a tutela do Estado.” (Diniz,1982:144-9)

Nilton Gomes Pereira, o Diquinho apresenta as seguintes memórias sobre o processo de reorganização da FAFERJ

*Logo assim que entrei (na Associação de Moradores da Favela Joaquim de Queirós) fui ser diretor de patrimônio, e me destaquei bastante lá dentro. Aí conheci o Irineu Guimarães, e já conhecia o pessoal do MR-8 que estava assessorando a luta da retomada da FAFERJ, uma vez que houve uma decadência da Federação após o golpe militar, já que prenderam grande parte das pessoas que eram das lideranças, e algumas recuaram, pois a ditadura estava prendendo e torturando. A FAFERJ foi criada em 1963, e no ano seguinte foi perseguida pela ditadura. Um grupo da Federação foi dominado pelo Chagas Freitas do ano de 1964 a 1977, o Chagas pertencia ao grupo de direita da política do Rio de Janeiro. Nós criamos um grupo*

*para retomar as lutas da FAFERJ, tínhamos o objetivo de conquistar o direito de moradia, e de urbanização das favelas, até porque a Fundação Leão XIII tinha a lei 6.313 que dizia que era proibido construir casa de alvenaria nas favelas. A gente começou a lutar contra essa lei, pois uma lei que proibia construir casas com tijolos é uma lei indigna. Não adiantava ter uma Federação cujos dirigentes eram dominados pela política do governador, que por sinal não queria nem saber das áreas ocupadas pelos favelados, e naquele ano, 1979, já havia cerca de quinhentas favelas. Participamos dessa luta juntamente com a Pastoral de Favelas, as reuniões aconteciam na Igreja de Salete lá no Catumbi.<sup>41</sup>*

Arnaldo José dos Santos relembra das lideranças que iniciaram o processo de reorganização da FAFERJ.

*Começamos a conversar, trocar idéias, e o Jacarezinho tinha uma Associação de Moradores atuante, que era presidida pelo Irineu. Tínhamos como aliado o Diquinho da favela Joaquim de Queiroz em Ramos, e começamos a contatar outras lideranças, conhecemos o pessoal da Igreja, principalmente da Igreja da Salete que fica no Catumbi. A partir daí começamos a desenvolver reuniões que não eram clandestinas, mas, fazíamos com um certo cuidado. Elas aconteciam basicamente na Igreja da Salete e inúmeras lideranças participavam como, por exemplo, o Duque que era do Vidigal, o Lúcio de Paula Bispo lá do Chapéu Mangueira, o Etevaldo que era do Catumbi, o Irineu, o Diquinho, José Arimatéia, o Lira e o Ivanzinho que eram do Borel, e eu que era da Vila Proletária. E foi disseminada a informação de que havia um grupo de favelados se reunindo para fazer alguma coisa em prol das favelas, para melhorar, principalmente, as condições de moradia dos habitantes. Com isso, formou-se um núcleo muito forte que foi se adensando, e crescendo cada vez mais, e a partir daí foi criado o movimento de recuperação da FAFERJ<sup>42</sup>.*

Para o diretor da FAFERJ e presidente da Associação de Moradores da Favela do Vidigal Carlos Raimundo Duque a reorganização da entidade federativa ocorreu a partir de uma luta contra a remoção travada pela Associação de Moradores do Vidigal . Sobre essa questão ele assim rememora:

*As remoções aqui no Vidigal aconteciam de dez em dez anos, os estudiosos diziam que isso era feito dessa forma, pois não queriam deixar os moradores completarem vinte anos de permanência. Em 1977, teve uma grande remoção, eles chegaram com plantas, projetos, iam derrubar cem, duzentos metros da Niemeyer. Todo mundo ia ter que sair, uma vez que já estava pronto um projeto com setenta e duas casas feitas pelo Niemeyer, que seriam construídas ao longo da Niemeyer. Com isso nós começamos a nos movimentar, naquela época tudo estava parado, e com essa remoção a Federação foi erguida, a Pastoral de Favelas ajudou bastante. A Federação ficou forte, entraram novas pessoas, pois ficava só aquela briguinha e não se fazia nada, e nós fizemos um trabalho muito bom até o ano de 1986, 1987.<sup>43</sup>*

---

<sup>41</sup> (Entrevista nº 04, 13.09.07:3)

<sup>42</sup> (Entrevista nº 10,02.05.08: 1)

<sup>43</sup> (Entrevista nº 08,08.10.07:1)

Carlos Duque relembra o papel da Igreja Católica do Rio de Janeiro que no final dos anos 1970 organizou a Pastoral de Favelas<sup>44</sup>. A tentativa de remoção da favela do Vidigal foi, para ele, o motor que motivou a implementação desta pastoral. A favela localizada em um terreno ao pé do Morro Dois Irmãos num trecho bastante valorizado da orla marítima, com vista privilegiada das praias de Ipanema e do Leblon, teve seus primeiros moradores, ali instalados na década de 1940. O terreno de propriedade da Igreja Católica fora doado pelos monges beneditinos, no século XIX, para o Major Miguel Nunes Vidigal, chefe de polícia da cidade, como recompensa pelos seus serviços.<sup>45</sup> Os moradores já tinham sido vítimas de várias tentativas de remoções. Os órgãos do estado alegavam a iminência de desabamento no local, situação nunca comprovada com laudos técnicos. Em 1977, a remoção foi iniciada mas os moradores resistiram. A “FAFERJ oficial” não se fez presente, naquele momento. Como afirma Duque, “na época tudo estava parado”. O movimento de resistência dos moradores do Vidigal recebeu o apoio da Igreja que assumiu a defesa dos favelados. Esse episódio da defesa feita pela Igreja é informado por Valla da seguinte forma:

Praticamente, durante todo este processo de luta. A Igreja esteve presente, protegendo os interesses dos moradores, tutelando-os, principalmente no plano da luta jurídica. Foi assim que o episódio do Vidigal tornou-se o marco a partir do qual o Plano de Pastoral das favelas começou, efetivamente, a ser implementado. (Valla, 1986:124)

Valla ainda chama atenção para alguns dados novos na atuação da Igreja inaugurada com o episódio da tentativa de remoção da favela do Vidigal e criação da Pastoral de Favelas. O autor constata a continuidade das características das intervenções da Igreja, iniciadas em 1946, nas questões de moradia das camadas populares. No entanto, além dessa continuidade Valla identifica duas novas características: primeiro, a preocupação de conscientizar os moradores na direção de levar a comunidade a assumir sua integração numa sociedade mais humana; segundo, no nível das proposições, a Igreja já não mais se coloca em colaboração explícita com o Estado na resolução do problema favela. Isso ocorria, segundo o autor, porque a instituição, pressionada pelas péssimas condições de vida das camadas populares, impostas pelo regime autoritário, aproximou-se dos despossuídos e afastou-se das

---

<sup>44</sup> Pastoral de Favelas- “Plano de Pastoral para toda a área da Arquidiocese do Rio de Janeiro estruturado em concordância com a organização administrativa preexistente da Igreja local. Assim em cada um dos cinco Vicariatos, formaram-se coordenações do plano pastoral (zonais: sul, norte, oeste, Leopoldina e suburbana). Além disso, uma coordenação geral foi instituída de forma a assegurar o intercâmbio permanente entre as diversas experiências.” (Valla, 1986:124)

<sup>45</sup> Sobre o terreno da favela do Vidigal foi visto em (Gomes, 2007:235)



esferas do poder constituído. Repensou sua intervenção e optou por uma luta no plano jurídico. “Com isso, preservou a legalidade de sua atuação se permitindo, portanto, assumir um conflito aberto com as autoridades na defesa dos interesses dos moradores de favelas.” (Valla,1986:126)

Diante da memória apresentada por Carlos Duque e das observações de Valla, quero analisar a questão das intervenções da Pastoral de Favelas no campo jurídico relacionando-as com a organização política dos favelados. A luta no plano jurídico não visava à organização coletiva dos favelados, limitava-se na obtenção de vitórias contra liminares concedidas em ações de reintegração de posse dos terrenos ocupados pelos favelados. Não era do interesse da Pastoral de Favelas colocar-se em conflito aberto com o governo Chagas Freitas que tão boas relações mantinha com o Cardeal do Rio de Janeiro, na época, Dom Eugênio Sales.

Isso pode ser comprovado com o seguinte fato: as lideranças que participavam da tentativa de realização das eleições da FAFERJ presidida por Francisco Vicente Souza, receberam, inicialmente, uma negativa ao procurarem a Pastoral de Favelas para que esta efetuasse suas defesas na Ação de Manutenção de Posse<sup>46</sup>, proposta pela diretoria chaguista da Federação.

Sobre a posição tomada pela Igreja no processo de rearticulação da FAFERJ, assim discorre Valla:

Naquela ocasião, quando lideranças faveladas tentavam reativar a FAFERJ, lançando uma chapa de oposição à então diretoria manobrada pelo Governo, a Pastoral de Favelas negou-se a participar do processo. Contrariando esta determinação, alguns elementos integrantes dos grupos trabalhadores nas diversas favelas resolveram tomar parte da movimentação existente, no sentido de organizar uma chapa oposicionista. (Valla,1986:126)

Entre esses “elementos que resolveram tomar parte da movimentação” de que fala Valla, estão Carlos Raimundo Duque e Altamiro Silva, José Lira, Otacílio Oliveira entre outros. No entanto após verificar o crescimento do movimento dos favelados que queriam reorganizar sua entidade federativa, a Pastoral não teve alternativa a não ser participar também da defesa dos que estavam contra os correligionários do governador Chagas Freitas.

---

<sup>46</sup> Ação de Manutenção de Posse- As legislação civil prevê que o possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbacão da mesma. A diretoria da dita “FAFERJ oficial”, por seu presidente Vicente Francisco de Souza, foi autora da ação que solicitava a proteção jurídica para permanecer na posse dos cargos da diretoria da organização. Considerava ter sido sua posse turbada pelos réus, que exigiam eleições e convocaram uma Assembléia do Conselho de Representantes para organização do processo eleitoral da entidade.

Inclusive, o trabalho do Departamento Jurídico da Pastoral de Favelas, foi fundamental para a obtenção de vitórias, em várias fases do processo jurídico. Essa constatação está nas memórias de Arnaldo José dos Santos, na época, secretário-geral da FAFERJ sobre o papel da Igreja, através da Pastoral de Favelas, no processo de reativação da entidade

*As primeiras reuniões foram realizadas na Igreja da Salette no Catumbi, elas foram de fundamental importância porque o padre da Igreja tinha uma posição progressista, uma posição ao lado do povo. Lembro que muita gente comparecia a essas reuniões, inclusive a ex-governadora Benedita. A Igreja teve um papel importante no sentido de nos oferecer um apoio material e logístico para conseguirmos concentrar as lideranças, e quando se falava em Igreja o pessoal ficava mais tranqüilo, mesmo havendo nessas reuniões todo tipo de coloração ideológica, comunistas, socialistas, trabalhistas e pessoas que não tinham uma posição ideológica clara, mas estavam ali porque sabiam que aquele movimento era em benefício do povo. O Departamento Jurídico da Pastoral foi muito importante, tinha a doutora Márcia Calainho que hoje é Juíza, o falecido doutor Bento Rubião, a doutora Eliana Ataíde, todos eram profissionais respeitados, influentes na Pastoral e ligados ao cardeal Dom Eugênio Sales. Eles nos deram um apoio jurídico muito forte, uma vez que sabemos as limitações do poder jurídico e os direcionamentos que podem ser dados. Por isso esse apoio foi muito importante para o nosso movimento popular. As associações, os diretores e principalmente a população favelada, nós conseguimos consolidar a FAFERJ naquele momento.<sup>47</sup>.*



**18. O Sr. Abílio, presidente da Associação de Moradores da favela Vila São Miguel, em Bangu era uma das lideranças que organizava o trabalho comunitário das favelas da zona oeste da cidade. Incansável na tarefa de conscientizar os moradores de que as melhores condições de vida e a transformação das favelas em bairros populares seriam obtidas a partir da força e poder resultantes de sua organização política. Sr. Abílio era um quadro do MR-8. (Sr. Abílio da favela Vila São Miguel.1982)**

As lideranças que participavam do processo de reorganização da FAFERJ, passaram a trabalhar em duas frentes de lutas. Além de buscarem sua defesa nas ações propostas pelo Sr. Souza <sup>48</sup>, continuaram realizando visitas a todas as Associações de Moradores para esclarecer o que vinha ocorrendo e solicitar seu apoio para a realização de

<sup>47</sup> (Entrevista nº 10,02.05.2008:2)

<sup>48</sup> Além da Ação de Manutenção de Posse, Francisco Vicente Souza deu entrada na 12ª. Vara Cível de uma Ação de Notificação de Contraprotesto contra a Associação de Moradores do Jacarezinho, Associação de Moradores do Chapéu Mangueira, Associação do Morro da Coroa e Associação do Morro da Pedreira, cujos presidentes eram respectivamente Irineu Guimarães, Lucio Bispo, Altamiro e Lira. O objeto da ação era impedir a convocação do Conselho de Representantes da FAFERJ.

eleições na entidade. Na frente jurídica, obtiveram uma liminar que lhes possibilitou realizar a eleição e que a mesma se tornasse válida. Em ambas as frentes obtiveram vitórias. Realizaram, na sede da Associação de Moradores do Catumbi, no dia 04.03,1979, uma Assembléia que elegeu uma Comissão Eleitoral para preparar a eleição de uma nova diretoria para a FAFERJ.

Nas memórias de Nilton Gomes Pereira, o Diquinho, apresentam-se fortemente os embates jurídicos para que o grupo dito progressista assumisse a entidade organizativa.

*Foi uma questão muito jurídica, pois até então quem respondia pela Federação era o Souza, o Milton que morava na Maré e o secretário-geral Aluizio que também era da Maré. Nós conseguimos entrar na justiça através do apoio jurídico que recebemos. Pedimos a convocação de uma assembléia e o juiz determinou que ela fosse feita na Associação de Moradores do Catumbi. Nessa assembléia seria eleita uma comissão para preparar as eleições da Federação, porém no dia da Assembléia os antigos diretores não compareceram, e eles possuíam os livros e atas da Federação. Com isso nós fizemos a assembléia sem os documentos em nossas mãos. A partir do momento que tínhamos uma comissão eleitoral, um novo tipo de trabalho iniciou-se. Houve uma mobilização para organizar a primeira eleição, e o grupo que não compareceu à assembléia continuou do mesmo modo sendo FAFERJ. A eleição ocorreu três meses após a formação da comissão. Nós organizamos uma chapa com o Irineu para presidente, e o Arnaldo para secretário-geral. Então, nessa diretoria eu era diretor de patrimônio. A nova diretoria da FAFERJ passou a funcionar no Jacarezinho, uma vez que o Irineu era também presidente da Associação do Jacarezinho. Com isso ele ficou na presidência da Associação e da FAFERJ autêntica. Às vezes chegávamos às comunidades e encontravam-se as duas FAFERJ, era uma guerra, pois a deles não representava mais. Era mandato antigo e só tinham três diretores, já a nossa tinha de dez a quinze diretores, cada um representava uma área de favela do município do Rio de Janeiro.<sup>49</sup>*

Arnaldo José dos Santos que ocupou o cargo de secretário geral da FAFERJ, após a realização das eleições, quando foi perguntado se a recuperação da diretoria da entidade iniciou-se pela via jurídica ou se antes foi buscada alguma solução ou acordos com a dita “FAFERJ oficial”, lembrou da seguinte forma:

*Foram eles que buscaram a via judicial. Justamente em função da situação das favelas na época, até do nível de consciência, nós não fazíamos distinção na nossa prática, convidávamos para as reuniões mais amplas as pessoas ligadas ao movimento do Jonas, os diretores dele, que na verdade não atuavam, só compunham a chapa. Com isso conseguimos atrair muitos deles, devido a nossa plataforma de trabalho, nossos pontos de atuação, e eles falavam que realmente o Jonas não fazia nada em termos de estratégia. Então começamos a crescer, atraímos o pessoal da área da Maré, local onde o Jonas tinha influência muito forte, eles aderiram ao nosso movimento. Nós colocávamos como ponto fundamental a questão da unidade. Mesmo sendo contrários a forma de atuação do Jonas e de algumas pessoas do seu núcleo de atuação, nós nunca batemos de frente, uma vez que queríamos fortalecer o movimento. Em um período mais à frente, algumas pessoas que achavam que tinham uma posição mais*

<sup>49</sup> (Entrevista nº 10,02.05.08:2).

*radical foram contrárias à chapa de unidade, já que logo à frente viria a surgir a chapa de unidade, o movimento unitário, que levou a FAFERJ a se consolidar como uma federação realmente atuante. Quando eles souberam que nós estávamos fazendo o movimento, e que ele estava crescendo, ele (Jonas) viu que a coisa estava indo para um caminho que não interessava à ele e nem aos políticos que ele favorecia através do oferecimento das áreas faveladas como “curral” eleitoral. Na área da Vila Proletária da Penha onde ele atuava, nós fizemos um movimento muito grande e conseguimos fazer uma assembléia que derrubou a diretoria que tinha vinculação com o Jonas. Lembro que o advogado da Federação do Jonas, cujo nome era Walter Guimarães, entrou com o primeiro processo judicial, foi um processo sobre a invasão da sede, chamado em termo jurídico de esbulho. A partir daí foi se desenrolando uma série de outras atividades e de outros atos jurídicos. Em outras favelas eles também sempre procuravam a via judicial para intimidar os diretores, ameaçavam dizendo que iam para a cadeia, que podiam ocorrer problemas, enfim, foram eles que procuraram a via judicial no primeiro momento.<sup>50</sup>*

As lideranças que participaram do processo de reorganização da FAFERJ tiveram muitos embates com a Fundação Leão XIII. O órgão que havia concentrado suas ações, durante o processo de remoções de favelas dos anos 1960 e 1970, no cadastramento de moradores que seriam removidos para os conjuntos habitacionais, naquele momento era, como já apresentei no capítulo anterior, parte integrante da máquina chaguista. Servia de cabide de empregos para os que garantiam a eleição de parlamentares com o “voto certo” dos favelados. Por isso os funcionários e assistentes sociais do órgão colocaram-se em confronto com os que queriam retomar a FAFERJ para que ela voltasse a defender os direitos dos setores favelados da cidade. Inclusive a Ação proposta pela diretoria presidida por Jonas Rodrigues teve como patrono o Dr. Walter Guimarães, ocupante do quadro de advogados da Fundação Leão XIII. Ocorria, dessa forma, uma verdadeira confusão em termos das funções de órgãos do estado e seus servidores, e o órgão de representação da sociedade civil.

Sobre as atuações da Fundação Leão XIII, assim relembra Duque

*Na época em que eu estava na Federação (FAFERJ) e até hoje a comunidade não gosta de ouvir esse nome, Leão XIII, pois foram eles que marcaram os barracos, e a Leão XIII, a assistente social, eles foram fazer levantamento. Saber quantas pessoas tinham em cada família, ela pressionou muito a comunidade. Eu não sei qual era o interesse, só sei que tiraram muitas pessoas de lá. A Leão XIII ficou queimada na comunidade, queriam que as pessoas fossem morar lá depois de Paciência. O lugar era horrível, era um calor infernal, não tinha água. As pessoas voltaram revoltadas de lá, e nós fizemos aquilo tudo através da força da comunidade, e o apoio da Pastoral, da Federação. Nessa época, 1977, ninguém dizia a palavra não, todos ficavam oprimidos, e quando o Vidigal disse não, todos foram para lá gritar. A FAFERJ foi com força total, a Arquidiocese fundou a Pastoral que também foi com força total, e de 1977 para cá, as comunidades realmente ficaram mais organizadas<sup>51</sup>.*

<sup>50</sup> (Entrevista nº10, 10.05.2008:3).

<sup>51</sup> (Entrevista nº 08, 08.10.07:2)

A Fundação Leão XIII fora transformada num instrumento da política partidária e sua intervenção no movimento de favelas era um dos pontos com os quais as lideranças que procuravam reativar a entidade, desejavam estabelecer rupturas.

Na maioria das entrevistas realizadas foi abordada a questão dos embates entre os partidários da FAFERJ 1 contra a FAFERJ 2. Eram os embates entre os que apresentavam a proposta de uma organização autônoma dos favelados contra os que desejavam a manutenção das relações de clientelismo propostas pela máquina chaguista. Há nesta situação um importante elemento a ser analisado que se trata das relações entre os políticos e as favelas<sup>52</sup>. São relações de poder que se alimentavam a partir de práticas criadas pela ausência de cidadania para os setores favelados da cidade. O Estado, por não conter os interesses desse amplo setor da sociedade, sempre lhes negou direitos fundamentais como o direito à moradia, direito aos serviços urbanos e direito a salários dignos. Nesse campo é que tinha lugar os pretendentes aos cargos eletivos. Esses pretendentes representados por seus cabos eleitorais, moradores da favela, faziam toda série de promessas para colher os votos dos moradores da comunidade. Quando ocorria a eleição do candidato, o cabo eleitoral recebia recompensas como a nomeação para cargos na esfera do estado ou favores menores como materiais de construção ou outros benefícios. Neste ponto lembro-me que, nas eleições gerais de 1982 uma diretora da favela do Morro do Adeus, muito combativa e lutadora por melhorias na comunidade, informou-me, quando eu visitava a favela, que apoiaria um dado candidato chaguista porque ele havia fornecido todo o material necessário para que ela construísse um banheiro amplo em sua casa. Explicou-me que diante do favor obtido jamais poderia negar seu voto e trabalho como cabo eleitoral ao candidato. Era, portanto, uma relação que se mantinha com a troca de favores que beneficiava os dois, o cabo eleitoral e o candidato.

O entrevistado Arnaldo Jose dos Santos compara as práticas dos partidários de Irineu Guimarães e os de Jonas Rodrigues.

*Nós fazíamos reivindicações junto a Light, levávamos ônibus com pessoas, chamávamos a imprensa, fazíamos uma pressão, íamos também a CEDAE, marcávamos reunião com o presidente, mais também levávamos a população, e o pessoal fazia a manifestação. Realmente foi algo vigorante, pois mostrávamos a ligação do MR-8 no sentido de trazer a população para participar, trazer os diretores independentemente da visão política que eles tinham. Uma vez que nós achávamos que*

---

<sup>52</sup> Sobre as relações entre os políticos e as favelas foi visto em Machado (1967), Leeds & Leeds (1978) e Perlman (1977)

*eles poderiam mudar de opinião à partir do momento em que mostrássemos o outro lado da questão, já que, até o momento eles só conviviam com aquela diretoria do Jonas, que era muito burocrática, abastecida por troca de favores, pois eles levavam um diretor para conversar com um deputado, e fechava com ele um “curral” eleitoral. Contudo nós conseguimos realmente superar essa situação.<sup>53</sup>*

Outra forma de relação era a existente entre a favela e os agentes administrativos alocados na Fundação Leão XIII. Esses agentes investidos de um caráter de “algo oficial”, muito influenciavam a política interna da favela. Principalmente porque, no final dos anos 1970, o país ainda estava vivendo sob uma ditadura que instalara um clima de medo e de proibição de tudo que contestasse o que era determinado pelo governo. Tudo que era “oficial” deveria ser, portanto, obedecido. Os agentes da Fundação Leão XIII supervisionavam as eleições das Associações de Moradores e resolviam as disputas entre os moradores. Tal papel dava à instituição uma grande autoridade e poder nas comunidades.

O diretor da FAFERJ, em 1980, José de Arimatéia rememora as novas relações criadas pela FAFERJ no sentido de estabelecer rupturas com aquelas políticas clientelistas:

*As favelas eram consideradas curral eleitoral, o trabalho da FAFERJ foi romper essa questão, uma vez que favelado também é trabalhador e tem o direito de respeito, trabalho, moradia. Acho que esse trabalho melhorou a auto-estima dos moradores favelados, tanto que os políticos não conseguiam os convencer tão facilmente como antes. O vereador Antônio Carlos de Carvalho teve uma votação expressiva nessas comunidades, pois ele representava o anseio da comunidade, que era a melhora de vida. O morador de favela já agia politicamente, não permitia a entrada de políticos oportunistas (...). Eu era diretor suplente, mais o meu trabalho junto com os outros companheiros era mostrar que a FAFERJ tinha um compromisso de luta dos interesses dos moradores, uma vez que existia outra FAFERJ ligada ao dito “chaguismo”, que tinha uma proposta diferente. O nosso trabalho foi de divulgar a FAFERJ nas outras favelas, visitávamos as diretorias, pois a maioria possuía uma atuação muito pequena, e nós queríamos mostrar que era possível ter um trabalho mais amplo, ter uma participação interna e estadual. E através desse trabalho o movimento teve um grande crescimento.<sup>54</sup>*

Duque da Associação dos Moradores do Vidigal também relembra da mesma forma.

*O que eu acho que a Federação fez de melhor foi a questão da conscientização da comunidade, ela fez isso juntamente com a Pastoral. Mostrou para o morador o que era de direito dele, e que eles tinha que brigar pelos seus direitos. Outra coisa que a Federação fazia muito bem era a formação de Associações de Moradores. A comunidade podia ter apenas seis barracos, e mesmo assim a Federação conseguia reunir as pessoas, eles sabiam organizar. Durante o período em que eu estive na FAFERJ, nós conseguimos conscientizar e organizar as comunidades.<sup>55</sup>*

<sup>53</sup> (Entrevista nº 10,02.05.08:4)

<sup>54</sup> (Entrevista nº 02, 31.07.07:4)

<sup>55</sup> (Entrevista nº 08, 08.10.07:3)

São semelhantes, também as lembranças de Nilton Gomes Diquinho:

*Nós criamos inúmeras associações, eu ajudei a criar cerca de cem. Naquela época nós tínhamos uma mobilização muito forte por parte dos diretores da federação, dos apoios jurídicos, das pessoas que estavam comprometidas com essa transformação social. Nós fomos vitoriosos na luta contra as remoções que eram feitas pelo governo, lutamos no Morro da Baiana, na favela Floresta da Barra, em inúmeras comunidades, porém não conseguimos em uma comunidade que fica em Charitas lá em Niterói. Fomos até essa favela com o apoio da doutora Eliana e dos deputados federais Modesto da Silveira e Raimundo de Oliveira, no entanto não conseguimos evitar as remoções.<sup>56</sup>*

Sobre os interesses em jogo naquele momento político da reorganização da FAFERJ, Arnaldo José o explica e resume com muita clareza.

*Havia os interesses da população geral, ou seja, de todos que queriam as melhorias das condições de vida e que eram contra as remoções de favelas, aliás, nós lutamos muito contra várias remoções. E havia a questão política mais ampla, que era a questão da ditadura, a questão da liberdade democrática que era colocada pelas lideranças mais atuantes como, o Irineu, o Diquinho, Arimatéia, seu João do morro da Formiga, o Duque, o Lúcio de Paula Bispo lá do Chapéu Mangueira, eu, entre outros. Nós tínhamos essa visão mais clara, e era uma vinculação com a questão das necessidades básicas, mostrando inclusive que o movimento popular tinha que romper aquela ditadura militar, tendo que se colocar de forma contrária àquele sistema de governo que estava vigorando, pois, esse sistema impedia que fossem tomadas medidas a favor do povo. Foi na ditadura militar que os moradores sofreram as maiores repressões, as favelas situadas na área da Lagoa foram derrubadas para dar espaço às construções de moradias de alto luxo, colocando, desta forma, os favelados para fora de suas casas. Nós tivemos uma receptividade muito grande, nosso movimento foi vitorioso, pois ele foi muito bem elaborado e articulado, nós procurávamos fazer as coisas com muito vigor, com firmeza.<sup>57</sup>*

As lideranças da reorganização da FAFERJ convocaram o Conselho de Representantes no mês fevereiro de 1979. Sabedores dessa convocação, o presidente da FAFERJ 1 e sua antiga diretoria, que já tiveram seus mandatos expirados em junho de 1978, solicitaram uma liminar em Ação de Manutenção de Posse. No entanto a liminar foi negada pelo Juízo da 7ª. Vara Cível. Em 08.03.1979 foi eleita a Chapa *Unidade e Ação* presidida por Irineu Guimarães. Mesmo assim, Vicente Souza e sua antiga diretoria convocaram também o Conselho e reuniram as Associações cujos presidentes eram vinculados ao chaguismo. Organizaram uma chapa encabeçada pelo presidente da Associação de Moradores da Vila Proletária da Penha, José Telino de Melo. Convocaram o pleito para o dia 25.03.1979, porém ele não ocorreu. Uma liminar concedida pelo Juízo da 17ª. Vara Cível, em atendimento à

<sup>56</sup> (Entrevista nº04, 13.09.07:4)

<sup>57</sup> (Entrevista nº10, 02.05.08:3)

solicitação das lideranças da FAFERJ 2, presidida por Irineu Guimarães sustou o pleito <sup>58</sup>. Porém, o mesmo veio a realizar-se em junho de 1979, desta vez elegendo para presidente o funcionário da Fundação Leão XIII Jonas Rodrigues. Instalava-se, dessa forma, uma situação de dualidade. Existiam duas FAFERJs que se combatiam mutuamente, no plano jurídico e no plano político.



**19. Destaca-se na foto o Sr. Milton, presidente da Associação de Moradores da favela de Acari. Antiga liderança do movimento sindical, quadro político de grande destaque no Partido Comunista Brasileiro onde ocupara o cargo de coordenador de agitação e propaganda no comitê regional. Passou a militar no MR-8, ao ser contatado pelas lideranças que reorganizavam a FAFERJ, em 1979. (Sr. Milton da favela de Acari. 1983).**

O processo jurídico e os embates políticos entre a FAFERJ 1 e a FAFERJ 2 foram exaustivamente cobertos pelo Jornal *Última Hora* que fazia ferrenha oposição aos políticos do MDB que seguiam Chagas Freitas. Já o jornal *O Dia*, de propriedade de Chagas, ignorava os embates, omitia os conflitos e noticiava a realização de eleições “ordinárias” para renovação da diretoria executiva da FAFERJ.

Em reportagem de dois terços de página, o Jornal *Última Hora* informava as implicações político-eleitorais que estão contidas na questão da FAFERJ.

O governador Chagas Freitas e seus seguidores – o deputado Miro Teixeira e outros chaguistas caçadores de votos – estão marginalizando as comunidades faveladas, segundo denúncia feita pela diretoria da Federação de Favelas do Rio de Janeiro. Afirmam os dirigentes da entidade que o governo do estado está pressionando para obter o controle político das favelas agora amparadas pela ação da Federação, que ameaça reduzir em cerca de 700 mil votos o domínio dos chaguistas nas próximas eleições parlamentares. Segundo o presidente e membros da FAFERJ Irineu Guimarães, Altamiro Silva e Otacílio de Oliveira, o governo está interferindo nos problemas internos da FAFERJ, através do ex-presidente da Federação e candidato à

<sup>58</sup> Jornal *Última Hora*. 26.03.1979.



vereador Jonas Rodrigues e seu substituto “ilegal”, Souza, que querem a anulação do pleito.(...) A preocupação do governo, segundo explicou Irineu, justifica-se porque a nova diretoria é mais resoluta e dinâmica do que interessa ao governador. – Nós defendemos o direito de propriedade da terra e a urbanização e saneamento das favelas sem remoção. E não estamos pedindo favor.<sup>59</sup>

#### Do outro lado o jornal *O Dia* informa

O novo presidente da FAFERJ, já dirigiu os destinos da entidade, no triênio 1974-1975-1976 e recebeu o título de “Cidadão Carioca”, pelos relevantes serviços prestados à coletividade favelada, destacando-se na elaboração da reforma estatutária, quando da fusão dos antigos Estados do Rio e Guanabara, ocasião em que criou delegacias em todos os municípios.<sup>60</sup>



**20. José Ivan, liderança e presidente da Associação de Moradores do Borel e diretor da FAFERJ 2 em trabalho organizativo e de conscientização dos favelados, discursa na Favela do Morro da Baiana, em Ramos. À baixo está Moisés, presidente da Associação do Morro da Baiana e conselheiro da entidade federativa. (Ivanzinho e Moisés no Morro da Baiana. 1981)**

Os embates entre as duas diretorias da FAFERJ se estenderão até os parlamentares. A Câmara de Vereadores e a Assembléia Legislativa foram cenário de discussões acaloradas em defesa da FAFERJ do Jonas ou da FAFERJ do Irineu. Entre os chaguistas destacavam-se os deputados Miro Teixeira, Jorge Leite, Aluizio Gama etc. entre os que defendiam a FAFERJ 2 estavam os deputados Raymundo de Oliveira e Heloneida Studart e o vereador Antônio Carlos de Carvalho. Esse segundo grupo de chamados parlamentares autênticos denunciavam o apoio que a Fundação Leão XIII dá para a FAFERJ do Jonas.

<sup>59</sup> Jornal Última Hora, 26.03,1979.

<sup>60</sup> Jornal O Dia 09.06.1980.

Ultimamente o Governo Chagas Freitas, através da Fundação Leão XIII, vem desenvolvendo uma intensa campanha contra a Federação de Favelas do Rio de Janeiro, a FAFERJ. Numa perseguição sem precedentes, que nos lembra o tempo mais bravo da Ditadura, quando organizações populares, que defenderam o povo, que lutaram ao lado dos trabalhadores, ao lado dos favelados, foram perseguidas pelo regime de repressão violenta, implantado pelo governo da Ditadura.(...)O que pretende o chaguismo, com essa investida contra os favelados? Por que, exatamente agora, o Sr.Chagas Freitas e a sua Fundação Leão XIII, e todos os pelegos que anteriormente ocupavam a FAFERJ, estão tão preocupados com a Federação de Favelas, atualmente presidida por Irineu Guimarães, e que tem uma grande Diretoria, combativa e defensora dos favelados, e que luta contra a remoção? (...) O governador do Estado e sua Fundação Leão XIII querem o que existia anteriormente: uma FAFERJ calada <sup>61</sup>.

A diretoria da FAFERJ 2, presidida por Irineu Guimarães irá enfatizar a politização das Associações de Moradores emitindo severas críticas à omissão da FAFERJ durante as ameaças de remoção da favela do Vidigal e da Formiga. O ex- diretor Carlos Duque afirmou que *“na realidade as autoridades tinham raiva da gente, pois quando tinha remoção entrávamos em ação, e atrapalhávamos tudo”* <sup>62</sup>

Os diretores organizam a entidade em Delegacias (Zona Sul, Zona Oeste, Zona Norte, Zona Leopoldina e Suburbana e Zona da Ilha do Governador). Os conselheiros e diretores responsáveis por cada Delegacia passaram a visitar com regularidade as favelas da área para realizar o que chamavam de “política de base”. São organizadas resistências contra as ameaças de remoção.

No ano de 1980, ainda sob o regime militar, ocorreu a reorganização partidária que pôs fim ao bipartidarismo. As forças políticas se realocaram e Chagas Freitas com seus correligionários passaram para o Partido Popular (PP), partido de oposição moderada e os antigos parlamentares da ala autêntica alocaram-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT). No final do ano de 1981, com o objetivo de obtenção de vitórias nas eleições gerais marcadas para o final do ano de 1982, ocorreu a incorporação do PP ao MDB, dando origem ao PMDB. Os chaguistas, no Rio de Janeiro, inicialmente, ficaram contrários ao processo de incorporação, mas, tiveram que, ao final, renderem-se à orientação nacional.

Em 1982, ocorreram eleições para todos os níveis do legislativo e para o executivo estadual. Os diretores e conselheiros da FAFERJ participaram ativamente do processo eleitoral. A grande maioria das lideranças pertencentes ao grupo ligado à Irineu

<sup>61</sup> Discurso do vereador Antonio Carlos de Carvalho (PMDB-RJ), publicado no Diário da Câmara Municipal em 25 de março de 1980.

<sup>62</sup> (Entrevista nº 08, 08.10.07: 3)

Guimarães, além de suas ligações com organizações como MR-8, PCB, PC do B, alojavam-se no PMDB. E a incorporação gerou uma situação incômoda para o movimento de favelas do Rio de Janeiro. Ainda vigorava o quadro de dualidade de diretorias da entidade federativa. Dualidade, como já foi visto, acarretada pela divergência de métodos e estratégias. No entanto, no quadro político eleitoral, as duas diretorias pertenciam ao mesmo partido, o PMDB. Essa situação gerou insatisfações de ambas as partes. Políticos chaguistas que tinham a FAFERJ de Jonas Rodrigues a seu favor e serviço, temiam as interferências de lideranças que podiam esclarecer os favelados com relação a necessidade de mudanças profundas nas relações entre os favelados e os órgãos do governo. Alguns partidários da FAFERJ do Irineu consideraram que se estava realizando uma “guinada para a direita” na qual se abria mão de uma política que levasse a transformações mais radicais na sociedade. Neste contexto é que surge uma dissensão no grupo mais progressista da FAFERJ. Nahildo da favela de Vigário Geral e Diquinho da favela Joaquim de Queiroz irão se colocar em oposição e organizarão uma chapa que concorrerá às eleições da FAFERJ, em 1984. Sobre esses episódios assim relembra o ex-diretor da FAFERJ Diquinho

*(...) a partir de 1982, por questões políticas houve um certo racha na FAFERJ. Do ano de 1981 para o de 1982 houve uma questão política no estado do Rio de Janeiro, foi a primeira eleição para governador após a luta pela redemocratização do país, nessa eleição quem se candidatou a prefeito pelo PMDB foi o Miro Teixeira, ele era filiado ao chaguismo, que era contra a nossa proposta de luta nas favelas. Eu não lembro como foi a articulação, mas o Irineu acabou se unindo ao Jonas Rodrigues, que era do outro grupo de FAFERJ. Eu fui contra essa unidade, pois achava que perdia a autenticidade da luta. O carro do Chagas Freitas não podia estar ao nosso lado. Lembro que nessa época eu saí do MR-8 e do PMDB.<sup>63</sup>*

Diquinho segue afirmando que a união das duas diretorias da FAFERJ resultou de uma orientação do MR-8

*Foi uma orientação do MR-8 e do PMDB, porque todos os militantes do MR-8 eram filiados ao PMDB, inclusive eu. Eles achavam que com essa união as divergências que aconteciam dentro da Federação iam acabar. Mas eu acho que não era só isso, pois junto a nossa luta autêntica estava a questão ideológica, a possibilidade de ter uma luta para a implantação do socialismo no Brasil. Na minha opinião o PMDB não tinha propósito socialista, e isso ia entrar as lutas autênticas da Federação. Eu discutia essa questão somente com o meu grupo lá no Complexo do Alemão, porque eu batia de frente com o restante, uma vez que eles aderiram a essa coligação. Fui contra essa união, pois achava que íamos nos afastar do socialismo. E foi o que de fato aconteceu.<sup>64</sup>*

---

<sup>63</sup> (Entrevista nº 04, 13.09.07:4-5)

<sup>64</sup> (Entrevista nº 04, 13.09.07:5)

Pude perceber, analisando as entrevistas e a documentação às quais tive acesso que a maioria dos conselheiros da FAFERJ, presidentes das Associações de Moradores não estavam à vontade com a dualidade que persistira por três anos, na diretoria da entidade. Recebiam a visita dos partidários das duas alas e ficavam confusos com os convites para reuniões. Ao lado dessas questões, a maioria dos presidentes de Associações formara-se sob as práticas clientelistas do chaguismo. Seduzia-lhes a possibilidade de obtenção de favores mais imediatos em vez de lutar durante mais tempo e obter mudanças sociais duradouras. A troca de votos por vantagens particulares concedidas pelos que estavam a cargo dos poderes públicos, que tivera seu auge no período de predomínio da máquina chaguista, na política relacionada à favela, nunca foi efetivamente interrompida. Tais observações podem ser percebidas em algumas entrevistas como a do Sr. João Pedro, Sr. Agamenon, Sr. Jair Caldas e, por exemplo, na análise de um documento datilografado e acrescido de anotações manuscritas encontrado em meio à documentação da FAFERJ. Trata-se de uma lista cujo título é *Reivindicações dos Favelados nas Eleições de 82*. Dela constam solicitações de cartas de recomendação para conseguir emprego, vagas no serviço público, tijolos, manilhas, carta para conseguir apartamento da CEHAB, licença para instalação de Centro Espírita, jogos de camisa de futebol etc.

É necessário que se atente para o fato de que em 1982, o trabalho do grupo que pretendia a autonomia da entidade organizativa dos favelados e a conscientização de que eram necessárias mudanças estruturais na sociedade, atuava, nas favelas da cidade, há pouco mais de três anos e as relações clientelistas tinham raízes profundas. Todos tinham sempre algo a pedir e não pediam “mundos e fundos”. Para o presidente de Associação o racional era pedir o que valia muito para a favela e pouco para o político que oferecia, pois assim tinha a possibilidade de obtenção de êxito. Em caso de sucesso e atendimento do pedido, ele seria reconhecido pelos moradores de sua favela como “um verdadeiro representante de sua comunidade”.

Em 1982, tentando manter boas relações com o candidato ao governo do estado pelo PMDB no nível das ações coletivas, Irineu Guimarães junto com Jonas Rodrigues, já respectivamente, presidente e vice-presidente da FAFERJ, convocaram os presidentes de Associação de Moradores e seus diretores para uma reunião com Miro Teixeira a realizar-se no Sindicato dos Metalúrgicos. No texto do convite informam que discutirão “não só as reivindicações da classe favelada como também a Democracia em nossa Pátria”.

## 6.1.1 Encontros Estaduais de Favelas (1981, 1982) e Quarto Congresso (1984)

**URBANIZA-SE? REMOVE-SE?****Calos Drummond de Andrade**

*São 200, são 300, as favelas cariocas?  
 O tempo gasto em contá-las  
 É tempo de outras surgirem,  
 800 mil favelados, ou já passa de 1 milhão  
 Enquanto se contam, ama-se  
 Em barraco e a céu aberto  
 Novos seres se encomendam ou nascem à revelia.  
 Surge fumaça de lenha  
 Os que são mortos a tiro São logo substituídos  
 Onde haja terreno vago  
 Onde ainda não se ergueu  
 Um caixotão de cimento  
 Esguio (mas se vai erguer)  
 Surgem trapos e panelas,  
 Os que mudam, os que somem,*

Neste “canto” – termo empregado e preferido pelo próprio poeta – Drummond, mais uma vez, põe sua estética a serviço da causa social. Procurado pelas lideranças de favelas que haviam reorganizado a FAFERJ, o poeta prontamente oferece suas palavras para que possam ser utilizadas e interpretadas como objeto e instrumento de luta. Nos versos de *Urbaniza-se? Remove-se?*, o político fica evidente mostrando que sua poesia é inescapável do ético. Suas primeiras dúvidas, apresentadas no título e no primeiro verso são as mesmas das instituições que tratam da questão favela e suas certezas descritas nos demais versos, mostram a complexidade dessa mesma questão que envolve não somente o espaço físico, mas, sim os “seres” que *amam, nascem, mudam, somem, morrem, são substituídos, fazem fumaça, jantam...*

Em dezembro de 1980, o Conselho de Representantes da FAFERJ reuniu-se na Favela Roquete Pinto e aprovou a realização do 1º Encontro de Favelas do Estado do Rio de Janeiro que ocorreu no dia 29 de março de 1981. Nos três meses que separaram a reunião da realização do evento, a diretoria executiva coordenou o trabalho das comissões de trabalho eleitas naquela mesma reunião. Eram três comissões: organização, divulgação e finanças. A primeira, de organização, ficou encarregada de providenciar o local, o transporte, aparelhagem de som e as creches; a segunda, de divulgação, encarregou-se da elaboração do jornal, cartazes e panfletos, de fazer contatos com a imprensa, com as entidades e com as autoridades e a comissão de finanças ficou encarregada da venda flâmulas, de cartazes, e da

lista de contribuintes. O objetivo era a partir do trabalho dessas comissões a organização de uma rede que favoreceria o sucesso do evento.

Artistas e intelectuais, quando contatados, deram sua parcela de contribuição que algumas vezes veio em forma de finanças para as despesas do Encontro e outras vezes com uma parcela de seu trabalho. O cartunista Nani produziu a ilustração representando uma favela na encosta de um morro para a confecção de um calendário da FAFERJ e o poeta Carlos Drummond de Andrade, como já foi dito, criou a poesia *Urbaniza-se? Remova-se?* a qual figurou no cartaz do Encontro.

Várias reuniões e assembléias foram realizadas nas favelas nas quais foram discutidas e aprovadas as reivindicações que foram levadas ao encontro que ocorreu na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, na Rua Ana Neri. Os pontos aprovados foram: fim das remoções, desapropriação das áreas particulares que haviam sido ocupadas pelos favelados, água e esgoto diretamente da CEDAE, luz direta da Light, 30% da renda bruta do estado para as favelas.

O ex-diretor Arnaldo José dos Santos rememora o trabalho de organização do 1º Encontro de Favelas e, pelo fato de ainda estarem os organizadores do evento preocupados com a situação de dualidade de diretorias da FAFERJ, elaboraram um chamado “plano B”. Aproveita também para demarcar as diferenças de práticas entre os dois grupos que se dividiam no movimento de favelas.

*Essa reunião (1º Encontro) foi um marco, pois conseguimos juntar todos os diretores independentemente da visão política. A questão já estava tão desenvolvida que nós até mandamos um convite ao então governador Chagas Freitas. Ele não pôde comparecer, mais mandou um representante, além disso, inúmeras comunidades do Rio de Janeiro compareceram, houve uma pesada participação popular. O Jonas e alguns diretores que estavam relutantes à unidade entraram na justiça para impedir o movimento, eles pediram uma liminar, porém, eu, Irineu e Arimatéia criamos um plano B, pois já estava tudo fechado, uma vez que conseguimos alguns ônibus com as empresas, os lanches já estavam prontos, conseguimos reservar a escola ao lado do sindicato dos metalúrgicos para servir como creche para as crianças. E quando soubemos que eles estavam querendo uma liminar, uma vez que fomos ao fórum e descobrimos, Rapidamente procuramos a diretoria da Mangueira que fica na área de São Cristóvão, pois se eles conseguissem a liminar de impedimento do evento, teríamos a alternativa de fazer o Encontro na quadra da Mangueira. Portanto éramos bem diferentes deles, já que nosso caminho sempre foi a mobilização popular.<sup>65</sup>*

Ao Encontro de Favelas compareceram representantes de favelas e bairros do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Pernambuco, Ceará e Minas Gerais. Todos se

---

<sup>65</sup> (Entrevista nº 10, 02.05.07:4-5)

expressaram em termos da necessidade de unir as Associações de Moradores em todo o Brasil, para aumentar força na luta por direitos. Esses contatos realizados no 1º Encontro foram o início de expansão do trabalho político da FAFERJ que teve como ponto alto a organização da CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores) em 1982 e a realização do 4º CONAM (Congresso Nacional das Associações de Moradores), no ano de 1989.

O 1º Encontro contou com o apoio de várias entidades como os sindicatos dos metalúrgicos, médicos, rodoviários e professores; a União Nacional dos Estudantes (UNE); o MAB (Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu), Pastoral de Favelas. Partidos Políticos (PMDB, PDT, PTB, PT).

As redes criadas para a realização do 1º Encontro foram as grandes responsáveis pelo sucesso do evento e os estudantes foram de fundamental importância como reafirma o ex-diretor Arnaldo José.

*Em 1980 já tínhamos o apoio dos estudantes. Nós conseguimos montar uma creche para as crianças com um sistema de atendimento formado pelos estudantes, conseguimos lanches para as pessoas, conseguimos trazer uma série de lideranças como o Gregório Bezerra, Dom Eugênio Sales, muitas pessoas de influência participaram do movimento. A rede era basicamente o pessoal dos sindicatos, principalmente o Sindicato dos Metalúrgicos..<sup>66</sup>.*

#### Arnaldo José segue lembrando

*Nós procuramos a colaboração dos políticos, mas havia um pé atrás na questão do Chaguismo, já que eles tinham um medo muito grande da formação de lideranças vigorosas. Com isso havia uma resistência por parte deles. Porém, em um determinado momento o Modesto da Silveira, o Raimundo de Oliveira e o Miro Teixeira conseguiram abrir caminho para a Federação ter uma atuação mais ampla, inclusive atraíram o Jonas que posteriormente formou com o Irineu a segunda diretoria, foi uma junção da FAFERJ do Jonas com a FAFERJ do Irineu. A formação dessa rede foi importante devido à presença dos estudantes, pois sem eles talvez não fosse possível, até porque o pessoal da diretoria tinha suas limitações, uma vez que trabalhavam, estudavam, e se não tivéssemos a atuação dos estudantes e dos sindicalistas, dificilmente teríamos realizado um encontro vigoroso como foi aquele. Tinha o pessoal da FASE que é uma entidade civil, hoje seria uma ONG, que atuou bastante também. Teve o Joaquim, o César, a Pastoral de Favelas, Dom Eugênio Sales deu todo o apoio, inclusive apoio material. Portanto, essa unificação foi coroada pelo Primeiro Encontro de Favelas do Rio de Janeiro.<sup>67</sup>*

<sup>66</sup> (Entrevista nº 10, 02.05.07:5)

<sup>67</sup> (Entrevista nº 10, 02.05.07:5)



*21. O 4º Congresso Nacional das Associações de Moradores (4ºCONAM) ocorreu em 1989. Dele participaram Associações de Moradores e Federações de Associações de vários estados. Na ocasião os temas específicos de maior relevância foram a questão da urbanização das favelas e a luta pelo título de propriedade. Temas relativos à questão de política nacional também foram debatidos como o desemprego, a inflação e a carestia. A FAFERJ teve grande atuação na organização do evento, levando uma grande delegação para São Paulo (4º Congresso Nacional das Associações de Moradores. São Paulo. 1989)*

Após o 1º Encontro de Favelas, que foi amplamente noticiado pelo jornal *Última Hora* e *Jornal do Brasil*, os diretores da FAFERJ foram várias vezes ao Palácio Guanabara na tentativa de marcar audiência com o governador para entregar o conjunto de reivindicações dos favelados da cidade. Somente puderam fazer isso, em junho de 1981. Chagas Freitas não os atendeu. Foram recebidos pelo chefe de gabinete e as reivindicações protocoladas. Em 1981, ainda ocorria a dualidade de diretorias da FAFERJ. O governo de Chagas somente reconhecia a FAFERJ presidida por Jonas Rodrigues.

Em 1982, a FAFERJ, já unificada e tendo como presidente, Irineu Guimarães e como vice-presidente, Jonas Rodrigues, realizou o 2º Encontro de Favelas. O evento aconteceu no Ginásio do Olaria Futebol Clube e reuniu centenas de Associações de Moradores, num momento bem próximo das eleições gerais que ocorreram em novembro daquele ano. Na oportunidade parlamentares do PMDB, PT, PDT e PTB levaram sua solidariedade aos favelados e se colocaram à disposição para quaisquer pleitos.

Os dois Encontros tinham como objetivo somar forças para organizar o 4º Congresso de Favelas que deveria ter acontecido em 1976, não fossem as medidas de exceção da Ditadura Militar. Em 1984, ocorreu o 4º Congresso de Favelas em homenagem a Vicente



Ferreira Mariano. As atividades ocorreram em várias fases. A primeira delas foi a convocação de uma reunião do Conselho de Representantes da qual se originou um projeto de organização do evento. O trecho a seguir, retirado da introdução desse projeto demonstra o grande nível de organização e clareza de propósitos da entidade.

O IV Congresso de Favelas do Rio de Janeiro acontecerá num momento decisivo da vida do nosso país, e é exatamente, nas favelas onde a crise econômica, a recessão, a fome e a escassez dos recursos públicos se apresentam de forma mais violenta e impiedosa. O desemprego desfaz famílias, alimenta a marginalidade e lança as comunidades faveladas, no mais completo abandono levando-as aos extremos limites da pobreza e da desesperança.

A busca de soluções para os graves problemas dessa considerável parcela da população e suas comunidades é questão prioritária para o desenvolvimento social de nosso estado. Nesse contexto, as Associações de Moradores e a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro – FAFERJ – jogam papel decisivo, pois ao longo dos anos, se constituíram num pólo de aglutinação e organização dos moradores, estimulando a união, a consciência e o espírito coletivo, aumentando sua capacidade de resistência e reivindicação (...)

As lutas contra a fúria da especulação imobiliária que gerou as grandes remoções de 1965 a 1969 e os anos negros do autoritarismo foram duras provas para a FAFERJ. (...)

O IV Congresso de Favelas será um novo momento de unidade e organização da luta dos favelados e de grande fortalecimento das Associações de Moradores e da FAFERJ. O clamor do povo pedindo mudanças profundas e urgentes exige de nós, a definição de uma nova plataforma de lutas que impulse, anime e dê esperanças de vitória a esses milhões de trabalhadores que lutam com todas as suas forças por um lugar onde possam viver e construir seus lares e dar uma vida digna e humana a seus filhos.<sup>68</sup>

Para o 4º Congresso mobilizaram-se todas as Associações de Moradores filiadas a FAFERJ para que as mesmas elessem delegados para o Congresso, organizaram-se encontros regionais nas Delegacias da cidade do Rio de Janeiro e nas de outros municípios (Campos, Niterói, Petrópolis e Volta Redonda), uma plenária final do Congresso e finalmente uma Reunião Solene que ocorreu na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa).

Na memória das lideranças entrevistadas os dois Encontros de Favelas e o 4º Congresso apresentam-se como comprovadores da combatividade da entidade organizativa e momentos singulares do movimento de favelas. Esses eventos demonstravam o poder da FAFERJ e sua diretoria passou a ser respeitada pelas autoridades como representantes de uma parcela da população que já somava mais de 15% da população.

O diretor da FAFEG José Ivan da favela do Morro do Borel ao relatar as atividades desenvolvidas pela entidade mostra que as lideranças procuravam conscientizar os moradores a cerca de seus direitos. Mostra também que havia uma preocupação de relacionar as

---

<sup>68</sup> (Projeto IV Congresso da FAFERJ, 1984:1)

questões da luta diária pela sobrevivência com a necessidade de uma transformação social e de que a concretização de melhores condições de vida estava condicionada a uma transformação social.

*A Federação reivindicava nossos direitos, pois tínhamos um conhecimento grosseiro e burro do sistema. Antigamente tinha o Sérgio Dourado, se hoje ele instalasse um prédio aqui na rua, no mesmo dia teria água, e nós estávamos morando (no Borel) desde de 1921 sem água. Nós íamos para a porta da CEDAE com latas vazias, e gritávamos “queremos água, queremos água”, queremos vida, queremos prevenir o amanhã, nós alertávamos o tempo todo as autoridades para o bem estar social, a gente buscava o tempo inteiro esse tipo de oferta com qualidade de vida. Nós lutávamos bastante, tínhamos consciência dos nossos passos, tínhamos responsabilidade, e o povo nos acompanhava, me recorro de encontros populares que a federação da nossa gestão reuniu treze mil pessoas, elas foram espontaneamente, não era para pegar cheque cidadão, cheque escola, cheque família, elas iam conscientes da busca pelo direito delas, o direito a qualidade de vida, o direito de uma transformação social, que até hoje nós não temos. Era uma luta firme, íamos para a porta do Palácio, dos órgãos governamentais, gritávamos por justiça, sabíamos o que queríamos.*<sup>69</sup>

Após os dois Encontros e o 4º Congresso, a FAFERJ, que já expandira sua atuação para vários municípios do estado, integrou-se ao processo de organização dos favelados em nível nacional. Encontros com Associações e Federações foram realizados em várias cidades: Salvador, São Paulo, Recife, Brasília. Porto Alegre e Natal.



**22. Reunião da FAFERJ com os diretores e conselheiros da Federação das Associações de Moradores de Salvador. A discussão girou em torno da participação das Associações de Salvador, elegendo delegados e enviando teses para o 4º CONAM que se realizaria em São Paulo. (Reunião da FAMS. 1989).**

<sup>69</sup> (Entrevista nº 06, 01.10.07:3):



**23. O presidente da FAFERJ, Irineu Guimarães participa da cerimônia de posse da diretoria da Federação das Associações de Favelas do Ceará. (Posse da FAFC. 1989)**



**24. Assembléia de criação da Federação de Favelas de Pernambuco realizada no município de Jaboatão. Nela estiveram presentes diretores da FAFERJ. O principal ponto da pauta de discussões foi a eleição dos delegados de Pernambuco para o 4º CONAM (Assembléia de criação da FFP. 1989)**



**25. Reunião realizada na sede da Federação das Associações de Favelas de Natal, no Rio Grande do Norte. A FAFERJ esteve presente para auxiliar na organização da participação dos moradores da cidade no 4º CONAM (Reunião da FAFAN. 1989)**



**26 Assembléia da FRACAB (Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Moradores de Bairros) realizada com a participação da FAFERJ para organizar a participação da entidade no 4º CONAM. (Assembléia da FRACAB. 1989)**



*27.28. Reunião da FAFERJ com os representantes das Associações de Moradores e Federações de Associações de outros estados com vistas à organização do 4º CONAM. (reunião na sede da FAFERJ. 1989)*

### **6.1.2 Departamentos da FAFERJ: Médico, Jurídico, Feminino e Cultural**

Das redes criadas pela FAFERJ, durante o processo de reorganização de 1979, os contatos feitos com os alunos recém-formados das faculdades de Direito e de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, resultaram os Departamentos Jurídico e Médico da entidade federativa. Os jovens advogados e médicos, saídos do Movimento Estudantil, no qual militavam como quadros ligados ao MR-8, desejosos de contribuir com seu conhecimento profissional para a realização de transformações na sociedade, assessoravam a diretoria da FAFERJ e os presidentes das Associações de Moradores num misto de profissionalismo e trabalho político. Esses profissionais constituíam-se em nós importantes no enredamento que se formara com objetivos comuns, relacionados às transformações sociais e, mais imediatamente, ao fim da ditadura militar.

O Departamento Jurídico começou a estruturar-se já nos primeiros meses do mandato da diretoria de Irineu Guimarães. A defesa da primeira ação proposta pelo ex-presidente Vicente Francisco Souza, num primeiro momento não foi abraçada pelo Departamento Jurídico da Pastoral de Favelas. No entanto com o desenvolvimento do processo de reorganização autônoma dos favelados, no qual se envolveram os membros da JOC e da Pastoral de Favelas a defesa da FAFERJ ficou a cargo do advogado Bento Rubião e do jurista Sobral Pinto. Ambos atuavam na assistência jurídica prestada pela Pastoral de

Favelas Para auxiliar o Dr. Bento Rubião, não só na defesa da FAFERJ como na de outras favelas que enfrentavam ações de Reintegração de Posse, alguns alunos, recém formados da Faculdade de Direito da UFRJ, estruturaram o Departamento Jurídico da FAFERJ. Dele participavam, além de estagiários, as advogadas Dra. Nídia Fernandes e Dra. Eladir Santos. autora dessa dissertação.

Muitas vitórias foram obtidas como a suspensão de liminares que autorizavam despejos como foi o caso das favelas do Morro da Baiana, em Ramos; da favela da Pedra Lisa, no Centro; da favela da Vila Kelson's, em Honório Gurgel, orientações na busca de usucapião urbano etc. Além dessas questões processuais, o Departamento Jurídico encarregava-se da assessoria às Associações de Moradores na reforma ou confecções de seus estatutos, confecção de atas de reuniões e assembléias, acompanhamento de processo eleitoral no registro de suas documentações em cartório e outras questões relacionadas à ocupação do solo urbano.

O Departamento Médico ficava a cargo da Dra. Leila Adesse, Dr. Francisco Pedra, Dr. Genésio Vicentin, entre outros. Além das funções profissionais, orientações ligadas à saúde sanitária, consultas que eram dadas, principalmente, pela Dra. Leila Adesse, na sede da FAFERJ, na favela do Jacarezinho. Esse grupo de médicos assessorava politicamente a entidade. Das palestras organizadas pelo Departamento Médico é que se originaram ações que levaram à reestruturação do Departamento Feminino, nos anos 1980.

Arnaldo José dos Santos explicita a forma como esses estudantes, grande parte deles, militantes do MR-8 atuaram no movimento de favelas que se reorganizava nos anos 1980.

*O MR-8 foi importantíssimo na formação do núcleo inicial. Eu tive contato com o MR-8 na faculdade, o Irineu já era militante do partido há mais tempo que eu, até porque ele é uma pessoa mais idosa que eu, e o MR-8 foi responsável por fazer a ligação entre eu e o Irineu. Na faculdade eu era uma pessoa de participação, de um certo destaque, conheci vários estudantes e inclusive levei alguns para participar da FAFERJ, levei estudante da área de Medicina, Arquitetura, Engenharia, História. Depois participei também da formação do diretório acadêmico da UFRJ, não participei da chapa, pois já estava atarefado com coisas relacionadas à FAFERJ. Eu tenho certeza que o núcleo estudantil do MR-8 se envolveu com a Federação prestando serviço na área de medicina, engenharia, orientações. Nós até montamos núcleos de saúde nas favelas com a doutora Leila Adesse, o marido dela doutor Francisco Pedra, doutor Genésio Vicentin, enfim, vários profissionais comunistas, de esquerda, socialistas começaram a se interessar pelo movimento e por isso ele foi crescendo cada vez mais. Essa ligação com o MR-8 foi vital para que houvesse essa consolidação da Federação, e a nossa participação como diretores da FAFERJ e como militantes do MR-8 era conhecida (...). Os estudantes que participavam da Federação eram de classe média, portanto eles possuíam relacionamento com pessoas que ocupavam cargos públicos, podendo*

*ser os pais ou amigos dos pais. Com isso tinham uma forma de facilitar o atendimento às necessidades<sup>70</sup>.*

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o Departamento Feminino da FAFERJ se organizou. Basicamente era formado pelas esposas dos diretores que compareciam às reuniões e assembléias e se uniam à luta geral dos favelados. As mulheres foram muito atuantes nos momentos de perseguição pela ditadura militar e cediam suas moradias para esconder companheiros e realizavam tarefas ligadas à infra-estrutura. O entrevistado Lúcio Bispo lembrou que a organização de um Departamento Feminino era uma de suas preocupações. Também relembrou que, nos anos 1970, quem participou da organização do Departamento Feminino da FAFERJ foi Benedita da Silva, ex-governadora do estado do Rio de Janeiro, esposa, na ocasião, do Bola, uma liderança importante da favela Chapéu Mangueira.

Outras lembranças do Departamento Feminino são apresentadas por Arnaldo José.

*Na diretoria da primeira gestão não havia participação feminina, depois é que apareceram algumas pessoas como, por exemplo, a dona Nega lá da Ilha do Governador, a mulher do Altamiro lá do morro da Coroa. Inclusive, o Altamiro era também uma pessoa muito atuante no movimento. Mas não me lembro do nome da mulher dele, não sei se era dona Neuza ou Sônia, tinha também a dona Rita que era lá de Acari, tinha uma moça lá da Rocinha, mas não me recordo do nome dela. Tinha também a Sandra que é filha do Irineu lá do Jacarezinho. Na segunda gestão formou-se um departamento feminino, a dona Nega era a diretora. Ele era muito atuante, tinha uma visão política voltada para o aspecto popular. Posteriormente formou-se um grupo de médicas que davam orientações dentro do departamento feminino. As mulheres do departamento participavam de encontros.<sup>71</sup>*

Outro departamento também muito atuante da FAFERJ foi o Departamento Cultural. Desde os anos 1960, sempre esteve sob a orientação do diretor Etevaldo Justino, também diretor da Associação de Moradores do Catumbi. Desde a época de Vicente Ferreira Mariano, passando pelas diretorias dos anos 1970, ligadas ao chaguismo, até o período de convivência com o grupo que desejava mais autonomia para a FAFERJ, Etevaldo Justino sempre procurou convencer os demais diretores sobre a importância da realização de atividades culturais. Em alguns momentos recebeu críticas de seus companheiros pelo fato de centralizar pessoalmente as ações do departamento impedindo que os demais diretores tomassem parte na realização dos eventos. Eram organizados festivais de música, bailes,

---

<sup>70</sup> (Entrevista nº 10, 02.05.08:3)

<sup>71</sup> (Entrevista nº 10, 02.05.08:8)

comemorações pelo aniversário da entidade, festa natalina, concurso de Miss FAFERJ, torneios de futebol e sueca, shows de música etc.

Em 1989, foi feita uma parceria entre a FAFERJ e a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer para organização de um torneio de futebol de favelas. A FAFERJ coordenou o evento que teve o patrocínio da Secretaria e em todas as etapas da organização do evento esteve presente o subsecretário de Esporte e Lazer, Sr. Luizinho. Este foi um dos exemplos das novas redes criadas pela FAFERJ com órgãos do governo a partir de 1983.



**29 Em 1989 as atividades culturais da FAFERJ se intensificaram. Foram organizadas festas, campeonatos, festivais aconteceram, tudo fruto de uma parceria realizada com a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer. (Campeonato de Sueca organizado pela FAFERJ na favela do Jacarezinho 1989)**



**30. Na sede da entidade a rainha da FAFERJ, Zilda, recebe a faixa e é apresentada pelo presidente Irineu Guimarães. (Solenidade de entrega da faixa da Rainha da FAFERJ. 1989)**





*31.32.33. Os árbitros das partidas posam junto com os organizadores do evento. Entre quatro dos árbitros que apitaram os jogos, estão de camisas brancas Martins (à direita) Amaro (o do meio) e José Carlos (à esquerda), assessores da FAFERJ. (Árbitros do Torneio de Futebol. 1989)*



*34. Reunião com representantes das Associações de Moradores para organização do Campeonato de Futebol da FAFERJ. A realização desde os primeiros momentos de sua organização mobilizou várias comunidades. Sessenta times foram formados e todos os jogos aconteceram nas instalações esportivas da Faculdade de Educação Física Castelo Branco, na zona oeste do Rio de Janeiro. (Sede da FAFERJ, na Rua República do Líbano. Centro. 1989)*



**35. Apresentação dos troféus que foram entregues aos times vencedores das disputas Da esquerda para a direita está o vereador Antonio Carlos de Carvalho, responsável pela organização dos contatos políticos da FAFERJ com a Secretaria de Esporte e Lazer do Governo Moreira Franco. (Apresentação dos Troféus. Campo da Faculdade de Educação Física Castelo Branco. 1989).**



**36 Encontro do presidente da FAFERJ Irineu Guimarães com o subsecretário estadual de Esporte e Lazer no gabinete da Sub-secretaria. (1989)**



*37. Time da Favela Braz de Pina*



*38 Time da Favela Joaquim de Queiroz*



*39. Time da Associação de Moradores Vila Indiana*



**40. A descontração e alegria estavam presentes na etapa final do Festival de Música da FAFERJ, realizada em sua sede. O evento mostra que, além da luta política havia por parte da entidade federativa, uma preocupação com a organização de atividades culturais. Essas atividades colaboravam para a integração das comunidades, desenvolvimento de auto-estima dos moradores de favelas e demonstração do potencial das favelas da cidade. (1989)**

A maioria das atividades culturais da FAFERJ era produzida para consumo das próprias comunidades faveladas, como era o caso dos festivais, concursos e torneios. No entanto, principalmente a partir da reorganização da FAFERJ em 1979, pude detectar a preocupação das lideranças da FAFERJ com a divulgação de aspectos da cultura presente na favela para toda a sociedade. O jornal da FAFERJ não se dirigia exclusivamente para o público residente em favelas e alguns diretores passaram a participar de reuniões e congressos fora das favelas, onde eram ouvidos como porta-vozes do movimento de conscientização das populações faveladas. O Sr. Milton de Favela de Acari, diretor da FAFERJ proferiu, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFRJ, em 1979, uma palestra cujo tema era as *Situação dos moradores das favelas frente às Normas Jurídicas*. Discorreu para uma platéia de alunos de classe média e alta, apresentando as relações entre o favelado e as leis que regulavam o solo urbano e a sua distribuição. Foi bem compreendido e imensamente aplaudido.

Também foram organizados shows com artistas renomados cuja bilheteria revertia para a entidade federativa. Artistas como Chico Buarque, Elza Soares, Sergio Ricardo e João Bôscoli, contatados pela FAFERJ, cantaram em shows para gerar recursos para a organização da CONAM. O Grupo Fundo de Quintal e Xangô da Mangueira fizeram um show na sede da escola de Samba de Cordovil com fundos revertidos para a FAFERJ. Sobre esses fatos Arnaldo José dos Santos rememora.

*O Diquinho organizava o jornal da Federação, tinha o seu Milton que era diretor lá de Acari, inclusive, ele era um orador muito contundente. Ele tinha uma capacidade de falar e convencer e até de emocionar as pessoas. A Federação era convidada para Congressos, para falar da situação das favelas. Eram congressos de estudantes de Medicina, Arquitetura, Direito, e o seu Milton ia fazer palestras nesses lugares. Na área cultural nós conseguimos fazer um show com vários cantores como Elza Soares, João Bosco, Sérgio Ricardo. E eles não cobraram cachê, pois o show tinha o objetivo de angariar fundos para a Federação. Posteriormente houve a formação da Confederação Nacional de Associação de Moradores, a CONAM em São Paulo, e a FAFERJ teve um papel importante entre as federações do Rio.<sup>72</sup>*

### 6.1.3. Políticas urbanizadoras e fim da autonomia

Não temos recursos? O equipamento de Hausmann também foi pobre: a pá, a picareta, a carroça, a colher de pedreiro, o carrinho de mão, as ferramentas simples usadas por todas as raças antes da era mecânica. Nossas guas, escavadeiras, concreto de secagem rápida e máquinas de soldar não nos deixam com mais nada para culpar a não ser a nossa incompetência. (arquiteto Alain de Botton em *A Arquitetura da Felicidade*)

O fim das remoções e a realização de obras de urbanização das favelas sempre foram as principais palavras de ordem da FAFERJ. A entidade organizativa lutava pelas alternativas aspiradas por todos os habitantes das favelas que desejavam ver resolvidas as questões da propriedade da terra e o oferecimento de bens e serviços como ocorria nas demais áreas urbanizadas da cidade. Desde a década de 1960, esteve claro para o conjunto de favelados da cidade e para a entidade federativa dos favelados, que a urbanização não acontecia era pela falta de vontade política dos governantes e incompetência dos que não estavam comprometidos com a questão da habitação das classes populares. Sabiam que sanadas essas dificuldades, a urbanização aconteceria. Algumas comunidades até mesmo antecipavam-se aos arquitetos e procuravam traçar o desenho de suas ruas e becos, construir caixas d'água, ligar suas redes de esgoto às redes da área urbanizada etc. A favela do Parque

---

<sup>72</sup> (Entrevista nº 10.02.05.08:8)

União, na entrada da Ilha do Governador conseguiu instalar uma rede oficial de água potável e parte da rede de esgoto sanitário. A Associação de Moradores da Catacumba, com um trabalho organizativo da FAFEG, tinha um plano de urbanização da favela que foi entregue ao governo do estado, em 1969. O projeto foi totalmente ignorado e os moradores foram transferidos para as casas da Cidade de Deus e a área da favela foi construído o Parque da Catacumba. Em 1967 a FAFERJ apresentou ao governador Negrão de Lima um projeto de urbanização do qual constavam a construção de um conjunto de blocos de apartamentos, semelhantes ao da Cruzada São Sebastião, com três andares em cada prédio, para serem construídos no terreno onde depois se localizou o Clube Caiçara. O projeto assinado pelos arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer pretendia resolver o problema de alocação dos moradores da favela da Praia do Pinto e Ilha das Dragas. O governo do estado, no entanto, engavetou o projeto e nenhuma satisfação foi dada à entidade federativa depois da audiência em que foi entregue o projeto.



(Parque da Catacumba. Depois da remoção, área de preservação.2005)

*41. A área do Parque da Catacumba resultou do reflorestamento do morro antes ocupado pela favela da Catacumba. Os moradores tinham um projeto de urbanização e construção de um conjunto habitacional naquele espaço. A Associação de Moradores e a FAFEG ofereceram o projeto ao governo do estado que, no entanto, engavetou-o. Os moradores foram removidos para as casas da Cidade de Deus, na zona oeste da cidade.*

Algumas favelas tiveram alguns trechos de sua área urbanizadas no governo Carlos Lacerda. Eram favelas localizadas em áreas que não estavam sendo objeto de cobiça dos setores privilegiados. Esse foi o caso de parte da favela do Jacarezinho, Vila da Penha, Salgueiro e Rocinha. Foram, no entanto, ações precárias que consistiram, basicamente no

calçamento de uma rua principal, ligação de casas à rede de água e esgoto sanitário, não chegando a atingir mais de dez por cento dos moradores de cada uma dessas favelas.

Em 1964 a favela de Brás de Pina foi uma das escolhidas pelo governo Carlos Lacerda para ser removida para um dos conjuntos da COHAB. Na comunidade havia três Associações de Moradores e para reagir à tentativa de remoção, elas resolveram se unir em uma única organização que passou a chamar-se Associação União de Defesa e Melhoramentos da Favela de Brás de Pina. O processo de união das Associações teve o auxílio do Padre Artola, pároco do Bairro. A partir de 1965, após uma remoção parcial, a Associação de Moradores procurou a FAFEG que, na ocasião era assessorada por uma equipe de estudantes de Arquitetura. A Associação procurava meios para que a comunidade permanecesse no local. Os moradores com a equipe de arquitetos fizeram um levantamento que serviu de base para um projeto de urbanização da área. Em 1968 esse projeto foi apresentado à CODESCO<sup>73</sup> e a favela foi urbanizada. Braz de Pina comprovava ser possível a urbanização e, se ela não ocorria era, como já foi dito anteriormente, pela falta de interesse dos governantes.

A CODESCO também realizou a urbanização de mais duas favelas, o Morro União e a favela Mata Machado. A urbanização consistiu na demarcação, pavimentação, iluminação das ruas principais, fornecimento de água, esgotamento sanitário, fornecimento de luz, financiamento de materiais de construção e assistência técnica de estudantes de arquitetura.

A FAFERJ reorganizada após 1979 trouxe um novo vigor para o movimento dos favelados da cidade. Os anos 1970 foram marcados pelo congelamento do ritmo de expansão das associações de favelas e pela paralisação das atividades de muitas dessas associações. Embora novas favelas tenham sido criadas, as comunidades não procuravam organizar-se em associações. A partir de 1979, como já foi visto no capítulo anterior, as ações da chamada FAFERJ 2 levaram ao crescimento do associativismo nas favelas da cidade. “O salto verificar-se-ia no ano de 1979, ano em que se observa a mais alta proporção de Associações criadas, em relação a todos os períodos em que se pode subdividir a história destas organizações.” (Diniz, 1982:140). As Associações de favela e a FAFERJ explicitavam

---

<sup>73</sup> CODESCO. Companhia de Desenvolvimento de Comunidades criada pelo governo Negão de Lima que tinha por filosofia enfatizar a “importância da posse legal de terra, a necessidade de deixar que os favelados permanecessem próximos aos lugares de trabalho, e a valorização da participação dos favelados na melhoria dos serviços públicos comunitários e nos desenhos e construção das próprias casas”.(Perlman.1977:277)

em todas as suas ações que estavam dispostas a lutar pelo direito de “transformar as favelas em bairros populares”, ou seja, pela urbanização das favelas. Nessa relação de poder, o nível de organização dos setores favelados certamente influenciou os governantes e como resultado, teve lugar uma reorientação da política governamental para a questão favela. Os anos 1980 inauguram-se com o predomínio de políticas favoráveis à urbanização de favelas. O primeiro plano apresentado partiu do governo federal, foi o Promorar. “Organizado em 1979 pelo BNH, tinha por objetivo recuperar as faixas alagadas habitadas, pretendendo, com a valorização das áreas assim conquistadas, recuperar os investimentos feitos com a venda dos terrenos remanescentes” (Burgos,1998:56). O primeiro programa executado pelo Promorar foi o Projeto Rio que realizou o aterro das áreas ocupadas pelas palafitas, ao longo da Avenida Brasil, no bairro de Bonsucesso. As favelas que passaram pela urbanização foram Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Baixa do Sapateiro, Timbau e Maré. Foram construídos conjuntos de casas e de apartamentos que alocaram os antigos moradores das palafitas.

A FAFERJ, num primeiro momento colocou-se em posição contrária ao programa do Projeto Rio. Muitas reuniões foram realizadas pela FAFERJ com as Associações de Moradores das favelas da área da Maré que seriam as atingidas. Todos temiam que as propostas apresentadas pelos técnicos do governo federal estivessem escondendo a real intenção de remover os moradores, aterrar os terrenos e valorizá-los para futuras vendas e deixar os antigos moradores desprovidos das habitações mais dignas que estavam se lhes prometendo. Outra questão colocada pela FAFERJ estava relacionada à cobrança de prestações aos moradores dos novos prédios, pelo BNH. Sanados os atritos iniciais, a FAFERJ não mais se opôs ao Projeto Rio, passando a percebê-lo como uma real vitória da luta “pela transformação das favelas em bairros populares”. O Promorar através do Projeto Rio era um sinal de que o governo estava abandonando a proposta de remoção de favelas. A experiência ‘remocionista’ encontrava-se estigmatizada, e o que a moldura institucional do Promorar estava a indicar é que a polarização entre remoção e urbanização deixava de presidir o debate em torno das favelas. Na década seguinte, o eixo da discussão seria outro: como integrar as favelas à cidade”.(Burgos, 1998:40).

Em 1982 foi eleito, pelo voto direto, pela primeira vez desde 1965, o governador Leonel Brizola. Ele recebeu os votos da maioria dos favelados da cidade, pois, representava uma alternativa de mudanças nas relações políticas. Toda a campanha do governador eleito fora baseada no sentimento de mudança e necessidade de transformações



não só no estado como no país. Criticava a ditadura militar, o clientelismo da máquina chaguista e a política econômica do arrocho. Cansado de sempre ser excluído dos objetivos do estado, um grande número de moradores das favelas via, na eleição do novo governador, uma forma de melhorar, imediatamente, suas condições de vida. A parcela da população do estado, que passava por grandes dificuldades com a carestia crescente e o desemprego, via com grande esperança a fase que se iniciava.

Logo após a posse do governador Leonel Brizola que ocorreu em março de 1983, os dias foram bastante agitados para os eleitores mais pobres da cidade. O mês de abril de 1983 foi marcado pelas invasões de terrenos para construção de novas favelas e por saques a supermercados. A FAFERJ colocou-se explicitamente contrária a esses movimentos. Manifestou-se em oposição porque considerou tais atitudes precipitadas e provocativas, pois, o importante, naquele momento, seria a construção de uma frente que garantisse o fim da Ditadura Militar. A FAFERJ apresentou aos moradores da cidade um manifesto no qual afirmou que “tais atitudes tumultuavam e anarquizavam a vitória que o povo, ordeiramente, conquistou” e que aquela situação não era “compatível com o compromisso expresso pelos governadores eleitos em novembro, de governar para os mais carentes, especialmente, os favelados.” O manifesto seguia afirmando a necessidade de que se terminassem, imediatamente, as invasões e conclamava os favelados à organização em suas entidades.

A FAFERJ chama os favelados a procurarem suas Associações de Moradores para levar todas as suas reivindicações. Nosso objetivo é um encontro imediato dos presidentes e diretores das Associações com o governador. Este, sim, é o caminho que devemos trilhar. Alguns passos já estão sendo dados pelo Grupo Executivo de Ação Comunitária integrada (GEACI) com a nossa participação: cadastramento das pessoas para inscrição nos conjuntos que ficarão prontos entre 60 ou 90 dias, levantamento de novas áreas do estado para imediata construção de infra-estrutura de água e esgoto para os próprios moradores construir.<sup>74</sup>

O manifesto da FAFERJ apresenta a esperança da entidade depositada nas ações do novo governo que se iniciava. Esperanças de realmente ocorressem políticas urbanizadoras com a participação efetiva dos mais interessados – os favelados. Essa esperança se concretizou e ocorreu uma nova orientação na política do Estado no tocante à questão favela. Mudaram-se as relações das instituições com as organizações faveladas e principalmente os projetos de urbanização passaram a conter como ponto principal a participação dos favelados nas suas diversas fases. O primeiro desses projetos foi o *Projeto*

---

<sup>74</sup> Anexo IX

*Mutirão*. Era um projeto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e foi lançado no final de 1984. Para sua elaboração ocorreram várias reuniões do GEACI. Pela primeira vez reuniam-se representantes de órgãos do governo como secretarias estaduais e municipais com a FAFERJ e as Associações de Moradores para traçarem os rumos da urbanização das favelas do Rio de Janeiro. Desta forma alteravam-se, de forma consistente, as relações de poder e saíam fortalecidas, nesse processo, as organizações dos favelados. A FAFERJ que tanto lutara contra o clientelismo do período chaguista reconhecia o *Projeto Mutirão* como uma vitória da organização política dos favelados, pois nele estavam eliminados os políticos como intermediários das obras públicas nas favelas.

O *Projeto Mutirão* realizou obras de instalação de rede de água e esgotos, pavimentação das ruas, construção de escadarias e contenção de encostas utilizando mão-de-obra remunerada da própria comunidade e administrada pelas Associações de Moradores. Os recursos advinham do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, o Fundo Rio. No planejamento inicial a secretária municipal de desenvolvimento social Dilza Muniz Terra garantiu a realização de obras do *Projeto Mutirão* em 500 favelas. No entanto, em janeiro de 1985, o então prefeito Marcelo Alencar exonerou a secretária Dilza Muniz e em seu lugar nomeou o vereador Pedro Porfírio. O novo secretário já na primeira reunião com a FAFERJ e algumas Associações de Moradores, criticou a gestão da secretária anterior e afirmou somente ser possível a realização de obras em 150 favelas. Tal situação contrariou imensamente as lideranças faveladas e a FAFERJ organizou uma manifestação no Palácio Guanabara (figura 27 e 28). Reivindicavam a saída de Pedro Porfírio do comando da SMDS e a garantia das 500 obras do projeto inicial, com a utilização de mão-de-obra das comunidades. Com a pressão exercida pelas Associações de Moradores lideradas pela entidade federativa, o prefeito reuniu-se com a diretoria da FAFERJ e representantes de algumas favelas para ouvir as considerações que estes faziam. Poucos dias depois, o secretário Pedro Porfírio anunciou a realização de 257 obras em locais que seriam determinados pelas entidades organizativas dos favelados.

O balanço final do *Projeto Mutirão* foi a realização de 260 obras em comunidades. Mesmo o projeto tenha somente atingido pouco mais que cinquenta por cento da meta inicialmente prevista, é necessário que se verifique que os avanços obtidos se deram devido à mobilização da entidade FAFERJ. As novas estratégias das lideranças que atuavam na FAFERJ acarretaram o “empoderamento” não somente das Associações suas filiadas como

também do conjunto de moradores das favelas do estado. Todas as favelas reconheciam como seu direito a presença das obras públicas em seus territórios. Por outro lado, importante também é observar-se que na nova situação trazida pelo *Projeto Mutirão*, as organizações faveladas passavam a gerenciar recursos públicos. Tratava-se de um novo redimensionamento do papel das lideranças de favelas. Além das funções de representação, passaram a ter uma função de gerente das políticas públicas. As novas funções impediam a continuidade da mobilização política e, conseqüentemente, tais lideranças passaram a se considerar, de fato, membros do governo que lhes atribuía as funções de gerir recursos oriundos do Estado. Muitas dessas lideranças, antes as mais combativas, foram absorvidas para os quadros do governo. Ocuparam cargos nas Regiões Administrativas, nas empresas públicas como a CEDAE e a Comlurb, na Fundação Leão XIII ou na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Os principais programas implementados, sob a forma do mutirão remunerado foram o Proface (Programa de Favelas da CEDAE), que levou água e esgoto para cerca de sessenta favelas, e o Programa de Coleta de Lixo nas Favelas.

Além desses programas de urbanização ocorreram duas outras ações públicas que se constituíam nas mais importantes reivindicações das favelas da cidade que foram o *Programa da Luz Direta da Light* e o *Cada Família um Lote*. O primeiro instalou relógios medidores da energia elétrica fornecida pela Companhia Light, em todos os domicílios das favelas. Extinguiam-se, dessa forma as Comissões de Luz que tantas desavenças criaram internamente nas favelas e, o segundo dava o título de propriedade do lote em que residia a família. De posse de tal documento, os moradores passavam a ter a garantia de que não seriam removidos de suas residências.



42. *A Diretoria da FAFERJ foi convidada pelo prefeito Marcelo Alencar para junto com representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, inspecionarem a fábrica de tubos de concreto (manilhas), na Ilha do Governador. Dalí saíria todo o material necessário para as obras do Projeto Mutirão. (Visita à Fabrica de Manilhas. 10.08.1984)*

A maioria das análises feitas pelos diversos autores que estudaram as políticas de urbanização dos anos 1980 aponta uma série de deficiências em sua aplicação. As principais são relativas à abrangência dessas políticas. Terminada a implementação do Proface, somente 20% dos domicílios de favelas foram atendidos com o sistema de esgoto e 60% com água encanada. A Light atingiria 85% dos domicílios. Aponta-se o fato de que as políticas urbanizadoras dos anos 1980 foram distribuídas de forma desigual e não atingiram as comunidades como um todo<sup>75</sup>. No entanto, as lideranças entrevistadas para essa dissertação todas afirmam que os programas de urbanização dos anos 1980 tiveram grande importância para o movimento de favelas. Nilton Gomes Diquinho relembra tais políticas e apresenta algumas desvantagens devidas ao fim da mobilização dos favelados que as mesmas acarretaram.

*Lutamos pelo saneamento, pela luz direta da Light, lutamos contra remoções. A urbanização da maioria das favelas do Rio de Janeiro iniciou-se no governo Brizola e o sistema de saneamento foi realizado. Só aproximadamente 20% das favelas ficaram sem esse benefício, porém, o governo atrapalhou o movimento comunitário das favelas, uma vez que o próprio partido do governador conquistou a liderança das favelas. E essas lideranças não pregavam o socialismo, eles somente seguiam o líder que, na ocasião, era o Brizola. Ele tinha uma postura de ditador na condução das questões políticas dentro do PDT. Tinha que ser o que ele queria. Com isso as lutas nas favelas perderam a característica de reivindicação, pois o governador fazia as obras de saneamento sem a mobilização da comunidade, ele ainda recrutava os líderes das comunidades para o PDT. Em 1986 o governo do Moreira Franco foi pior, posteriormente em 1990 o Marcelo Alencar utilizou a mesma linha do governo Brizola, então essa influência dos líderes políticos prejudicou bastante o movimento.<sup>76</sup>*

O entrevistado Duque do Vidigal também apresenta suas memórias dos programas sociais e considera que todos eles foram resultantes da luta política dos moradores das favelas organizados pela FAFERJ e pela Pastoral de Favelas.

*Esses programas foram reivindicações da Federação e da Pastoral. Em 1980, quando o papa visitou o Vidigal, a Federação juntamente com a Pastoral conscientizou os moradores, apontou aos direitos que eles tinham direito à luz, direito a água, etc. Na época o Renato Vasconcelos era o presidente da Light, nós tivemos diversos encontros com ele, e a Light montou um projeto em prol da comunidade. Não conseguimos as coisas facilmente, a cada batalha que a gente vencida, a gente partia para outra, tinha a questão da água também, as pessoas iam pegar água com latas na cabeça lá na boca*

<sup>75</sup> Os percentuais dos respectivos programas foram vistos em Burgos, 1998:45-6

<sup>76</sup> (Entrevista nº 04, 13.09.07:7)

*d'água coletiva, era uma fila imensa de pessoas, tinha muita briga. Teve uma vez que nós fizemos uma manifestação na porta da CEDAE, fomos reivindicar o direito do fornecimento de água na casa de cada morador.*<sup>77</sup>



**43. Reunião Mensal da prefeitura, Secretaria de Desenvolvimento Social e lideranças da FAFERJ. Para as reuniões a FAFERJ levava reivindicações e nelas se planejava a gerência de recursos para a realização das obras dos programas do Projeto Mutirão.**

**(Reunião mensal na Prefeitura. 1984.**

Além da crescente desmobilização das Associações de Moradores e da FAFERJ, outra consequência das políticas de urbanização de favelas dos anos 1980 foi o agravamento da luta interna na FAFERJ. Já em 1985, três chapas disputavam as eleições da entidade. As diferenciavam, nos momentos da campanha, as propostas relativas à forma de atuação da organização frente aos programas de governo. As chapas de oposição criticavam as relações da entidade com os órgãos do governo. Ao fazer uma análise dos materiais das chapas concorrentes à diretoria da FAFERJ em abril de 1985, pode-se traçar um painel das posições políticas e político-partidárias existentes no movimento comunitário naquele momento. A chapa *Nova República nas Favelas* (chapa 1), era a chapa de continuidade, com a maioria de seus membros ligados ao PMDB, presidida por Irineu Guimarães e com Hélio Oliveira, da Formiga, como vice-presidente. A Chapa *Renovação e Luta* (chapa 2) composição das forças que faziam oposição à FAFERJ, sendo seus membros filiados ou simpatizantes do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PT (Partido dos Trabalhadores) era encabeçada por Nahildo Ferreira, presidente da Associação de Moradores de Vigário Geral,

<sup>77</sup> (Entrevista nº 08.08.10.3)

vinculado ao PDT, e que contava ainda com a participação de Diquinho, da Favela da Grota, Itamar, da Santa Marta e Eliana, da Nova Holanda; por último a chapa *Cor Verde – Unidade, Trabalho e Renovação* (chapa 3) era encabeçada por Nilton Alves de Brito, da Baixa do Sapateiro, tendo ainda Jonas Rodrigues como presidente do conselho de representantes.

A chapa 1 apresentava questões de política nacional que afetavam o movimento de favelas

Os favelados têm um papel a cumprir nesta Nova República do nosso país. Unidos e mobilizados junto com todos os brasileiros para a realização das mudanças, estamos torcendo por Tancredo Neves (...) Acreditamos que com a nossa união e disposição de luta a Nova República chegará também às favelas, transformando-as em Bairros Populares, elevando o valor do salário mínimo, dando prioridade à saúde e à educação da infância e trazendo oportunidade de trabalho para a juventude. (Manifesto da Chapa 1: *Nova República nas Favelas* à eleição da FAFERJ. abril de 1985)

A chapa 2 no seu documento de campanha que denomina “Carta de Princípios”, tece severas críticas à atuação da diretoria presidida por Irineu Guimarães. As ações da FAFERJ são apresentadas como baseadas apenas no relacionamento com autoridades. Afirma que “há muito o que fazer, o que renovar. E esta renovação não pode ser esperada de Irineu e Cia., pois, não se fará com favores, e sim com muita luta, com o aumento crescente da mobilização e do nível de consciência do Movimento de Favelas. com sua participação cada vez maior nas lutas que se travam”.(Carta de Princípios da Chapa 2).

Saiu vencedora a chapa de oposição encabeçada por Nahildo Ferreira. Interrompia-se, com isso, a gestão de Irineu Guimarães que vinha acontecendo desde 1979.

Ocorre que mesmo após a vitória da chapa de oposição o jogo político se manteve. A nova diretoria da mesma forma que a anterior, não mais via a estimulação da participação política como condição da realização de políticas públicas para as favelas. As políticas públicas ocorriam independentemente da organização e da participação comunitária. E a FAFERJ, cada vez mais, deixava de ser uma alternativa autônoma dos favelados do Rio de Janeiro. Nahildo Ferreira, o presidente da FAFERJ no período de 1985 a 1988, era membro do PDT, partido do governo Leonel Brizola. A diretoria da entidade ficou formada por membros do PDT e do PT. Eram lideranças combativas que estavam desejosas que ocorresse a intensificação das atividades políticas através da mobilização dos favelados. No entanto, a FAFERJ viu-se em meio de conflitos novamente relacionados ao caráter de entidade representativa dos favelados e o caráter de colaboradora com os órgãos do governo.

Em 1986, Moreira Franco foi eleito governador do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo estando em oposição político-partidária ao governo, os diretores da FAFERJ, devido aos compromissos antes assumidos, têm a maioria de suas ações ligadas aos interesses governamentais. Não ocorria mobilização ou ação coletiva, somente um discurso radicalizado.

Em 1988, após uma reforma dos estatutos da FAFERJ, realizada na gestão de Nahildo Ferreira, foi estabelecida a eleição direta para a diretoria da entidade, dando direito de voto a todos os moradores de favelas filiados às Associações de Moradores. Irineu Guimarães, então, retorna através do voto direto dos moradores de favelas, à presidência da FAFERJ. Recebeu 7284 votos e a chapa de oposição encabeçada por Nilton Gomes Diqinho recebeu 2750 votos.<sup>78</sup> Os favelados votaram maciçamente na chapa que a antiga oposição classificava como desmerecedora de ocupar o lugar de representante dos favelados da cidade. A maioria dos eleitores ao votarem em Irineu Guimarães o fez pela memória das lutas travadas e da dinâmica do movimento de favelas do período da reorganização da entidade. Mesmo com a aparente desnecessidade de ações coletivas em uma conjuntura em que os órgãos de governo se antecipavam às reivindicações na realização das políticas públicas, os moradores de favelas elegeram a chapa que representava a memória da combatividade do movimento popular, a despeito do discurso da oposição que procurava apagar essa memória.

A análise de tal situação evidencia que a conjuntura de redemocratização e a conquista de direitos até bem pouco tempo negados, teve como conseqüências a retração da participação política e organização comunitária, porém os favelados desejavam que ocupassem a direção de sua entidade organizativa as lideranças que estiveram à frente das ações coletivas dos períodos mais difíceis para os favelados.

O movimento comunitário paulatinamente, a partir do início dos anos 1990, deixava de ser um ator importante no cenário político. As conquistas obtidas esvaziavam as antigas bandeiras “contra a remoção” e “pela transformação das favelas em bairros populares”. A arena política deixara de ser os espaços públicos das praças, das manifestações e passava a ser a dos gabinetes dos ocupantes dos cargos executivos.

Em 1991, o número de favelas, segundo o IBGE, era de 537, e o de moradores destas era de 962 000. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social novamente era ocupada por Pedro Porfírio, e via-se a frente de um novo e também antigo dilema: urbanizar ou remover as favelas. Muitas novas favelas tinham sido criadas devido à recessão, inflação,

---

<sup>78</sup> Ata de apuração do pleito realizado em 22.05.1988.

arrocho salarial e desemprego dos anos 1980. A secretaria deveria remover as novas favelas? Diante dessa indefinição da SMDS, a FAFERJ reafirmava sua posição a favor da necessidade de urbanizar as favelas e não reprimir novas invasões. Irineu Guimarães e toda a sua diretoria colocam-se contra a repressão às invasões e reacendem a luta pela permanência e contra as remoções.

No final dos anos 1980 e início da década de 1990 as atuações da FAFERJ concentram-se no trabalho de expansão espacial da prática associativa e no incentivo à realização de atividades culturais.

A análise das entrevistas e de outros materiais consultados possibilitou que se percebesse os “silenciamentos” e “não-ditos” sobre a presença de um novo fator causador de grande desestabilização não só das políticas públicas como também da organização política dos favelados. As favelas passavam a ser territorializadas pelo tráfico de drogas e a entidade federativa dos favelados que passava por momentos de perda paulatina de autonomia diante do Estado, vê-se em grandes dificuldades para atuar coletivamente.

Embora a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro não tenha divulgado dados precisos sobre a territorialização do espaço favelas pelo tráfico de drogas, no início dos anos 1990, a presente pesquisa pôde perceber, através dos depoimentos das lideranças faveladas, nos “ditos” e, sobretudo nos “não ditos”, que ela gerou grandes transformações no interior das comunidades. Após essa territorialização, foram vivenciadas pelos diretores das Associações de Moradores filiadas da FAFERJ, experiências que impediram as sociabilidades, o exercício de direitos como o de ir e vir ou manifestar-se livremente. Inclusive as Associações de Moradores passaram a ser objeto de cobiça por parte das quadrilhas de traficantes do varejo. Antes, conforme afirmaram, “*em off*” alguns entrevistados, “*os bandidos ficavam lá com o negócio deles e, nós prá cá, com a nossa luta por melhorias na favela. Agora não. Eles passaram a querer dominar também a Associação de Moradores*”.

Esse interesse dos membros do tráfico de drogas pelas organizações políticas dos favelados deu-se, possivelmente, devido a duas principais causas. A primeira delas está ligada à busca de expansão dos negócios da atividade que, temendo investidas de quadrilhas rivais, necessita ter o controle total sobre o território da favela. A segunda delas, ligada às tentativas do tráfico de procurar institucionalizar-se ao manter relações mais estreitas com os moradores de favelas. Considera que se inserindo como uma organização que também luta



por melhorias na comunidade, teria facilitada a aceitação das suas atividades por parte moradores da favela. No entanto uma análise mais detalhada dessas questões demanda pesquisas posteriores.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A Federação tem uma importância muito grande até hoje. Os companheiros responsáveis pela sua criação tinham uma consciência política voltada para o socialismo. Apesar de termos conseguido algumas melhorias através das lutas, a necessidade que existia naquela época existe até hoje. A Federação tem a obrigação de mobilizar as comunidades e colocar em prática a questão da educação e da cultura, mas também não é só isso, existe a luta dos trabalhadores contra o desemprego, há várias lutas que a Federação pode encabeçar. Eu tenho esperança de que ela possa voltar a assumir a frente do movimento, e não se atrelar a governo nenhum, pois, a partir do momento em que há essa união, o que prevalece é a política do partido, e quando o partido não tem objetivos para a classe explorada, ocorre uma manutenção do status atual e não coloca em prática a transformação social.)<sup>79</sup>*

Nessa dissertação que buscou memórias da criação e das atuações da Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, nas primeiras três décadas de sua existência, procurei analisar as relações de poder entre a organização federativa dos favelados da cidade e as instituições. Foram também objeto de análise as articulações internas da entidade e as redes criadas para que se desenvolvessem as ações coletivas que visavam à defesa dos interesses dos favelados. No decorrer da pesquisa, procurei estabelecer relações e inferir sobre o funcionamento da FAFERJ. Procurei, a partir do material disponível e das lembranças narradas, reunir evidências factuais sem a pretensão de chegar a uma interpretação conclusiva, mas, que possa, no entanto, contribuir para que se obtenha um melhor conhecimento sobre as especificidades da vida da organização que representa o conjunto de favelados da cidade.

Através das análises realizadas foi possível verificar que tiveram lugar, nas três décadas estudadas, práticas políticas diferenciadas que oscilaram entre a autonomia diante dos órgãos do poder e as relações clientelistas de subordinação aos órgãos do governo. A FAFERJ foi criada como um movimento de reação aos projetos e programas de governo. Eram programas que procuravam afastar, dos espaços mais economicamente valorizados, amplas

---

<sup>79</sup> (Entrevista nº 04,13.09.07: 8)

parcelas da sociedade que contribuía, substancialmente, com seu trabalho, para o desenvolvimento da cidade. As primeiras ações da entidade foram radicalmente de oposição ao processo de remoção e procuravam conscientizar o conjunto de favelados de que estes precisavam se organizar politicamente para reivindicar seu direito à cidade. As primeiras atuações da entidade, criada em 1963, no limiar da instalação da ditadura militar, a despeito da conjuntura que dificultava e mesmo impedia a organização popular, estiveram na oposição ao programa de remoção de favelas implementado pelo governador Carlos Lacerda e posteriormente pela CHISAM, durante o Governo Negrão de Lima. Tais programas, além das remoções, tinham como objetivo destruir a organização coletiva dos favelados. Os organismos da ditadura perseguiram as lideranças da FAFERJ. Muitos diretores da FAFERJ foram presos, outros desapareceram e a entidade federativa foi silenciada sendo obrigada a buscar novos meios de atuação. É neste contexto, dos anos 1970 que lideranças da FAFERJ passaram a ser cooptadas pela máquina política chaguista que se organizara e já dominava as relações políticas presentes na cidade. Naquele momento criaram-se redes clientelistas nas quais os políticos partidários do MDB patrocinavam os interesses de atores individuais ou grupais intermediando o oferecimento de bens e serviços do Estado. Levando-se em conta os interesses dos vários atores envolvidos na rede clientelista, percebe-se que essa dinâmica de funcionamento procurava uma forma de sobrevivência num meio indiferente e até adverso às demandas dos favelados da cidade. Os dados analisados sugerem que a participação da entidade no esquema clientelista ocorria como uma estratégia de atuação num meio elitista, excludente e além do mais sob a coerção exercida pelo regime de exceção instalado no país desde 1964.

A partir de 1979, quando teve lugar o processo de reorganização da FAFERJ, verificou-se o retorno dos objetivos iniciais da entidade federativa. Os entrevistados que participaram do movimento de reorganização afirmam que o que se procurava, naqueles momentos, era a conscientização dos seus direitos por parte dos moradores de favela. Ressaltaram, inclusive, que procuravam, em seus trabalhos comunitários, levar à construção de uma sociedade socialista.

Com o retorno das práticas autonomistas, a partir de 1979, a FAFERJ criou novos elos que desta vez diferenciavam-se das redes clientelistas dos anos 1970. Trata-se de redes horizontais de contatos que tinham a finalidade de articular as ações coletivas da FAFERJ com outras entidades organizativas, com artistas e intelectuais, com estudantes e

outros setores progressistas da sociedade. Os participantes desse enredamento tinham como objetivo comum a conscientização da sociedade, a luta pelas liberdades democráticas e pelo fim da ditadura militar.

O 1º e 2º Encontro Estadual de Favelas e do IV Congresso de Favelas, realizados, respectivamente, em 1981, 1982 e 1984, restabelecem uma prática interrompida em 1972, pelas perseguições impostas pelos organismos de exceção. Esses eventos reuniram os favelados para discutir suas propostas. Sob o lema da *Transformação das Favelas em Bairros Populares*, milhares de favelados votaram e aprovaram as decisões que foram encaminhadas ao governo do estado.

Basicamente a partir de 1983, novas práticas tiveram lugar nas ações da FAFERJ. Cessadas as ameaças de remoção e próximo do fim da ditadura militar, inicia-se o governo Leonel Brizola. Esse líder político recebeu um grande número de votos dos moradores de favelas que voltavam a exercer o direito de eleger seu governador após dezoito anos de interrupção do processo eleitoral democrático. Reacenderam-se as esperanças de mudanças no trato dos órgãos do governo com as favelas cariocas. A diretoria da FAFERJ e os presidentes de Associações de Moradores prontamente colocaram-se em colaboração com o governo do estado. As propostas de urbanização e transformação das favelas em bairros populares foram prontamente aceitas pelo governo do Estado. Através de programas como *Proface, Luz direta da Light e Cada Família um Lote* várias demandas dos favelados foram atendidas. No entanto verifica-se um processo de perda de autonomia da entidade federativa. Muitos diretores da FAFERJ e presidentes de Associações de Moradores, membros do Conselho de Representantes passaram a fazer parte da estrutura de governo. Ocuparam cargos públicos na Fundação Leão XIII e em outros órgãos do estado. Detecta-se, a partir daí, o retorno da prática de cooptação de lideranças.

Os anos 1990 inauguram-se com grandes dificuldades para a FAFERJ na organização da ação coletiva. Além do recrudescimento da mobilização dos moradores de favelas, as Associações de Moradores, filiadas da entidade federativa, são assediadas pelo tráfico de drogas instalado nas favelas. Assembléias e reuniões são desmobilizadas e nas eleições de diretoria inscrevem-se, e muitas vezes são eleitos, diretores que procuram colocar essas entidades a serviço dos chamados “donos do morro”. A FAFERJ, a partir do processo de territorialização das favelas da cidade pelo tráfico de drogas, passou a ter dificuldades, ainda maiores, na organização das ações coletivas.

A entrada desse novo elemento – o tráfico de drogas – na favela, implicou em novas territorializações e, ao lado de outros fatores como a fluidez do mundo moderno que favorece o individualismo, paulatinamente, foi ocorrendo a decadência das ações coletivas.

Cabe, no entanto apresentar que um dos aspectos enfatizados pela maioria dos entrevistados foi sobre a importância que teve e tem a Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro no sentido de sempre, em toda a sua trajetória, ter procurado conscientizar o conjunto de favelados e os demais setores da sociedade de que o espaço da cidade está mal distribuído e que as memórias das atuações da organização FAFERJ devem ser apresentadas para o conjunto dos moradores da cidade com o objetivo de contribuir para o melhor conhecimento das especificidades presentes na questão da favelização.

Concluo essas considerações observando que a criação e as ações da FAFERJ, ao longo das três primeiras décadas de sua existência, apresentam-se como uma história na qual estiveram presentes relações de poder e dominação, luta pelo espaço físico, social e simbólico, disputas por memórias e conflitos vários advindos dessas relações. Com a presente pesquisa percebe-se também que tão importante quanto conhecer esse conjunto de relações, é necessário conhecê-las geneticamente em seu movimento de formação, já que toda organização é, não somente a síntese das relações existentes, mas, também da história das relações. Os dados encontrados, refletidos e analisados mostram que a história está sendo feita a cada momento, buscando sempre novos caminhos sempre determinados pela emergência e análise das versões que vêm à tona. A pesquisa procurou contribuir para que o presente das favelas da cidade não escamoteie a longa história das ações que pretenderam organizar os favelados e, pretende também contribuir para análises posteriores e construção de novos conhecimentos sobre a parcela de moradores da cidade que ocupa as favelas do Rio de Janeiro.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena, *Ouvir Contar – Textos em História Oral*. Rio de Janeiro. FGV. 2004
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Espaço geográfico: entre a objetividade e a subjetividade. In. *Memória e Espaço*. COSTA, Icléia Thiesen & GONDAR, Jô (orgs). Rio de Janeiro. 7 letras. 2000
- ALVAREZ, Sonia E. (2003) Um Outro Mundo (também feminista...) é possível: Construindo Espaços Transnacionais e Alternativas Globais. In: *Revista Estudos Feministas*. V.11. nº. 2 julho/Dez.2003, Florianópolis. versão eletrônica <<http://www.scielo.br/scielo>. Data do acesso 11.06.2007
- ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2001
- AZEVEDO, André Nunes de. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. In: *Revista Rio de Janeiro*, n.10, maio-agosto 2003. Rio de Janeiro. EDUFF/UERJ/UPP/Fórum-Rio. 2003
- BAMBIRRA, Vânia, Favelas e Movimento de Favelados no Estado do Rio de Janeiro. In: *Política e Administração*. V.1, n.2. Rio de Janeiro. 1985
- BAUER, Martin W. Análise de Conteúdo Clássica; uma revisão. In. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. BAUER, Martin W.(Org.). 2002
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da Política*. Rio de Janeiro. Zahar. 2000  
.....*Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro. Zahar. 2007
- BENJAMIN, Walter. A Imagem de Proust. In. *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo. Brasiliense. 1994  
.....Experiência e Pobreza. In. *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo. Brasiliense. 1994  
.....O Narrador. In. *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo. Brasiliense. 1994  
.....Pequena História da Fotografia. In *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo. Brasiliense. 1994
- BERGSON, Henri. Cartas, Conferências e outros escritos. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo. Abril Cultural. 1979
- BLANK, Gilda. Brás de Pina – Experiência de urbanização de favela. In. *Habitação em Questão*. VALLADARES. Zahar. Rio de Janeiro. 1981
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras Lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis:Vozes.2003
- BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação; política de base e democracia no Brasil.*; Rio de Janeiro: IURPERJ, 1987

- BOTTON, Alain de. *A Arquitetura da Felicidade*. Rio de Janeiro. Rocco. 2007
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987
- .....Efeitos do Lugar. In: *A Miséria do Mundo*, (org.). BOURDIEU, Pierre, Petrópolis. Vozes. 2003
- .....*O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Berthand Brasil. 2007
- .....Condição de Classe e Posição de Classe. In: *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003
- BREDARIOL, Celso Simões. Urbanização Integrada, um Compromisso Democrático. In: *Pensar e Fazer*. Assessoria de Comunicação Social da Secretaria de Desenvolvimento Social. Rio de Janeiro. 1988
- BRUM, Mario Sérgio Ignácio. *O Povo acredita na gente: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação de Mestrado em História defendida na UFF. Rio de Janeiro. 2006
- BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela Bairro. In: *Um século de Favela*. Org. ZALUAR & ALVITO. Rio de Janeiro. FGV. 1998
- CAMPOS, Andrelino. *Do Quilombo à Favela – a Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda. 2005
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980
- .....*A Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006
- CHISAM ( Revista Institucional do Ministério do Interior). 1971
- COLEÇÃO TEMAS SOCIAIS. FAFERJ, Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. n. 172. 1982
- COMUNICAÇÕES DO ISER (Instituto de Estudos da Religião). Nº59, Ano 23, *A memória das Favelas*. 2004
- COSTA, Icléia Thiesen M. Cidadania, ética e alteridade. In : *Memória e Espaço*. COSTA, Icléia Thiesen M. & GONDAR, Jô (orgs) Rio de Janeiro. 7 letras. 2000
- COSTA, Marcus de Lontra. Favelas, Rio: a terceira cidade. In: *Módulo*. n. 57. Rio de Janeiro, 1980
- COSTALLAT, Benjamin. *Mistérios do Rio*, Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Biblioteca Carioca. 1990

- CUNHA, Marize. Mortos, Adubos, Esperas e Sonhos: histórias de favelas do Rio de Janeiro e as batalhas dos Condutores de Memória. In. *Uma Favela Cordial – imagens, discursos e experiências em comunidades*. GOUVEIA, Patrícia; COELHO, Bruno Simões; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano (orgs.). UFV. Viçosa. 2007
- DEMOCRACIA VIVA do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). n. 35. Entrevistas: Irineu Guimarães. Junho de 2007
- DOUGLAS, Mary. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Edusp. 1996
- DAMATA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco. 2001
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo. 2006
- DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982
- DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico*. Campinas: Papyrus. 1993
- ESCOBAR, Arturo. Actores e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo. Cortez. 2004
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (Org) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. FGV. 2006
- .....& FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. (orgs.). *Histórias Oral – desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FGV. 2000
- FOUCAULT, Michel.: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979
- .....*A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005
- GAGNEBIN, Jeanne M. *Lembrar escrever esquecer* São Paulo: Ed. 34 Ltda., 2006
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed. 2005
- GOMES, Laurentino. *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil. 2007
- GOMES, Manuel. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Muro. 1980
- GONÇALVES, Ana Maria . *Um defeito de cor*, Rio de Janeiro: Record. 2006
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990
- HOBSBAWM, Eric. *A Invenção da Tradição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997
- ..... *Sobre História*, São Paulo: Companhia das Letras. 2000
- IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966
- LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. São Paulo: Atlas 1980

- LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- LIMA, Nísia Verônica. *O Movimento de Favelas do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política defendida no IUPERJ. Rio de Janeiro. 1989
- MACIEL, Auterives. *Nomadização dos Espaços Urbanos*. In. *Memória e Espaço*. COSTA, Icléia Thiesen & GONDAR, Jô (orgs). Rio de Janeiro: 7 letras. 2000
- MADURO, Lídice Aparecida. Participação e Movimentos Populares. In: *Revista Ciência Política*. n. 29. Rio de Janeiro. 1986
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes. 2008
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In *História da Vida Privada 3*. SEVCENKO, Nicolsau. (org.) São Paulo: Companhia das Letras. 1998.
- MARTELETO, Regina M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. In: *Ci. Inf.*, Brasília, v. 30, n.1, p. 71-81, jan/abr. 2001.
- MENEZES, Lená Medeiros de. Em Busca do Progresso – Pereira Passos e as Posturas Municipais Rio de Janeiro (1902-1906). *Anais do 49º Congresso de Americanistas*. Quito, Equador. 1997.
- MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV. 2001
- MUNFORD, Lewis. *A Cultura das Cidades*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1961
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares* São Paulo Projeto História – Revista do Programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História.v.10, 1993
- NORONHA, Ana Maria. Pastoral de Favelas. In: *Coleção Temas Sociais*. n. 193. Rio de Janeiro. 1985
- NUNES, Guida *Rio, metrópole de 300 favelas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976
- O’GORMAN, Frances & mulheres da Rocinha e da Santa Marta. *Morro mulher*. São Paulo: Edições Paulinas e FASE, 1984
- PANDOLFI, Dulce Chaves & GRZYNSZPAN, Mario (org). *A favela fala – depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003
- PEREZ, Maurício Dominguez. *Lacerda na Guanabara – a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial. 2007
- PERLMAN, Janice E. *O Mito da Marginalidade – Favelas e Política no Rio de Janeiro*. São Paulo: Paz e Terra. 2002
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. vol. 2, n.3, Rio de Janeiro, 1989



- .....Michel. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.1, 1992
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. V.1. Rio de Janeiro. Record. 1984
- RESOLUÇÕES DO 2º CONGRESSO DO MR-8. Editora Quilombo. Outubro de 1980
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Nova Fronteira. São Paulo. 2006
- SANTANA, Marco Aurélio. Memória, Cidade e Cidadania. In. *Memória e Espaço*. COSTA, Icléia Thiesen & GONDAR, Jô (orgs). Rio de Janeiro. 7 letras. 2000
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In. *Habitação em Questão*. Valladares (org.). Zahar. Rio de Janeiro. 1981
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Social e Teoria Social*. São Paulo. Annablume. 2003
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In. *História da Vida Privada 3*. SEVCENKO, Nicolau (Org.). Companhia das Letras. São Paulo. 1998
- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. Introdução de *História da Vida Privada 3*. SEVCENKO, Nicolau (org.). Companhia das Letras. São Paulo 2006
- SILVA, Luís Antonio Machado. A Política na Favela. In: *Cadernos Brasileiros*. Nº 41. Maio-Junho 1967
- ....., & LEITE, Márcia Pereira. Favelas e Democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE 2004
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado – História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990
- TRINDADE, Cláudia Peçanha da. *Entre a Favela e o Conjunto Habitacional: programa de remoção e habitação provisória*. Dissertação de Mestrado em História defendida na UFF. Rio de Janeiro. 2006
- VALLA, Victor Vicent e alunos. *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Vozes. 1986
- VALLADARES, Lícia do Prado. A Gênese da Favela Carioca – A produção anterior às ciências sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15. nº 44. outubro 2000
- .....Associações voluntárias na favela In: *Ciência e Cultura*, v.29, n.12, 1977
- .....Cem anos Pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: *Corporativismo e Desigualdade – a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro. IUPERJ. 1989
- ..... *Passa-se uma casa*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978
- .....& MEDEIROS, Lídia. CHINELLI, Filippina. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro – uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003

- .....*A invenção da favela- do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro. FGV, 2005
- VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos. *Cidadania e Violência*.. Rio de Janeiro: FGV, 1996
- VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994
- WACQUANT, Loïc. (org) *O Mistério do Ministério – Pierre Bourdieu e a política democrática* . Rio de Janeiro. Revan. 2005
- WALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo. Vértice. 1990
- ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos ( org ). *Um século de favela*. Rio de Janeiro. FGV, 2004
- .....*A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo. Brasiliense. 1985
-

## ANEXO I

## CRONOLOGIA

Histórico das favelas do Rio de Janeiro e sua organização política <sup>1</sup>

ANO	EVENTO	FONTE
1897	Os soldados retornam de Canudos e instalam-se no Rio sobre o Morro da Providência que se torna conhecido como Morro da Favella	Valladares (2005))
1902	Pereira Passos, nomeado prefeito do Distrito Federal, idealizador e executor da reforma urbana da capital federal	Valladares (2005)
1903	Edição do Decreto 391 em 10 de fevereiro, que regulava a construção no Distrito Federal (proibia a construção de barracos toscos nas encostas dos morros)	Burgos (1998) Marins (2006) Menezes (1997)
1903	O médico sanitariaista Oswaldo Cruz inicia a coordenação dos serviços federais de saúde	Valladares (2005)
1904	Revolta da Vacina, manifestação contra as medidas higienistas de Pereira Passos e Oswaldo Cruz	Valladares (2005)
1906	Com as demolições e expulsões da reforma Pereira Passos começam a surgir os barracos do Morro da Babilônia e Dona Marta, na zona sul da cidade	Marins (006)
1907	Publicação do Relatório <i>Habitações Populares</i> pelo engenheiro E. Backheuser, contendo fotos do Morro da Favella	Valladares (2005)
1908	O jornalista João do Rio (Paulo Barreto) descreve sua visita ao Morro de Santo Antônio)	(Valladares (2005)
1909	Aparecimento das favelas da Tijuca (Telégrafos, Salgueiro, Mangueira, Andaraí)	(Marins (2006)
1912	Surgimento de favelas no Morro do Andaraí, em Copacabana, Leme e Morro de São Carlos, no Estácio	(Marins (2006)
1915	Surgem as favelas da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Morro do Pasmado em Botafogo	Marins (2006)
1917	Despejo de barracos do Morro da Babilônia, Dois Irmão e Morro dos Telégrafos	Marins (2006)
1920	O Morro do Castelo foi desmontado em nome da higiene e da estética para possibilitar maior arejamento da área central da cidade	Campos ( 2005)
1922	Semana de Arte Moderna Tarsila do Amaral produz o quadro Morro da Favella	(Valladares(2005)
1924	O jornalista Benjamin Costallat escreve a crônica <i>A favela que eu vi</i> considerando a favela uma cidade dentro da cidade	Costallat (1990)

<sup>1</sup> Foram grifados os eventos diretamente ligados à organização política dos favelados e a FAFERJ.

1926	O prefeito Prado Junior encomenda a Alfred Agache o plano urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro	Valladares (2005)
1930	Alfred Agache descreve a favela como uma lepra ameaçadora ao corpo urbano e apresenta o plano de urbanismo para o Rio de Janeiro	Valladares (2005)
1931	Portinari pinta o quadro <i>Favela</i> que está exposto no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque	Valladares (2005)
1934	Produção do primeiro longa-metragem sobre as favelas do Rio por H. Mauro: <i>Favelas dos Meus Amores</i>	Valladares (2005)
1936	Código de Obras prevê a proibição de construção de favelas	Código de Obras de 1936
1938	O jornalista Luís Edmundo descreve o Morro de Santo Antônio em <i>O Rio de Janeiro do meu tempo</i>	Valladares (2005)
1940	Vitor Tavares Moura apresenta um plano de solução para as favelas	Valla (1986)
1941	O prefeito Dodsworth elabora um projeto de higienização de favelas	Valladares (1978)
1941	Formação de uma comissão para estudo dos problemas de higiene em torno das favelas	Valladares (2005)
1942	Ocupação das casas do Parque Proletário da Gávea	Valla (1986)
1945	<b>Formação das primeiras Comissões de Moradores nas favelas Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia, para resistir à remoção para os Parques Proletários</b>	Valla (1986)
1946	Surge a Fundação Leão XIII, órgão da Arquidiocese do Rio de Janeiro	Valladares (1978)
1947	Criação de uma Comissão de Extinção de Favelas	Valladares (1978)
1948	Censo oficial de favelas (7% do total de habitantes da cidade moram em favelas)	Valladares (1978)
1948	Carlos Lacerda inicia na Coluna Tribuna da Imprensa do jornal Correio da Manhã, a Batalha do Rio	Perez (2007)
1950	1º recenseamento geral em que o IBGE define favela como categoria nacional	Valladares (2005)
1951	O jornalista Chagas Freitas lança o jornal <i>A Notícia</i> de caráter eminentemente popular	Valladares (2005)
1952	Criação pela Prefeitura do Distrito Federal do Serviço de Reabilitação de Favelas	Valladares (2005)
1953	Criação de uma nova Comissão municipal sobre os problemas das favelas	Valla (1996)
1954	<b>Criação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF)</b>	Burgos (1998)
1955	Lançamento da Cruzada São Sebastião por D. Helder Câmara	(Valla (1986)
1956	O governo municipal cria a SERFHA	Zaluar & Alvito (1998)
1956	Início da construção dos 11 prédios da Cruzada São Sebastião	Valla (1986)
1957	<b>Criação da Coligação dos Trabalhadores Favelados (CTF)</b>	Zaluar & Alvito (1998)
1958	Publicação do Relatório SAGMACS, no jornal O Estado de São Paulo	Valla (1986)
1959	Transferência da Capital Federal pª Brasília	---

1959	Criação do estado da Guanabara	---
1960	Eleição do governador Carlos Lacerda	---
1961	<i>Acordo do Fundo do Trigo</i> assinado entre o Brasil e os EUA para as favelas da cidade	Leeds & Leeds (1978) Valla (1986) Valladares (2005)
1962	Criação da COHAB	Valla (1986)
1962	A Fundação Leão XIII é incorporada pelo governo do estado da Guanabara	Valla (1986)
1963	Remoção da favela do morro do Pasmado	Burgos (1998) Valla (1986)
1963	<b>Criação da Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG)</b>	Burgos (1998) Leeds & Leeds (1978) Valla (1986)
1964	Golpe de Estado que dá origem à ditadura militar (1964-1985)	---
1964	<b>Primeiro Congresso de Favelas organizado pela FAFEG</b>	Burgos (1998) Leeds & Leeds (1978) Valla (1986) Valladares (2005)
1965	Negrão de Lima é eleito governador do estado da Guanabara	---
1965	<b>A FAFERJ organiza um plebiscito na favela do Esqueleto, cuja remoção foi anunciada, para explicitar a posição dos moradores quanto à remoção para a Vila Kennedy</b>	Leeds & Leeds (1978)
1965	<b>O presidente da FAFEG Vicente Ferreira Mariano é preso pelo DOPS</b>	Leeds & Leeds (1978)
1967	Criação da CODESCO pelo governo do estado da Guanabara com a função de urbanizar as favelas	Valladares (2005)
1967	Assinatura do Decreto N 870 que colocava as Associações de Moradores sob o controle da Secretaria de Serviços Sociais	Burgos (1998)
1968	Edição do Ato Institucional n° 5 suspendendo garantias e direitos políticos dos opositores do regime	---
1968	Assinatura do Decreto E 3330 que estabelecia como finalidade específica das Associações de Moradores a representação dos interesses comunitários perante o governo do estado	Burgos (1998)
1968	Criação da CHISAM, órgão federal encarregado da remoção de favelas	Valla (1986)
1968	<b>Segundo Congresso de Favelas organizado pela FAFEG</b>	Leeds & Leeds
1968	<b>Remoção da favela da Praia do Pinto depois de muita resistência organizada pela FAFEG</b>	Valladares (1978)
1969	<b>Remoção da favela da Ilha das Dragas e prisão de toda a diretoria da FAFEG que resistia no local</b>	Valladares (1978)
1970	Chagas Freitas é eleito governador do estado da Guanabara (1970-1974)	---
1971	<b>Morte do presidente da FAFEG Vicente Ferreira Mariano</b>	Revista do 4º Congresso (1984)
1972	<b>Terceiro Congresso de Favelas organizado pela FAFEG</b>	Valla (1986) Burgos (1998)
1975	Fusão da Guanabara com o do Rio de Janeiro	---

1976	Criação da Pastoral de Favelas	Valla )1986)
1977	Ameaça de remoção da favela do Morro do Vidigal	Narrativa dos entrevistados
1979	<b>Convocação de reunião do Conselho de Representantes da FAFERJ para reorganizar a FAFERJ</b>	Burgos (1998) Eli Diniz (1982) Narrativa dos entrevistados
1979	<b>Irineu Guimarães é eleito presidente da FAFERJ</b>	Burgos (1998) Eli Diniz (1982) Narrativa dos entrevistados
1979	A Light lança o Programa de Eletrificação nas favelas	Valladares (2005)
1979	O governo federal lança o Projeto <i>Promorar</i> organizado pelo BNH	Burgos (1998) Eli Diniz (1982)
1980	O Papa visita a favela do Vidigal	---
1981	<b>A FAFERJ organiza o Primeiro Encontro Estadual de Favelas</b>	Narrativa dos entrevistados Cartilha do Primeiro Encontro
1981	<b>O poeta Carlos Drummond de Andrade escreve o poema <i>Urbaniza-se? Remove-se?</i> para a composição do cartaz do 1º Encontro de Favelas.</b>	Narrativa dos entrevistados
1981	Criação do Cadastro de Favelas pelo IPLAN-RIO	Valladares (2005)
1982	<b>Unificação da FAFERJ presidida por Irineu com a FAFERJ presidida por Jonas Rodrigues</b>	Narrativa dos entrevistados
1982	Leonel Brizola é eleito governador do Rio de Janeiro	---
1982	<b>A FAFERJ organiza o Segundo Encontro Estadual de Favelas</b>	Narrativa dos entrevistados
1983	Criação dos Programas <i>Cada Família um Lote e Proface</i>	Burgos (1998) Valladares (005)
1983	<b>Manifesto da FAFERJ contra saques e invasões de terrenos</b>	Manifesto da FAFERJ
1984	<b>A FAFERJ organiza o Quarto Congresso de Favelas</b>	Revista do Quarto Congresso Narrativa dos entrevistados
1984	<b>Lançamento do Projeto Mutirão</b>	Burgos (1998)
1985	<b>Nahildo Ferreira é eleito presidente da FAFERJ</b>	Narrativa dos entrevistados
1988	<b>Reforma dos estatutos da FAFERJ determinando eleições diretas para eleição da diretoria da entidade</b>	Atas da FAFERJ
1988	<b>Retorno de Irineu Guimarães à presidência da FAFERJ</b>	Atas da FAFERJ Narrativas dos entrevistados
1989	Realização, em São Paulo, do 4º CONAM (Congresso Nacional das Associações de Moradores)	Fotografias Narrativa dos entrevistados
1989	<b>O Departamento cultural da FAFERJ tem intensa atuação</b>	Fotografias Narrativa dos entrevistados
1993	Massacre promovido pela polícia dentro da favela de Vigário Geral	---
1993	Primeira formulação do Projeto <i>Favela-Bairro</i>	Valladares (2005)

## ANEXO II

## Tabelas e gráficos que complementam algumas análises realizadas

Tabela 1

**RELAÇÃO FAVELA-MORADORES-POPULAÇÃO GERAL NO DISTRITO FEDERAL, 1950-1960**

Ano	Número de favelas	População favelada	População geral
1950	59	169 000	2 377 000
1960	147	335 000	3 281 000
Crescimento %	149%	98%	37%

Fonte: Parisse, apud (Valla,1986:177) <sup>2</sup>

A observação da **Tabela 1** ajuda a compreender que o aumento significativo do percentual de favelas e de moradores em favelas, por ser flagrantemente superior ao da população geral da cidade, exigiu que a favela passasse a constar dos planejamentos governamentais. Os dados comprovavam que o provisório instalara-se com caráter de permanente.

Tabela 2

**MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: 1960-1991  
FAVELAS, POPULAÇÃO TOTAL  
E POPULAÇÃO FAVELADA  
(1950-1991)**

Ano	Nº de favelas	População	
		Total (mil.hab.)	Favelada (mil.hab.)
1950	59	2 377	169
1960	147	3 281	335
1970	162	4 251	565
1980	377	5 090	717
1991	537	5 488	962

Fonte: (Fundação IBGE. Censos Demográficos. Iplanrio- 1991) <sup>3</sup>

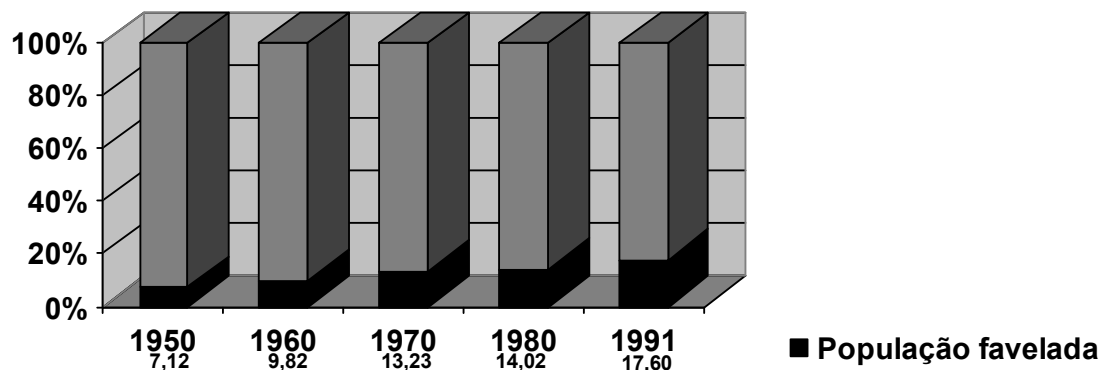
A observação da **tabela 2** permite que se verifique o crescimento do número de favelas que se instalaram na cidade, o número de moradores de favelas apurados em censos demográficos realizados entre 1950 e 1991 e também o percentual de crescimento da população favelada, sempre superior aos índices apurados relativos à população total da cidade.

<sup>2</sup> Parisse apud Valla (1986:177). Os percentuais foram acrescentados pela autora.

<sup>3</sup> Tabela apresentada em (Campos,2005:80)

Gráfico 3

**Participação percentual da população favelada no município do Rio de Janeiro em relação à população total (1950-1991)**



Fonte: (Fundação IBGE. Censos Geográficos. Iplanrio, 1991) <sup>4</sup>

O **gráfico 3** mostra a crescente participação da população favelada na composição da população total da cidade, passando de 7,12 por cento em 1950, para 17,6 por cento, em 1991.

Tabela 3

**MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
FAVELAS TERRITORIALIZADAS PELO TRÁFICO  
1995-1997 <sup>5</sup>**

APs <sup>6</sup>	Total de favelas da AP	Total de favelas territorializadas	Taxa média de territorialização da AP
1	55	32	37,2
2	33	34	41,1
3	268	100	44,0
4	110	9	6,4
5	96	22	17,0
total	562	197	29,4

Fonte: (CAMPOS, 2005,111)

<sup>4</sup> Composição dos percentuais feito pela autora à partir dos dados apresentados por (Campos,2005:81)

<sup>5</sup> Embora a pesquisa tenha se limitado às ações da FAFERJ até 1993, os dados da **tabela 3** podem ajudar a compreender, sem anacronismos, um processo iniciado nos primeiros anos dos anos 1990 e já consolidado a partir de meados da década de 1990, que interferiram profundamente nas ações das Associações de Moradores filiadas da FAFERJ.

<sup>6</sup> Áreas de Planejamento. AP1: Centro, São Cristóvão e Santa Tereza; AP2: Zona Sul e Tijuca; AP3: Bairros da Leopoldina e Subúrbios da Central; AP4: Baixada de Jacarepaguá; AP5: Bairros do Ramal de Santa Cruz.



## ANEXO III

## QUADRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS

Número	Entrevistado	Categoria	Data	Entrevistador	Observações
01	Irineu Guimarães	presidente 1979-1985 1988-1993	21.08.2005	Eladir Santos	Com objetivo de sondagem do tema. Favela: Jacarezinho
02	José de Arimatéa Campos	diretor 1979-1982	31.07.2007	Eladir Santos	Favela: Morro Jorge Turco
03	Lucio de Paula Bispo	vice-presidente 1964-1986	15.10.2007	Eladir Santos	Favela: Chapéu Mangueira relatos anotados
04	Nilton Gomes Pereira (Diquinho)	diretor 1979-1982 1985-1988	13.09.2007	Eladir Santos	Favela: Grotá
05	João Pedro Silva (cabo-verdeano)	diretor 1979-1986	29.09.2007	Eladir Santos	Favela: Manguinhos
06	José Ivan Dias Brito	diretor 1979-1986	01.10.2007	Eladir Santos	Favela: Morro do Borel
07	Joaquim Agamenon Santos	diretor 1970-1979	04.10.2007	Eladir Santos	Morro do Timbau
08	Carlos Raimundo Duque	Diretor 1979-1988	08.10.2007	Eladir Santos	Favela: Morro do Vidigal
09	Jair Caldas Correia	Presidente de associação 1959-1999	09.10.2007	Eladir Santos	Favela: Alto da Boa Vista
10	Arnaldo José dos Santos	Secretário Geral 1979-1982	02.05.2008	Eladir Santos	Favela: Parque Proletário da Penha
11	Irineu Guimarães	presidente 1979-1985 1988-1993	15.05.2008	Eladir Santos	Favela: Jacarezinho
12	Lúcio de Paula Bispo	vice-presidente 1964-1986	Sem data	Equipe do Projeto Versão do Passado	Entrevista filmada

## ANEXO IV

### Roteiro das entrevistas

- Qual o seu primeiro contato com a Federação de Favelas?
- Que memórias você tem sobre as primeiras atuações da FAFERJ?
- Que diretores ou lideranças da FAFERJ sobressaíam naquela época?
- Quais eram as principais questões reivindicadas pela FAFERJ?
- Como a diretoria da FAFERJ atuava durante o período da ditadura militar?
- Como eram as relações da FAFERJ com o governo Carlos Lacerda?
- E com o governo Negrão de Lima?
- Como a diretoria da FAFERJ e as Associações de Moradores se relacionavam com a Fundação Leão XIII?
- Como eram as relações da FAFERJ com o Governo Chagas Freitas?
- E com a Pastoral de Favelas?
- Como foi o movimento da reorganização da FAFERJ, em 1989?
- Como foi planejado e organizado, pela FAFERJ, o Primeiro Encontro de Favelas? E o Quarto Congresso?
- Como eram as relações da FAFERJ com o governo Leonel Brizola?
- Que lembranças você tem das atuações da FAFERJ diante dos projetos de urbanização dos anos 1980?
- Como atuavam os Departamentos da FAFERJ – Jurídico, Médico, Feminino e Cultural?
- Que outras lembranças da FAFERJ você gostaria de relatar?

## ANEXO V

Relação das Associações de Moradores criadoras FAFEG e da diretoria provisória da organização<sup>7</sup>

Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara

F. A. F. E. G.

SÉDE PROVISÓRIA: RUA JUPARÁ-S/Nº — MORRO DOS TELÉGRAFOS  
SUB-SÉDE: RUA DOS ANDRADAS 25 — 10.º ANDAR



Relação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara.

- |                                                                                                     |                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| 1- Associação de Amigos do Morro dos Prazeres                                                       | - Rua Gomes Lopes nº 187 (Morro dos Prazeres)                      |
| 2- Grêmio Cultural Recreativo do 117                                                                | - Rua do Bispe nº 117 (Morro do Bispe)                             |
| 3- União Pró-Melhoramento do Parque Acari                                                           | - Rua Piracambu nº 531                                             |
| 4- Sociedade Esportiva Culquemas                                                                    | - Morro dos Mineiros, Catumbi (Rua Van Erven nº 126 fa.)           |
| 5- Vila São Bartolomeu (Morro São João)                                                             | - Avenida 28 Setembro 318 A)                                       |
| 6- Sociedade de Amigos do Morro da Coroa                                                            | - Rua Adolfo Amoedo nº 169 ou 204                                  |
| 7- Associação dos Moradores Pró-Melhoramentos da Favela do Mato de Santa Tereza                     | - Rua Elizeu Viscont nº 178 fundos (Morro do Mato de Santa Tereza) |
| 8- Associação de Favela Céu Azul                                                                    | - Rua Souza Barres 393 fundos (Engenho Nove).                      |
| 9- Associação de Melhoramentos Catumbi (São Carlos)                                                 | - Rua Van Erven 126 fundos (Morro Catumbi)- Catumbi                |
| 10- União de Defesa e Melhoramentos da Barreira do Vasco                                            | - Praça Dr. Geraldo Moreira nº 1- Favela Barreira do Vasco)        |
| 11- União dos Moradores de Lucas e Adjacências (Favela de Lucas a Vigário Geral)                    | - Praça Getúlio Vargas, 11 (3 bicas)                               |
| 12- Associação dos Moradores da Favela do Macaco (Cante Alegre P.C)                                 | - Rua Joaquim Nabuco (Bairro da Vila Isabel)                       |
| 13- Associação dos Moradores do Morro Cachoeira Grande (Favela Cachoeira Grande - Lins Vasconcelos) |                                                                    |
| 14- Associação dos Moradores da Cachoeirinha (Favela da Cachoeirinha -Lins Vasconcelos)             |                                                                    |
| 15- Associação dos Moradores da Favela do Morro Azul (Betafeço)                                     | - Rua Marquês de Abrantes (Betafeço)                               |

<sup>7</sup> Pesquisa realizada em documento arquivado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Estado do Rio de Janeiro

Continuação	- 2 -	Relação das Associações de Favelas
		REGISTRO CIVIL DAS FAVELAS SUBURBANAS ALVARO CESAR DE ALBUQUERQUE MENEZES SECRETÁRIO ALVARO ATANOLDO DE SA SILVA ALVARO ATANOLDO DE SA SILVA Rua Paula Rattos - A SUBSTITUTO Av. Franklin Roosevelt, 125 - 2.º s/ 205
17- Associação dos Moradores da Favela Paula Rattos - Rio Comprido		Rua Paula Rattos - A SUBSTITUTO Av. Franklin Roosevelt, 125 - 2.º s/ 205
18- Associação Pró-Melhoramento Parque da Alegria - Favela do Parque da Alegria - São Cristóvão		Avenida Brasil
19- Sociedade Amigos Favela Santa Teresinha - Favela Santa Teresinha		Avenida Carlos Pezoto nº 110 - Bairro Icara - Tumul Novo
20- Associação dos Moradores do Morro do Dendê ( Favela do Dendê )		Morro do Dendê (Taná) - Ilha do Governador
21- Centro Pró-Melhoramento do Morro Dona Francisca - Favela Dona Francisca		Rua Dona Francisca 1/65 A
22- Sociedade dos Moradores da Vila São Bartolomeu - Favela Vila São Bartolomeu		Morro São João (Engenho)
23- Associação dos Moradores do Parque Vila Izabel ( Favela Parque de Vila Izabel )		Rua Visconde de Santa Izabel 270. Vila Izabel
24- Sociedade Água e Luz - Círculo Operário		Rua Barão de Itapaci, 33 - Rio Comprido
25- Centro Social São Sebastião ( Favela da Liberdade )		Rua Barão de Itapaci, 7 - Rio Comprido
26- Centro Social D.T.M.A. ( Favela Morro São Carlos )		Rua Frei Caneca 101 ( Estação de Sá )
27- Sociedade dos Moradores e Amigos da Catacumbas		Avenida Melância Passos 1234 ( Bairro de Icara )
28- Centro Cívico e Recreativo Dr. Oswaldo Cruz Pró-Melhoramento do Morro dos Telégrafos		Morro dos Telégrafos - Rua Juvarete s/n

*x Amaro Júlio Martins*

Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara  
F. A. F. E. G.

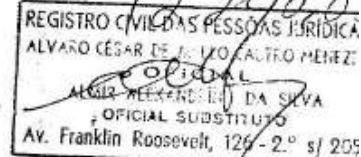
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
ALMIR ALBERTO MENZEL  
OFICIAL  
ALMIR ALBERTO MENZEL DA SILVA  
OFICIAL SUBSTITUTO  
SÉDE PROVISÓRIA: RUA JUPARÁ S/N.º — MORRO DOS CARVALHOS, 448 - 2.º s/ 20  
SUB-SÉDE: RUA DOS ANDRADAS 95 — 16.º ANDAR — CENTRO

Relação dos membros da Diretoria da F.A.F.E.G.

- Presidente:** AMARO JÚLIO MARTINS  
Estado civil: casado  
Nacionalidade: brasileiro  
Profissão: Elétre-técnico  
Residência: Dominges Ferreira nº 16 São Cristóvão
- 1º Vice-Presidente:** ANTONIO ALMIRO DE SOUZA  
Estado civil: casado  
Nacionalidade: brasileiro  
Profissão: construção civil  
Residência: São Miguel nº 482 -Tijuca
- 2º Vice-Presidente:** ETEVALDO JUSTINO DE OLIVEIRA  
Estado civil: casado  
Nacionalidade: brasileiro  
Profissão: comerciante  
Residência: Rua de Bispe 117 Alameda 32-Rio Comprido
- 1º Tesoureiro:** JOÃO MIGUEL DA SILVA  
Estado civil: solteiro  
Nacionalidade: brasileiro  
Profissão: aposentado  
Residência: Av. dos Democráticos nº 30 Mangueiras
- 2º Tesoureiro:** JOSÉ LUIZ DA SILVA  
Estado civil: casado  
Nacionalidade: brasileiro  
Profissão: funcionário aposentado  
Residência: Av. dos Democráticos nº 30 Mangueiras
- 1º Secretário:** FELICIANO DA SILVA NEVES  
Estado civil: casado  
Nacionalidade: brasileiro  
Profissão: Motorista  
Residência: Matupiri nº 120 Barreira do Vasco
- 2º Secretário:** FRANCISCO XAVIER DE FARIAS



## ANEXO VI

Primeiro Estatuto da FAFEG<sup>8</sup>

"Cópia autêntica de Estatuto da  
Federação das Associações de  
Favelas do Estado da Guanabara"

CAPÍTULO I - DA CONSTITUIÇÃODa denominação - Sede - Fôre - FinalidadesArtigo 1º

A F.A.F.E.G foi fundada em 6 de julho de 1963, e é uma sociedade civil de duração ilimitada, com sede à Rua Jupará s/n, Favela de Merre dos Telégrafos, no Bairro da São Cristóvão, na Cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado da Guanabara.

Artigo 2º - A F.A.F.E.G tem por finalidade:

- a) Congregar todas as organizações pró-melhoramento que tenham vida nas Favelas do Estado da Guanabara.
- b) Lutar pela defesa de suas filiadas em todos os setores locais, estaduais, nacionais e internacionais, tanto no âmbito Social como no âmbito Jurídico.
- c) Promover intercâmbio de experiências entre suas filiadas, para melhor entressamento entre as mesmas.
- d) Promover cursos sobre assuntos relacionados com a organização, direção, divulgação, etc., de suas filiadas.
- e) Apoiar e orientar as iniciativas sadias das associações filiadas.
- f) Observar rigorosamente a Lei e os princípios da moral e da consciência que regem os deveres Cívicos.
- g) Estudar e criar projetos de Lei de interesse dos favelados, de acôrde com as filiadas.
- h) Colaborar com as autoridades constituídas no desempenho de suas funções na promoção do bem comum.

Artigo 3º - Pode ser usado e nome por extenso da FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO ESTADO DA GUANABARA, ou a abreviatura F.A.F.E.G.

Artigo 4º - Poderão ser filiadas à F.A.F.E.G todas as organizações que tenham vida nas favelas do Estado da Guanabara, e que tiverem --

<sup>8</sup> Pesquisa realizada em documento arquivado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Estado do Rio de Janeiro

- 2 -

teria da F.A.F.E.G., dando-se prioridade às ~~Associações~~ **Associações** Ir-  
Melhoramentos.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
CIVIL DO CAR. DE JUIZO CASTRO MENDES  
OFICIAL  
ALMER ALEXANDRE DA SILVA  
OFICIAL SUBSTITUTO  
AV. ITAUBIRA, 100 - JARDIM BOA VISTA - SÃO PAULO - SP

Artigo 5º Na não aceitação ou aprovação de pedido de inscrição de filiadas cabe recurso ao C.D da F.A.F.E.G.

Artigo 6º São filiaidas fundadoras da F.A.F.E.G todas aquelas organiza-  
ções de Favelas e Morros, que tiverem seus nomes e de seus di-  
rigentes, assinalados e assinados na Ata da Assembleia Geral  
de oficialização da F.A.F.E.G.

Artigo 7º São deveres das filiadas:

- a) Pagar mensalmente suas contribuições para as despesas da F.A.F.E.G
- b) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.
- c) Zelar pelo patrimônio moral e material da F.A.F.E.G.
- d) Pagar pontualmente as contribuições vigentes.
- e) Não discutir política partidária, religião ou ideologia na F.A.F.E.G.

Artigo 8º São direitos das filiadas:

- a) Votar e ser votado para cargos previstos no presente esta-  
tuto.
- b) Apresentar sugestões, projetos ou críticas construtivas aos  
objetivos da F.A.F.E.G.

#### CAPÍTULO II - DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES

Artigo 9º São dirigentes da F.A.F.E.G :

- a) Assembleia geral das filiadas
- b) Conselho Deliberativo
- c) Diretoria

Artigo 10º A Assembleia Geral das filiadas em pleno gozo de seus direitos  
será o órgão soberano da F.A.F.E.G.

Artigo 11º A Assembleia geral das filiadas reúne-se semestralmente para -  
apreciação de relatório anual da Diretoria, discutir para apre-  
var ou não o balanço anual de sr. Tesoureiro da F.A.F.E.G.

Artigo 12º A Assembleia geral das filiadas reúne-se extraordinariamente -  
por convocação de sr. Presidente da F.A.F.E.G, su per 2/3 das  
Filiadas, em pleno gozo dos seus direitos.

§ 1º - Tanto ordinariamente como extraordinariamente, a Assembleia -  
geral das filiadas, deverá ser convocada e a sua convocação --  
divulgada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, com a má-  
xima divulgação possível.

§ 2º A Assembleia geral das filiadas funcionará em primeira conve -



3

& 3ª - A Assembleia geral das filiadas somente poderá apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, divulgada com a sua convocação.

Artigo 13ª - A Assembleia geral das filiadas será presidida e secretariada, respectivamente pelo presidente e 1ª secretário da ... F.A.F.E.G.

REGISTRO CIVIL DAS EMPRESAS JURÍDICAS  
ALVARO CESAR DE MELLO TAVARES  
ALFONSO DA SILVA  
OFICIAL SUBSTITUTO  
Av. Franklin Roosevelt, 126 - 2.º s/ 205

#### CAPÍTULO III - DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 14ª - O Conselho Deliberativo é o órgão de controle fiscal e deliberativo da F.A.F.E.G, composto de 1 (um) membro para cada favela ou morre filiada à F.A.F.E.G, eleitos pelas respectivas favelas ou morres, sob a orientação e fiscalização da FIA.F.E.G.

- & 1ª - Poderão ser membros de C.D todas as favelas filiadas a F.A.F.E.G em pleno gozo de seus direitos.
- & 2ª - No caso de demissão ou impedimento de qualquer membro de C.D antes de término de mandato, caberá necessariamente sobre outro membro da favela vaga.
- & 3ª - Obrigatoriamente, as eleições para o C.D serão realizadas - 10 (dez) dias após a eleição da Diretoria da F.A.F.E.G.

Artigo 15ª - Compete ao Conselho Deliberativo:

- A) Discutir, aprovar ou não aprovar e plans de ação para o bienio da administração, e zelar pela sua integral aplicação.
- B) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.
- C) Apreciar os recursos contra atos da Diretoria.

Artigo 16ª - As reuniões de C.D serão bi-mensais, sendo presidida e secretariada por membros de próprio conselho, eleitos em cada reunião, e ainda assessorados por mais dois conselheiros, ou seja: Um vice-Presidente e um Relator.

& Único - Todavia para o conselho se reunir torna-se necessário a presença, no mínimo de 36 (trinta e seis) membros.

Artigo 17ª - O Conselho Deliberativo fará suas reuniões extraordinárias por convocação da Diretoria, ou por 2/3 dos seus membros, ou ainda por solicitação de 1/3 das filiadas da F.A.F.E.G, em pleno gozo de seus direitos.

#### CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA

Artigo 18ª - A Diretoria da F.A.F.E.G é composta dos seguintes membros:

- a) Presidente

- 4 -

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
 ALVARO CESAR DE ALEIXANDRO MENEZES  
 ALMIR ALEXANDRE DA SILVA  
 OFICIAL SUBSTITUTO  
 Av. Franklin Roosevelt, 126 - 2.º s/ 205

- d)- 1º Tesoureiro
- e)- 2º Tesoureiro
- f)- 1ª Secretária
- g)- 2ª Secretária
- h)- 3ª Secretária

- Art. Único -** A Diretoria eleita terá obrigatoriamente que ser composta de membros de faixas diferentes.
- Artigo 19º -** Compete ao Presidente:
- a) Representar a P.A.F.E.G em todas as atividades, bem como perante os tribunais, assim como movimentar todas as contas bancárias, de conformidade com a Tesouraria.
  - b) Tomar todas as providências necessárias ao bom funcionamento das atividades da P.A.F.E.G.
  - c) Coordenar junto aos demais membros da Diretoria as atividades da P.A.F.E.G.
  - d) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.
- Artigo 20º -** Compete aos Vice-Presidentes:
- a) Substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.
  - b) Supervisionar e estimular as atividades da diretoria da P.A.F.E.G em todos os setores.
- Artigo 21º -** Compete ao 1º Secretário:
- a) Pagar atas das assembleias gerais das Filiais.
  - b) Coordenar todas as atividades das demais secretarias, bem como da Tesouraria.
  - c) Supervisionar todas as atividades da P.A.F.E.G em todos os setores.
- Artigo 22º -** Compete ao 2º Secretário:
- a) Redigir todas as atas das reuniões da Diretoria da P.A.F.E.G.
  - b) Organizar todas as fichários e arquivos da P.A.F.E.G mantendo-os sempre atualizados.
- Artigo 23º -** Compete ao 3º Secretário:
- a) Planejar as atividades da sua secretaria, submetendo-as à aprovação da Diretoria.
  - b) Providenciar a confecção de boletins, circulares, manifestos destinados a difundir as atividades e os objetos da P.A.F.E.G.
  - c) Promover a máxima divulgação possível da P.A.F.E.G através da imprensa escrita, falada e televisada de nesse Estado.
- Artigo 24º -** Compete aos Tesoureiros (1º e 2º):
- a) Apresentar bi-mensalmente as prestações de C.D e balan-

- 5 -

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
ALVARO CESAR DE MELLO CASTRO HENEZES  
ALMIR ALEXANDRE DA SILVA  
OFICIAL SUBSTITUTO

- b) Efetuar a cobrança das contribuições afetos a cada filiada.
- c) Anualmente apresentar o balanço geral da F.A.F.E.G. para apreciação da Assembleia Geral das Filiações, após a aprovação deste pelo C.D.
- d) Depositar em banco toda a importância superior a Cr\$ 5.000, (Cinco mil cruzeiros).

CAPÍTULO V - DAS ELEIÇÕES, DURAÇÃO DO MANDATO  
E PENALIDADES

- Artigo 25º- As eleições para a direção da F.A.F.E.G. previstas neste estatuto, serão realizadas de 2 em 2 anos, até o dia 31 de janeiro de ano em questão, respeitadas as o artigo 11º para o grafo 3º deste estatuto.
- Artigo 26º- A votação para os cargos previstos será secreta e o voto direto.
- Artigo 27º- As chapas para concorrerem às eleições terão que ser apresentadas até 5 (cinco) dias antes do dia e entregue em 3 (três) vias à Diretoria da F.A.F.E.G.
- § 1º É condição essencial para concorrer às eleições da F.A.F.E.G. para a Diretoria, ou ser nomeado para os departamentos, que o candidato resida efetivamente em uma favela do Estado da Guanabara, sendo destituído de cargo, todo o Diretor da F.A.F.E.G. que deixar de residir numa favela.
- Artigo 28º- Terão direito a voto todas as membros filiadas que estiverem quites com a tesouraria, de conformidade com a relação fornecida antecipadamente à presidência.
- Artigo 29º- As eleições serão realizadas na sede de uma das filiações da F.A.F.E.G. a ser determinada pela Diretoria.
- Artigo 30º- A apuração realizar-se-á após terminada a votação devendo participar da eleição e da apuração, um representante de cada concorrente, funcionando os mesmos como fiscais.
- Artigo 31º- A posse dos eleitos dar-se-á no prazo de 20 dias após as eleições, devendo a solenidade de posse ser amplamente divulgada.
- § Único Os diretores só poderão ser reeleitos por mais um período de 2 (dois) anos.
- Artigo 32º- Os filiadas que não cumprirem o presente estatuto estão sujeitos às seguintes penalidades:
- Advertência
  - Suspensão por tempo indeterminado de seus direitos de filiada, bem como de suas funções na F.A.F.E.G.

as Gerais, a Diretoria da F.A.F.E.G.

Artigo 32º

Da decisão do Presidente e da Diretoria sobre recursos para C.D. e para a Assembleia Geral, cabendo ao filiada ou filiada a mais ampla defesa.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
AV. PRES. FRANKLIN ROOSEVELT, 126 - 2.º S/205  
OFICIAL SUBSTITUTO

#### CAPÍTULO VI - DAS RENDAS E PATRIMÔNIOS

Artigo 33º Sem exclusão dos demais atos que lhes são peculiares, pedirá a F.A.F.E.G.:

- a) Cobrar contribuições mensais das filiações ou filiadas.

#### CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS TRANSITÓRIAS

Artigo 34º Todos os casos anexas de interesse da F.A.F.E.G. serão resolvidos por deliberação:

- a) Quando tratar-se de administração da F.A.F.E.G., o órgão competente é a Diretoria;  
b) Quando tratar-se de interesse local das filiações, o órgão competente é o Conselho Deliberativo;  
c) Quando tratar-se de interesse geral das filiações, o órgão competente é a Assembleia Geral, das Filiações.

Artigo 35º Em qualquer caso de dissolução da F.A.F.E.G., o seu patrimônio passará às suas filiações quitas, de acordo com a Assembleia Geral, respeitando-se as dévidas existentes.

Artigo 36º Fica a Diretoria provisória com poderes para organizar a F.A.F.E.G. até a convocação das eleições, dentro dos artigos, parágrafos e itens previstos, neste estatuto no seu capítulo V.

Artigo 37º As filiações não responderão nem mesmo subsidiariamente por dévidas contraídas pela F.A.F.E.G.

Artigo 38º O Mandato da Diretoria provisória, para sua organização, estará compreendido no período de 10 de agosto de 1963 a 31 de janeiro de 1965.

Artigo 39º O presente estatuto só poderá ser reformado após 1 (um) ano de vigência, a contar da data de sua aprovação, mediante entendimento prévio, com o 1º Congresso de moradores em Morros e Favelas do Estado da Guanabara.

Artigo 40º O presente estatuto entrará em vigor a partir de 1º de agosto de 1963, data de sua aprovação.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
AV. PRES. FRANKLIN ROOSEVELT, 126 - 2.º S/205  
Apresentado em 10/08/63, para registro, apontado sob o n.º de ordem 130/63 do Livro A nº 3 de 1963. Registrado sob o n.º de ordem 1442 do Livro A nº 3 de 1963.  
do REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

*Amara Silva*

## ANEXO VII

Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro determinando a extinção da Ação Cível proposta pelos antigos diretores com o objetivo de impedir a reorganização da entidade em 1979

*espectu  
Faura  
Morais.  
-6*

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO

5910



Apelação Cível nº 13.657

Ação para impedir convocação de eleição de diretoria de sociedade civil, proposta contra ex-diretores apontados como ilegítimos. Extingue-se a ação, por falta de objeto, do momento em que se constituiu e foi empossada a nova diretoria da sociedade.

Caso de dualidade de diretorias, através de atos coletivos distintos.

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 13.657, apelante A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e apelados FRANCISCO VICENTE DE SOUZA E OUTROS. processo julgado em sessão de 16 de dezembro corrente,

ACORDAM os Juizes da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade de votos, em dar provimento em parte ao recurso, para cassar a parte da sentença recorrida que declarou a autora parte ilegítima para promover a presente ação, mas julgar extinta a mesma ação, por falta de objeto.

Assim decidem, incorporando ao presente o relatório de fls. 240/241, porque tendo sido constituída a diretoria promotora da ação através eleições, a que estiveram presentes associações filiadas em número substancial, produzindo e feitos esses atos constitutivos, a sua anulação só pode ser pronunciada em ação direta, a requerimento de quem possa se reputar órgão diretor de pessoa jurídica. Os réus da presente ação confessadamente não detêm poderes de representação na sociedade, por já estar extinta o mandato que exerciam, além de não haverem oposto reconvenção ou pleiteado a anulação em ação paralela.

Mas afastado o vício de ilegitimidade, a

-1-

*ABR6*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO

5910



presente ação não pode prosseguir, porque o seu objeto precipuo era impedir a convocação de eleições pelo grupo de associados contrário ao que as promoveu. Ocorre que essas eleições já foram realizadas, constituindo-se nova diretoria formada por outras pessoas que não as que aqui figuram como partes passivas.

Assim perdeu ela o seu objeto e o pedido não pode ser estendido a essas outras pessoas e abranger a anulação desses atos jurídicos. Semelhantemente, ao que se decidiu em relação aos autores, só em ação direta é que será possível promover a anulação dos atos constitutivos acima referidos. A Justiça poderá dizer então qual é das partes que ostenta títulos sem vícios e excludentes de legitimidade da outra.

Ocorre, por enquanto, uma dualidade de diretorias e um conflito que não é cabível nestes autos.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1980

*Nauli Dourado de Gusmão*  
Des. Dourado de Gusmão - Presidente e Revisor

*Glauco Tostes Filho*  
Des. Glauco Tostes Filho - Relator

## ANEXO VIII

## Certidão de dados existentes nos fundos SNI-CGI-CSN



CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
ARQUIVO NACIONAL  
COORDENAÇÃO REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

Em cumprimento ao despacho exarado no Requerimento nº 0.078/2008 de Arnaldo José dos Santos, brasileiro, filho de José Luiz dos Santos e Antonia Oliveira dos Santos, portador da Carteira de Identidade nº 041588, expedida pela OAB/RJ, e do CPF nº 359.717.977-00, autuado sob o nº 00322.000726/2008-DV, no qual solicita certidão de dados existentes nos fundos SNI/CGI/CSN. **CERTIFICO** que a pesquisa nas bases de dados identificou que o nome "**Arnaldo José dos Santos**" é citado nos seguintes dossiês/ACEs:

## BASE DE DADOS SNI

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
ARJ	26 /04 /1968	C	C0081838	1968	ARJ C008183 8 68	RJ

**Assunto**

I CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAMERJ. 4. 3.

**Texto**

REALIZOU SE DE 27 A 29 MAI 83, O CONGRESSO EM EPIGRAFE, E CONTOU COM O APOIO DO GOVERNO ESTADUAL NO LOCAL, FORAM VENDIDOS EXEMPLARES DOS JORNAIS HP E TLO, PELA FAU, QUE, EM LIGAÇÃO COM A COSPLAM, REALIZOU O RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES, ATRÁVES DE ABAIXO ASSINADO EM FAVOR DOS PRESOS POLITICOS NO URUGUAI. FOI OBSERVADO QUE AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS ESTÃO, NA SUA MAIORIA, CONTROLADAS PELO PC DO B E MRB, QUE COM ESSE CONTROLE E GRANDE INFLUENCIA NA FAMERJ, FATALMENTE ESTARÃO CONTROLANDO O MOVIMENTO DE MASSA, POR UM PERIODO DE TRES ANOS, NOS BAIRROS DO RIO DE JANEIRO. PARTICIPANTES DO ENCONTRO, PESSOAS QUE FIZERAM USO DA PALAVRA E SINTESE DE SEUS PRONUNCIAMENTOS; TESES DISCUTIDAS APROVAÇÃO DO ESTATUTO E ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA FAMERJ . OBSERVAÇÃO: OS NUMEROS QUE APARECEM REGISTRADOS APOS OS NOMES E ENTIDADES, REFEREM SE AOS NUMEROS DAS PAGINAS DO DOCUMENTO MICROFILMADO NAS QUAIS OS NOMES E ENTIDADES SÃO CITADOS.

**Anexos do Documento**

SEM INFORMAÇÃO

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS 05 NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNI

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
CISA RJ	21 /01 /1980	C	A0055153	1980	AC. A005515 3 80	AC

**Assunto**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS.

**Texto**

O EPIGRAFADO E MUITO LIGADO AO VER ACNC, MILITANTE DO MR 8. FOI UM DOS ELEMENTOS RELACIONADOS COMO TENDO POSICIONAMENTO RADICAL NO ME DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRJ, HA POSSIBILIDADE DO NOMINADO ESTAR SENDO CONTATADO PELO SUBVERSIVO ACNC PARA ADERIR AO MR 8.

**Entidade**

CENTRO ACADEMICO CANDIDO DE OLIVEIRA CACO NNNNNNNN.  
MOVIMENTO REVOLUCIONARIO 8 DE OUTUBRO NNNNNNNN.  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO UFRJ NNNNNNNN.

**Anexos do Documento**

SEM INFORMAÇÃO

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS NNNNNNNN.

## BASE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
A2 III COMAR	19 /05 /1980	C	C0028460	1980	ARJ C002846 0 80	RJ

**Assunto**

LIGAÇÕES NO PROCESSO SUBVERSIVO.

**Texto**

A LIDERANÇA NA FAFERJ VEM SENDO DIVIDIDA ENTRE AS ORGANIZAÇÕES MR8 E PCB. SUA ATUAL DIREÇÃO É COMPOSTA POR: PRESIDENTE IG, MR8; VICE PRESIDENTE, LPB, PCB; SECRETARIO GERAL, AJS, MR8; PRIMEIRO DIRETOR DE DIVULGAÇÃO, NGP, MR8; SEGUNDO DIRETOR DE DIVULGAÇÃO, RMP, PCB; SEGUNDO TESOUREIRO, JAC, MR8; PRESIDENTE DE MESA AS, ACO; E, PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL JL, PCB.

**Anexos do Documento**

SEM INFORMAÇÃO

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS AJS NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
116 ARJ	08 /09 /1980	C	C0035324	1980	ARJ.C003532 4 80	RJ

**Assunto**

JORNAL DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 3.3.1.

**Texto**

A FAFERJ, ENTIDADE SOB O CONTROLE DE MILITANTES DO PCB E MR 8, PUBLICA O JORNAL DA FAFERJ ONDE SÃO VEICULADOS ASSUNTOS POLITICOS CONTENDO ATAQUES AO REGIME EM VIGOR. DO CORPO DIRETIVO DO REFERIDO ORGÃO DE DIVULGAÇÃO CONSTAM IG, LPB, NGP, AJS, JAC E JL.

**Anexos do Documento**

SEM INFORMAÇÃO

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS AJS NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
116 ARJ	28 /10 /1980	C	C0038155	1980	ARJ C003815 5 80 AC. C003815 5 80	RJ

**Assunto**

INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS DIVERSOS SETORES DE ATIVIDADE 3.3.

**Texto**

LEVANTAMENTO REFERENTE AO PERÍODO DE ABR A OUT 80, SOBRE INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS DIVERSOS SETORES DE ATIVIDADE, ONDE ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS, NOTADAMENTE O PCB E O MR8 ATUAM OSTENSIVAMENTE, TAL COMO OCORRE NA APPD RJ, FAFERJ, IUPERJ, E PMDB.

**Anexos do Documento**

SEM INFORMAÇÃO

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
116 ARJ	04 /09 /1981	C	C0050982	1981	ARJ C005098 2 81 AC. C005098 2 81	RJ

**Assunto**

PENETRAÇÃO DO MR 8 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

**Texto**

PENETRAÇÃO DO MR 8 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. PRINCIPAIS LIDERES. ATUAÇÃO DOS BRIGADISTAS DO MR 8. INFILTRAÇÃO NO PMDB, MOVIMENTO ESTUDANTIL, MOVIMENTO OPERARIO, ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS. ABSORÇÃO DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS.

**Anexos do Documento**

COPIAS XEROX DE RECORTES DE JORNAL E REVISTA.

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS NNNNNNNN.



## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
CTE	18 /08 /1982	C	A0269578	1982	AC. A026957 8 82	AC

**Assunto**

INFLUENCIA DA GUERRA DAS MALVINAS NA ECONOMIA SUL AMERICANA 3. 2. 5. 3.

**Texto**

NO DIA 06 JUL 82, NO AUDITORIO DA ABI, FOI REALIZADO UM DEBATE SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DAS MALVINAS, PATROCINADO PELO CENN. OS COMPONENTES DA MESA FORAM UNANIMES EM CRITICAR A INTERFERENCIA DOS EUA NA GUERRA, COMO POTENCIA IMPERIALISTA QUE TENTA DOMINAR A AMERICA LATINA; FOI CRITICADA, TAMBEM, A ATUAÇÃO DO PRESIDENTE LG. O REGIME MILITAR ARGENTINO FOI TACHADO DE FASCISTA E O PERONISMO ENALTECIDO.

**Anexos do Documento**

SEM INFORMAÇÃO

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
116 ARJ	17 /09 /1982	C	C0069589	1982	ARJ C006958 9 82 AC. C006958 9 82	RJ

**Assunto**

MILITANTES E SIMPATIZANTES DO MOVIMENTO REVOLUCIONARIO 8 DE OUTUBRO, MR8, NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, ESPIRITO SANTO E OUTROS.

**Texto**

OS ELEMENTOS ABAIXO RELACIONADOS, FORAM LEVANTADOS COMO MILITANTES E SIMPATIZANTES DO MR8 NOS ESTADOS DO RJ, ES, SP, BA, RS, PA, AM E PB. ORGÃO OU MOVIMENTO EM QUE ATUAM. FUNÇÃO NO PARTIDO. OBSERVAÇÃO: OS NUMEROS QUE APARECEM REGISTRADOS APOS OS NOMES, REFEREM SE AOS NUMEROS DAS PAGINAS DO DOCUMENTO MICROFILMADO, NAS QUAIS OS NOMES SÃO CITADOS.

**Anexos do Documento**

RELAÇÃO NOMINAL.

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
E2 IEX	04 /05 /1982	C	C0072013	1982	ARJ C007201 1 82	RJ

**Assunto**

ATO PUBLICO DE SOLIDARIEDADE AO POVO DE EL SALVADOR 3. 3. 1.

**Texto**

REALIZOU SE NO DIA 26 MAR 82, NA CINELANDIA RJ, UM ATO PUBLICO EM SOLIDARIEDADE AO POVO DE EL SALVADOR, PATROCINADO PELO COSPES E PELA COSPLAM. ESTIVERAM PRESENTES AO EVENTO, ENTRE OUTROS, OS ELEMENTOS ABAIXO RELACIONADOS, TODOS COM MILITANCIA NA AREA DA SUBVERSÃO, BEM COMO VARIAS ENTIDADES SE FIZERAM REPRESENTAR. VARIOS ORADORES FIZERAM USO DA PALAVRA, ENTRETANTO, OS DISCURSOS QUE MAIS SE DESTACARAM FORAM OS PRONUNCIADOS POR BDB, PRESIDENTE DO CBAPES, QUE LEU MANIFESTO EM DESAGRAVO A DETENÇÃO DE MAAC; POR LCP, QUE CONCLAMOU O POVO A UNIR SE EM MASSA PARA DERROTAR O ATUAL REGIME; E POR CAC, QUE PEDIU AS MULHERES QUE SE FIZESSEM TAMBEM PRESENTES NA LUTA DE LIBERTAÇÃO DO JUGO MILITAR. CONSTAM DADOS DE QUALIFICAÇÃO.

**Anexos do Documento**

SEM INFORMAÇÃO

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
16 AC	07 /04 /1983	C	A0322040	1983	ARJ C007900 5 83 AC. A032204 0 83	AC

**Assunto**

ATUALIZAÇÃO DE ENDEREÇOS DE MILITANTES DO MR8.

**Texto**

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DOS SEGUINTES MILITANTES DO MR8: CAVM, ACC, JMN, AMBC, HTL, JATR, PHAR, AJS, DMS, E MAG. OS TRES PRIMEIROS PERTENCÊM AO CC MR8 E OS DEMAIS SÃO EX MEMBROS DO EXTINTO CR RJ MR8.

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS AJS NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
CIE	11 /05 /1983	C	A0334637	1983	AC. A033463 7 83	AC

**Assunto**

DIVERGENCIAS NA ORGANIZAÇÃO SUBVERSIVA MR8 RJ 3.2.4.1.

**Texto**

OCORREU UMA CISÃO NA DIREÇÃO DO MR8 QUE CULMINOU COM A DIVISÃO DA ORGANIZAÇÃO EM DUAS ALAS: MODERADA E RADICAL E COM A DISSOLUÇÃO DO CR RJ MR8. NO DIA 05 JAN 83, O SECRETARIADO REGIONAL DO RIO DE JANEIRO DA ALA RADICAL, CONSIDERANDO SE ORGÃO MÁXIMO DE DIREÇÃO DO MR8 NA REGIÃO; REASSUMIU SUAS FUNÇÕES E CONVOCOU O IV CONGRESSO QUE SERÁ REALIZADO EXTRAORDINARIAMENTE. TAL FATO DETERMINOU QUE CADA ALA SE MOVIMENTASSE BUSCANDO DIVULGAR E JUSTIFICAR AS SUAS DIRETRIZES, COM O OBJETIVO DE ARREGIMENTAR O MAIOR NÚMERO POSSÍVEL DE ADEPTOS. MEMBROS DAS ALAS MODERADA E RADICAL DO MR8 NO RIO DE JANEIRO.

**Entidade**

COMITÊ REGIONAL DO RIO DE JANEIRO DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO CR RJ MR8 NNNNNNNN.  
MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO MR8 NNNNNNNN.

**Anexos do Documento**

SEM INFORMAÇÃO

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
16 ARJ	09 /11 /1983	C	C0098784	1983	ARJ C009878 4 83 AC. C009878 4 83	RJ

**Assunto**

PALESTRA PROMOVIDA PELO MR8 EM CAMPOS RJ.

**Texto**

PRECEDIDO DE AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUIDO CONVITE IMPRESSO AO COMANDANTE DO 568INF O MR8, SOB A FACHADA DO JORNAL HP, REALIZOU NO DIA 22 SET/83, UM DEBATE SOBRE O TEMA MORATORIA E CRISE ECONOMICA. AO EVENTO, CUA PRESIDENCIA FOI EXERCIDA POR SOR, ANTIGA MILITANTE DO MR8 NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE, COMPARECERAM CERCA DE OITENTA PESSOAS, TENDO FALADO PELO JORNAL HP, ACNC. ATUARAM COMO DEBATEDORES: SDN, PV PRESIDENTE DA ACIC; E RFL. ACNC PROPOS AOS PRESENTES A FORMAÇÃO DE UMA FRENTE NACIONALISTA EM FAVOR DA MORATORIA UNILATERAL. NADA FOI APURADO QUANTO A LCD E AJS.

**Entidade**

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPOS ACIC NNNNNNNN.  
JORNAL HORA DO POVO HP NNNNNNNN.  
MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO MR8 NNNNNNNN.  
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO PMDB NNNNNNNN.

**Anexos do Documento**

COPIAS DE: 01 PANFLETO; 02 CONVITES; PRONTUÁRIO DE SOR.

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS AJS NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
19 ARJ	30 /06 /1983	C	C0081498	1983	AC C008149 8 83	RJ

**Assunto**

I CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAMERJ. 4. 3.

**Texto**

REALIZOU SE DE 27 A 29 MAI 83, O CONGRESSO EM EPIGRAFE, E CONTOU COM O APOIO DO GOVERNO ESTADUAL NO LOCAL, FORAM VENDIDOS EXEMPLARES DOS JORNAIS HP E TLO, PELA FAU, QUE, EM LIGAÇÃO COM A COSPLAM, REALIZOU O RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES, ATRAVÉS DE ABAIXO ASSINADO EM FAVOR DOS PRESOS POLÍTICOS NO URUGUAI. FOI OBSERVADO QUE AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS ESTÃO, NA SUA MAIORIA, CONTROLADAS PELO PC DO B E MR8, QUE COM ESSE CONTROLE E GRANDE INFLUÊNCIA NA FAMERJ, FATALMENTE ESTARÃO CONTROLANDO O MOVIMENTO DE MASSA, POR UM PERÍODO DE TRÊS ANOS, NOS BAIRROS DO RIO DE JANEIRO. PARTICIPANTES DO ENCONTRO, PESSOAS QUE FIZERAM USO DA PALAVRA E SÍNTESE DE SEUS PRONUNCIAMENTOS; TESES DISCUTIDAS APROVAÇÃO DO ESTATUTO E ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA FAMERJ. OBSERVAÇÃO: OS NÚMEROS QUE APARECEM REGISTRADOS APOS OS NOMES E ENTIDADES, REFEREM SE AOS NÚMEROS DAS PAGINAS DO DOCUMENTO MICROFILMADO NAS QUAIS OS NOMES E ENTIDADES SÃO CITADOS.

**Anexos do Documento**

SEM INFORMAÇÃO

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS 05 NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
16 ARJ	22/05/1984	C	C0107130	1984	ARJ C010713 0 84 AC. C010713 0 84	RJ

**Assunto**

PALESTRA DE LCP, EM CAMPOS RJ.

**Texto**

A CONVITE DO DANF FFC, ESTEVE NA CIDADE DE CAMPOS RJ, NO DIA 04 ABR 84, O EX SECRETÁRIO GERAL DO PCB, LCP OCASIÃO EM QUE PROFERIU PALESTRA NAQUELE EDUCANDÁRIO SOBRE O TEMA LUTAS SOCIAIS NO BRASIL. LCP FALOU ENTRE OUTRAS COISAS, SOBRE A SUA PARTICIPAÇÃO E INGRESSO NO PCB; A REVOLUÇÃO DE 1964; O SEU EXÍLIO NA URSS; OS PRINCÍPIOS DO MARXISMO LENINISMO E STALIN; AS METAS DO COMUNISMO NO BRASIL; A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NO PROCESSO POLÍTICO E SOBRE O IMPERIALISMO. CONCLAMOU O PROLETARIADO A FORMAR UM PARTIDO QUE PODERIA SER DENOMINADO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO, O QUAL SURTIRIA DE UMA VIRADA TOTAL E DA MOBILIZAÇÃO DE TODOS OS SEGMENTOS DE TRABALHADORES DO PAÍS. ELEMENTOS IDENTIFICADOS. VIDE MICROFICHA ALTERAÇÃO MF1.

**Anexos do Documento**

SEM INFORMAÇÃO

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
16 AC	03/07/1984	C	A0433792	1984	ARJ C010845 5 84 ASP E016116 0 84 ARS G008798 1 84 APE I006353 8 84 APA K004834 3 84 AAM L004854 9 84 AMS M004873 2 84 APR N005133 0 84 AMG 0009801 2 84 ABA P006964 4 84 ACE Q002729 7 84 AGO R009153 4 84 AC. A043379 2 84	AC

**Assunto**

REUNIÃO DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES.

**Texto**

FOI REALIZADA, NOS DIAS 22 E 23 MAI 84, NA AC SNI, REUNIÃO DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES, A QUAL, SEGUNDO O CHEFE DESSA AGENCIA, TEVE OS SEGUINTE OBJETIVOS: ESTABELECEER CONTACTOS MAIS ESTREITOS ENTRE OS COMPONENTES DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES; AVALIAR EM TERMOS CONJUNTURAIS, A SITUAÇÃO DA SUBVERSÃO NO PAÍS; TROCAR CONHECIMENTOS NO CAMPO DAS INFORMAÇÕES, PARTICULARMENTE NA ÁREA DA SUBVERSÃO; E APROVEITAR A EXPERIÊNCIA DE CADA COMPONENTE DA COMUNIDADE, NO INTUÍTO DE FORTALECER O SISTEMA. NO DECORRER DA REUNIÃO, DENTRE OUTROS ASSUNTOS LIGADOS A SUBVERSÃO, FOI DEBATIDA A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES ESQUERDISTAS NO CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL. VIDE MICROFICHA ALTERAÇÃO MF1.

**Anexos do Documento**

COPIA DE ATA DA REUNIÃO DA COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES DE 22 E 23 MAI 84.

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS 42 NNNNNNNN.

## BASE DE DADOS SNIG

Sigla de Origem	Data da Emissão	Sigilo	Número do ACE	Ano do ACE	Redifusão	Identificação da Agência
E2 CML	01/10/1986	C	C0137870	1986	ARJ C013787 0 86	RJ

**Assunto**

PARTICIPAÇÃO DE MILITANTES COMUNISTAS NO I CONGRESSO DA CGT RJ.

**Texto**

ENTRE 22 E 23 AGO 86, REALIZOU SE NA SEDE DA ABI E NO SRRJ O I CECGTRJ. A PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS NO CITADO CONCLAVE FICOU CARACTERIZADA PELA PRESENÇA DE MILITANTES DO PCB, PC DO B E MRS. JCAS, EBM E JSNJ, MILITANTES DE ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS, FAZEM PARTE DA DIRETORIA DA CGT RJ, ELEITA NO REFERIDO CONGRESSO. MILITANTES QUE PARTICIPARAM DO CONGRESSO.

**Anexos do Documento**

SEM INFORMAÇÃO

**Nome**

ARNALDO JOSE DOS SANTOS NNNNNNNN.

Dos dossiês identificados, caso seja necessário, o Arquivo Nacional poderá emitir cópias dos documentos nos quais constam os fatos relacionados. E para constar onde convier, eu, Paulo Augusto Ramalho, Agente Administrativo da COREG, matrícula SIAPE nº 1544137, passei a presente certidão, que assino .....  
..... e eu, Vivien Fialho da Silva Ishaq, Assessora Técnica da COREG, matrícula SIAPE nº 1618880, a ..... conferi e assino ..... Brasília, 7 de julho de 2008. Maria Esperança de Resende, Matrícula SIAPE nº 0161623, Coordenadora-Geral da Coordenação Regional do Arquivo Nacional, no Distrito Federal

## ANEXO IX

**Manifesto da FAFERJ contra os saques e invasões de março e abril de 1982, após a posse do governador Leonel Brizola**

**FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO EST. DO RIO DE JANEIRO**

CGC N.º 341.551-84

**FAFERJ**

Inscrito 426.439/00

Fundada em 6 de Julho de 1963

Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei 3109 de 1/11/66

A FAFERJ entende que os saques ocorridos antecorrem na capital paulista e as recentes invasões de terrenos, bem como o saque ao supermercado do Rio de Janeiro, são de enorme gravidade e não podem ser repetidos. As conquistas que nós trabalhadores e favelados obtivemos até hoje, e a FAFERJ sempre esteve à frente nessas batalhas, foram frutos do diálogo, entendimento e de movimentos pacíficos.

As invasões e saques, só favorecem ao retrocesso, só favorecem aqueles que durante os últimos anos vem lesando a nossa pátria, aqueles que fora do país mandam e desmandam na nossa terra. Só favorecem aqueles que não acham que a nossa nação pode caminhar sobre suas próprias pernas e tentam, nesse momento, tumultuar, anarquizar as vitórias que nosso povo, ordenadamente, conquistou nos últimos anos. Esta situação criada não é compatível com o compromisso expresso pelos governadores eleitos em novembro, de governar para os mais carentes, especialmente os favelados.

A anarquia só interessa aqueles que não querem apontar como verdadeiros responsáveis pela política de entrega do país, o Sr. Delfim Neto e a área econômica que se mostram insensíveis ao clamor nacional de parar imediatamente com os acordos estrangeiros nocivos ao Brasil. É contra essa política do PMJ, de decreto de arrocho, de recessão, que devemos organizar a nação. E ela já está disposta a por fim à crise econômica, ao desemprego e à miséria. E que a trégua do Presidente Figueiredo seja o caminho para as grandes mudanças que o país está exigindo: a mudança do modelo econômico (política econômica independente), reaquecimento da economia, fim do arrocho salarial, saída imediata dos ministros da área econômica e eleição direta para Presidente em 1984.

Por isso é necessário que se pare imediatamente com as invasões.

A FAFERJ chama os favelados a procurarem suas associações de moradores para levar todas as suas reivindicações. Nosso objetivo é um encontro imediato dos presidentes e diretores das associações com o governador.

Este sim é o caminho que devemos trilhar. Alguns passos já estão sendo dados pelo executivo de ação comunitária integrada (GEACI) com a nossa participação: cadastramento das pessoas para inscrição nos conjuntos / que ficarão prontos entre 60 ou 90 dias, levantamento de novas áreas do estado para imediata construção de infraestrutura de água e esgoto para os próprios moradores construir.

# Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

— FAFERJ —

FUNDADA EM 6 DE JULHO DE 1963  
Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei 1109/66  
Insc. C.A.U.M.F. nº 34.155.194/601 — Ins. Estadual 426.438/64

Temos certeza de que a realização deste 1º Encontro Estadual de Favelas mostrará às autoridades do poder público que os favelados não estão satisfeitos com essa situação e que estamos querendo o imediato cumprimento de nossas reivindicações.

RIO DE JANEIRO, 29 DE MARÇO DE 1981

## ANEXO X

## Discurso do Vereador Antonio Carlos de Carvalho denunciando os ataques do chaguismo a FAFERJ



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

## CHAGAS E LEÃO XIII

## AMEAÇAM FAVELADOS

O SR. ANTONIO CARLOS — Sr. Presidente, Srs. Vereadores: Ultimamente o Governo Chagas Freitas, através da Fundação Leão XIII, vem desenvolvendo uma intensa campanha contra a Federação das Favelas do Rio de Janeiro, a FAFERJ. Numa perseguição sem precedentes, que nos lembra o tempo mais bravo da Ditadura, quando as organizações populares, que defenderam o povo, que lutaram ao lado dos trabalhadores, ao lado dos favelados, foram perseguidas pelo regime de repressão violenta, implantado pelo governo da Ditadura.

Dia 23, domingo passado, foi realizada uma reunião, organizada pela Fundação Leão XIII, pelo antigo presidente da FAFERJ, o Sr. Francisco Vicente de Souza.

Eles pretendiam estar convocando o Conselho da FAFERJ. O que nós assistimos foi uma grande farsa. No Parque União, a favela do senhor Souza, os Presidentes das Associações eram impedidos de ter acesso ao local. Consumava-se ali uma agressão contra a FAFERJ, que é hoje presidida pelo Presidente da Associação de Moradores da Favela dos Jacarezinho.

O que pretende o chaguismo, com essa perseguição a FAFERJ? O que pretende o chaguismo, com essa investida contra os favelados? Por que, exatamente agora, o Sr. Chagas Freitas e a sua Fundação Leão XIII, e todos os pelegos que anteriormente ocupavam a FAFERJ, estão tão preocupados com a Federação de Favelas, atualmente presidida por Irineu Guimarães, e que tem uma grande Diretoria, combativa e defensora dos favelados, e que luta contra a remoção?

Exatamente, Srs. Vereadores, porque o Sr. Chagas Freitas, governador do Estado e a sua Fundação Leão XIII querem o que existia anteriormente: uma FAFERJ caçada. Ela não quer uma FAFERJ lutadora, uma FAFERJ combativa, como é atualmente a FAFERJ que está ai de pé. Uma FAFERJ que lutou contra a remoção do Vidigal, uma FAFERJ que lutou contra a remoção de Charitas, uma favela que lutou e saiu vitoriosa na luta contra a remoção na Lagartixa, no bairro Pedreira e uma série de outras lutas que a FAFERJ vem levando de maneira vitoriosa. É isso

que está incomodando. E é muito mais que isso, porque o Sr. Chagas Freitas sabe muito bem que, hoje a Federação de Favelas não está se curvando aos desejandos da Fundação Leão XII, porque o que ela está fazendo, o que ela fez na favela Charitas, de Niterói, foi, exatamente, o papel de repressor, o papel daqueles que querem prejudicar o povo, remover os favelados, fazendo-os amargar miséria pior do que aquela em que estão vivendo. O Sr. Chagas Freitas está perseguindo a FAFERJ, juntamente com o pelego Vicente de Souza, juntamente com a Fundação Leão XIII, exatamente porque a FAFERJ é combativa. E a nova FAFERJ é dos favelados, e luta contra a remoção, enquanto a antiga FAFERJ não só ficava calada quando da remoção dos favelados, mas até quando sob a antiga Diretoria ajudou, inclusive, a remover os favelados do Caju. Havia, naquela época, uma FAFERJ curvada e mancomunada com os interesses do Governo. Hoje, há uma FAFERJ combativa, que não dá tréguas àqueles que querem se aproveitar dos terrenos supervalorizados dos favelados, como é o caso da área da Maré, que era um mangue habitado por caranguejos e foi toda aterrada, com carrinho de mão, por aqueles que, hoje, lá habitam. Foi supervalorizada e hoje é uma área importante da Av. Brasil. Hoje, o que se vê é o Governo do Estado e o Governo Federal querendo implantar um projeto de remoção de 250 mil moradores daquela área. É contra isso que a FAFERJ vem lutando: contra a tentativa, de tomar a FAFERJ das mãos da diretoria combativa, hoje presidida por Irineu Guimarães.

Hoje, nós nos pronunciamos e proclamamos a todos os Vereadores sinceramente comprometidos com as reivindicações dos 1 milhão e 800 mil habitantes das quais quase 400 favelas do Rio de Janeiro. E o que assistimos foi a uma grande farsa, no Parque União. O Parque União é a favela onde mora o Sr. Vicente Souza. Ele está montando naquela associação dos moradores, juntamente com seus asséclãs, e já há 6 anos não há eleições lá. Esse é o exemplo de um democrata que é Vicente Souza, que nunca abriu a boca quando estavam sendo removidas as favelas do morro São João, da

Praia do Pinto, da Catacumba e tantas outras. Ele quer pegar, também, a FAFERJ para matá-la, para fazer com que ela seja uma entidade submetida aos interesses desses governos que aí estão, sem defender as favelas. E nós, Sr. Presidente, como representantes do povo, nesta Casa, queremos solicitar a todos os Vereadores, que foram eleitos com voto, também, destes 1 milhão e 800 mil habitantes dessas favelas, que não aceitem essa intervenção, essa farsa, que se está montando, para abafar a maior entidade representativa da América Latina, que é a Federação das Favelas do Rio de Janeiro, que representa 1 milhão e 800 mil habitantes.

E, quanto aos representantes do Governo Estadual, da Fundação Leão XIII e da antiga diretoria da FAFERJ, que tenham bem claro o seguinte: não adianta comprar a justiça, não adianta montar farsas como a do dia 23, no Parque União, porque a FAFERJ, hoje, não é mais aquela que era apoiada em associações de moradores que, praticamente, não existiam. Depois da eleição dessa diretoria e do Presidente Irineu Guimarães, dezenas e dezenas de associações de moradores foram criadas e a transformarem em entidade combativa. Esta base da FAFERJ é impossível de ser tomada. Quem quiser convocar eleições que convoque, porque não vencerá. Isto é impossível. E Vicente Souza, na reunião de domingo, se desmoralizou, juntamente com a Fundação Leão XIII que, inclusive, convidou agentes do DOPS e da Secretaria de Segurança para

tomarem assento à mesa, quando não permitiu que os presidentes das associações de moradores ali tomassem assento. Esses mesmos senhores tiveram medo de colocar em votação essas propostas, porque não podiam ter confiança ou certeza de que aqueles que levaram para lá seriam capazes de votar contra a sua entidade representativa, a entidade combativa que é, hoje, a federação das massas exploradas, das massas perseguidas, daqueles que vivem nas piores condições, desassistidos pelo Estado, pelo Município e pelo Governo Federal.

Sr. Presidente, a vitória está do lado daqueles que estão com o povo. A FAFERJ será a grande vitoriosa e os grandes derrotados serão aqueles que a vêm perseguindo, porque sabem que tanto a federação como as associações de moradores não mais serão cabos eleitorais para elegerem aqueles que ali irão ajudar a perseguir.

Viva a Federação de Favelas do Rio de Janeiro! Viva a sua diretoria combativa! Viva a luta dos trabalhadores das favelas do Estado do Rio de Janeiro!

DIÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

Terça-feira, 25 de março de 1980

**VIVA A FAFERJ !**

**Vereador Antônio Carlos PMDB-RJ**



## ANEXO XI

Manifesto da FAFERJ no 1º Encontro Estadual de Favelas de 1980

**Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro**

— FAFERJ —

FUNDADA EM 8 DE JULHO DE 1963  
 Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei 1109/66  
 Reg. COCENRJ nº 34.55.18/001 — Jme. Estado 426.438,00

**MANIFESTO DOS FAVELADOS ÀS AUTORIDADES E AO POVO BRASILEIRO**

Os favelados do Estado do Rio de Janeiro, representados pela Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, e nesse 1º Encontro Estadual de Favelas, vem às autoridades e ao público em geral apresentar seus problemas e suas reivindicações, tendo em vista a maior necessidade de atenção por parte do poder público para uma população que já soma hoje nesse Estado mais de dois milhões de habitantes.

Durante muitos anos e até hoje, temos sido vistos como marginais e por esse preconceito temos sido de fato marginalizados econômica, política e socialmente. O poder público só se volta para as favelas ou para tentar removê-las ou na época de campanha eleitoral, quando procura trocar alguns poucos benefícios por nossos votos. Fomos obrigados a habituar-nos a considerar qualquer serviço mínimo de urbanização em nossas comunidades, não como dever do Estado a seus cidadãos, mas como favor pelo qual deveríamos ser gratos. Chegamos a considerar natural trabalhar na construção de prédios luxuosos em bairros ricos da cidade, enquanto continuamos a carregar água em latas, a afundar nossos pés na lama dos caminhos, a ver a saúde de nossos filhos prejudicada pelas péssimas condições de higiene do local onde moramos.

Mas hoje a situação é diferente: estamos conscientes de que nossos direitos são iguais aos de todos os cidadãos. Sabemos que no Rio de Janeiro a favela é o maior celeiro de mão de obra para a indústria da construção civil, metalúrgica, para o setor de transportes e serviços. Somos nós que fazemos andar esse Estado. Pagamos impostos em tudo aquilo que compramos, pagamos impostos altíssimos pela luz que consumimos, o comércio da favela contribui com milhões para os cofres públicos. Esse dinheiro, porém, não retorna em nosso benefício, mas é aplicado em bairros privilegiados. As favelas do Rio de Janeiro existem há mais de cinquenta anos e o que foi aplicado nelas durante todo esse tempo não corresponde a um décimo do que foi aplicado em um ano na Barra da Tijuca

Todo o mês os favelados contribuem com 8% de seu parco salário para o INPS

# Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

— FAFERJ —

FUNDADA EM 6 DE JULHO DE 1963  
Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei 1109/66  
Ins. UGCMF nº 4.155 18/0001 — Ins. Estadual 426488/0

dimento médico. E o BNH, que movimenta os fundos de garantia, tem aplicado esse fundo em casas para as classes mais favorecidas, enquanto as favelas continuam no esquecimento.

É por tudo isso que hoje estamos aqui. É porque sabemos que temos direito a uma VIDA MELHOR. Esse documento é VOZ das comunidades faveladas que se fizeram ouvir durante as centenas de assembléias realizadas nas favelas do Rio de Janeiro para a preparação desse Encontro. Voz que reconhece seus DIREITOS e parte para reivindicá-los junto às autoridades que tem o DEVER de atendê-los.

- PELA PROPRIEDADE DA TERRA : Durante muitos anos, nós favelados, vindos do interior para a cidade grande, em busca de dias melhores para nós e nossos filhos, encontramos uma realidade que não imaginávamos, e não tendo teto para morar, fomos obrigados a construir nossas modestas residências em terras abandonadas. Ali criamos nossas famílias, formamos nosso ambiente, valorizamos a terra com diversas melhorias. Naquela época essas áreas não tinham valor, mas, à medida que a cidade cresceu, começam a aparecer falsos proprietários, ameaçando de despejo e remoção os moradores, em benefício dos que vivem da exploração do povo.

2. Não queremos remoção, não queremos sair do local onde moramos, onde estão as escolas de nossos filhos, onde ficamos mais próximos do local de trabalho, onde, durante anos de lutas e sacrifícios, construímos nossas vidas.

É por tudo isso que reivindicamos do Estado a desapropriação de todas as áreas faveladas, com garantia do reconhecimento de propriedade da terra para todos os moradores.

- PELA URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS: Durante muitos anos, todas as obras de melhoria em favela foram realizadas com o sacrifício dos moradores, em trabalho contínuo, usando nossos poucos recursos e nossas horas de descanso e convivência com a família.

Porém, conscientes de que pagamos impostos e produzimos a riqueza do País, passamos a reivindicar nossos DIREITOS.

É triste, depois de um dia de trabalho, chegar em casa e não encontrar nem água para o banho. Isso depois de passarmos por ruas esburacadas, enlameadas, com li-

## ANEXO XII

Poema construído pelo escritor Carlos Drummond Andrade para a composição do Cartaz do Primeiro Encontro de Favelas organizado pela FAFERJ em 1980<sup>9</sup>

*URBANIZA-SE? REMOVE-SE?*

*Calos Drummond Andrade*

*São 200, são 300*

*As favelas cariocas?*

*O tempo gasto em contá-las*

*É tempo de outras surgirem,*

*800 mil favelados*

*Ou já passa de 1 milhão*

*Enquanto se contam, ama-se*

*Em barraco e a céu aberto*

*Novos seres se encomendam*

*Ou nascem à revelia.*

*Os que mudam, os que somem,*

*Os que são mortos a tiro*

*São logo substituídos.*

*Onde haja terreno vago*

*Onde ainda não se ergueu*

*Um caixotão de cimento*

*Esguio (mas se vai erguer)*

*Surgem trapos e panelas,*

*Surge fumaça de lenha*

*Em jantar improvisado.*

<sup>9</sup> No ano seguinte ao oferecimento da poesia a FAFERJ para a composição do cartaz do 1º encontro de Favelas, em 1981, o poeta teve publicada essa mesma poesia acrescida de outros versos, na parte *Favelário Nacional de Obras Completas*, 6ª. Edição, pela Editora Vozes. Em 2005, a professora Beatriz Resende organizou a obra *Rio Literário – um guia apaixonado da cidade do Rio de Janeiro*, pela editora Casa da Palavra, Rio de Janeiro, no qual consta a poesia inteira composta de outras interrogações e outras certezas sobre as favelas.

## ANEXO XIII

## Modelo de Ficha de Filiação da FAFERJ

**FAFERJ - Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro**  
 Rua Senhor do Bonfim n.º 1 - Jacarezinho - RJ

N.º ..... **FICHA DE FILIAÇÃO** DATA ..... / ..... / 19.....

Filiada .....

Endereço ..... Telefone .....

Estado ..... Município ..... Bairro .....

ESTATUTOS REGISTRADOS no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob o N.º .....

Representado no Ato por .....

Cargo atual ..... Outros dados .....

Filiação proposta por .....

Representante da .....

Em ..... de ..... de 19.....

Aprovada em reunião de ..... de ..... de 19..... sob N.º .....

PELA DIRETORIA

Presidente ..... Secretário-Geral .....

ANEXO XIV  
Cartilha do 1º Encontro



# A PREPARAÇÃO DO ENCONTRO

EM DEZEMBRO DE 1980, O CONSELHO DE REPRESENTANTES DA FAFERJ REUNIU-SE NA FAVELA ROQUETE PINTO E APROVOU A REALIZAÇÃO DO 1º ENCONTRO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO, NO DIA 29 DE MARÇO DE 1981.



O PRIMEIRO PASSO FOI ORGANIZAR AS COMISSÕES DE TRABALHOS.

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO:  
PARA PROVIDENCIAR LOCAL, TRANSPORTE, APARELHAGEM DE SOM, CRECHES, ETC.



COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO:  
ELABORAR O JORNAL, CARTAZES E PANFLETOS; FAZER CONTATOS COM A IMPRENSA, ENTIDADES E AUTORIDADES.



COMISSÃO DE FINANÇAS:  
VENDER FLÂMULAS, PANOS DE PRATO E CARTAZES; PASSAR LISTA DE CONTRIBUINTES, ETC.

REALIZARAM-SE CENTENAS DE REUNIÕES E ASSEMBLEIAS NAS FAVELAS, ONDE SE DISCUTIAM AS REIVINDICAÇÕES A SEREM LEVADAS AO ENCONTRO.

NA FAVELA DA LAGARTIXA.



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO VIDIGAL.







OS FAVELADOS SÃO TRABALHADORES QUE CONSTROEM AS RIQUEZAS DO PAÍS, MAS POUCO SE BENEFICIAM DELAS. SEU SALÁRIO MINGUADO LHEZ OBRIGA A MORAR EM PESSIMAS CONDIÇÕES.

NA FAVELA DO CATUMBI.



APÓS INÚMERAS REUNIÕES, ESCREVEU-SE UM DOCUMENTO CONTENDO OS NOSSOS PROBLEMAS E AS NOSSAS REININDICAÇÕES, PARA SER ENTREGUE AS AUTORIDADES.



O PRESI-  
DENTE DA  
FAFERJ,  
IRINEU  
GUIMARÃES,  
DEU INÍCIO  
AO  
ENCONTRO  
SOLICITANDO  
A TODOS  
CANTAR O  
HINO  
NACIONAL.



Após  
o hino,  
os  
representantes de  
favelas  
usaram  
da palavra.

OLIVEIRA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE  
MORADORES DA ROCINHA.

"COMPANHEIROS, ESTE  
DIA É MUITO IMPORTANTE  
PARA NÓS, PORQUE A  
FAFERJ RETOMA O SEU  
TRABALHO INICIADO HA'  
QUASE 20 ANOS!"



JOSÉ EVANGELISTA, DO PARQUE VILA IZABEL.

"OS NOSSOS PROBLEMAS SÃO  
IGUAIS; FALTA DE ÁGUA, DE LUZ...  
SEMPRE QUE REIVINDICAMOS  
AO ESTADO, O GOVERNADOR  
DIZ QUE NÃO TEM VERBAS..."



"MAS TEM VERBA  
PRA MELHORAR OS  
BAIRROS BACANAS!"



EIS O EXEMPLO:



DNA. HELOISA, DO PARQUE UNIDOS.





ABÍLIO, DA DELEGACIA DA ZONA OESTE.



FÁTIMA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DO MORRO DO SERENO.



"NÓS FAVELADOS SOMOS UM TERÇO DA POPULAÇÃO CARIOCA. MAS NOSSA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA É FRACA. TEMOS QUE ELEGER POLÍTICOS FAVELADOS QUE SENTEM NA CARNE OS NOSSOS PROBLEMAS."

MILTON, DE ACARI.



A MAIORIA DOS POLÍTICOS UTILIZA OS SERVIÇOS PÚBLICOS EM TROCA DE BENEFÍCIOS PESSOAIS. NÃO CUMPRE A SUA FUNÇÃO DE CRIAR LEIS EM BENEFÍCIO DOS FAVELADOS.

RAIMUNDO, DA DELEGACIA DA SUBURBANA.



"COMPANHEIROS, NÓS PAGAMOS IMPOSTOS E NÃO RECEBEMOS EM TROCA MELHORAMENTOS PRAS NOSSAS FAVELAS."

○  
IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA ICM-E O IMPOSTO SOBRE PRODUTO INDUSTRIALIZADO- IPI ESTÃO INCLUIDOS EM TUDO AQUILO QUE COMPRAMOS TODA A POPULAÇÃO PAGA ESTES IMPOSTOS.

EDIR, DA VILA SÃO BENTO.



"NOSSOS FILHOS ESTÃO SEM ESCOLAS, SEM CRECHES, TRABALHAM PENDURADOS NOS ANDAIMES. GRITAMOS AO NOSSO GOVERNO QUE QUASE NADA NOS DA'..."

ENQUANTO ISSO, O GOVERNADOR E O PREFEITO ASSISTIAM A CORRIDA DE FORMULA I, NO AUTÓDROMO DE JACAREPAGUA'...



BENEDITA, DO DEPARTAMENTO FEMININO DA FAFAERJ.

"NÓS MULHERES RECEBEMOS SALÁRIOS AINDA PIORES QUE OS DOS NOSSOS COMPANHEIROS. TEMOS QUE NOS ORGANIZAR NAS ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS PARA EXIGIR OS NOSSOS DIREITOS."



O ENCONTRO CHEGAVA AO FIM. A AUSÊNCIA DO GOVERNADOR E DO PREFEITO CONFIRMAVA QUE ÉLES NÃO SE PREOCUPAM COM OS PROBLEMAS DO POVO.

IRINEU - PRESIDENTE DA FAFERJ



- DESAPROPRIAÇÃO DAS TERRAS
- ÁGUA E ESGOTO DIRETO DA CEDAE
- LUZ DIRETA DA LIGTH.
- 30% DA RENDA BRUTA DO ESTADO PARA AS FAVELAS.



AO ENCONTRO COMPARECERAM REPRESENTANTES DE FAVELAS E BAIROS DO RIO GRANDE DO SUL, SÃO PAULO, PARANÁ, PERNAMBUCO, CEARÁ E MINAS GERAIS. TODOS FALARAM DA NECESSIDADE DE UNIR AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES EM TODO O BRASIL, PARA AUMENTAR A NOSSA FORÇA NA LUTA PELOS NOSSOS DIREITOS



# A IDA AO PALÁCIO

DIRETORES DA FAFERJ FORAM, VÁRIAS VEZES, AO PALÁCIO MARCAR UMA AUDIÊNCIA COM O GOVERNADOR, MAS NÃO CONSEGUIRAM. AFINAL, NO DIA 23 DE JUNHO LEVAMOS, EM CARAVANA, AS NOSSAS REIVINDICAÇÕES.



NA PREFEITURA APÓS AGUARDAR 2 HORAS,  
FOMOS RECEBIDOS PELO PREFEITO.



EM SEGUIDA, O PREFEITO DIRIGIU-SE AOS MANIFESTANTES.



APESAR DA PROMESSA DO PREFEITO, ATÉ AGORA NOSSAS REIVINDICAÇÕES NÃO FORAM ATENDIDAS. PARA DAR PROSSEGUIMENTO A NOSSA LUTA, A FAFERJ REALIZARÁ O 2º ENCONTRO DE FAVELAS EM DEZEMBRO DE 1981.

O 1º ENCONTRO DE FAVELAS  
CONTOU COM O APOIO DOS

SINDICATOS DOS METALÚRGICOS, MÉDICOS,  
NUTRICIONISTAS, RODOVIÁRIOS E  
PROFESSORES.

DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES  
UNE

COMPARECERAM TAMBÉM AO  
ENCONTRO:

MOVIMENTO AMIGOS DE BAIRRO DE NOVA IGUAÇU - MAB

CONSELHO DE UNIÃO DE BARRIOS - CUB

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAMERJ

PASTORAL DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

PARTIDOS POLÍTICOS: (PMDB · PDT · PTB · PT)

## **CEAC**

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO COMUNITÁRIA  
R. OTÁVIO TARQUÍNIO, 209 - S. 906 - N. IGUAÇU - TEL: 767-7592

## **FASE**

RUA SENADOR DANTAS, 117 - SALA: 1518.  
TEL: 220-7198 · RIO DE JANEIRO

## **FAFERJ**

RUA SENHOR DO BONFIM  
FAVELA DO JACAREZINHO · RIO DE JANEIRO

ANEXO XV  
Capa da Revista do 4º Congresso de Favelas de 1984



## ANEXO XVI

Logotipo da FAFERJ<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Obtido em <http://faferj.com.br>

## GALERIA DE FOTOS



*1 Favela do Morro do Borel, na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. Os trabalhadores residentes no Borel criaram, em 1957, a CTF (Coligação dos Trabalhadores Favelados), durante o processo de luta dos moradores contra os grileiros que queriam expulsar as famílias do local. A coligação tinha também como objetivo regionalizar a luta dos favelados. Os diretores da CTF, muitos deles filiados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) estabeleceram redes de solidariedade com as demais favelas dos morros da Tijuca (Morro do Borel na Tijuca. 1960)*



*2. 3. Moradores da favela Camarista Meyer com o presidente da FAFERJ*





*4. 5. Reunião da FAFERJ com Associações de Moradores de Salvador*



*6. 7. Reunião e posse da diretoria da Federação de Fortaleza*



*8.9. Reuniões da FAFERJ com Associações de Moradores em Pernambuco*



10. 11 Participação com a FRACAB no Rio Grande do Sul



12. 13. *Reunião com Associações de Moradores em Natal RN*



**14. Associação de Moradores dos Minérios**



**15 Associação de Moradores Jardim Cordovil**



**16. Associação dos Moradores do Morro da Matriz**



**17 Ass. de Moradores do Chapéu Mangueira**



**18 Ass. de Moradores da Favela Erédia Sá**



**19 Ass. de Moradores do Morro da Baiana**



**20. Associação de Moradores do Jacarezinho**



**21 Associação de Moradores do Vidigal**



*(da direita para a esquerda) Etevaldo do Catumbi, Benedito do Açúcar Pérola, José Horta do Parque Proletário da Penha, Abílio da Vila São Miguel, Irineu presidente da FAFERJ, Itamar da Santa Marta, Jonas Rodrigues vice-presidente da FAFERJ os dois últimos Sr. Paulo de Cordovil e Brás da Mangueirinha. (diretoria da FAFERJ unificada que organizou o Quarto Congresso de 1984)*